

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

Jéssica Gomes de Oliveira

ESTRATÉGIAS RETÓRICAS, VALORES IDEOLÓGICOS E IMAGINÁRIOS
POLÍTICOS INDICADORES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR
VEICULADO EM REDES SOCIAIS

Belo Horizonte
2024

Jéssica Gomes de Oliveira

**ESTRATÉGIAS RETÓRICAS, VALORES IDEOLÓGICOS E IMAGINÁRIOS
POLÍTICOS INDICADORES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR
VEICULADO EM REDES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Belo Horizonte
CEFET-MG
2024

Oliveira, Jéssica Gomes de.
O48e Estratégias retóricas, valores ideológicos e imaginários políticos indicadores de um discurso neoconservador veiculado em redes sociais / Jéssica Gomes de Oliveira. – 2024.
301 f. : il.
Orientador: Cláudio Humberto Lessa.
Tese (doutorado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2024.
Bibliografia.

1. Discurso político. 2. Análise do discurso. 3. Semiolinguística. 4. Neoconservadorismo - Discursos - Brasil. 5. Twitter (Rede social online). I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS
GERAIS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DE LINGUAGENS - NS



ATA DE DEFESA DE TESE Nº 37 / 2024 - POSLING (11.52.09)

Nº do Protocolo: 23062.045951/2024-64

Belo Horizonte-MG, 27 de setembro de 2024.

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE TESE PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

No dia 30 de agosto de 2024, às 14h00, em ambiente virtual, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, constituída pelos membros: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa (Orientador) (CEFET-MG), Prof.^a Dr.^a Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli (UNIFESSPA), Prof.^a Dr.^a Mônica Santos de Souza Melo (UFV), Prof. Dr. Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ) e Prof.^a Dr.^a Patricia Rodrigues Tanuri Baptista (CEFET-MG); para examinar o trabalho da doutoranda **JÉSSICA GOMES DE OLIVEIRA**, sob o título: ESTRATÉGIAS RETÓRICAS, VALORES IDEOLÓGICOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS INDICADORES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR VEICULADO EM REDES SOCIAIS. O Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa, Presidente da sessão pública de apresentação e defesa de tese de doutorado, declarou aberta a sessão, passando a palavra à doutoranda **JÉSSICA GOMES DE OLIVEIRA**, para que expusesse sua tese. Terminada a exposição, o Presidente passou a palavra para a Banca Examinadora, que iniciou a arguição. Em seguida, reuniu-se a Banca Examinadora para deliberação. Ao retornar, o Presidente deu conhecimento à candidata de que sua tese foi aprovada e que, no prazo de 60 dias, deverá incluir as sugestões da Banca. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata, que será assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Banca Examinadora.

(Assinado digitalmente em 27/09/2024 17:37)
CLAUDIO HUMBERTO LESSA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DELTEC (11.55.08)
Matrícula: 2989064

(Assinado digitalmente em 07/10/2024 09:38)
PATRICIA RODRIGUES TANURI BAPTISTA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DELTEC (11.55.08)
Matrícula: 2165214

(Assinado digitalmente em 27/09/2024 11:38)
MAYSA DE PÁDUA TEIXEIRA PAULINELLI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.598-##

(Assinado digitalmente em 27/09/2024 15:18)
IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.088-##

(Assinado digitalmente em 30/09/2024 16:48)
MÔNICA SANTOS DE SOUZA MELO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.116-##

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **37**, ano: **2024**, tipo: **ATA DE DEFESA DE TESE**, data de emissão:
27/09/2024 e o código de verificação: **f78c5766ad**

*“Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração”*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha espiritualidade sagrada pela força, guiança e proteção. Laroyê, Exu. Exu é Mojubá!

Agradeço ao meu mestre e orientador, Cláudio Lessa. Minha jornada foi longa, mas não solitária, graças aos seus poemas, sua alegria, seu acolhimento e humanidade indescritíveis.

Agradeço a cada um que tornou essa caminhada mais leve e menos árdua. Em especial, ao meu marido Renan Pasini, companheiro de jornada, que deu todo o suporte e apoio necessários para que eu pudesse concluir a tese.

RESUMO

A pesquisa tem como proposta uma análise das estratégias retóricas, valores e imaginários políticos mobilizados por um político que se identifica como pertencente à direita no ambiente *on-line*, cujo discurso tem sido marcado por uma dimensão polêmica e tem sido classificado por diversos estudos da Ciência Política e de outros domínios como representante de uma extrema-direita, espectro político caracterizado pela defesa de valores neoconservadores que envolvem questões como a extinção de políticas de combate à homofobia e de percepções inclusivas da entidade familiar e também, por proferimentos de alocações marcadas pelo que tem sido chamado de “discurso de ódio”. Para tal, foi realizada uma análise quanti-qualitativa de publicações realizadas no perfil oficial de JB no X (*Twitter*), entre os anos de 2015 e 2022, a fim de analisar de que maneira indiciam valores políticos identificados a um discurso neoconservador. Para o debate proposto, tomamos como base estudos desenvolvidos pela AD de linha francesa, em especial, pela Semiologia. Com base na análise proposta, pretendeu-se responder às seguintes questões: quais seriam os traços de um discurso neoconservador brasileiro? Em quais eixos temáticos, recorrências lexicais, estratégias retóricas, *ethé*, valores ideológicos e imaginários sociodiscursivos ele se baseia? Quais formas linguísticas, escolhas lexicais e expressões formulaicas são utilizadas para evocar tais valores e imaginários? Para responder às questões propostas, as análises foram divididas em duas etapas. Na primeira delas, de caráter quantitativo, objetivamos verificar as recorrências, no plano verbal, indicadoras do que tem sido chamado discurso neoconservador. Na segunda etapa, de caráter qualitativo, foram selecionadas publicações que discorrem sobre polêmicas na esfera pública, ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB, e, em seguida, realizada a análise dos signos-sintomas mobilizadores de sistemas de valores. As análises foram capazes de fornecer sintomas sobre as estratégias argumentativas que têm sido atribuídas a uma extrema-direita brasileira, seus eixos temáticos fundamentais, as principais estratégias retóricas adotadas, assim como a indicação dos valores e imaginários políticos (re) mobilizados ao longo dos anos e que envolvem traços tais como o ataque aos inimigos, a refutação dos discursos pluralistas, a perda de uma origem idílica e suas bases fundamentais, a reciclagem do antigo “anticomunismo”, a intensificação de estruturas agonísticas e da dicotomização que apresenta posições excludentes inconciliáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político; Análise do Discurso; Teoria Semiológica; Discurso neoconservador brasileiro; X (*Twitter*).

ABSTRACT

The research proposes an analysis of the rhetorical strategies, values and political imaginaries mobilized by a politician who identifies himself as belonging to the right in the online environment, whose speech has been marked by a controversial dimension and has been classified by several studies in Science Politics and other domains as a representative of the extreme right, a political spectrum characterized by the defense of neoconservative values that involves issues such as the extinction of policies to combat homophobia and inclusive perceptions of the family entity and also by speeches marked by what has been called “hate speech”. To this end, a quantitative-qualitative analysis was carried out on publications made on JB's official profile on X (Twitter), between the years 2015 and 2022, in order to analyze how they indicate political values identified with a neoconservative discourse. For the proposed debate, we took as a basis studies developed by French AD, in particular, by Semiolinguistics. Based on the proposed analysis, we intended to answer the following questions: what would be the features of a Brazilian neoconservative discourse? On which thematic axes, lexical recurrences, rhetorical strategies, *ethé*, ideological values and socio-discursive imaginaries is it based? What linguistic forms, lexical choices and formulaic expressions are used to evoke such values and imaginaries? To answer the proposed questions, the analyses were divided into two stages. In the first one, of quantitative nature, we aimed to verify the recurrences, on a verbal level, indicators of what has been called neoconservative discourse. In the second stage, of qualitative nature, publications that discuss controversies in the public sphere were selected, linked to the most recurrent thematic axes of neoconservative discourse, and then an analysis of the signs-symptoms that mobilize value systems was carried out. The analyses were able to provide symptoms about the argumentative strategies that have been attributed to a Brazilian extreme right, its fundamental thematic axes, the main rhetorical strategies adopted, as well as an indication of the political values and imaginaries (re)mobilized over the years and which involves traits such as the demonization of enemies, the refutation of pluralist discourses, the loss of an idyllic origin and its fundamental bases, the recycling of the old “anti-communism”, the intensification of agonistic structures and dichotomization that presents irreconcilable exclusionary positions.

KEYWORDS: Political speech; Speech analysis; Semiolinguistic; Brazilian neoconservative discourse; X (Twitter).

RÉSUMÉ

La recherche propose une analyse des stratégies rhétoriques, des valeurs et des imaginaires politiques mobilisés par un homme politique qui s'identifie comme appartenant à la droite dans l'environnement en ligne, dont le discours a été marqué par une dimension polémique et a été classé par plusieurs études en Science Politique et autres domaines en tant que représentant de l'extrême droite, un spectre politique caractérisé par la défense de valeurs néoconservatrices qui impliquent des questions telles que l'extinction des politiques de lutte contre l'homophobie et les perceptions inclusives de l'entité familiale et aussi par des discours marqués par ce qui a été qualifié de discours de haine. À cette fin, une analyse quantitative-qualitative a été réalisée des publications réalisées sur le profil officiel de JB sur X (*Twitter*), entre les années 2015 et 2022, afin d'analyser comment elles indiquent des valeurs politiques identifiées à un discours néoconservateur. Pour le débat proposé, nous nous sommes basés sur des études développées par l'AD française, notamment par la Sémiolinguistique. Sur la base de l'analyse proposée, nous avons l'intention de répondre aux questions suivantes: quelles seraient les caractéristiques d'un discours néoconservateur brésilien? Sur quels axes thématiques, récurrences lexicales, stratégies rhétoriques, éthé, valeurs idéologiques et imaginaires socio-discursifs se fonde-t-il? Quelles formes linguistiques, choix lexicaux et expressions formelles sont utilisés pour évoquer de telles valeurs et imaginaires? Pour répondre aux questions proposées, les analyses ont été divisées en deux étapes. Dans le premier d'entre eux, de nature quantitative, nous visons à vérifier les récurrences, au niveau verbal, des indicateurs de ce que l'on a appelé le discours néoconservateur. Dans une deuxième étape, de nature qualitative, ont été sélectionnées des publications traitant des controverses dans la sphère publique, liées aux axes thématiques les plus récurrents du discours néoconservateur, puis une analyse des signes-symptômes qui mobilisent les systèmes de valeurs a été réalisée. Les analyses ont pu fournir des symptômes sur les stratégies argumentatives attribuées à une extrême droite brésilienne, ses axes thématiques fondamentaux, les principales stratégies rhétoriques adoptées, ainsi qu'une indication des valeurs et des imaginaires politiques (re)mobilisés au cours de cette période. années et qui impliquent des traits tels que la diabolisation des ennemis, la réfutation des discours pluralistes, la perte d'une origine idyllique et de ses bases fondamentales, le recyclage du vieil anticomunisme, l'intensification des structures agonistiques et la dichotomisation que présente des positions d'exclusion inconciliables.

MOTS CLÉS: Discours politique; Analyse du discours; Théorie sémiolinguistique; Discours néoconservateur brésilien ; X (*Twitter*).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – JB publica foto em hospital.....	85
Figura 2 – Lula exhibe imagens do próprio treino	86
Figura 3 – Página sobre celebridades publica sobre treino de Lula	86
Figura 4 – Flávio Bolsonaro publica informações sobre estado de saúde de JB.....	90
Figura 5 – Publicação de Nikolas Ferreira	97
Figura 6 – Exemplo de organização interacional	102
Figura 7 - Exemplo de organização interacional	103
Figura 8 – Exemplo do uso de ferramenta do X (<i>Twitter</i>)	106
Figura 9 – Exemplo de publicação que contém uma sequência	108
Figura 10 – Características do tecnodiscurso	109
Figura 11 – Características do tecnodiscurso	110
Figura 12 – Exemplo de desqualificação do adversário	115
Figura 13 – Perfil oficial de JB no X (<i>Twitter</i>)	117
Figura 14 – Eduardo Bolsonaro parabeniza Giorgia Meloni.....	118
Figura 15 – Exemplo de referência a termos bélicos	119
Figura 16 – Imaginários projetados pelo discurso neoconservador	128
Figura 17 – Logomarca da gestão presidencial de JB	129
Figura 18 – Valores incorporados pelos discursos da direita	133
Figura 19 – Exemplo de antagonismo	134
Figura 20 – Exemplo de antagonismo	137
Figura 21 – Traços do discurso populista.....	143
Figura 22 – Traços da linguagem fascista	146
Figura 23 – JB fala sobre a “geração politicamente correta”	148
Figura 24 – Olavo de Carvalho fala sobre a linguagem neutra	149
Figura 25 – JB fala sobre Lula em seu perfil oficial no X (<i>Twitter</i>)	157
Figura 26 - JB nomeia DR como “guerrilheira”	159
Figura 27 – Representações de DR na imprensa	160
Figura 28 - Vídeo publicado no perfil oficial de JB	162
Figura 29 – Exemplo de <i>argumentum ad personam</i>	164
Figura 30 - Número de comentários em <i>post</i> de JB	172
Figura 31 - Comentários exibidos em postagem de JB	172
Figura 32 – Publicação realizada por Carlos Bolsonaro.....	176

Figura 33 – Publicação realizada por JB	176
Figura 34 – O político argentino Javier Milei ataca a esquerda em vídeo	184
Figura 35 – Cartaz utilizado durante a Guerra Fria apresenta criança com medo da ameaça comunista.....	185
Figura 36 – Cartaz publicado na “Grande Exposição Antimaçônica” promovida em Belgrado (Sérvia), 1941-1942, associando judeus a aspectos animais.	187
Figura 37 – Publicação de Eduardo Bolsonaro critica ida de Lula ao funeral do neto	188
Figura 38 – Perfil de JB compartilha publicação de Fernando Haddad e publica foto de Lula no funeral do neto	189
Figura 39 – Silas Malafaia faz crítica a Eduardo Bolsonaro	189
Figura 40 – JB faz crítica ao Bolsa Família	194
Figura 41 – Perfil de Eduardo Bolsonaro associa Lula à “bandidagem”	195
Figura 42 - Revista Veja (março 2016) associa Lula a cobras, símbolo do perigo e do mal, e à figura de Medusa, monstro da mitologia grega	195
Figura 43 – Linguagem bélica de caráter verbo-visual no perfil do X (<i>Twitter</i>) de JB.....	241
Figura 44 – JB fala sobre o episódio em que segurou um tripé como se fosse uma metralhadora	242
Figura 45 – JB publica foto de Zélia Duncan	243
Figura 46 – JB publica vídeo com crítica ao carnaval.....	244
Figura 47 – JB questiona usuários do X (<i>Twitter</i>) sobre prática sexual	245
Figura 48 – Sequência de posts em que são produzidos efeitos de sentido que criminalizam a esquerda.....	249
Figura 49 – Sequência de posts em que são produzidos efeitos de sentido que criminalizam a esquerda.....	249
Figura 50 – Exemplo de discurso de ódio endereçado à esquerda	252
Figura 51 – Notícia veiculada no perfil do UOL mostra JB insultando repórter	255
Figura 52 – JB diz que quem lê jornal está desinformado.....	256
Figura 53 – JB acusa a imprensa de querer derrubar seu governo	257
Figura 54 – Sequência de <i>tweets</i> em que JB se defende de acusações	258
Figura 55 – JB endereça ataques à imprensa.....	259
Figura 56 – JB publica vídeo com apoiadores.....	260
Figura 57 – JB se manifesta sobre discurso de ódio.....	261
Figura 58 – JB divulga imagem que o associa ao “valor” Exército	263
Figura 59 – Representações da esquerda mobilizadas pelo discurso neoconservador	266

Figura 60 – Negacionismo sobre a ditadura militar veiculado no X (<i>Twitter</i>).....	269
Figura 61 – JB publica informações sobre o Foro de São Paulo	271

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: ato de linguagem.....	99
Quadro 2 - Recorrências no plano verbal observadas no perfil do X (<i>Twitter</i>) de JB, por período de tempo, a partir da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).....	208
Quadro 3 - Número total de recorrências no plano verbal, em todos os períodos analisados, a partir da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).....	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recorrências verificadas no eixo “Ataque ao inimigo” através da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).	215
Gráfico 2 – Recorrências verificadas no eixo “Em defesa da família” através da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).	224
Gráfico 3 – Recorrências verificadas no eixo “Livre mercado” através da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).	231
Gráfico 4 – Recorrências verificadas no eixo “Patriotismo” através da busca avançada do X (<i>Twitter</i>).	234

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i> 2019
DF	Dilma Rousseff
EUA	Estados Unidos da América
EUc	Sujeito-comunicante
EUe	Sujeito-enunciador
JB	Jair Bolsonaro
TUd	Sujeito-destinatário
TUi	Sujeito-interpretante
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TS	Teoria Semiolinguística
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

O ENCONTRO COM O CORPUS	18
1. INTRODUÇÃO	20
1.2 Proposta geral da pesquisa	20
1.3 Escolhas metodológicas e etapas de trabalho	21
1.4 Apresentação dos capítulos.....	24
2. ARGUMENTAÇÃO POLÍTICA: CATEGORIAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS A FAVOR DA PERSUASÃO	27
2.1 Alguns pontos sobre a noção de discurso	28
2.2 Contextualizando a Análise do Discurso e o discurso político como objeto de investigação	30
2.2 O discurso político e seu entorno: algumas questões para o analista	33
2.3 A Teoria Semiolinguística: breve contextualização	37
2.4 A política, o político e o poder numa esfera discursiva	42
2.4.1 O poder e a formação das relações antagonísticas.....	46
2.5 Algumas considerações sobre a retórica e a argumentação política	48
2.5.1 Alguns pontos sobre a dialética	51
2.5.1 A argumentação	54
2.5.1 A relevância do auditório no processo de persuasão	58
2.6 Sobre o <i>pathos</i> : o papel das emoções na argumentação	61
2.6.1 O estudo das emoções.....	63
2.6.2 As emoções como espelho das representações	64
2.7 A construção do <i>ethos</i> do sujeito político	66
2.7.1 <i>Ethos</i> discursivo e <i>ethos</i> prévio	69
2.7.2 Alguns <i>ethé</i> recorrentes no discurso político	71
3. METAMORFOSES DO DISCURSO POLÍTICO: AS REDES SOCIAIS NA GESTÃO DAS IMAGENS DOS ATORES POLÍTICOS	76
3.1 As novas eloquências do discurso político: breve histórico de transformações	76
3.2 A introdução das redes sociais no cenário político neoconservador brasileiro	79
3.3 Gêneros de discurso no universo digital: algumas discussões teóricas	92
3.4 Algumas características da comunicação estabelecida no ambiente <i>on-line</i>	98
3.5 Ferramentas do X (<i>Twitter</i>) a serviço da comunicação política	104

4. A LINGUAGEM DAS PAIXÕES POLÍTICAS: PONDERAÇÕES SOBRE QUAIS SERIAM AS BASES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR BRASILEIRO	112
4.2 A formação dos imaginários na perspectiva discursiva.....	121
4.3 Os imaginários e a constituição dos saberes	124
4.4 Imaginários sociodiscursivos expressos nas alocações de JB	125
4.5 Eixos temáticos expressos pela extrema direita.....	130
4.6 Traços da retórica populista	138
4.7 Algumas reflexões sobre possíveis relações entre o discurso neoconservador e a linguagem fascista.....	143
5. ÍNDICES DA POLÊMICA E DA VIOLÊNCIA SUBJACENTES AO DISCURSO DE JB	151
5.1 A polêmica como estratégia argumentativa nas redes sociais	151
5.2 A desqualificação do adversário: mero discurso agressivo ou estratégia retórica?	158
5.3 A polêmica entre a razão e a emoção	165
5.4 A violência verbal manifestada nas redes: algumas reflexões.....	168
5.5 Algumas reflexões sobre o chamado “discurso de ódio”	178
5.6 Elegendo o inimigo: a intolerância à identidade coletiva na formação dos discursos de ódio	190
6. PROPOSTA DA PESQUISA, APRESENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	198
6.1 Proposta da pesquisa	198
6.2 Etapas da análise quanti-qualitativa.....	200
6.3 Métodos e modos de tratamento	201
6.4 Mudanças recentes na plataforma X (<i>Twitter</i>).....	204
7. ANÁLISE QUANTITATIVA DE RECORRÊNCIAS LEXICAIS E EXPRESSÕES FORMULAICAS NO DISCURSO ANALISADO	206
7.1 Recorrências lexicais segundo o período de tempo	206
7.1.1 Pistas sobre a formação das bases retóricas de um discurso neoconservador	210
7.2 Número total de recorrências lexicais de 2015 a 2022	212
7.3 Eixo “Ataque ao inimigo”.....	214
7.3.1 Ataque à esquerda	217
7.3.2 Contra a corrupção	218
7.3.3 Ataque à imprensa	218
7.3.4 Contra a “ditadura comunista”	220

7.3.5 A “Liberdade de expressão” e o apelo à moralidade	221
7.4 Eixo “Em defesa da família”	223
7.4.1 Contra a “ideologia de gênero”	225
7.4.2 Contra o aborto	227
7.4.3 A favor dos valores cristãos	228
7.4.4 Linguagem bélica	229
7.4.5 “Escola sem partido”, “doutrinação nas escolas” e “ <i>kit gay</i> ”: para onde foram?	230
7.5 Eixo “Livre mercado”	230
7.5.1 Liberdade!	232
7.5.2 Pela defesa da propriedade privada	233
7.6 Eixo “Patriotismo”	233
7.6.1 O “valor” Exército	235
7.6.2 O saudosismo à ditadura militar	235
7.6.3 A “missão” de salvar o Brasil	236
7.7 Considerações finais sobre os resultados	236

8. ANÁLISE QUALITATIVA: ESTRATÉGIAS RETÓRICAS, VALORES

IDEOLÓGICOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS INDICADORES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR. 239

8.1 Valores e imaginários em torno do eixo “Em defesa da família”	240
8.1.2 A questão armamentista e a linguagem bélica	240
8.1.3 “O que é golden shower?”	244
8.1.4 Discursos que reforçam valores tradicionais	246
8.1.5 A recontextualização retórica de signos e a manipulação pelo medo	247
8.2 Valores e imaginários em torno do eixo “Ataque ao inimigo”	248
8.2.1 “Apoie a esquerda, que acumula um histórico inegável de episódios violentos”	248
8.2.2 A criminalização da esquerda e a constituição do discurso de ódio	251
8.2.3 Pela “liberdade de expressão”: o ataque à imprensa, às minorias e às populações marginalizadas	253
8.2.4 A violência verbal e os ataques endereçados à imprensa	254
8.2.5 “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão”	258
8.3 Valores e imaginários em torno de outros eixos temáticos	262
8.4. Manipulação, contraverdades e negacionismos	264
8.4.1 Estratégias discursivas a favor da manipulação	265
8.4.2 O uso de mensagens plurissemióticas na mobilização dos discursos de ódio	265
8.4.3 As contraverdades e os negacionismos	268

8.4.4 A relação entre os negacionismos e as conspirações	270
8.4.5 Da negação à invenção dos fatos	273
8.5 Considerações finais sobre os resultados	276
9. ÚLTIMAS REFLEXÕES	278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283

O ENCONTRO COM O CORPUS

Iniciei meu percurso pelo discurso político no mestrado, período em que me dediquei às análises das imagens projetadas por Dilma Rousseff nas redes sociais, em diferentes situações de comunicação, durante sua defesa no processo de *impeachment*. Na época, a força das redes sociais como novo espaço de difusão das imagens dos atores políticos me chamou a atenção de tal forma que considerei difícil renunciar à temática. Entretanto, não imaginava que as redes seriam capazes de alçar ao estrelato figuras políticas que, à época, beiravam o risível. Não me dava conta da força performática de discursos marcados pela violência verbal que, em nome da “liberdade de expressão”, eram capazes de demonizar grupos minoritários e/ou político-ideológicos, transferindo-lhes toda e qualquer responsabilidade pelas frustrações enfrentadas por nós brasileiros, todos os dias, sejam elas individuais ou coletivas. A mim, parecia que direitos recém conquistados, voltados para a garantia da dignidade humana a diferentes grupos minoritários, juntamente a políticas públicas de redistribuição de renda, estavam a salvo da loucura alheia. Afinal, que brasileiro seria capaz de votar contra sua própria existência? Uso a expressão “própria existência” pois, para mim, discursos de cunho misógino matam mulheres, discursos racistas aprofundam o sistema que exclui a população negra do acesso a diversos espaços, discursos homofóbicos levam ao autoextermínio, discursos que levam o “pânico moral” à população afastam crianças dos livros de história e as aproximam do desejo pelas armas, entre tantos outros exemplos que poderíamos elencar. Não conseguia me convencer de que o retrocesso estava batendo à porta, amparado pelo voto num sistema democrático.

Me deparo, então, com perguntas como “como chegamos a isso? Onde nos perdemos?” e, principalmente, “por que tais discursos são tão persuasivos para boa parte da população, ainda que pareçam risíveis ou infactíveis aos meus olhos?”, “como conversas de mesa de bar, de argumentos tão mesquinhos e limitados, foram parar nos perfis das redes sociais dos brasileiros; e, por fim, nos palanques e púlpitos?” Seria natural que, no doutorado, me debruçasse sobre questões que me assombravam, seguindo a trilha investigativa da análise do discurso político digital. Ainda que as temáticas envolvidas sejam espinhosas e, por vezes, causem repulsa, mal-estar e descrença, decidi que o mergulho por elas era inevitável, afinal, estava diante da curiosidade inerente ao analista. As perguntas sobre como meus órgãos digestivos suportavam tamanha acidez, dignas de uma úlcera, eram frequentes, mas não desencorajadoras. Nesse processo, Exu me ensinou que eu seria apenas uma “contadora de histórias”, função árdua, mas necessária, num posicionamento diante do *corpus* que me garantia a continuidade da fé e do

amor, a mim tão caros. Ah! Sábio é aquele que sabe caminhar por estradas cheias de espinhos, sem perder-se de si mesmo ou esquecer da cantiga que cantarola.

Após essa breve (e, para mim, necessária) explanação sobre meu encontro com o *corpus*, passaremos para a apresentação da proposta da pesquisa e dos procedimentos e escolhas metodológicas. Não nos delongaremos, pois os detalhes foram melhor expostos no capítulo XI.

1. INTRODUÇÃO

1.2 Proposta geral da pesquisa

Propomos uma análise das estratégias retóricas, valores e imaginários políticos que possam revelar quais seriam as características de um discurso neoconservador brasileiro, levando-se em consideração a presença de uma dimensão polêmica e do que estudos sobre a política têm chamado de discurso de ódio no *corpus* analisado. Para tal, foi realizada uma análise quanti-qualitativa de publicações realizadas no perfil oficial de JB no X (*Twitter*), entre os anos de 2015 e 2022, a fim de analisar de que maneira eles indiciam valores políticos identificados a um discurso neoconservador. Trata-se de um estudo de caso que nos permite fazer inferências sobre traços que seriam recorrentes no discurso de políticos que sustentam um posicionamento semelhante ao do ex-presidente. Destacamos que nossas análises são corroboradas por outras pesquisas realizadas sobre o fenômeno a partir de várias perspectivas, tais como a da Ciência Política e dos estudos sobre Mídia Digital, como veremos ao longo do percurso teórico.

Para o debate proposto, tomaremos como base estudos desenvolvidos pela AD de linha francesa, em especial, pela Semiolinguística. É nossa expectativa que nossas análises possam contribuir para uma melhor compreensão de valores, imaginários e estratégias retóricas que têm sido relacionados a um posicionamento definido como sendo de extrema-direita, como indicam estudos mais recentes no âmbito da Ciência Política e também da Sociologia, tais como Miguel (2016, 2018, 2021), Lacerda (2018), Messenberg (2019), Gallego (2019), Couto (2021) e Bignotto (2022).

Com base na análise proposta, pretendeu-se responder às seguintes questões: quais seriam os traços de um discurso neoconservador brasileiro? Em quais eixos temáticos, estratégias retóricas, *ethé*, valores ideológicos e imaginários sociodiscursivos ele se baseia? Quais formas linguísticas, escolhas lexicais e expressões formulaicas são utilizadas para evocar tais valores e imaginários?

Para responder às questões, as análises foram divididas em duas etapas. Na primeira delas, de caráter quantitativo, objetivamos verificar as possíveis recorrências, no plano verbal, que seriam indicadoras do que poderíamos considerar um núcleo clássico do discurso chamado de neoconservador nesta conjuntura político-histórica brasileira. Na segunda etapa, de caráter qualitativo, foram selecionadas publicações que discorrem sobre polêmicas na esfera pública,

ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB, e, em seguida, realizada a análise dos signos-sintomas mobilizadores de sistemas de valores.

1.3 Escolhas metodológicas e etapas de trabalho

Como detalharemos no capítulo VI, abordagens metodológicas foram conjugadas para melhor formular nossos gestos interpretativos, sendo o principal método adotado de natureza representacional e interpretativa. O objeto de estudo, por sua vez, é definido através de hipóteses de representações sócio-discursivas e sócio-históricas. Segundo Charaudeau (2011), em tais tipos de estudo, as hipóteses são interpretativas pela necessidade de formulá-las, pelo menos inicialmente, sobre o que são os posicionamentos sociais relacionados às práticas discursivas e aos tipos de sujeitos a eles ligados. O *corpus* é de natureza interdiscursiva, formado por um conjunto do que o linguista chama de signos-sintomas, constituídos por palavras, fórmulas diversas reveladoras de maneiras de dizer e signos icônicos (encenações com imagens), capazes de representar sistemas de valores.

Levando-se em consideração as ponderações acima mencionadas e a natureza do *corpus*, a metodologia adotada para a análise quanti-qualitativa seguiu algumas etapas de trabalho, que são apresentadas no esquema a seguir.

Primeira etapa das análises, de caráter quantitativo:

- i) seleção das palavras-chave, dentro do recorte temporal proposto, que passariam pela busca de recorrências no perfil de JB no X (*Twitter*);
- ii) associação das palavras-chave a grandes eixos temáticos;
- iii) busca pelas publicações no perfil oficial de JB que continham as palavras-chave selecionadas, utilizando a ferramenta de busca avançada¹ disponibilizada pela própria plataforma do X (*Twitter*), levando em consideração cada período de tempo;
- iv) mensuração do número total de recorrências, de 2015 a 2022, e também segundo cada período de tempo, verificando semelhanças e diferenças entre os resultados;
- v) observação de que maneiras as recorrências, no plano verbal, são utilizadas para evocar valores ideológicos e imaginários políticos, mensurando, assim, o que constituiria um possível núcleo semântico clássico que poderia caracterizar os principais traços de um discurso neoconservador.

¹ <https://twitter.com/search-advanced>

Ressaltamos que a observação das recorrências lexicais nos forneceu pistas para as análises de natureza qualitativa, em que seriam observados os signos-sintomas formadores mobilizados pelos sujeitos enunciadorees dos *tweets* que integram o *corpus*.

Segunda etapa das análises, de caráter qualitativo:

- i) seleção das publicações, dentro do recorte temporal proposto, que discorrem sobre polêmicas na esfera pública e que estão ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB;
- vi) identificação das estratégias retóricas, valores ideológicos, *ethé* e imaginários sociodiscursivos presentes nas publicações selecionadas, apontando aqueles que aparecem com maior frequência e que contribuem para a identificação das estratégias argumentativas adotadas;
- vii) verificação de como se dá o uso da polêmica e, conseqüentemente, de uma dimensão patêmica na produção das publicações, observando os interdiscursos que atravessam as publicações e de que modo valores e imaginários são (re) construídos, afirmados e difundidos;
- viii) verificação de como se dá o uso da violência verbal nas publicações que possuem uma dimensão polêmica, observando quais são as manifestações linguísticas que a caracterizam no ambiente *on-line*;
- ix) verificar se há ou não a presença de traços do que se chama de discurso de ódio², realizando uma análise descritiva dos procedimentos enunciativos que manifestam o fenômeno, contribuindo para o avanço nos estudos sobre o discurso político;
- x) verificação das publicações que contêm signos icônicos, observando de que modo contribuem para a mobilização de imagens e imaginários, de representações políticas e ideológicas e para o agenciamento da polêmica discursiva;
- xi) observação de como se dá o uso de mensagens plurissemióticas de diferentes fontes enunciativas para a mobilização do ataque e da violência verbal, contribuindo para a produção de dados sobre o funcionamento enunciativo dos fenômenos.

² Consideramos pertinente destacar que, durante a pesquisa, os diálogos com a Ciência Política e outros campos, e também com a própria AD, incluindo os estudos de Galinari (2020), nos permitiram observar a ocorrência de traços de um discurso de ódio. Pesquisas sobre os procedimentos enunciativos capazes de manifestar o fenômeno serão apresentados no capítulo V.

- xii) observação especificidades do tecnodiscurso produzido no X (*Twitter*), verificando se tais fenômenos estão a serviço da projeção de imagens e imaginários, do agenciamento da polêmica e da violência verbal.

Destacamos que, na segunda etapa das análises, de caráter qualitativo, foram utilizadas quatro categorias: *ethos*, imaginários sociodiscursivos, polêmica e violência verbal. Em relação ao *ethos*, nosso intuito foi identificar as imagens projetadas nas publicações selecionadas, apontando aquelas que aparecem com maior frequência e que contribuem para a identificação das estratégias argumentativas adotadas no discurso de JB. Sobre a polêmica, observamos os interdiscursos que atravessam as publicações e de que modo valores e imaginários são (re) construídos, afirmados e difundidos, levando em consideração também a presença de uma dimensão patêmica. A análise da violência verbal foi realizada nas publicações que possuíam uma dimensão polêmica, observando quais foram as manifestações linguísticas que caracterizaram a violência no ambiente *on-line*, verificando se há ou não índices que possam sinalizar o que Galinari (2020) e outros têm chamado de “Discurso de Ódio”. Sobre este último, como mencionamos, nosso intuito era realizar uma análise descritiva dos procedimentos enunciativos que manifestam o fenômeno, contribuindo para o avanço nos estudos sobre o discurso político. O mesmo procedimento foi adotado durante a identificação dos valores, *ethé* e imaginários sociodiscursivos presentes nas publicações, com o objetivo de contribuir para a produção de dados sobre o funcionamento enunciativo dos fenômenos.

A escolha do perfil oficial de JB no X (*Twitter*) para a análise proposta deu-se pela constatação de seu intenso potencial na difusão de valores que poderiam ser associados a um discurso neoconservador brasileiro nas redes sociais³. Especialmente após a campanha favorável ao processo de *impeachment*⁴, realizada pela página de Bolsonaro nos anos de 2015 e 2016, observamos um crescente número de publicações que pode ser compreendido como uma estratégia para tornar seu nome consolidado na disputa seguinte pela presidência. Já na disputa que o elegeu presidente, JB escolheu de forma estratégica o uso das redes para interagir

³ Para Checchia et al. (2023), um conservadorismo radical brasileiro ganhou espaço após o *impeachment* de DR, em 2016. O aumento da popularidade do então deputado JB estaria ligado a redes religiosas, militares e ao agronegócio, além de sua participação em polêmicas, programas humorísticos, de televisão, *webtv*, rádio e *podcasts*.

⁴ Por meio das análises, observamos que parte das publicações carregavam ataques direcionados à imagem pessoal de Dilma Rousseff e outros adversários políticos e não às suas propostas e argumentos. Observamos, ainda, a presença de uma intensa dimensão polêmica nas publicações, carregada de qualificações axiológicas negativas.

com o eleitorado e disseminar ideias, algo que tem se tornado comum nos últimos anos, não somente por ele, como por outros atores da esfera política que se utilizam do dispositivo para captação de eleitores, construção e manutenção de suas imagens.

1.4 Apresentação dos capítulos

Em relação ao nosso percurso teórico-metodológico, ele foi organizado nos seguintes capítulos: ii) argumentação política: categorias linguístico-discursivas a favor da persuasão; iii) metamorfoses do discurso político: as redes sociais na gestão das imagens dos atores políticos; iv) a linguagem das paixões políticas: ponderações sobre quais seriam as bases de um discurso neoconservador brasileiro; v) índices da polêmica e da violência subjacentes ao discurso de JB; vi) proposta da pesquisa, apresentação dos procedimentos e escolhas metodológicas; vii) análise quantitativa de recorrências lexicais e expressões formulaicas no discurso analisado; viii) análise qualitativa: estratégias retóricas, valores ideológicos e imaginários políticos indicadores de um discurso neoconservador; ix) últimas reflexões.

Antes de mais nada, gostaríamos de pontuar que optamos pela incursão de reflexões sobre os possíveis traços de um discurso neoconservador brasileiro ao longo dos capítulos teóricos, mesclando, assim, a apresentação da teoria a pequenas análises reflexivas⁵. Nosso intuito foi tornar a leitura menos cansativa, colaborar para o entendimento da teoria apresentada e aproveitar o frescor da apresentação dos conceitos para lançar luz sobre quais seriam os comportamentos discursivos. Ressaltamos, mais uma vez, que, para tal análise, um intenso diálogo com outras áreas de conhecimento foi fundamental para caucionar nossos possíveis interpretativos.

Iniciaremos nosso percurso, no capítulo II, com um apanhado geral das categorias linguístico-discursivas utilizadas ao longo do trabalho e de noções ligadas à argumentação. Apresentaremos uma contextualização da Análise do Discurso (AD), do discurso político como objeto de análise e de sua relação com a ideologia, pautando-nos, especialmente, em Bakhtin ([1929]/2006), Courtine (2006, [1981]/2009), Piovezani (2009) e Charaudeau (2015). Apresentaremos, ainda, a Teoria Semiolingüística (TS) de Patrick Charaudeau, passando pela lógica antagonística presente nas alocações de JB, tomando como base os estudos de Mouffe (2015) sobre a política, o político e o poder. Estudos sobre a argumentação política serão

⁵ Para tal, serão apresentados recortes do *corpus* da pesquisa e de outras figuras públicas, consideradas peças importantes para o que pretendemos analisar.

apresentados, especialmente os de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]/2002), Plantin (2008, 2016, 2018), Amossy e Koren (2016) e Amossy (2020). O papel do *pathos* e de outras provas na argumentação política será mencionada a partir dos estudos de Plantin (2016), Charaudeau (2007, 2015), Emediato (2015) e Maingueneau (2020). Também avançaremos na constituição do *ethos* político com base em Maingueneau (2005), Eggs (2005), Amossy (2005, 2020), Lessa (2009) e Charaudeau (2015).

No capítulo III, abordaremos aspectos ligados às transformações do discurso político, pautando-nos, especialmente, em Courtine (2003, 2006) e Piovezani (2007). Em seguida, apresentaremos considerações sobre o uso das redes sociais pelos atores políticos e, mais especialmente, pelo que diversos autores têm chamado de “extrema direita brasileira”, com base em Moura e Corbellini (2019) e Piovezani (2019, 2020). Seguimos para discussões teóricas sobre os gêneros de discurso no âmbito digital a partir de Maingueneau (2004, 2008, 2015, 2017, 2020), Paveau (2013, 2017), Paveau, Costa e Baronas (2021). O ato de linguagem proposto por Charaudeau (2008) será rememorado, seguindo para as características do tecnodiscursivo elencadas por Recuero (2009, 2012, 2014, 2020), Emediato (2015) e Paveau (2017).

No capítulo IV, apresentaremos reflexões sobre os valores ideológicos, estratégias retóricas e imaginários políticos (re) construídos e difundidos no discurso de JB, levando-se em consideração a presença de traços do discurso populista e da linguagem fascista no *corpus* analisado, tal como têm postulado Klemperer ([1947]/2009), Turpin (2010, 2012), Charaudeau (2011, 2020, 2022) e Piovezani (2020). Serão abordadas as paixões políticas e sua relação com a linguagem, tomando como base estudos de Bobbio (1995), Lessa (2009), Ansart (2019) e Piovezani (2020). As proposições de Charaudeau (2017, 2018, 2020) sobre a dimensão argumentativa do discurso patêmico também serão abordadas, assim como sua concepção sobre os imaginários sociodiscursivos e os valores comumente abordados pelos discursos da direita. Serão mencionados, ainda, estudos de Miguel (2018) e Singer (2018) sobre o que esses autores chamam de eixos-temáticos mobilizados pela extrema direita brasileira. Também buscamos mostrar como as pesquisas de Klemperer ([1947]/2009), Turpin (2010, 2012), Charaudeau (2011, 2020, 2022) e Piovezani (2020) permitiram-nos identificar, no discurso analisado, traços discursivo-retóricos de uma linguagem totalitária e fascista.

No capítulo V, abordaremos a polêmica discursiva utilizada como estratégia argumentativa nas redes sociais. Para tal, serão visitados os estudos de Maingueneau (1984, 2005), Amossy (2017), Arruda (2020) e Mazzola (2021). A violência verbal como atributo da

polêmica também será abordada com base em Amossy (2017), além de estudos de Plantin (2008), Fiorin (2015) e Emediato (2016) e sobre a desqualificação do adversário como atividade argumentativa. Apresentaremos, ainda, o entendimento de Emediato (2023) sobre a polêmica pública em torno de temas sociais sensíveis. A formação dos insultos será levantada com base, especialmente, em Charaudeau (2019), Seara (2020) e Butler (2021). Por fim, traremos reflexões sobre a formação dos discursos de ódio, com base em Elias (2017), Venturini e Scherer (2017), Lorenzi-Bailly e Guellouz (2019), Galinari (2020), Sadoun-Kerber (2021), Sini (2023), Turpin (2023) e Fracchiolla (2023).

No capítulo VI apresentaremos o percurso metodológico proposto para a pesquisa. Será abordada a proposta da pesquisa, as etapas das análises quanti-qualitativas, os métodos utilizados e os modos de tratamento do *corpus*, incluindo algumas ponderações sobre recentes mudanças na plataforma X (*Twitter*).

O capítulo VII será dedicado às análises quantitativas, com a apresentação comentada dos resultados e a incursão dos estudos de Ansart (1978, 2019), Mouffe (2015), Wodak e Krzyzanowski (2017), Krzyzanowski e Ledin (2017), Miguel (2016, 2018, 2021), Lacerda (2018), Teles (2018), Messenberg (2019), Gallego (2019), Piovezani (2020, 2021, 2022), Couto (2021), Bignotto (2022), Charaudeau e Aragão (2022) e Galdeano (2014).

De modo semelhante ao anterior, o capítulo VIII será inteiramente dedicado às análises qualitativas e apresentação dos resultados. Serão revisitados estudos já mencionados ao longo da tese e também outros, como os de Gillespie (2018), Fracchiolla et al. (2018), Moïse e Hugonier (2019) Barreto, Lima e Lima (2021), Rocha (2021), Veiga e Penido (2023) e Fujiwara (2023).

Por fim, no capítulo IX, dedicamos-nos às reflexões finais da pesquisa.

Feitas as considerações iniciais, iniciaremos a apresentação de nosso estudo.

2. ARGUMENTAÇÃO POLÍTICA: CATEGORIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS A FAVOR DA PERSUASÃO

Neste capítulo, faremos um apanhado geral de noções ligadas à argumentação, assim como a apresentação de categorias linguístico-discursivas que constituirão a base para a inferência de *ethé* e para a interpretação dos elementos presentes nas publicações. Iniciamos com uma breve contextualização da AD, do discurso político como objeto de análise e de sua relação com a ideologia, pautando-nos, especialmente, em Bakhtin ([1929]/2006), Courtine (2006, [1981]/2009), Piovezani (2009) e Charaudeau (2015). Faremos uma contextualização da Teoria Semiolinguística (TS) de Patrick Charaudeau, mostrando a relevância da influência de outros campos teóricos na AD, especialmente ao tratarmos de *corpora* políticos. Traços de uma lógica antagonística do discurso neoconservador analisado também serão mencionados, com base nos estudos de Mouffe (2015) sobre a política, o político e o poder, com algumas interferências de base psicanalítica. Estudos sobre a argumentação política serão apresentados, especialmente os de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]/2002), Plantin (2008, 2016, 2018), Amossy e Koren (2016) e Amossy (2020). O papel do *pathos* e de outras provas na argumentação política será levantado a partir de Charaudeau (2007, 2015), Emediato (2015), Plantin (2016) e Maingueneau (2020). Por fim, avançaremos sobre a constituição do *ethos* político com base em Maingueneau (2005), Eggs (2005), Amossy (2005, 2020), Lessa (2009) e Charaudeau (2015).

Nesta pesquisa, será adotada a concepção de argumentação seguida por Amossy (2020), para quem o estudo e o modo como ela se alia aos outros componentes na espessura do texto devem ser considerados parte integrante da AD, além de uma filiação à argumentação dialogal em Plantin (2008), que toma a atividade argumentativa como um fenômeno desencadeado quando um ponto de vista é posto em xeque com uma suspensão do assentimento.

Ao longo do capítulo, citaremos algumas bases teóricas que consideram o exterior da língua uma condição *sine qua non* para o estudo do discurso político, como Courtine ([1981]/2009), que se insere em uma problemática da ideologia, e Charaudeau (2018), para quem o analista do discurso não pode ignorar que a linguagem só faz sentido se também for abordado seu contexto psicológico e social. Dialogamos com Courtine e outros autores com o intuito de contextualizar o estudo do discurso político na AD, e não a fim de utilizar seu método de análise das discursividades políticas, distinto daquele proposto por Charaudeau, que opera com categorias que servirão como nossa base metodológica, como é o caso dos imaginários.

2.1 Alguns pontos sobre a noção de discurso

Antes de mais nada, consideramos pertinente apresentar algumas questões sobre a noção de discurso, especialmente a partir de Charaudeau (1984, 2003) e de Maingueneau (2004, 2006, 2015). O discurso, para Charaudeau (1984, 2003), ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que se mostra como o lugar da encenação da significação; ele pode utilizar, segundo os seus fins, um ou vários códigos semiológicos e não está limitado à manifestação verbal. O discurso não deve, nesse sentido, ser compreendido como a unidade que ultrapassa a frase, pois a relação entre diversas frases não é capaz de constituir, necessariamente, uma *unidade-discurso*. É necessário que uma sequência de frases corresponda à expectativa da troca linguageira em circunstâncias determinadas. Entretanto, uma frase ou um gesto podem ser portadores de discurso, se satisfizerem as condições mostradas anteriormente. O discurso também não deve ser confundido com *texto*, objeto que materializa a encenação do ato de linguagem e que é resultado de um processo em que sujeito falante e circunstâncias de produção particulares estão envolvidos. Textos são atravessados por vários discursos que, por sua vez, estão ligados a situações e/ou gêneros diferentes.

O linguista apresenta, ainda, dois sentidos possíveis para o uso do termo discurso: i) relaciona o discurso ao fenômeno da encenação do ato de linguagem⁶, o que depende de um dispositivo que comporta dois circuitos: um *externo*, representando o lugar do *fazer* psicossocial e um *interno*, representando o lugar da organização do *dizer*; o discurso, nesse caso, está relacionado ao domínio do *dizer* e também à própria *mise en scène*. ii) relaciona o discurso a um conjunto de saberes partilhados, construídos, em geral, de modo inconsciente, por indivíduos pertencentes a dado um grupo social. Nesse sentido, os *discursos sociais* ou *imaginários sociais* evidenciam como as práticas sociais são representadas no contexto sociocultural.

Sobre o ato de linguagem, Charaudeau (1984, 2003) o define como fenômeno capaz de combinar o *dizer* (lugar da *instância discursiva*, autodefinida como *encenação* da qual fazem parte os seres de palavra) e o *fazer* (lugar da *instância situacional*, autodefinida pelo espaço ocupado pelos responsáveis pelo ato). Como observado, ele é composto por um *circuito externo* (*fazer*) e um *circuito interno* (*dizer*), indissociáveis, além de ser considerado uma interação de

⁶ O ato de linguagem e os sujeitos participantes da troca serão revisitados no capítulo III, quando abordamos a complexidade enunciativa subjacente ao *corpus* da pesquisa.

intencionalidades. O ato de linguagem será produzido segundo a ação de seres psicossociais que, por sua vez, testemunham as representações imaginárias de sua comunidade; ele não poderá, portanto, ser totalmente consciente.

Na concepção formulada por Maingueneau (2004, 2006), por sua vez, o “discurso” pode ser considerado uma forma de ação sobre o outro, indo além de uma representação do mundo. Seu uso comum, contudo, costuma tratar por “discurso” qualquer enunciado solene ou fala inconsequente (“o presidente fez um discurso”; “isso tudo é só discurso”), sem contar seu emprego para descrever o uso restrito da língua (“o discurso islâmico”; “o discurso dos jovens”; “o discurso administrativo”). Mas o linguista nos apresenta o discurso como algo construído em função de uma finalidade, devendo se dirigir, supostamente, a alguém, ainda que sejam possíveis mudanças durante o percurso. Nesse sentido, toda enunciação constituiria um ato que tem como objetivo modificar uma situação (afirmar, prometer, sugerir, interrogar, etc.). Outro ponto relevante é o fato do discurso só ser classificado como tal enquanto puder se remeter a um “EU”, ainda que o sujeito enunciator, responsável pelo enunciado, possa variar seu nível de adesão à veracidade do que emite, mostrar que está fingindo assumir o enunciado (ironia) ou indicar a outro sujeito a responsabilidade pela fala.

Ainda sobre a noção de discurso, consideramos pertinente apresentar o conjunto de ideias-força mencionadas por Maingueneau (2015): i) o discurso é uma *organização além da frase*, ou seja, é capaz de mobilizar estruturas de *outra ordem*, diferentes das da frase; ii) o discurso é uma *forma de ação*, considerando-se que a fala é uma *ação* sobre o outro, e não somente uma representação do mundo; iii) o discurso é *interativo*, se levarmos em conta que a atividade verbal é uma *interatividade* que envolve dois ou mais parceiros, e que toda enunciação se dá numa interatividade constitutiva, mesmo se for produzida na ausência do destinatário ou na presença de um destinatário passivo; iv) o discurso é *contextualizado* e, por isso, não se pode dizer que ele apenas intervém em um contexto, como se este último não fosse mais do que uma moldura ou um cenário (fora de um contexto, não é possível atribuir sentido ao enunciado); v) o discurso é *assumido por um sujeito* e só poderá ser considerado como tal se estiver relacionado a um EU que, por sua vez, se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e indica a atitude adotada diante do que diz e de seu destinatário; vi) o discurso é *regido por normas*, afinal, tanto o ato de linguagem, quanto qualquer comportamento social implicam certas regras (uma pergunta, por exemplo, implica que o locutor ignore a resposta, que se interesse pela resposta, que acredite que seu destinatário possa respondê-lo, etc.); vii) o discurso

só *adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso*, afinal, para interpretar um enunciado, é preciso relacioná-lo a outros sobre os quais ele se apoia (o que pode ser feito de modo consciente ou não); viii) o discurso *constrói socialmente o sentido*, mas não com base em algo estável e diretamente acessível, afinal, o sentido é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas, uma obra de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis.

Devido à natureza do *corpus* investigado, salientamos a relevância da noção de interdiscurso. Para Maingueneau (1997, 2005), a noção de interdiscurso deve ser relacionada a um *universo discursivo*, ou conjunto de formações discursivas de diferentes tipos que interagem em certa conjuntura, a um *campo discursivo*, ou conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e se delimitam numa região do universo discursivo⁷ e a um *espaço discursivo*, ou subconjuntos de formações discursivas que o analista julgará relevante colocar em relação. O interdiscurso se relaciona, ainda, a uma heterogeneidade enunciativa, ou formas do “outro” se mostrar no discurso. Ela é classificada como *heterogeneidade mostrada*, cuja alteridade está evidente e marcada (discurso citado, palavras entre aspas etc...) e *heterogeneidade constitutiva*, em que os enunciados e marcas de outrem não são tão visíveis e fáceis de apreender.

Ao longo do texto, retomaremos algumas das noções acima mencionadas e apresentaremos outras, com o intuito de constituir as análises sobre bases teóricas sólidas, dentro de um campo teórico-metodológico delimitado. Entretanto, não é nosso intuito revisitar todo o arcabouço teórico que envolve a noção de discurso desenvolvida pelos estudiosos mencionados na seção, mas, somente, apresentar de onde partimos e para onde retornaremos quando necessário. Passaremos, agora, para uma contextualização da AD e do discurso político como objeto de análise, seguida por uma apresentação da Teoria Semiológica (TS).

2.2 Contextualizando a Análise do Discurso e o discurso político como objeto de investigação

Em suas contribuições para a AD, Courtine (2006) aponta o aparecimento da problemática do discurso na linguística francesa como fato contemporâneo à conjuntura política da França dos anos 1968-1970. Especialmente, pelos acontecimentos de maio de 1968, quando

⁷ Lembrando que, para Maingueneau (2005), o campo discursivo pode se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical, etc.

uma greve geral moveu milhares de trabalhadores e estudantes franceses e produziu, segundo o estudioso, uma exasperação da circulação dos discursos nas ruas e também na produção acadêmica. Pouco a pouco, a AD adquiriu um reconhecimento que a fez presente em nomenclaturas que distinguem as diferentes disciplinas que atualmente compõem as ciências da linguagem. Courtine (2006) nos esclarece, ainda, que os escritos doutrinários constituíram o primeiro campo de objetos empíricos da AD. Tais *corpora* foram extraídos com frequência do discurso político francês contemporâneo, especialmente, daqueles advindos de partidos ligados à esquerda. A AD é, portanto, um dos lugares onde a linguística encontra a história e a política.

Outros autores também apontam o envolvimento da AD com a política. Para Piovezani (2009), por exemplo, o discurso político foi objeto privilegiado de investigação da AD durante o período que marca seu surgimento, destacando a relação da disciplina com uma conjuntura de “grandes movimentos discursivos” ou acontecimentos históricos da França. Nas palavras do autor:

Relações estreitas unem a AD a uma conjuntura de grandes “acontecimentos discursivos”: as manifestações, gritos, panfletos e pichações nas ruas, em maio de 68, repercutiram nas letras e fotos dos jornais e, ainda mais, no som e na imagem da tevê; além disso, as discussões em torno do projeto do Programa Comum da esquerda ocupavam corações e mentes francesas. Sua emergência dá-se em meio a uma grande circulação de discursos políticos e seus primeiros desenvolvimentos coincidem exatamente com o momento de consolidação muito provisória da *Union de Gauche*. Nenhuma surpresa, portanto, quanto ao objeto de análise que seria privilegiado pela AD, em suas origens: o discurso político (PIOVEZANI, 2009, p. 163).

A introdução da AD no Brasil, por sua vez, aconteceu num momento em que, na França, a disciplina já passava por certas retificações e reformulações, mas sem abandonar seus princípios básicos. A partir de sua entrada no país, e após enfrentar certas manifestações de resistência e desconfiança, o campo teórico foi se estabilizando e se fortalecendo, até se tornar uma disciplina considerada bastante influente no cenário linguístico das pesquisas brasileiras. Ainda de acordo com Piovezani (2009), é possível afirmar que sua consolidação ocorreu entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, coincidindo com um momento de abertura política devido ao enfraquecimento da ditadura imposta no país pelo regime militar, desde 1964. Interessante observar, inclusive, que sem o início da debilidade do regime, a implantação de um campo de pesquisa que associasse linguística a postulados marxistas teria sido bem mais desafiador.

Para Piovezani (2009), o discurso político permaneceu como tema de frequentes reflexões, mesmo se for considerada a perda de uma posição de quase exclusividade nas

pesquisas e uma diversificação dos *corpora*. O discurso político, continua, portanto, a ter espaço considerável na AD, tanto na França quanto no Brasil. É possível observar, inclusive, que nos estudos franceses que englobam o discurso político, temos de um lado, certa tendência à *gramaticalização*, cujas pesquisas privilegiaram aspectos linguísticos como a quantificação lexical, encaixamentos sintáticos e lexicalização, em detrimento da base histórica. Por outro lado, podemos identificar certa inclinação às ciências da informação ou às ciências sociais, com estudos que se dedicaram quase exclusivamente às facetas técnicas dos suportes midiáticos. A diversidade dos gêneros analisados, entretanto, é vasta, sendo composta por pronunciamentos, panfletos, debates, programas de governo, entrevistas, *jingles*, etc.

Ainda de acordo com o autor supracitado, ancorado em Courtine (2006), várias foram as metamorfoses do discurso político ao longo do tempo, no Brasil e no mundo. Os avanços tecnológicos, a despolitização e dissolução das massas e o predomínio da esfera privada sobre a pública são alguns dos fatores que acarretaram transformações nos discursos produzidos no campo político. Contudo, como observa Piovezani (2009), somente no início dos anos de 1980, Michel Pêcheux⁸ começou a apontar tais alterações no discurso político, reiterando, em seus últimos escritos, que o campo discursivo já estava decididamente mediatizado. Porém, as indicações de Pêcheux não teriam ganhado espaço nos trabalhos da AD que detinham o discurso político como objeto, salvo algumas exceções. Ainda assim, isso não significa que as análises que surgiram posteriormente ignoraram completamente as metamorfoses mais recentes do discurso político.

Para Mainguneau (2006), o empreendimento mais visível na França para a AD foi conduzido em torno de Pêcheux, o que acabou influenciando nomes como Lacan⁹, envolvidos em projetos marxistas de transformação da sociedade. Segundo o linguista, se pensarmos que os empreendimentos de Pêcheux fundaram a AD, sua relação com o discurso político se torna fator fundamental, contudo, desde seu início, haveria pesquisadores que não trabalharam com o discurso político propriamente. No Brasil, pesquisadores como Orlandi (2005) consideram Pêcheux fundador da AD, especialmente quando levam em consideração como a linguagem é materializada na ideologia e como esta última é manifestada na linguagem. A AD proposta por ele levanta questionamentos para a Linguística, especialmente sobre a historicidade excluída.

⁸ Filósofo considerado um dos fundadores da AD de linha francesa.

⁹ Jacques Lacan, que propôs um retorno à teoria freudiana e introduziu a ela conceitos fundamentais, como o de “gozo”.

Afinal, para Pêcheux, o sentido das palavras não está em sua literalidade, mas existe nas relações de metáfora (transferência) que acontecem nas formações discursivas que, por sua vez, são seu lugar histórico provisório. Ele questiona a transparência da linguagem no campo das Ciências Sociais, criticando o fato de elas não romperem, mas darem continuidade à ideologia que as funda.

Ainda de acordo com Orlandi (2020), Pêcheux, vindo da Filosofia, tentava encontrar uma forma teórica de abordar a ideologia com base na materialidade da linguagem. A pesquisadora, a partir de 1970; e, depois... de viagem à França, traz, ao Brasil, conceitos fundadores de Pêcheux, apresentando-o a seus alunos da Universidade de São Paulo (USP) antes mesmo que uma disciplina que carregasse o nome “Análise do Discurso” fosse oficialmente ofertada. Como nossa pesquisa não toma como base a teoria pecheutiana, vamos nos limitar em sua apresentação, parando por aqui. Nossa intenção, ao citar o teórico, é contextualizar o surgimento da AD na França e também sua chegada ao Brasil.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Charaudeau (2015) destaca que os estudos linguísticos descobriram e determinaram um novo campo de análise da linguagem, a AD. Através deste campo, estudos linguísticos que não remetiam mais ao entendimento dos sistemas constituintes da língua ganharam espaço, voltando-se aos atos de linguagem produzidos no espaço social e que são testemunhas do universo de pensamentos e valores de certo período histórico. Passaremos, a seguir, para o levantamento de algumas questões sobre o discurso político, consideradas relevantes para o texto em curso.

2.2 O discurso político e seu entorno: algumas questões para o analista

Para Charaudeau (2018), a AD desenvolvida na França tomou como uma de suas principais bases um *corpus* especificamente político. Afinal, não há política sem discurso e a linguagem é o que permite que se constituam espaços de discussão, persuasão e sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação política. O autor nos lembra, ainda, que não é o discurso que é político, mas é a situação que assim o torna. De modo símile, o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não age sem a palavra, aquela que intervém num espaço de *discussão*, num espaço de *ação* e num espaço de *persuasão*. Este último, fundamental para a pesquisa proposta. Lembrando que o pensamento político pode ser fabricado em diferentes lugares, não estando limitado aos responsáveis pela governança ou aos pensadores da coisa política. Uma das características do discurso social é justamente sua capacidade de circular no interior dos grupos e atravessar outros que dele podem se apropriar ao preço de uma

alteração. No caso do discurso político, mesmo que seja construído de modo rigoroso e teorizante, ele pode se ver manifestado em diferentes situações de comunicação, atravessando diferentes comunidades de opinião, insinuando-se em comentários e voltando ao seu ponto de origem. Afinal, como menciona Charaudeau (2018), o discurso se difunde, dá voltas e se transporta ao ponto de perder seus dados de origem.

Nas palavras do linguista:

(...) a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (2018, p.21).

Em “O discurso comunista endereçado aos cristãos”, Courtine ([1981]/2009) apresenta a AD como produtora, no discurso, de uma relação do linguístico com o exterior da língua e as questões que ali emergem. Nesse sentido, seria preciso levantar indagações como: quem fala e do que fala o discurso? Como é possível a identificação dentro dele de temas determinados? Quais seriam as condições de produção do discurso, mas também de interpretação e de compreensão? O autor se insere numa tradição daqueles que, na AD, fizeram do discurso político um objeto de estudo privilegiado da relação da língua, seu entorno e as ideologias. Ele nos alerta, entretanto, para a redução do discurso à análise da língua, mas também para sua dissolução no trabalho histórico sobre as ideologias. Em nossa pesquisa nos inspiramos nos estudos de Courtine ([1981]/2009)¹⁰, que estabelece um quadro teórico inscrito em uma posição determinada da AD, apresentando princípios teóricos gerais que delimitam a área, mas que também introduz um conjunto de outros elementos em resposta a preocupações não só de linguistas, mas de filósofos e de historiadores que tratam, no discurso, da relação entre a língua e a história.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Charaudeau (2018) defende que um linguista do discurso não pode ignorar o fato de que a linguagem só faz sentido se considerarmos um contexto psicológico e social. E é por isso que procedimentos de análise deveriam integrar conceitos e categorias de outras disciplinas, compreensão que, para nossa pesquisa, torna-se

¹⁰ Reiteramos, aqui, o que observamos na introdução do capítulo, sobre nossa filiação metodológica. Mencionamos outros autores, como Courtine e Bakhtin, apenas com o intuito de fortalecer nosso entendimento sobre a relevância de aspectos exteriores à língua e de sua relação com a ideologia.

valiosa. Afinal, nosso *corpus* é formado por um conjunto de signo-sintomas que representam determinados sistemas de valores, o que nos revela representações que são, especialmente, ideológicas. Lembrando que, na visão do linguista supramencionado, uma ideologia se funda a partir de um sistema de valores de natureza afetiva e normativa que pode definir as aspirações humanas, afirmando-as como princípios e organizando-as em um discurso de racionalização autojustificada.

Sob tal perspectiva, a ideologia não pode ser considerada um sistema de valores que tem como função mascarar o real. Afinal, o *processo de ideologização* constrói um conjunto de crenças¹¹ mais ou menos teorizadas sobre a atividade social, tendo por efeito discriminar as identidades sociais¹²:

A ideologia é um sistema de pensamento mais ou menos fechado sobre ele próprio e que é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe. Ideologia e poder encontram-se em seguida para determinar múltiplos lugares de soberania parcial e provisória, podendo essas soberanias ser majoritárias em um grupo, mas minoritárias em relação a outro mais amplo que engloba o primeiro (CHARAUDEAU, 2018, p. 201).

Ainda sobre a questão, sabemos que diferentes abordagens ligam as instâncias linguagem e ideologia. Bakhtin ([1929]/2006) apresenta o conceito de *signo* e, a partir dele, introduz sua relação com a ideologia. Para ele, tudo o que é ideológico possui um *significado*, remetendo a algo situado fora de si mesmo. Nesse sentido, tudo o que é ideológico é um *signo* e, sem signos, não é possível pensar em ideologia. No caso dos instrumentos de produção, por exemplo, sabemos que eles desempenham determinadas funções sem necessariamente refletir ou representar alguma outra coisa, mas podem ser convertidos em signo ideológico, se revestindo de outros sentidos, como é o caso da foice e do martelo. Algo semelhante aconteceria com os produtos de consumo que, na concepção do filósofo, não podem ser considerados, à primeira vista, um *signo*. Ainda assim, podem ser associados a signos ideológicos, como é o caso do pão e do vinho, que se tornaram símbolo religioso no sacramento cristão. “(...) todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades” ([1929/2006], p. 32).

¹¹ Lembrando que não é nosso propósito descrever as ideologias que aparecem no campo político, mas localizar os saberes de crença que ali circulam e que formam os imaginários sociodiscursivos presentes nos discursos, questões que abordamos mais intensamente no capítulo IV.

¹² A noção de imaginários sociodiscursivos será definida na seção 2.6.2 e revisitada no capítulo IV.

Um signo pode distorcer a realidade que ele reflete e refrata, ser fiel a ela ou apreendê-la sob um ponto de vista específico. Nesse sentido, um signo ideológico não pode ser considerado somente um reflexo ou uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dela. Lembrando que, tudo o que é ideológico, possui um valor que também é semiótico. E os aspectos semióticos e o papel da comunicação social como fator condicionante não emergem em nenhum lugar de forma mais clara do que na linguagem, sendo por isso que a palavra é considerada, por Bakhtin, como um fenômeno ideológico por excelência.

A representatividade da palavra como fenômeno ideológico é uma das razões para que ela seja colocada em primeiro plano no estudo das ideologias, afinal, ela as materializa. Os signos não-verbais veiculam discursos, não sendo possível isolá-los ou separá-los completamente dele. Ainda assim, é preciso levar em conta que os signos ideológicos (musical, ritual religioso, representação pictórica, etc.) nem sempre podem ser substituídos inteiramente por palavras, mas acompanham e se apoiam nelas, como menciona Bakhtin. Apesar de nos afinizarmos um pouco mais com a corrente bakhtiniana, não é possível deixar de citar as contribuições de Pêcheux e de Orlandi para a relação entre linguagem e ideologia. Para Pêcheux (1990), não há discurso sem sujeito e, sem sujeito, não há ideologia. Retomando tais estudos, Orlandi (1999, 2015) lembra que os sentidos não estão somente nas palavras, mas na relação com a exterioridade e nas condições em que são produzidos. Ela afirma, ainda, que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo, levando-se em consideração um processo sócio-histórico. Não nos aprofundaremos em tal vertente, uma vez que nosso referencial teórico-metodológico é a TS e suas teorizações sobre representações e imaginários sociodiscursivos. Contudo, consideramos pertinente destacar que, como mostra Orlandi (2007), a ideologia deve ser pensada através da linguagem, pois sua materialidade é o discurso e a materialidade do discurso é a língua; a ideologia, sob tal perspectiva, deve ser encarada como um funcionamento discursivo.

Ainda tomando como base os estudos pecheutianos, Orlandi (2019) apresenta o discurso como o lugar de contato entre a língua e a ideologia. E é na medida em que o discurso é instalado num quadro teórico específico (o da AD), que a noção de língua deixa de se limitar à da Linguística e a noção de ideologia não é mais a da sociologia. “É tarefa da AD analisar os processos característicos de uma formação discursiva que devem dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso (aí incluída a língua) e as condições em que ele é

produzido” (ORLANDI, 2019, p. 298). Segundo tal vertente, ideologia e inconsciente estão materialmente ligados na produção de sentidos, e a AD poderia intervir em tais campos.

Ao nos debruçarmos sobre o discurso político, portanto, é natural que elementos advindos de estudos de outras naturezas se integrem às análises. E é também por isso que optamos pela TS como espinha dorsal deste trabalho, já que a consideramos campo aberto à recepção de novas formas de lidar com objetos tão complexos. Partimos da perspectiva de interdisciplinaridade focalizada apresentada por Charaudeau (2013), que também defende a necessidade de cautela na articulação entre conceitos e instrumentos de análise que utilizem diferentes disciplinas ao mesmo tempo. Afinal, para levantar uma questão ou tomar conceitos emprestados, é necessário considerar um referencial teórico não com o objetivo de deformá-lo, mas, sim, de trazer sua luz, sem deixar de explicar até que ponto e com quais propósitos de análise tais referenciais serão incorporados em outra disciplina.

Por isso, antes de passarmos para o próximo tópico da discussão, ligado às dimensões *antagonista* e *agonista* do discurso político, pedimos licença para mencionar, ainda que brevemente, alguns pontos sobre a formação da TS¹³ de Patrick Charaudeau¹⁴, uma vez que esta constitui a coluna metodológica fundamental de nossa pesquisa.

2.3 A Teoria Semiolinguística: breve contextualização

Como explica Mazière (2010), Patrick Charaudeau vem, desde os anos 1980, desenvolvendo uma metodologia de análise que leva em consideração elementos das ciências da linguagem, da psicossociologia, das ciências da informação e da comunicação. Tal instrumento de análise possibilitaria o estudo dos processos de produção e de recepção (contratos, papéis, gêneros, comportamentos discursivos, etc.), levando em conta as diferentes manifestações semiológicas possíveis (verbais, visuais e gestuais). No Brasil, a TS passou por algumas transformações e releituras. Como mencionam Machado e Mendes (2020), em terras mineiras, os mais diversos *corpora* foram a ela submetidos, com a introdução de novos temas e campos antes mesmo de serem tratados pelo fundador da teoria: a paródia; as representações,

¹³ No artigo “*Histoire d’un emprunt. Histoire d’une coïncidence: un hommage à Jean Peytard*” Charaudeau (2013) aborda a criação e as origens de suas teorias, assim como alguns dos nomes que o inspiraram (ato incomum em seus textos).

¹⁴ Linguista francês, fundador da TS e Professor da Universidade Paris-Nord.

os imaginários e os estereótipos; a (auto)biografia e as narrativas de vida; os discursos midiáticos, quadrinhísticos, religiosos, eróticos, entre tantos outros.

Ainda segundo as autoras, a TS¹⁵ estuda ou analisa discursos sociais e, por isso, deve-se levar em conta as atitudes do sujeito-comunicativo face ao seu discurso, face ao mundo que o rodeia (social) e face ao outro para quem a comunicação é dirigida. Talvez por isso, a teoria sempre se apresentou aberta a diferentes possibilidades de diálogo com outros campos. Sua posição na AD é chamada de Semiologia justamente por englobar e imbricar uma “semiose” e uma “linguística”, evocando que a construção do sentido e sua configuração se faz com a ajuda de uma relação forma-sentido a partir de diferentes sistemas semiológicos, sob a responsabilidade de um sujeito de intencionalidade que é tomado num quadro de ação e que possui um caráter social.

Para Charaudeau (1995), a linguagem é capaz de incluir diferentes dimensões: i) uma dimensão *cognitiva* sobre a qual surge a questão de saber se existe uma percepção e uma categorização do mundo independente da ação da linguagem, ou se estas são realizadas através da linguagem; uma dimensão *social e psicossocial* sobre a qual surgem questões que envolvem o valor de troca dos signos e de influência dos fatos linguísticos; uma dimensão *semiótica* (tomada em sentido amplo) em que surgem problemas da relação entre a construção do sentido e a construção das formas, levantando-se questões ligadas à realização da semantização das formas e da semiologização do sentido. A linguagem é, sob tal perspectiva, multidimensional, ainda que o analista opte por estudar uma dimensão ou outra. Para que a chamada “semiotização do mundo” se realize, é necessária a interação entre dois processos: um de *transformação* e um de *transação*. No primeiro deles, sob a ação e o projeto de influência social do sujeito falante, vamos de “um mundo a ser significado” para “um mundo significado”. No segundo processo, o “mundo significado” se torna um objeto de troca com outro sujeito falante que desempenhará o papel de destinatário deste objeto.

Lembrando que um ato de linguagem pressupõe uma *intencionalidade* dos sujeitos falantes parceiros numa troca, esse ato também depende da *identidade* dos parceiros, *visa a influência* e é portador de *uma proposição sobre o mundo*, realizando-se num determinado tempo e espaço comumente chamado de *situação*. Além disso, a estruturação de um ato de

¹⁵ Como mostram Machado e Mendes (2020), a TS se tornou base para inúmeros estudos e discussões brasileiras nos últimos vinte anos, despertando o interesse de pesquisadores do CEFET-MG e de outras instituições de ensino que se filiaram à teoria, especialmente para pesquisas ligadas às mídias.

linguagem demandará dois espaços: um de *restrições*, em que precisam existir as condições mínimas necessárias para a validade do ato de linguagem, e um de *estratégias*, em que se encaixam as escolhas possíveis e a disposição dos sujeitos na *mise en scène* do ato de linguagem.

Segundo o supracitado autor (2010), o sentido do ato de linguagem não reside, sob tal perspectiva, somente a partir de uma manifestação verbal ou do que está contido explicitamente no enunciado, possível de ser verificado a partir da gramática ou do dicionário. É preciso considerar que as palavras e os enunciados não significam somente por si mesmos, sendo interpretáveis também a partir de uma relação com um “outro lugar”. Todo ato de linguagem é, portanto, produzido e interpretado levando em consideração as condições que presidem sua produção e sua interpretação.

O linguista também fala sobre uma teoria do “sujeito do discurso” e uma teoria da “situação de comunicação”. A primeira, necessária uma vez que o sujeito se encontra no centro do processo de produção e de interpretação do ato de linguagem, sendo, em parte, condicionado pela situação de comunicação. Esta última se faz necessária pois estrutura o ambiente de linguagem pertinente.

Como explica Charaudeau (2007), a fala do discurso político circula no espaço público e se inscreve numa cena política. Ela é lançada sem o total domínio dos efeitos que produzirá e sua análise conduz o pesquisador a se interrogar sobre questões como: i) quem lança essa fala e a quem é endereçada? Sobre qual legitimidade se fundamenta?¹⁶ ii) qual é a situação de comunicação¹⁷ e o dispositivo de troca? iii) qual é o objetivo de persuasão que impõe visadas de credibilidade e de captação?¹⁸

¹⁶ Enquanto a *legitimidade* se refere a um direito do sujeito de fazer ou de dizer alguma coisa, a *credibilidade* se liga à capacidade do sujeito de dizer ou de fazer (CHARAUDEAU, 2018).

¹⁷ Charaudeau (2010a) define situação de comunicação como a estrutura do ambiente de linguagem, ou seja, o espaço em que é definido o “jogo de expectativas” da troca comunicativa.

¹⁸ A *visada de credibilidade* está ligada à informação, em *fazer saber* ao cidadão o que se passa no mundo, especialmente quando utilizada no discurso das mídias. Nesse processo, há extensa preocupação com a veracidade da reconstituição dos fatos, com seu grau de verossimilhança que pode ir do mais provável ao improvável. Já a *visada de captação* está ligada à necessidade de emocionar o público, mobilizar seus afetos e desencadear o interesse e a paixão pelo que está sendo reportado. No contrato de publicidade, por exemplo, há certo grau de tensão entre *informar* e *seduzir*, afinal, o objetivo é fazer com que o máximo de pessoas consuma o produto. Nele, a segunda visada (*seduzir*) é a que domina, ao contrário do contrato de informação. Neste último, a visada do *fazer saber*, ligada à verdade, é a dominante, afinal, sua legitimidade e credibilidade são construídas a partir disso.

O espaço público em que circula a fala, por sua vez, é suscetível de ser estruturado em diferentes “cenas discursivas” (científicas, jurídicas, religiosas...), em meio às quais se encontra a cena política. Esta última, por sua vez, se diferencia das cenas publicitária e midiática, mesmo que uma usufrua das vantagens da outra, se caracterizando por um dispositivo que é colocado a serviço de uma expectativa de poder. E, como explica Charaudeau (2007, 2018), é aqui que entram as chamadas *instância política* e *instância cidadã*¹⁹. A primeira direcionada a um “agir sobre o outro” e acompanhada de uma “exigência de submissão do outro”, fazendo com que a tensão seja orientada à produção de efeitos. A segunda, por sua vez, julgará os programas que lhe são propostos pela primeira, criticando e escolhendo os atores políticos.

Importante ressaltar, ainda, alguns pontos fundamentais que levam a instância política a exercer seu poder, como, por exemplo, um direito formado pela legitimidade atribuída pelo jogo da representatividade, da delegação do poder pelo povo ou adquirida por estratégias discursivas de legitimação operacionalizadas pelo ator político. Há de se considerar, também, um *saber* e um *saber-fazer* que possibilitarão ao sujeito político acessar estratégias de construção de imagens de si com o objetivo de se tornar credível (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação) aos olhos do eleitorado. Mas são os *valores* compartilhados entre as instâncias política e cidadã o que, talvez, mais interesse à nossa pesquisa. O ator político também pode exercer seu poder em nome de valores comuns que se fundem em um ideal de “viver junto”, o que pode ocasionar o que Charaudeau (2007) chama de “problema de fronteira” entre *logos* e *pathos*. O discurso político é, nesse sentido, um lugar de uma “verdade de mãos atadas”, de um “faz-de-conta” em que a verdade da fala lançada ao público pode se tornar menos importante do que sua força de “veracidade”.

Charaudeau (2002) levanta questões ligadas aos sentidos da análise do discurso político, partindo da hipótese de que, no campo político, o discurso não tem sentido fora da ação, o que também envolve o exercício do poder. Para ele, é através das próprias conquistas linguísticas que os atores constroem uma identidade discursiva e também um objetivo de persuadir o público. Nesse sentido, o discurso é parte integrante de um quadro de ação em que as identidades sociais são determinadas, assim como os papéis sociais dos parceiros no

¹⁹ Há, ainda, a descrição de mais duas instâncias que também podem constituir lugares de fabricação do discurso político: a instância adversária e a midiática. À primeira, caberá o papel de produzir duras críticas ao poder vigente e, à segunda, utilizar meios de informação para unir as instâncias política e cidadã, buscando pela credibilidade junto ao público (visada de credibilidade) e à cooptação de sua atenção (visada de captação).

intercâmbio linguístico. É formado, então, um quadro “situacional” ou “comunicacional”, em que um conjunto de condicionantes determinam o comportamento discursivo dos parceiros da troca. Isso inclui a possibilidade de falar, segundo o direito concedido, os papéis enunciativos que serão assumidos, os modos de organização do discurso que são esperados.

A partir desse quadro proposto pelo linguista é que surge o projeto de influência do sujeito comunicante, que realiza um discurso combinando os objetivos impostos pelas restrições situacionais e os que correspondem ao seu próprio projeto de comunicação, segundo a maneira como imagina ser seu interlocutor²⁰. É claro que, nesse processo, o sujeito falante se posiciona em relação a valores que circulam no (s) grupos (s) a que pertence, mesmo que não perceba. Ele age²¹ sobre o outro, apoiando-se nas representações e nos valores que circulam na sociedade. O autor destaca, ainda, que o “agir sobre o outro” implica numa posição de poder na linguagem, integrando um processo de influência capaz de modificar o estado físico ou mental do outro. “Agir sobre o outro”²² se refere, portanto, a um projeto intencional de influenciar o comportamento ou o conhecimento alheio, o que inclui a intenção seguida de efeito.

Importante destacar, ainda, a relevância do discurso político dentro do escopo teórico formado pela TS²³. Sabemos que o fenômeno político se estabeleceu como objeto de interesse em diferentes campos de saber, entre eles a Sociologia, a Psicologia Social, a Filosofia, a Comunicação Política e as Ciências Políticas. Mas a AD e, mais especificamente, sua vertente semiodiscursiva, não se concentrou na racionalidade política e nem nos mecanismos ligados ao comportamento do eleitorado. Ao contrário, a teoria se dedica ao estudo das estratégias dos discursos que sustentam a ação política, buscando compreender os atos de linguagem que circulam no mundo social sob uma perspectiva mais ampla. No Brasil, alguns pesquisadores têm se dedicado à investigação de traços do discurso produzido pela extrema direita dentro e

²⁰ Abordamos a proposta de Charaudeau (2008) para o ato de linguagem no capítulo III da tese.

²¹ Para o linguista francês, esse “agir” sobre o outro está ligado ao problema que Habermas denomina “agir comunicativo”. Uma ação é uma comunicação como resultado das trocas linguísticas e uma comunicação é uma ação através dos efeitos e das transformações produzidas pelos fatos linguísticos. Charaudeau (2002) acrescenta, no entanto, que um ato de comunicação é definido como um ato de troca sempre “interacional”. O resultado não depende unicamente da intenção do sujeito falante, mas da junção dela com a do sujeito interpretante.

²² O “poder de agir”, por sua vez, se refere à capacidade do indivíduo de realizar uma tarefa, e não deve ser confundido com o poder de “agir sobre o outro”.

²³ Uma série de publicações do linguista francês apresenta o discurso político como objeto de análise. Entre as fundamentais para nossa pesquisa, estão “Discurso Político” (2015) e a “A conquista da opinião pública” (2020), por exemplo.

fora do espaço digital. Ainda que não tenhamos a pretensão de enumerar todas as obras, citamos como exemplos pesquisas desenvolvidas por Baronas e Ponsoni (2018), Baronas, Costa e Ponsoni (2019), Piovezani (2020, 2021, 2022), Carreon e Baronas (2020), Azevedo (2022) e Sargentini (2022).

Num contexto em que a palavra política tem passado por metamorfoses cada vez mais ágeis e intensas, consideramos fundamental lançar mão de escopos teóricos que levem em consideração os aspectos semiológicos, sociais e psicossociais do discurso. Há mais de vinte anos, Courtine (2003) já mencionava as transformações do discurso político, abordando a emergência de um modelo de falas breves em oposição ao tipo de oratória longa e monológica. Falas imediatas, interativas e fragmentadas já ganhavam espaço, submetendo o ator político às novas práticas de comunicação características dos aparelhos audiovisuais de informação²⁴. Tomado por uma lógica agonística, o discurso político encontrou, nas redes sociais e em aplicativos de trocas de mensagens instantâneas, um campo fértil para sua produção e disseminação, formando um novo modelo de comunicação política, mais instantânea e direta.

Agora que situamos o cenário teórico-metodológica que norteia a pesquisa, levando em consideração sua imbricação com outros campos, passaremos para discussões a respeito da política, o político e o poder no campo discursivo. Ao introduzir as reflexões que apresentaremos a seguir, temos como objetivo elucidar o campo digital e multimidiático em que o discurso político será analisado, palco de intensa dicotomização que se materializa por meio das imagens, valores e imaginários explorados ao longo do texto.

2.4 A política, o político e o poder numa esfera discursiva

Não cabe à pesquisa explicar as raízes da polarização a que se submeteu o Brasil, especialmente após as manifestações de junho de 2013. Entretanto, é impossível negar sua influência e implicações no campo discursivo, que se viu tomado por uma lógica agonística e patêmica, como veremos nas próximas páginas. Se algo acontecia nos submundos digitais²⁵, as

²⁴ No capítulo III, abordaremos as transformações do discurso político a partir da emergência da internet como canal de comunicação entre o político e seu eleitorado.

²⁵ Checchia et al. (2023) falam em modelos de comunicação de submundo, ou seja, aqueles que não guardam relação direta com o que se passa na realidade e ativam o “pânico moral” na população. Por meio do acesso a plataformas baratas e de fácil trânsito de dados quatro grandes preconceitos da humanidade foram reatualizados (racismo, machismo, xenofobia e homofobia), disseminando conspirações antidemocráticas e ataques às mulheres, comunidade LGBTQIA+, pobres, população negra, latinos, migrantes, povos originários e outros grupos. Nos

eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 revelaram a essência da disputa que parecia superar o desejo pela vitória. Além de vencer, era necessário aniquilar o adversário. No campo da Ciência Política, Mouffe (2015) alertou para a utopia do consenso e até mesmo da reconciliação na política democrática. Contemplar um cenário em que a dicotomia “*nós versus eles*” estaria superada²⁶ é o mesmo que ignorar a dimensão afetiva que as identificações coletivas²⁷ mobilizam, e crer que as paixões políticas desaparecerão com o avanço da racionalidade. A abordagem crítica da superação da polarização entre direita e esquerda e da possibilidade de um consenso racional universal (pós-política) se dá num contexto de recusa da dimensão inerentemente antagonista do político.

Em seus estudos, Mouffe (2015) apresenta a distinção entre as dimensões do antagonismo e do agonismo. No primeiro caso, o confronto é estabelecido entre inimigos, o que impossibilita a chegada ao consenso, enquanto que, no segundo caso, as disputas são estabelecidas entre adversários capazes de gerir o confronto e chegar a lugares razoáveis²⁸. Atualmente, contudo, a dimensão antagônica do político é lançada para a esfera moral, substituindo a ideia de conflito pautada em “*direita versus esquerda*” para “*certo versus errado*”, o que agrava ainda mais possíveis cenários de concessão. O “político” é encarado, sob tal perspectiva, como espaço de poder, de conflito e de antagonismo. A “política”, por sua vez, é vista como conjunto de práticas e de instituições por meio das quais é criada uma ordem e organizada a coexistência humana em um contexto conflituoso produzido pelo político. Em contextos extremos, pode haver a eclosão generalizada de antagonismos capazes de questionar os próprios parâmetros da ordem existente.

Para a autora, quando se fala em identidades coletivas é preciso levar em consideração a existência de um “*nós*” que só pode existir pela demarcação de um “*eles*”. Tal relação não

EUA, o fenômeno viveu seu auge com a gestão de Donald Trump que, mesmo após perder as eleições de 2020, mostrou a força política da extrema direita pelo número apertado de votos.

²⁶ A autora cita o racionalismo liberal como um dos movimentos que aponta a possibilidade de reconciliação política entre grupos adversos.

²⁷ As identificações baseadas em valores políticos e ideológicos comuns e em imaginários partilhados serão abordadas em diferentes pontos da pesquisa, tendo relevância fundamental para as análises propostas.

²⁸ No agonismo, embora as partes reconheçam que não há solução racional para o conflito, a legitimidade dos oponentes é levada em consideração. Todos se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando o mesmo espaço simbólico em que vive o conflito. A ideia de agonismo, como menciona a própria Mouffe (2015), é partilhada por diferentes estudiosos que, em geral, consideram o político um espaço de liberdade. Nesse contexto, a tarefa da democracia seria transformar o antagonismo em agonismo.

precisa ser, necessariamente, antagonística, contudo, é preciso reconhecer que ela sempre poderá migrar para um cenário de “amigo *versus* inimigo”. Isso poderá acontecer especialmente quando se acredita que o “eles” está ameaçando a existência do “nós” e questionando sua identidade. Tal perspectiva está presente em boa parte das alocações de JB, além de ser comumente utilizada em discursos com traços populistas²⁹. Lembrando que, na perspectiva de Mouffe (2015), o populismo de direita defende a volta de uma soberania popular, compreendida, sob tal perspectiva, como “soberania nacional” reservada àqueles que são os verdadeiros “nacionais”. Tal movimento constrói uma ideia de “povo” que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes (num cenário europeu), defendendo a restauração da democracia.

Contudo, como veremos ao longo da pesquisa, o discurso neoconservador brasileiro que possui traços da retórica populista não costuma se ater à questão imigratória e tampouco a um retorno à democracia. Compreendemos que crises ligadas ao movimento de imigrantes e refugiados são mais comuns em locais que enfrentam a problemática, tornando-a tema central de suas discussões políticas. No caso brasileiro, é a esquerda que parece assumir o papel de mal a ser combatido e eliminado, especialmente quando uma agenda moral é integrada à narrativa, fazendo com que adversários políticos sejam ligados a ações libidinosas falaciosas, como é o caso do chamado “*kit gay*”³⁰ e à exposição da população “inocente” a modelos de constituição familiar diferente do tradicional. Sobre a defesa da democracia, compreendemos ser a esquerda a responsável por incluir a pauta em sua agenda de debates³¹, enquanto os movimentos retóricos

²⁹ A relação entre o discurso bolsonarista e o populismo é analisada com mais detalhes no capítulo dedicado ao estudo das paixões políticas.

³⁰ Especialmente em 2018, informações falaciosas relacionaram a esquerda à distribuição de materiais nas escolas num movimento chamado de “*kit gay*”. Através do projeto “Escola Sem Homofobia”, vinculado ao Ministério da Educação durante o governo da presidenta DR, foram encomendados materiais que tinham o objetivo de combater o preconceito e a discriminação contra a população LGBTQIA+. Entretanto, após o envolvimento em polêmicas e pressões de setores e grupos da sociedade, o projeto acabou suspenso, em 2011, sem de fato chegar aos alunos. Ele acabou sendo alvo de intensas críticas e relacionado ao incentivo à homossexualidade, além de pejorativamente chamado de “*kit gay*” por representantes da extrema direita brasileira e grupos conservadores, entre eles, o então deputado JB. O assunto voltou à tona durante a corrida presidencial de 2018, sendo bastante explorado pela campanha de JB como forma de ataque a Fernando Haddad, principal adversário político e Ministro da Educação durante a formulação do projeto “Escola sem Homofobia”.

Como explica Azevedo, a narrativa relacionada à questão do gênero e da sexualidade passou a ameaçar “valores” e costumes enraizados na sociedade brasileira, em especial, no âmbito das famílias consideradas mais tradicionais.

³¹ Como mostrado em trabalhos anteriores: OLIVEIRA, J. G. *Ethos, humor e discurso: a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação*. Dissertação (Dissertação em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte, 2018.

contrários costumam se reunir em torno de símbolos da nação, como bandeiras e hinos ligados ao militarismo, ao nacionalismo exacerbado e ao período da ditadura. Já em seu primeiro pronunciamento³² como presidente, JB apresenta uma retórica antagonista pautada num *nós* (“o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo”; “temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos”) em contraste a um *eles* (“ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade”), padrão que se repete ao longo do *corpus* coletado. Obviamente, “*nós*” não se refere a toda a população brasileira, mas às “nossas famílias, alicerce da nossa sociedade”, ou seja, aos que são considerados como verdadeiros patriotas que compartilham valores e identidades coletivas.

Seguindo a linha de raciocínio de Mouffe (2015), percebemos que as fronteiras entre direita e esquerda se tornaram bastante indefinidas nas últimas décadas³³, o que tem gerado imbricações no campo discursivo e nos antagonismos que ali se materializam. Para a cientista política (2015, 2019), a indefinição da fronteira direita/esquerda é um fenômeno complexo que enfraquece a democracia e cria terreno para o surgimento de identidades coletivas cuja natureza é hostil ao tratamento democrático. A autora faz uma crítica a uma perspectiva essencialista dominante no pensamento da esquerda (“essencialismo de classe”), sob a qual as relações de classe seriam regentes de todo e qualquer conflito. Sob tal perspectiva, as identidades políticas seriam resultado exclusivo da posição dos agentes sociais nas relações de produção, e os interesses definidos por essa posição. É preciso levar em conta, contudo, demandas que não estão baseadas diretamente na categoria “classe”, levando em consideração, por exemplo, novas ondas do feminismo, o movimento LGBTQIA+, as questões antirracistas, entre outras. Nesse contexto, Mouffe (2019) desenvolve uma abordagem alternativa “antiessencialista” capaz de abarcar a multiplicidade das lutas contra diferentes formas de dominação.

Também é preciso considerar que, ao invés de observarmos democracias mais maduras (numa visão pós-política), o que se assiste é à perda da legitimidade das instituições democráticas em diferentes partes do globo, além de um fortalecimento das identidades coletivas. Sobre esse último ponto, a autora afirma que os novos populistas sabem bem que a política consiste na criação de um “*nós contra eles*”, o que, por sua vez, exige o estabelecimento

³² Pronunciamento realizado no dia 1º de janeiro de 2019, em Brasília, e direcionado ao povo brasileiro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/em-2-discurso-bolsonaro-fala-em-acabar-com-ideologia-que-defende-bandido.htm> Acesso em: 8 fev. 2024.

³³ Rememoramos a questão no capítulo V, lembrando que, para Dubet (2020), as questões de classe se tornaram mais complexas e diversificadas.

de identidades coletivas. O poderoso apelo de seu discurso se baseia em formas partilhadas de identificação em torno do “povo”, acontecendo, sobretudo, na esfera moral. Isso significa que os antagonismos políticos estão sendo formulados, de forma cada vez mais intensa, sob categorias morais e expressos sob a linguagem da moralidade, o que afasta qualquer conciliação possível. Se o inimigo é ligado à moralidade decaída, não há saída exceto exterminá-lo.

Devido ao objeto da pesquisa, abordaremos, ao longo do texto, características discursivas de um populismo ligado à direita. Entretanto, é preciso reconhecer que estratégias retóricas muito semelhantes também podem ser adotadas por movimentos políticos de esquerda, salvo, é claro, por algumas diferenças. Ainda que não nos atenhamos à explanação do que difere um movimento do outro, consideramos pertinente frisar que a esquerda também pode reunir suas estratégias discursivas em torno da construção de um “nós”, um “povo” que, como menciona Mouffe (2019), deve confrontar um adversário comum que, nesse caso, poderá ser estabelecido através das chamadas “oligarquias”. Um populismo de esquerda, contudo, terá como desafio o estabelecimento de cadeias de equivalência entre demandas que, novamente, superam a clássica luta de classes, levando em conta questões ligadas à fragmentação e diversidade dos trabalhadores, à classe média precarizada, à comunidade LGBTQIA+, aos imigrantes, entre outras especificidades de várias demandas democráticas. A autora supracitada defende a ideia de que, apesar da existência massiva de pessoas que se sentem perfeitamente à vontade com valores reacionários comumente utilizados pelo populismo da direita, há outras que são atraídas pela retórica da esquerda por acreditarem que ela é a única a se preocupar com seus problemas. Nesse caso, quando uma linguagem diferente está disponível, parte da população pode se ver tentada a lidar com suas questões de forma diferente e entrar para a luta progressista.

2.4.1 O poder e a formação das relações antagonísticas

Levar em consideração as paixões políticas requer, para Mouffe (2015), introduzir aspectos da psicanálise aos estudos, em especial algumas concepções fundamentais de Freud e de Lacan. Sabendo das interlocuções possíveis entre psicanálise e discurso³⁴, nos atrevemos a citar, seguindo os passos da cientista política, a compreensão freudiana para o intenso processo

³⁴ Orlandi (2005), por exemplo, fala sobre as características fundamentais que Michel Pêcheux imprimiu à AD, concebidas com base na relação entre a Linguística, a Psicanálise e a História. Já Piovezani Filho (2017) nos lembra como a AD surge no contexto da segunda metade da década de 1960, na França, com influências da própria linguística, do marxismo e também da psicanálise.

de “identificação” entre pares e a eleição de um inimigo comum, formando-se uma relação antagonística entre membros de uma mesma nação pautada sobre identificações coletivas.

Uma sociedade em constante ameaça de dissolução é apresentada por Freud ([1930]/1997), assim como os atributos instintivos dos homens, criaturas capazes de computar poderosas parcelas de agressividade. Uma das saídas possíveis para a hostilidade inerente ao ser humano seria a promoção de laços comunitários capazes de mobilizar os instintos libidinais³⁵. Unir indivíduos numa identidade comum, coletiva, um “nós”, é um ato que pode ser realizado através de um investimento libidinal, geralmente ligado a Eros, força capaz de manter unidas todas as coisas do mundo. A tarefa, contudo, implica na definição de um “eles”. A partir da teoria de Freud³⁶, Mouffe (2015) explica que mesmo que seja possível manter um grupo unido através do amor, é necessário que existam outras pessoas para receber suas manifestações de agressividade.

De fato, para o psicanalista, abandonar a satisfação da inclinação para a agressividade não é tarefa fácil, se não impossível. A formação de grupos culturais oferece vantagens ao conceder a esse instinto um escoadouro sob a forma de hostilidade contra intrusos. Percebemos, portanto, que a teoria dá pistas para explicar a formação da lógica agonística presente na política e em seus discursos ao longo dos tempos. Fato que nem a eliminação da propriedade privada, nos termos freudianos, seria capaz de solucionar. Afinal, a agressividade reinou nos tempos primitivos e já se apresenta nos quartos das crianças.

Seguindo a trilha psicanalítica e filosófica, Mouffe (2015) retoma os estudos de Slavoj Žižek³⁷ para explicar a relação entre o gozo e a atração ao nacionalismo. Sob tal perspectiva, a questão da identificação simbólica não pode ser usada como único elemento capaz de manter uma comunidade unida. O vínculo que une os indivíduos implica uma relação compartilhada

³⁵ Como explica Mouffe (2015), Freud diferencia dois tipos básicos de instintos libidinais: Eros, o instinto da vida, e Tânatos, o instinto da destruição e da agressividade, ambos se misturando entre si em diferentes proporções. A cientista política sugere que as instituições democráticas, compreendidas de maneira agonística, podem contribuir para desarmar os instintos libidinais ligados à agressividade, já que eliminar o instinto agressivo e a animosidade humana parece impossível.

³⁶ É preciso levar em consideração que Freud escreve “O mal-estar na civilização” num contexto pós-guerra, o que pode ter influenciado no caráter pessimista da obra.

³⁷ Filósofo esloveno, autor da obra “*Passions of Identification: Discourse, Enjoyment, and European Identity*”.

com o gozo³⁸ encarnado, estruturada por meio de fantasias. Basicamente, os membros de uma comunidade organizam seu gozo através dos mitos nacionais, chegando a uma “causa nacional”³⁹. O ódio nacionalista surge, nesse contexto, quando se acredita que outra nação (ou outro grupo, no caso brasileiro), representa uma ameaça ao gozo. O ódio também está ligado à forma como o grupo lida com a falta de gozo, crendo que o inimigo o está “roubando”. Nesse cenário, Mouffe (2015) defende a impossibilidade de afastar as paixões da política. Compreender a dinâmica do político apenas em termos racionais significa distanciá-la de sua ascendência real sobre os desejos e as fantasias humanas.

Depois de visitarmos algumas reflexões sobre a forma antagonista, introduziremos, a seguir, estudos sobre a retórica e a argumentação política.

2.5 Algumas considerações sobre a retórica e a argumentação política

Gostaríamos, antes de mais nada, de apresentar uma breve contextualização sobre a retórica. Claramente, não é nossa intenção abordar todo o arcabouço histórico e teórico que envolve a disciplina, mas consideramos pertinente revisitar certos aspectos da prática que se mostra tão relevante para a pesquisa. Como menciona Reboul (1998), definir retórica não é uma tarefa simples, afinal, o termo chegou a assumir sentidos diversos e até divergentes. Para o senso comum, “retórica” pode, inclusive, ser associada àquilo que é falso, declamatório ou artificial. Como lembra Grácio (2012), na tradição filosófica, a ideia de adaptação ao auditório colaborou para o levantamento de críticas sobre a retórica. Platão, por exemplo, apontava uma retórica a serviço de manobras interesseiras e manipuladoras, num cenário em que o orador estaria mais preocupado com seu êxito do que com a verdade. Sob tal influência, a retórica ganhou certa conotação negativa e pejorativa, sendo que, ainda hoje, acusar um discurso de “mera retórica” é o mesmo que chamá-lo de vazio, oco e demagógico, num processo que Grácio (2012) chama de “diabolização da retórica”.

³⁸ Ligado ao ato de retomar o prazer que se perdeu, o gozo nos leva a um estado anterior de satisfação e de ausência de preocupação (Dunker, 2023).

³⁹ Como lembra Grácio (2012), na tradição filosófica, a ideia de adaptação ao auditório colaborou para o levantamento de críticas sobre a retórica. Platão, por exemplo, apontava uma retórica a serviço de manobras interesseiras e manipuladoras, num cenário em que o orador estaria mais preocupado com seu êxito do que com a verdade. Sob tal influência, a retórica ganhou certa conotação negativa e pejorativa, sendo que, ainda hoje, acusar um discurso de “mera retórica” é o mesmo que chamá-lo de vazio, oco e demagógico, num processo que Grácio (2012) chama de “diabolização da retórica”.

Ao se referir à retórica clássica, iniciada por Aristóteles e prolongada até o século XIX, Reboul (1998) deixa claro que a tradição pode ser criticada, desde que se saiba o que está sendo alvo de críticas e o que se pretende suplantar⁴⁰. Se a retórica é compreendida, em sua definição mais antiga, como a arte de persuadir pelo discurso, então ela não poderá ser aplicada a tudo, mas somente quando existe a intenção de convencer. E, diante de tal objetivo, poderão ser utilizados meios mais racionais ou mais afetivos, pois em retórica razão e sentimentos seriam considerados inseparáveis. No caso da razão, os meios de competência são os argumentos, sejam aqueles que integram o raciocínio silogístico (entimemas) ou que se fundamentam no exemplo. No caso do afeto, por sua vez, temos o *ethos* (caráter assumido pelo orador para conquistar o auditório e angariar sua confiança) e também o *pathos* (desejos, tendências e emoções do público que o orador deverá tirar proveito em sua empreitada persuasiva)⁴¹. O estudioso nos lembra, ainda, que o discurso nunca foi e nunca será algo isolado e, por isso, a oposição a outros discursos que o precederam e que lhe sucederão, mesmo que de forma implícita, deverá ser levada em conta. Nesse sentido, captar a força retórica dos adversários se faz necessário, observando com quem se está falando, aquilo que está manifesto e latente e também o não dito.

Ainda segundo Reboul (1998), a retórica nasce na Sicília grega não pela literatura, mas pelo judiciário. Inúmeros conflitos judiciais demandaram a atuação persuasiva em prol de cada causa, fazendo com que Atenas também adotasse a retórica. Os antigos retores não argumentavam a partir do verdadeiro, mas do verossímil, e, sem constrangimento, se gabavam de vencer as causas mais indefensáveis. Sobre sua relação com os sofistas, é inegável a contribuição destes para o entendimento da retórica como a arte do discurso persuasivo, devendo-se a eles a ideia de que a verdade não passaria de um acordo entre interlocutores. Aristóteles, contudo, retoma e repensa a retórica, transforma-a num sistema e integra-a, pelo menos inicialmente, a um pensar filosófico bastante distinto dos ofertados pelos sofistas.

Para Amossy (2020), por ser fruto da *polis*, da cidade livre onde as decisões de caráter público corriam por meio do debate, a retórica acabou tendo como objeto principal o judiciário

⁴⁰ É preciso mencionar que, no começo dos anos 1960, a noção foi retomada e parte de sua nobreza devolvida, como lembra Reboul (1998), ainda que houvesse divergências quanto ao seu sentido.

⁴¹ Reboul (1998) menciona que, em Cícero, temos um movimento um pouco diferente, composto por: i) *docere*, que significa, basicamente, instruir, ensinar, voltado para o lado argumentativo do discurso; ii) *delectare*, ou agradar, apresentar um lado agradável, humorístico; iii) *movere*, ou comover, usar o que impressiona o auditório e o abala.

e o deliberativo, ou político no sentido amplo, abrangendo tudo o que demandasse decisões sobre o futuro. O epidíctico também foi abrangido pela retórica, compreendido como o discurso pronunciado em cerimônias (o elogio, o discurso de comemoração, etc.). A partir dessa tripla dimensão, a retórica foi formalizada e conceitualizada por Aristóteles. Como explica a autora, na tradição aristotélica, a retórica pode ser compreendida como: i) discurso que não existe fora do processo de comunicação e em que o locutor leva em consideração aquele a quem se dirige; ii) discurso que pretende agir sobre os espíritos e sobre o real, uma atividade verbal em que um *dizer* é um *fazer*; iii) atividade verbal que tem como referência a razão e que se dirige a um auditório capaz de raciocinar; iv) discurso construído através de estratégias que tem como intuito a persuasão e, por isso, *falar* deve ser considerado o ato de mobilizar recursos verbais num conjunto orientado e também organizado.

Retomando Reboul (1998), percebemos que a retórica, para Aristóteles, pode ser decomposta em quatro partes: i) a invenção (*heurésis*) ou busca que o orador empreende por todos os argumentos e outros meios de persuasão que se relacionam ao tema do seu discurso; ii) a disposição (*taxis*), ou ordenação desses argumentos, sua organização interna e plano; iii) a elocução (*lexis*), ligada à redação escrita do discurso (e não à palavra oral), ao seu estilo; iv) a ação (*hypocrisis*), ou proferição efetiva do discurso com tudo o que pode ser implicado em termos de mímicas, gestos e voz. Independentemente de serem executadas na ordem proposta ou não, as quatro partes são as tarefas que devem ser cumpridas pelo orador. Na ausência de uma delas, o discurso poderá se tornar vazio, desordenado, mal escrito ou inaudível.

Reboul (1998) nos lembra, ainda, sobre os três gêneros oratórios pensados pelos antigos: o judiciário, o deliberativo (político) e o epidíctico. Foi a partir da necessidade de adaptação ao público que se chegou a esses três gêneros, uma vez que o discurso judiciário tinha como auditório o tribunal, o discurso deliberativo tinha a Assembleia (Senado) e, o epidíctico, todos aqueles que assistiam discursos de aparato, como orações fúnebres ou panegíricos (louvor). Após a escolha do gênero do discurso, cabia ao orador escolher seus argumentos. Aristóteles destaca três: *ethos* e *pathos*, de ordem afetiva, e *logos*, de ordem racional. Enquanto o *ethos* se ligava ao caráter que o orador deveria assumir se quisesse inspirar confiança no auditório, o *pathos* se referia a um conjunto de emoções e paixões que deveriam ser suscitadas na empreitada persuasiva. O *logos*, por sua vez, se refere à argumentação propriamente dita do discurso.

Aristóteles, na obra “Retórica”, explica que as provas de persuasão fornecidas pelo discurso podem residir no caráter moral do orador, no modo como se dispõe o ouvinte ou, ainda, no próprio discurso (segundo o que este demonstra ou parece demonstrar). Especificamente sobre o *ethos*, o filósofo afirma que:

persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão (ARISTÓTELES, [384-322 a.C.], 2005, livro I, cap. 2, 1356a).

Vemos que o filósofo, além de definir as provas retóricas, enfatiza a relevância do *ethos*, afinal, “quase se poderia dizer” que o caráter constitui o mais significativo meio de persuasão.

Seguindo os estudos da retórica aristotélica, abordaremos, a seguir, alguns pontos sobre a dialética.

2.5.1 Alguns pontos sobre a dialética

Sobre a dialética⁴², Reboul (1998) lembra o costume grego de reunir dois adversários para se enfrentarem diante do público, com o único objetivo de defender e atacar determinada tese. Para vencer, era necessário, a partir de seus argumentos, levar o inimigo ao silêncio absoluto, mantendo-o preso em suas próprias contradições. A primeira dialética teria sido a erística dos sofistas, arte da controvérsia que possibilitava o triunfo do absurdo ou do falso. Sócrates e Platão, por sua vez, apresentaram uma dialética que servia ao verdadeiro, enquanto, para Aristóteles, a noção não estava menos a serviço do verdadeiro do que falso, pois tratava do provável. A dialética de Aristóteles era encarada como a arte do diálogo ordenado, sendo o respeito rigoroso às regras da lógica o que a distinguia da erística sofista.

Berti (2002) menciona a dialética como uma das grandes formas de racionalidade teorizadas explicitamente por Aristóteles em suas obras de lógica. Ele faz referência a situações concretas de diálogo ou de discussão, envolvendo, pelo menos, dois interlocutores, em que um sustenta uma tese enquanto o outro a ataca. A dialética vem de *dialégesthai*, dialogar, mas não no sentido de conversar de forma tranquila para passar o tempo, por exemplo. Ela está mais

⁴² À dialética, Aristóteles dedica os oito livros dos *Tópicos* e o *Refutações Sofísticas*.

relacionada ao sentido de discutir, quando ambas as partes contrastam entre si e fazem intervenções em defesa de um ponto. Ainda segundo Berti (2002), enquanto a apodíctica se relaciona mais a um monólogo ou um ensino, a dialética aponta para o diálogo, uma *práxis* tão antiga quanto a própria condição humana:

Obviamente se trata de uma *práxis* tão antiga quanto a condição humana, ou melhor, da mais típica *práxis* humana, que aqui, porém, quer-se disciplina, não só no sentido de exercitá-la de modo técnico, isto é, segundo regras, mas também no sentido de teorizar tais regras. A isso alude a expressão *métodos*, que em grego indica, antes de tudo, a via que de fato se percorre, isto é, o procedimento efetivo que se segue, mas também a exposição teórica, isto é, científica, que dela se realiza (2002, p. 19-20).

Em tal *práxis*, diferentes elementos desempenham papel fundamental, começando pela *pergunta inicial* (que se refere à essência e que também pode ter um fim cognitivo) ou, ainda, pelas *perguntas sucessivas* (feitas com o intuito de obter premissas com as quais argumentar, tendo um fim atinente à discussão, ou seja, dialético). Ainda nesse cenário, o ato de *argumentar* é considerado um verdadeiro deduzir conclusões das premissas, um fazer silogismos segundo as regras propostas por Aristóteles nos *Primeiros Analíticos*; a *contradição*, por sua vez, é vista como a consequência que um dos interlocutores deve evitar ou encarar, a depender do seu fracasso ou sucesso. É claro que, nesse processo, os interlocutores precisam concordar em certos pontos, ou não conseguiriam seguir o fluxo argumentativo. Ainda segundo Berti (2002), há uma regra que ambos devem respeitar, além de considerar a contradição como signo da falsidade, ou de insustentabilidade de uma tese: aquela que os obriga a concordar sobre certas premissas. Somente por meio da concessão para argumentar conjuntamente que a possibilidade de uma discussão efetiva se estabelece, numa regra que Aristóteles introduz se referindo às *éndoxa*. Como a contradição era considerada uma espécie de signo da falsidade pelo público que acompanhava as discussões, o interlocutor que nela adentrasse seria considerado o perdedor.

Como explica o supracitado estudioso, o significado preciso dos *éndoxa* é abordado por Aristóteles após a definição de dialética, quando o silogismo dialético é distinguido do científico (demonstrativo). As premissas verdadeiras são diferenciadas das *éndoxa* pelo fato de as primeiras valerem por força de si mesmas, ou seja, de forma independente do reconhecimento exterior, incluindo o consenso do auditório. As premissas *éndoxa*, por sua vez, valem por força do reconhecimento que lhe é atribuído por todos, pela maioria ou, ainda, pelos sábios. Não se trata de uma diferença de grau, como explica o estudioso supracitado, algo que fazem pensar aqueles que traduziram *éndoxa* por “premissas prováveis”, dando a impressão de se tratar de uma aproximação da verdade do tipo estatístico (premissas que possuem um grau de verdade

maior que 50%). Também não se refere à diferença entre aparência e realidade, como levam a crer aqueles que traduziram a noção como “premissas verossímeis”, relacionando-as a algo que pode não ser verdadeiro. Consideramos pertinente destacar, ainda, que no adjetivo *endóxos* certamente está presente uma referência a *doxa*, mas não no sentido de uma opinião qualquer, contraposta à verdade, mas, sim, no caminho da “reputação”, da “fama” ou da “glória”. Ainda segundo Berti (2002), na mesma passagem em que Aristóteles usa esse adjetivo para caracterizar as premissas do silogismo dialético, ele o utiliza na abordagem dos sábios mais notáveis e “einentes”. “Os *endoxa* são, portanto, premissas, ou, caso se queira, também opiniões, mas autorizadas, importantes, às quais se deve, em todo caso, dar crédito e das quais não se pode afastar” (2002, p. 25).

Como explica Reboul (1998), enquanto o silogismo demonstrativo parte de premissas evidentes capazes de provar sua conclusão de modo indubitável, o silogismo dialético se baseia em premissas que são prováveis, os *endoxa*, o que parece verdadeiro aos olhos da maioria das pessoas ou de indivíduos competentes. Dessa forma, o *endoxon* opõe-se ao *paradoxon*, pois o paradoxo pode ser verdadeiro, mas contradiz a opinião aceita pela maioria. A dialética poderá, portanto, renunciar à verdade em benefício da opinião alheia, se isso a beneficiar (Aristóteles também distingue o verdadeiro consenso daquele que é somente aparente, o *phainomenon endoxon*, com que os sofistas se contentam). Como destaca Berti (2002), ainda que Aristóteles também julgasse que as premissas pudessem ser verdadeiras, era sua intenção destacar que, nos fins da dialética, o que vale é que sejam partilhadas, reconhecidas e aceitas tanto pelo público quanto pelos interlocutores. Remeter-se a uma premissa verdadeira, mas que não é assim reconhecida, pode mostrar-se uma armadilha. Afinal, o interlocutor não admitirá ter sido refutado se o oponente argumentar a partir de premissas que não tenha concedido, sendo elas verdadeiras ou não. Nesse contexto, o modo mais seguro de refutar, fazendo com que o interlocutor conceda certas premissas, é pedir-lhe respostas segundo os *éndoxa*. Assim, o interlocutor as dará de acordo com a intenção daquele que refuta, para que não pareça ridículo diante do público.

Consideramos pertinente destacar, ainda, que o silogismo erístico seria apenas uma imitação ruim ou contrafação do silogismo dialético. Como explica o autor citado acima, a erística, ou prática do puro contestar, não pode ser considerada uma forma verdadeira de racionalidade, mas, sim, uma espécie de deformação da autêntica forma de racionalidade que é representada pela dialética. Aristóteles, além de abordar o silogismo apodíctico, dialético e

erístico, menciona o paralogismo, que pode ser considerado um raciocínio incorreto e não um autêntico silogismo, contudo, baseado nos princípios de uma ciência particular (por exemplo, na geometria, um paralogismo pode surgir de um erro na construção de uma figura).

A retórica, como bem explica Reboul (1998), deve ser considerada uma disciplina séria, ligada à ação social, que contribui para decisões como a de condenar ou absolver, entrar em guerra ou seguir sob a paz, etc. A dialética, por sua vez, se aproxima mais de um jogo, cuja moralidade está em não realizar ações trapaceiras, respeitando suas regras internas. Se a retórica é utilizada de modo desonesto deve-se, na concepção aristotélica, censurar o técnico, e não a técnica. Retórica e dialética se entrecruzam, apesar de serem disciplinas diferentes, pois a última pode comportar a primeira, dependendo do caso. Num contexto persuasivo, é possível utilizar, entre outros meios, a dialética, compreendida também como instrumento intelectual.

Como menciona Amossy (2020), a retórica tem se alimentado cada vez mais de trabalhos desenvolvidos nos diversos setores das ciências da linguagem, recorrendo a aportes, sobretudo, da pragmática⁴³. Uma série de instrumentos linguísticos e pragmáticos aos quais a análise pode recorrer poderiam ser mencionados, como os valores argumentativos da interrogação e da negação, construções sintáticas, discurso relatado e citação, modalizadores etc. não sendo possível ou eficaz expor aqui toda a sua riqueza e variedade. Nesse trabalho, nos limitaremos à observação de alguns instrumentos argumentativos, especialmente aqueles que constituem as categorias de análise mencionadas anteriormente ou que, de algum modo, colaboram para sua formação (como é o caso das virtudes argumentativas das escolhas lexicais mais recorrentes no discurso neoconservador analisado). Ainda assim, consideramos pertinente abordar alguns pontos essenciais dos estudos retórico-argumentativos, com o intuito de melhor introduzir e localizar as informações que serão apresentadas nos próximos capítulos, além de celebrar a relevância de tal campo de conhecimento para pesquisas como a nossa.

2.5.1 A argumentação

Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam a argumentação a partir de sua função de provocar ou aumentar a adesão às teses apresentadas ([1958]/2002). Em seu *Tratado da Argumentação*, os neoretóricos se dedicaram aos princípios que fundamentam a arte da retórica, posicionando o público e sua aprovação num papel mais central para os estudos do

⁴³ Que se preocupa, ainda de acordo com a autora mencionada, com a orientação argumentativa e com os encadeamentos dos enunciados.

campo. Conservando a ideia de auditório⁴⁴ da retórica tradicional, os teóricos apresentam questões como a variedade dos públicos e a difícil determinação de sua constituição. Se o discurso deve se adaptar àqueles a quem se dirige, é preciso ter certas doses de flexibilidade e se tornar relativo ao auditório que se deseja persuadir e a seu estado de espírito, que pode ser mutável. Conceber o discurso da forma mais próxima possível da real composição do público é um dos desafios do orador que deseja ter sucesso em sua alçada rumo à adesão. De fato, o discurso argumentativo deve se constituir com base nos valores, crenças e pontos em comum do auditório. Para os estudiosos, por exemplo, cada público trará consigo as opiniões dominantes que integram sua cultura e círculo social, sendo necessário conceber o discurso o mais próximo possível da real composição dos ouvintes. Como menciona Reboul (1998), juntos, Perelman e Olbrechts-Tyteca encararam a retórica como a arte de argumentar, buscando exemplos entre os oradores do campo jurídico, político, religioso e até filosófico.

Lembrando que Perelman é considerado um dos teóricos de maior relevância para a retórica do século XX, afinal, a noção aristotélica não havia se tornado objeto de muito interesse até 1947, quando o pesquisador inicia seus estudos. Como explica Amossy (2007, 2020), no final dos anos 1950, os trabalhos de Perelman devolveram honra à retórica aristotélica, ainda que tenham passado quase despercebidos nas ciências da linguagem. O estruturalismo privilegiava o estudo da língua, encarada como sistema, e uma retórica dedicada às formas como o locutor influenciava seu auditório estava fora do campo. Perelman, entretanto, coloca o auditório no centro do processo argumentativo, levando em conta que, se o locutor tem como objetivo a aprovação do público que ouve suas teses, é preciso observar suas premissas, crenças e valores compartilhados, desenvolvendo suas estratégias em função dele ou ao menos da imagem que dele se faz.

Para Gracio (2012, 2020), a influência do filósofo foi decisiva na viragem argumentativa da razão, afinal, Perelman se assumiu, no início de sua jornada, como um defensor do método analítico, um convicto de que a lógica seria a chave para as questões da racionalidade. Através de uma formação que integrava o jurídico, a filosofia e a lógica, fez emergir uma articulação entre a dimensão lógico-formal da racionalidade com a racionalidade inerente aos usos práticos, socialmente dimensionados, levando-se em conta que valores e juízos de valor seriam incontornáveis na aplicação do raciocínio em modelos situacionais concretos. Perelman propõe

⁴⁴ Perelman e Olbrechts-Tyteca definem auditório como o conjunto de indivíduos que o orador busca influenciar a partir de sua argumentação.

uma alternativa ao paradigma tradicional que inspirou o pensamento filosófico (modelo matemático) e propôs novas reflexões sobre o modelo jurisprudencial, sobre o que um filósofo poderia aprender com o estudo do direito.

Como explica Plantin (2016), a argumentação é um quadro teórico no qual o discurso político foi pensado há mais de dois mil anos. Entre as compreensões possíveis para a noção está a de Amossy (2020)⁴⁵, que aponta a ocorrência da argumentação quando um ponto de vista, tentando prevalecer, se expressa sobre um fundo de visões antagônicas. Nesse sentido, não pode haver dimensão argumentativa fora de um contexto em que pelo menos dois lados sejam previstos. Indo de Aristóteles a Perelman e também citando Plantin, a autora nos lembra que não se argumenta sobre algo que é evidente e que a situação em que surge toda a argumentação é estruturada por uma questão retórica que possibilita respostas antagônicas. Ela reformula e amplia a definição de argumentação proposta pela nova retórica, tomando-a como:

os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2020, p. 47).

Para Amossy e Koren (2016), a argumentação pode ser compreendida como: i) raciocínio coerente que, por meio de procedimentos dedutivos ou indutivos, chega a uma conclusão, considerando-se que somente argumentos e sequências argumentativas devem ser levadas em conta no processo persuasivo; ii) a partir da concepção de Perelman & Olbrechts-Tyteca, destacando-a enquanto lógica de valores e do preferível que visa ganhar a adesão de um auditório a respeito de uma tese; iii) como funcionamento discursivo que orienta maneiras de pensar e de ver, atravessando o discurso como um todo e expressa em diversas modalidades, que vão desde a polêmica à co-construção de respostas.

Plantin (2008), por sua vez, toma a atividade argumentativa como um fenômeno desencadeado quando se põe em dúvida um ponto de vista. Se no âmbito psicológico a dúvida pode estar acompanhada de um estado de desconforto do tipo “inquietação”, o diálogo é capaz de “externalizar” tais operações, oferecendo uma forma linguística e uma operação microsocial. O ato de duvidar é reativo, ocorrendo quando o interlocutor se nega a ratificar um ato de fala, fazendo com que se estabeleça uma argumentação, isto é, um discurso de justificativa. Lembrando que a argumentação é uma atividade custosa, tanto do ponto de vista

⁴⁵ Em seus estudos, a autora realiza um percurso sobre a história dos estudos retóricos, partindo de Aristóteles.

cognitivo quanto do interpessoal, e só nos engajamos nela quando o outro se mostra resistente à opinião exposta. Nesse caso, o oponente também justifica suas reservas, manifestando argumentos ou refutando razões. E é por isso que a dúvida não permanece “gratuita”, havendo um encontro entre o discurso e o contradiscurso. Ainda de acordo com o linguista supracitado, num modelo dialogal, a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto entre pontos de vista contraditórios, em resposta a uma mesma questão. Todos os elementos semióticos articulados ao redor da pergunta têm valor argumentativo e, por isso, serão levados em consideração em nossa pesquisa.

O autor apresenta um modelo de argumentação a partir de um conjunto de noções definidas no quadro do diálogo. Ele mostra que o modelo é capaz de integrar as aquisições das concepções monológicas da argumentação. É preciso lembrar, entretanto, que um modelo dialogal pode englobar certa insatisfação em relação às abordagens puramente monológicas da argumentação, sendo necessário abarcar um aspecto biface da atividade argumentativa. Retomando os estudos de Schiffrin⁴⁶, Plantin (2008) apresenta uma formulação em que a argumentação é encarada como um modo de discurso que não é nem puramente monológico e nem puramente dialógico. O diálogo supõe, em geral, a interação face a face, a linguagem oral e a presença física, sem contar a sequência de réplicas. Mas se levarmos em consideração os conceitos de polifonia e de intertextualidade, é possível estender a concepção dialogada do projeto argumentativo ao discurso monolítico. A abordagem de um “modelo dialogal” da argumentação possibilita cobrir o dialogal propriamente dito, o polifônico e o intertextual, levando a um aspecto fundamental da argumentação, ligado à articulação entre dois discursos contraditórios.

Presença marcante no discurso político, o desacordo não pode ser ignorado nos estudos da argumentação. Como mostra Plantin (2008), a oposição a uma intervenção pode ser verbal ou paraverbal. No segundo caso, ela se manifestará através dos fenômenos: i) tentativas de tomar a palavra e a recusa de cedê-la; ii) sobreposições entre os turnos de fala, elevação do tom de voz e aceleração da elocução; excesso irônico nos sinais de aprovação e recusa a emitir reguladores; comportamento de parceiro não interpelado ou ratificado (“você é surdo, ou o que?”); presença de reguladores negativos, verbais ou não verbais, como suspiros de impaciência, agitação e o ato de balançar com a cabeça indicando negação. Lembrando que a

⁴⁶ Para Schiffrin (1987), a argumentação pode ser parcialmente monológica e parcialmente dialógica.

ausência de ratificação positiva equivale a desacordo e, caso a contradição conversacional não seja reparada por procedimentos de negociação ou de ajuste, o resultado é a evolução rumo a um desacordo profundo, pautado no antagonismo. É o caso do discurso polêmico caracterizado pelo fenômeno da *dicotomização*⁴⁷. Nesse caso, as discordâncias são tão exaltadas que se chega ao inconciliável. O objetivo da refutação⁴⁸, sob sua forma radical, é a destruição. Nesse processo, diferentes recursos podem ser utilizados ou manipulados para tornar insustentável o discurso atacado.

Uma das possibilidades para a refutação, como explica Plantin (2008), é a crítica à forma linguística. Nesse caso, o discurso adversário é rejeitado por ser “malformado”⁴⁹, possuir sintaxe incorreta, pronúncia defeituosa, significação obscura... Em evento político realizado em 2023, JB nomeou Lula de “analfabeto” e de “jumento”. Como é conhecimento geral, o político petista completou apenas o ensino fundamental (antigo 1º grau), fato rememorado pela imprensa e por adversários políticos ao longo dos anos não como motivo de orgulho, mas com desaprovação, desdém e até chacota. O termo “jumento”, em seu uso popular, está ligado à falta de conhecimento, à “burrice” e a um baixo desempenho cognitivo. Uma associação ao nordeste brasileiro também pode ser feita a partir da nomeação de Lula com o termo, uma vez que a região é reconhecida pela tradição na criação do animal e é onde o petista nasceu.

A objeção, por sua vez, pode ser encarada como a expressão de uma oposição do tipo da refutação, mas menos radical. Se refutar é o mesmo que “derrubar” o discurso alheio encerrando a discussão, o ato de objetar pode ser comparado à colocação de um obstáculo, mas mantendo o diálogo aberto. Lembrando que a imagem do sujeito que refuta pode ser ligado à agressividade, e a do sujeito que objeta, à ponderação. Portanto, mesmo no desacordo, pensar nas imagens que serão projetadas ao público é fundamental.

2.5.1 A relevância do auditório no processo de persuasão

É preciso ter em mente de que maneiras a imagem do auditório construída pelo orador realmente condiz com a materialidade da troca verbal. Além disso, a dinâmica da argumentação

⁴⁷ Fenômeno abordado no capítulo V.

⁴⁸ O sujeito que apresenta o comportamento de concessão, por sua vez, diminui suas exigências, modifica sua posição ou concorda com o adversário, mesmo em pontos controversos. Ele pode manter suas próprias convicções, mas reconhece a validade de um discurso diferente do seu (PLANTIN, 2008).

⁴⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Eh-2XLtTj-g&ab_channel=Itatiaia Acesso em: 8 fev. 2024.

poderá sofrer alterações se o público tem ou não direito de resposta, se é um interlocutor singular que se mostra parceiro ativo na troca ou não. Independentemente do caso, a natureza do auditório é capaz de modificar a dinâmica da argumentação e a *doxa* ou opinião comum deve ser considerada um dos pontos centrais do processo persuasivo. Afinal, para a nova retórica, somente ao apostar nos pontos de acordo do público e nas premissas já aprovadas por ele seria possível conquistar sua adesão. “Ele tenta influenciar opiniões e condutas mostrando a esse auditório um espelho no qual sentirá prazer em se contemplar” (AMOSSY, 2020, p. 77).

Amossy (2020) também traz para a discussão a diferença entre um auditório face a face e um auditório virtual⁵⁰, lembrando que o discurso argumentativo é dialógico⁵¹, mas nem sempre dialogal. Isso significa que um discurso sempre será endereçado a outro e levando em conta sua fala (dialógico), sem, necessariamente, haver um diálogo efetivo (dialogal)⁵². Ela traz, ainda, questões ligadas aos chamados *auditórios homogêneos* e *auditórios heterogêneos*⁵³. No primeiro caso, temos, obviamente, uma situação mais favorável à persuasão, já que estamos falando de um público que compartilha valores e até objetivos. Temos um auditório homogêneo (e não compósito) quando é possível partilhar uma visão de mundo, uma doutrina ou um programa, como no caso de um político que fala aos seus partidários em um comício. Também há o caso em que um orador fala a um auditório homogêneo, mas que não partilha dos mesmos valores que os dele, opondo-se vigorosamente, numa situação argumentativa bem mais complexa. No segundo caso, por sua vez, temos um auditório compósito, não homogêneo, constituído de grupos diferenciados e até mesmo rivais. Nesse cenário, convém ao locutor classificar os grupos alocutários aos quais o discurso é dirigido, verificar como serão

⁵⁰ Para nós, as redes sociais são compostas por auditórios virtuais, especialmente em situações em que a interação não é síncrona.

⁵¹ Plantin (2008) explica que o modelo dialogal renuncia a ver na argumentação algo de elementar, se propondo a repensar a atividade argumentativa num quadro mais ampliado em que a enunciação se situa contra o pano de fundo do diálogo.

⁵² Retomaremos a questão no capítulo dedicado ao discurso polêmico.

⁵³ Sem deixar de considerar a complexidade da natureza do auditório e dos contratos de comunicação estabelecidos entre político e eleitores, gostaríamos de registrar que JB pareceu, em diferentes ocasiões, se dirigir apenas à sua base de apoiadores, ignorando a natureza compósito do público. Utilizando o que a imprensa chamou de “cercadinho”, o então presidente fazia comunicados aos repórteres presentes, que aguardavam a chance de ter suas perguntas respondidas. Como explica Fujiwara (2023), num espaço de comunicação não coordenado, o “cercadinho” misturava imprensa e apoiadores, servindo para que JB falasse sobre o que bem entendesse sem, necessariamente, responder às perguntas da imprensa que o incomodassem. No espaço, nunca antes utilizado, restrições contratuais que caracterizariam uma situação de comunicação política comum foram criadas a partir do próprio ato de fala do presidente.

hierarquizados e observar como é possível fazer com que as premissas e as evidências partilhadas para cada grupo se conciliem entre si.

A autora destaca os principais elementos de índices de alocação que designam o auditório: i) designações nominais explícitas (“minhas senhoras”, “meus senhores”, “juventude heroica”, etc.); ii) descrições do auditório que podem ter uma extensão considerável, dizendo respeito, em geral, a uma segunda pessoa do singular (“Meus amigos, vocês que defendem os direitos humanos, que lutam há tempos...”); iii) pronomes pessoais, das segundas pessoas do singular e do plural, aos quais se associam os possessivos correspondentes (“Vocês cumprem o seu dever”); iv) evidências compartilhadas que podem ser expressas com todas as letras ou implicitamente pelas crenças, opiniões e valores que o discurso atribui.

Como explica Plantin (2008), na concepção retórica da argumentação, o jogo argumentativo envolve uma interação entre um *proponente* (orador) e um auditório que deve ser persuadido, o público *terceiro* reduzido ao silêncio. Nesse caso, o *oponente* e o contradiscurso estão em segundo plano. Os termos *proponente* e *oponente* foram definidos na teoria dialética. Numa perspectiva interativa, a argumentação se torna dialética quando um *terceiro* ator é eliminado, e os outros participantes da troca assumem um papel (*proponente* ou *oponente*) e permanecem nele até o final da interação.

Como explica Plantin (2018), desde sua origem grega, a retórica argumentativa é definida por sua ligação com a persuasão. De modo semelhante, para a nova retórica, o orador só poderá conquistar a adesão do público se basear sua argumentação em pontos de acordo e em premissas já aprovadas, nas crenças e nos valores capazes de provocar maior adesão, nos esquemas de pensamento circulantes e no conjunto de opiniões daqueles a quem se dirige a palavra. Afinal, como destaca Amossy (2020, p. 54-55), “adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta sua *doxa*”.

Para Angenot (2008), a *doxa* pode ser compreendida como o repertório das crenças, dos lugares e das proposições admitidas do que chamamos de sociedade. Ela reúne as premissas sobre as coisas do mundo, sendo o próprio fato de que certas coisas se nomeiam e se classificam, que certas questões se colocam e são reconhecidas como objeto de debate. O estudioso explica, ainda, que a opinião comum recebida não encerra a falsidade patente, nem tampouco a verdade demonstrável, mas qualquer coisa de mediano e incerto, mas que é, contudo, útil: o provável. Como vimos, com Berti (2002), está é uma das traduções para o termo *endoxa*.

Retomando os estudos de Nietzsche⁵⁴, Grácio (2012) nos explica que a primeira opinião por nós emitida ao sermos questionados sobre algo (sem aviso prévio) não costuma ser a nossa, mas, sim, a percepção da nossa casta ou origem sobre o tema debatido, o que mostra a força da *doxa*. A inserção numa cultura nos leva uma espécie de submissão às crenças e às descrenças estabelecidas, fazendo com que o discurso que se apresenta como próprio na verdade articule estereótipos e *clichés* (a *doxa* também se caracteriza por dar origem a estereótipos). O peso da identificação comunitária juntamente com a dimensão pública das opiniões leva os modos de argumentar a formarem uma estreita ligação com a *doxa*.

A partir de agora, vamos nos aprofundar um pouco mais nos estudos das emoções no discurso, daquilo que é da ordem do *pathos* e que está envolvido processo argumentativo.

2.6 Sobre o *pathos*: o papel das emoções na argumentação

É inegável que o recurso aos efeitos patêmicos é constitutivo do discurso político. Contudo, saber se a persuasão está mais ligada à razão ou à emoção é uma questão antiga. Como lembra Charaudeau (2015), a questão passa por Cícero, Pascal, Rousseau e chega à Nova Retórica, admitindo-se que não se pode descartar os sentimentos no processo de influenciar o interlocutor. A ideia de que não se deve apenas “raciocinar” e que é preciso “tocar” o auditório se impõe também a Aristóteles. Em suas contribuições sobre o filósofo grego, Meyer (2000) descreve as paixões como momento retórico por excelência, mostrando que fazem parte de um teclado no qual o bom orador toca para convencer e que, para Aristóteles⁵⁵, estão intimamente associadas ao prazer e ao sofrimento, ao apetite sensível capaz de desestabilizar o homem.

Emediato (2021) mostra que o *logos*⁵⁶ pode ser compreendido como uma *estrutura* (um processo dialógico), como expressão da *doxa* e do raciocínio lógico. A palavra *logos*, contudo, possuiria sentido amplo. Como mostra o linguista, Heráclito foi um dos primeiros a utilizar a noção, promovendo uma relação entre o discurso racional e o mundo. Aristóteles, por sua vez,

⁵⁴ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. (2019) Humano, demasiado humano. São Paulo: Lafonte. (1878)

⁵⁵ Aristóteles, apesar de ter teorizado sobre o papel das paixões na retórica, ainda assim, considerou mais importante o papel do *logos*. Como explica Grácio (2020), a “nova retórica”, nasce da redescoberta de Aristóteles e da atenção prestada à ênfase que o Estagirita (pátria de Aristóteles) concede ao *logos*.

⁵⁶ Como veremos, *ethos*, *logos* e *pathos* formam as três provas que são engendradas pelo discurso. Como explica Emediato (2021), numa perspectiva aristotélica, o *logos*, de ordem intelectual, age sobre a representação, o *pathos* sobre a vontade e o *ethos* sobre a fé.

compreende o *logos* como um discurso fundamentado, contrapondo-o ao *pathos*, mais relativo aos afetos e ao auditório e ao *ethos*, ligado ao caráter do orador. Nesse caso, o *logos* seria considerado o laço intelectual que une o orador ao auditório, fazendo com que outros aspectos de ordem mais psicológica integrem a argumentação para que se chegue ao objetivo da persuasão.

Sob tal concepção, a fé e a emoção superariam a razão, afinal, a fé não demanda grandes argumentos. Emediato (2015), entretanto, prossegue nos lembrando que a confiança e a credibilidade de um sujeito integram a racionalidade que julga os comportamentos dos sujeitos com base na *doxa*, havendo, nesse sentido, bastante razão envolvida na argumentação das emoções. A aproximação entre *logos* e *doxa* mostra que a argumentação não pode ser resolvida unicamente na oposição entre objetividade e subjetividade. Assim, não há objetividade sem sujeito e não há sujeito sem objeto.

O *logos* argumentativo possui, portanto, uma estrutura, que se desenvolve em um dispositivo situacional numa interação entre sujeitos em torno de uma questão/problema (competência situacional-argumentativa), um conteúdo dóxico (axiológico) que se pretende equivalente à racionalidade, plural e contraditória, que coloca em cena formas de julgamento (competência axiológica dos sujeitos) e se expressa por meio das formas lógicas do pensamento (competência lógica dos sujeitos) (EMEDIATO, 2021, p.25).

Não desconsideramos, neste trabalho, a força do *logos* na argumentação política. Ao contrário, salientamos que os discursos que compõem a comunicação humana, em sua realização empírica, dificilmente mantêm separados os ingredientes passionais daqueles baseados na lógica argumentativa. Para nós, faz-se necessário observar qual das três provas que engendram o discurso (*ethos*, *logos* e *pathos*) se apresenta dominante, qual se oculta, qual se destaca a depender das circunstâncias. Entretanto, tendo em vista a natureza patêmica presente no discurso de JB, acentuamos a afirmação de Charaudeau (2018) sobre como o comportamento das massas costuma seguir àquilo que as reúne sob grandes denominadores comuns, incluindo discursos simples portadores de mitos e de símbolos que encontram eco em suas crenças e imagens capazes de provocar adesão pulsional. Tal perspectiva vai ao encontro dos estudos de Freud ([1921]/1997) e de Mouffe (2015), mencionados na seção 2.4.1, que nos explicam como grupos elegem um ideal de “eu” através da figura do líder, um sujeito com características que gostariam de introjetar. A formação de tais grupos pode levar à inclinação para a agressividade, numa forma de transferir hostilidade àqueles que se mostram diferentes.

Pathos e *ethos* podem, por exemplo, representar duas modalidades de um mesmo projeto argumentativo que envolve os afetos:

Com efeito, há duas coisas que, bem tratadas pelo orador, conferem eloquência admirável. Uma, que os gregos chamam de “ética”, é apropriada aos temperamentos, aos costumes e a toda a condução da vida; outra, que eles nomeiam “patética”, serve para perturbar e excitar os corações e é nela que a eloquência triunfa. A primeira é afável, atraente, própria para nos conciliar com a benevolência; a outra é violenta, inflamada, impetuosa, ela extorpe o sucesso, e quando flui como uma torrente, não há meio de resistir (CÍCERO *apud* PLANTIN, 2008, p. 117).

Em *Retórica*, tratado que precede a obra ciceroniana, Aristóteles ([384-322 a.C]/2005) defende que a persuasão acontece quando o discurso é proferido de tal modo que o orador deixa a impressão de ser digno de fé (recorrendo ao *ethos*), pela disposição do público quando é levado a sentir emoções (recorrendo ao *pathos*), e quando a verdade (ou o que parece ser a verdade) é mostrada (recorrendo ao *logos*). Como menciona Gracio (2020), no conjunto da obra aristotélica, a retórica é considerada a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas ou premissas prováveis. O raciocínio dialético, para Aristóteles, difere-se do analítico por não partir de premissas imediatas e verdadeiras, mas, sim, de premissas prováveis, aceitas pelos homens e consideradas proposições verossímeis.

Para Plantin (2016), a argumentação é, costumeiramente e funcionalmente, definida pelo efeito de persuasão que lhe estaria associado. O discurso de propaganda, seja ela religiosa, política ou ideológica, é o lugar onde se estimula a adesão dos espíritos por meio da expressão de crenças, chegando a uma aprovação que pelo menos faça sentido ou seja favorável ao orador. O trabalho de persuasão será desenvolvido através de uma dupla dimensão: uma persuasiva e conceitual (edificar, reforçar a adesão dos fiéis e dos aderentes que possuem um credo em comum) e uma polêmica e apologética (desafiar os adversários e os infiéis).

2.6.1 O estudo das emoções

Charaudeau (2007) nos explica que os estudos das emoções na AD se diferem dos realizados em outros campos. Uma psicologia das emoções, por exemplo, teria foco em questões como: i) as reações sensoriais possíveis às percepções de mundo do indivíduo; ii) as disposições de humor ou de caráter dos indivíduos; iii) as reações comportamentais dos sujeitos diante dos acontecimentos. Nesse caso, os estudos estão centrados no indivíduo e propõem explicações causais sobre os comportamentos fisiológicos ou psíquicos. Uma sociologia das emoções, por sua vez, procura estabelecer categorias “interpretativas e *ideal-típicas*” com a ajuda da reconstrução do que deveria ser o comportamento humano dentro do jogo das normas sociais.

O linguista francês se apoia em Durkheim e em Mauss, apresentando as noções dos autores para a constituição emocional dos indivíduos e consequente formação de grupos. As emoções vão além da pulsão e do irracional, tendo também um caráter social (podem ser garantia de coesão social, possibilitando que o indivíduo constitua um sentimento de pertencimento a um grupo). Elas podem servir como sinal de reconhecimento para os membros de um grupo, se apoiando em julgamentos coletivos instituídos numa espécie de regra moral.

A AD, ao contrário, não poderia se ater ao estudo daquilo que os sujeitos efetivamente sentem, nem ao que os motiva a querer agir ou às normas gerais que regulam as relações sociais. “A análise do discurso tem por objeto de estudo a linguagem em uma relação de troca, visto que ela é portadora de algo que está além dela” (CHARAUDEAU, 2007, p. 2). Ela precisa, entretanto, da relação com outras disciplinas na medida em que suas análises mostram os mecanismos de intencionalidade dos sujeitos, das interações sociais e as maneiras como as representações sociais são constituídas. O autor entende que a noção de emoção está mais propícia à interdisciplinaridade por estar sujeita a tais mecanismos.

As emoções são de ordem intencional, ou seja, não podemos dizer que são totalmente irracionais ou redutíveis àquilo que é da ordem das pulsões. Elas contêm em si mesmas uma orientação direcionada a um objeto⁵⁷, retirando daí seu quadro de intencionalidade. Além de estarem ligadas à racionalidade, as emoções se associam às crenças⁵⁸, fazendo com que qualquer modificação de crença leve à modificação da emoção e vice-versa. Lembrando que, no “mapa” da Semiolinguística proposta pelo autor, as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores que são partilhados socialmente. Nesse caso, o sujeito que mobiliza uma ou várias redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis está suscetível ao desencadeamento de estados emocionais. Seu estado emocional o colocará em contato com uma sanção social ligada a julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral.

2.6.2 As emoções como espelho das representações

Ao definir as emoções como estados mentais intencionais que se apoiam em crenças, Charaudeau (2007) também as inscreve no quadro das representações psicossociais. Procedida de um movimento de simbolização, a representação se liga à uma imagem que é dada por um

⁵⁷ O linguista retoma os estudos das emoções de Martha Nussbaum. NUSSBAUM, M. Les émotions comme jugement de valeur. In: PAPERMAN, P.; OGIEN, R. (dir.). **La couleur des pensées**. Paris: EHESS, 1995. p. 19-32.

⁵⁸ Abordaremos questões relacionadas aos chamados “saberes de crença” no capítulo IV.

objeto do mundo, mas que não é esse objeto (assim como na definição do signo linguístico). A representação também procede de uma auto-apresentação, uma vez que essa construção imaginada do mundo retorna ao sujeito como imagem que ele mesmo constrói do mundo, através de um fenômeno de reflexividade. O mundo é, nesse sentido, auto-apresentado, sendo através dessa visão que o indivíduo constitui sua própria identidade. A consciência psíquica do sujeito é constituída, portanto, através da presença de algo que lhe é externo, de uma forma-sentido que foi dada, a partir das experiências intelectuais e afetivas e das trocas sociais que o sujeito obtém do entorno e nas quais é inserido.

Uma representação pode ser chamada de patêmica ao descrever uma situação em que um julgamento de valor compartilhado coletivamente e instituído em norma social questiona um actante que, por sua vez, crê ser vítima ou beneficiário em uma situação. O autor traz o exemplo de um acidente, situação em que nos sentimos compelidos a nos representar enquanto vítimas, afinal, a norma social diz que os envolvidos estão sofrendo e merecem compaixão. A emoção sentida, nesse caso, será em maior ou menor grau a depender da situação que nos une às vítimas. A relação patêmica que levará o indivíduo a uma reação está ligada às normas sociais que ele interiorizou ou às que permanecem nas suas representações.

Seguindo a linha de raciocínio que forma sua teoria, Charaudeau (2007) diz que as representações podem ser chamadas de “sociodiscursivas”⁵⁹ quando o processo de configuração simbolizante do mundo acontece através de um sistema de signos que não são isolados, mas considerados enunciados que significam os fatos e os gestos dos seres do mundo. Tais enunciados testemunham a maneira como o mundo é percebido por indivíduos que vivem em comunidade e os valores atribuídos aos fenômenos percebidos. “Esses enunciados circulam na comunidade social, tornam-se objeto de partilha e contribuem para constituir um saber comum, e, particularmente, um saber de crenças” (2007, p. 5). Podem ser chamadas de “sociodiscursivas”, nesse sentido, as representações que envolvem o sujeito e o encaminham para tomar posição em relação aos valores.

As representações sociodiscursivas são, portanto, como “mini-narrativas” capazes de descrever seres e cenas da vida, fragmentos narrados do mundo capazes de apontar o ponto de vista de um indivíduo. Tais enunciados criam uma rede de intertextos e se reagrupam formando

⁵⁹ Retomaremos a noção no capítulo IV.

o que o linguista chama de “imaginário sociodiscursivo”. Ao longo da pesquisa e, em especial, nos capítulos dedicados às análises, nos debruçaremos sobre os imaginários sociodiscursivos mobilizados nas mensagens veiculadas por JB. Nesse percurso, levaremos em consideração o papel das emoções no processo de persuasão e dos possíveis efeitos patêmicos do discurso, e também, entendidas como meios de reforçar elos sociais, entre membros de uma comunidade discursiva que partilha valores e ideais políticos afins. Sem deixar de questionar, é claro, de que maneiras *logos* e *ethos* colaboraram para as formações discursivas que levaram JB à presidência, político considerado irrelevante para o cenário nacional, com produção legislativa chamada de “pífia” pelos críticos durante seus sequentes mandatos como deputado. Como menciona Nicolau (2019), ninguém apostava que o político seria eleito presidente. Afinal, além do candidato não ter o apoio de partidos tradicionais e contar com apenas oito segundos no horário eleitoral, seu histórico parlamentar não tinha nada de destaque.

Após algumas reflexões sobre o *pathos*, passaremos, agora, para um breve percurso teórico sobre o *ethos*. Como menciona Maingueneau (2020), deixando de ser um conceito reservado à retórica e passando a integrar a AD, a noção de *ethos* tem sua metodologia enriquecida, com novas interrogações sobre os problemas de sua aplicação a diferentes espécies de manifestações do discurso, incluindo as mais distantes da retórica tradicional. Nossa intenção é criar fôlego para a análise do *corpus* através da rememoração de estudos sobre a projeção das imagens dos sujeitos que tomam o ato de fala, em geral baseadas em identidades coletivas, identificações pautadas em valores comuns e partilhadas pelo maior número possível de pessoas.

2.7 A construção do *ethos* do sujeito político

Em dissertação de mestrado, observamos a formação do *ethos*⁶⁰ no discurso político veiculado no ambiente *on-line*, analisando *corpora* ligados a agrupamentos ideológicos à esquerda. Agora, propomos certa continuidade no trabalho de investigação, nos debruçando sobre as imagens projetadas nas alocações de JB, considerando a permanência da relevância da problemática que envolve a formação das identidades dos atores políticos no ambiente digital, especialmente se considerarmos as metamorfoses pelas quais tem passado a fala pública.

⁶⁰ Partilhamos da percepção de Eggs (2005), para quem o *ethos* deve ser encarado como problemática e campo de pesquisa científico.

Além da persuasão realizada por meio de argumentos, estudos sobre o *ethos* possibilitam uma reflexão mais geral sobre o processo de adesão do público a determinadas ideias. Tal processo se torna evidente no campo político, em que a aceitação a determinadas posições discursivas é essencial para que o sujeito permaneça no jogo. Como lembra Maingueneau (2005), a concepção do termo *ethos* pertence à tradição retórica. A noção, entretanto, foi introduzida à AD, ganhando certa reelaboração.

Eggs (2005) explica que, enquanto o *logos* convence em si e por si mesmo, o *ethos* e o *pathos* sempre estarão ligados à problemática específica de uma situação de comunicação, em especial aos sujeitos nela envolvidos. Já o peso de cada prova retórica será relativo, variando segundo o gênero oratório. *Ethos*, *logos* e *pathos* formam as três provas lógicas que são engendradas pelo discurso, não sendo exato concluir que o ouvinte se deixa convencer somente pelo *pathos*, afinal, as três provas integram o processo persuasivo⁶¹. De forma semelhante, o *pathos* não deve ser todo excluído do orador. Para Aristóteles, a qualidade do orador será mais útil no discurso deliberativo, enquanto o toque aos afetos será mais interessante para o judiciário.

Ainda com base em Aristóteles, o linguista supracitado defende que somente o orador que demonstrar em seu discurso graus elevados das três dimensões do *ethos* (*phrónesis*, *areté* e *eúnoia*) será capaz de realmente convencer seu ouvinte. O *ethos* constituiria, sob tal perspectiva, praticamente a mais relevante das provas:

Ora, toda pessoa, o *homem*, é para Aristóteles um “animal” (*pathos*) político (*ethos*) que tem a capacidade de falar e de pensar (*logos*), para lembrar a definição dada na *Política*. Sua *héxis*, sua maneira de experimentar e de manifestar essas três dimensões de seu ser, constitui, portanto, seu *ethos*. Poderíamos assim dizer que todo *ethos* constitui uma *condensação específica* dessas três dimensões (EGGS, 2005, p. 42.).

Distanciando-se dos retóricos de sua época, Aristóteles atribui relevância fundamental ao *ethos* no processo de persuasão⁶². Como mostra Eggs (2005), na retórica aristotélica, são apresentados dois campos semânticos opostos ligados à concepção de *ethos*: o primeiro deles,

⁶¹ Em seus estudos, Charaudeau (2015) apresenta uma distinção entre “convicção” e “persuasão”. A primeira pertenceria ao raciocínio e estaria voltada para o estabelecimento da verdade, fundando-se sobre as faculdades intelectuais. A segunda, por sua vez, pertenceria ao campo dos afetos, fundando-se sobre os deslocamentos emocionais e voltada para o auditório. Assim temos *logos*, de um lado, e *pathos*, de outro, sem deixar de mencionar o *ethos*, relacionado à imagem do locutor e que é igualmente suscetível de tocar o auditório por meio do processo de identificação.

⁶² É nesse contexto que o termo *epieikeia* é empregado, podendo ser traduzido, inicialmente, como “honestidade”. O orador que mostra em seu discurso um caráter honesto poderá parecer ser mais digno de crédito diante do seu auditório (EGGS, 2005).

fundado na *epieíkeia*, de sentido moral e que engloba atitudes e virtudes ligadas à *honestidade*, à *benevolência* e à *equidade*; o segundo, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como *hábitos*, *modos* e *costumes* ou, ainda *caráter*. As duas concepções, contudo, não se excluem, mas constituem as duas faces necessárias à atividade argumentativa.

Na retórica aristotélica, três qualidades são apontadas como capazes de inspirar a confiança: a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*⁶³. A primeira delas é considerada a capacidade de ter “prudência”, certo “ar ponderado” e “sabedoria prática”, a segunda pode ser compreendida como a capacidade do homem de se mostrar simples e sincero e a última, por sua vez, é apresentada como a capacidade do orador de mostrar uma imagem agradável de si e de ser solidário para com o seu auditório.

É preciso sublinhar que o *logos* é, nesse cenário, somente um dos polos da persuasão retórica, o que levou estudiosos a dirigirem seus olhares para outras provas. Segundo Amossy (2005, 2020), os antigos tratavam o termo *ethos* como a construção de imagens positivas de si mesmo, com o objetivo de garantir a eficácia do processo de persuasão na oratória. O fato é que, de forma deliberada ou não, todo e qualquer ato de tomar a palavra resulta na projeção de imagens de si do sujeito, não sendo necessário que este realize uma autodescrição ou aponte suas qualidades. É importante destacar que, independente do grau de intencionalidade, o alocutário desempenha papel fundamental no processo de adesão às imagens que o sujeito fabrica sobre si mesmo. A autora aponta que a eficácia discursiva mora na autoridade que o locutor consegue construir para si, processo indissociável da ideia que o público faz dele. É através da observação do auditório que o sujeito empregará eficácia ao seu dizer, modelando seu *ethos* segundo as representações coletivas ali presentes. Nesse sentido, o sujeito pode reelaborar sua imagem de acordo com as expectativas do público, produzindo novas impressões segundo a recepção da argumentação.

⁶³ A *phrónesis* está ligada ao *logos* e a *areté* à virtude do *ethos*. A *phrónesis* está relacionada ao saber *prático* expressado por uma razão calculada. Manifestando-se através da habilidade do orador de encontrar argumentos razoáveis, a *phrónesis* é capaz de expressar a verdade e deliberar visando à felicidade. Assim, só seria feliz o homem que se guia pela razão. Lembrando que, para Aristóteles, há três tipos de saberes: um *teórico*, um *prático* e um *poiético*. Os dois primeiros estão ligados à parte racional e intelectual da alma, enquanto o último à produção de determinada coisa. Todos são considerados virtudes *dianoéticas*.

2.7.1 *Ethos* discursivo e *ethos* prévio

Em seus estudos sobre o *ethos*, Amossy (2020) propõe certa distinção entre o que chama de *ethos discursivo* e *ethos prévio*⁶⁴. A partir de seu discurso, de forma deliberada ou não, o locutor construirá imagens de si, geralmente voltadas para valores e crenças amplamente compartilhados pelo público. Entretanto, é preciso considerar o *ethos* que se funda em informações anteriores à fala, elementos pré-existentes que integram a concepção que o auditório tem do sujeito. Configurado com base nas representações coletivas⁶⁵ e nos papéis que o sujeito exerce no espaço social, incluindo aspectos como funções, status e poder exercidos, o *ethos* prévio pode, inclusive, condicionar parcialmente a palavra que será exercida, fazendo com que o sujeito trabalhe para confirmar ou contrariar determinadas imagens.

De fato, como mostra Amossy (2005, 2020), especialistas em argumentação consideram a chamada *doxa* ou opinião comum que se tem sobre determinado sujeito, fator determinante para o estabelecimento do *ethos*, já que compreende o saber e as impressões que o público detém sobre o ator antes mesmo que ele tome a palavra. No caso do sujeito político, tais saberes ganham ainda mais relevância, já que uma série de informações sobre si circulam no espaço público, o que requer ainda mais atenção para que o processo argumentativo tenha sucesso. Seguindo linha de raciocínio semelhante, Lessa (2009) nos lembra que a noção de um *ethos* anterior à palavra foi problematizada a partir do *ethos* aristotélico. Entretanto, ao contrário de retores romanos como Quintiliano ou Cícero, que empregavam importância à reputação do sujeito para que a oratória obtivesse sucesso, Aristóteles apontava que somente o que é expresso por meio da palavra poderia ter influência na imagem que o público construía do orador. Nesse cenário, informações já conhecidas não teriam influência direta na construção do *ethos* do indivíduo.

Maingueneau (2005) defende a tese de que o público iniciaria a construção das imagens do sujeito enunciador antes mesmo que ele tome a palavra, havendo, portanto, a existência de um *ethos pré-discursivo*. Tais imagens estariam atreladas às representações coletivas que circulam no espaço social sobre determinado sujeito, algo independente de sua interação verbal.

⁶⁴ Como a própria autora pontua, a noção de *ethos* prévio ou *ethos* pré-discursivo foi desenvolvida inicialmente por ela, Maingueneau e Haddad na obra *Imagens de si no Discurso* (Amossy, 2005).

⁶⁵ Para nossa pesquisa, também consideramos a noção de memória discursiva a partir de Courtine (1981, 2014). A memória discursiva está relacionada à existência histórica do enunciado nas práticas discursivas, processo que é regulado pelos aparelhos ideológicos, numa concepção que não é individual, mas coletiva.

O *ethos discursivo*⁶⁶, por sua vez, corresponde às imagens que o sujeito constrói durante o ato de fala. Ainda segundo o autor, o *ethos* não está dito explicitamente, mas é mostrado pelo orador.

No âmbito digital, Maingueneau (2020) fala em saliência do *ethos* que se manifesta através de um indivíduo portador de um nome próprio. Dotado de uma “corporalidade” e de um “caráter”, ele pode desempenhar o papel de “fiador” para o enunciado, prosperando em *blogs* pessoais, nas redes sociais e em sites de relacionamentos. Nesse contexto, alguns enunciados se concentram na produção de determinados *ethé*, enquanto outros não encaram a questão como ponto relevante. No caso dos atores políticos, sabemos que a maioria mantém algum tipo de *blog* pessoal que pode ser administrado por um profissional da comunicação. Este último, é claro, desempenhará papel fundamental na construção do *ethos* político⁶⁷.

Independentemente do espaço em que se molda e se projeta, Charaudeau (2015) nos mostra como o *ethos* do sujeito pode transparecer por meio de diferentes marcas pessoais e de comportamentos exibidos ao longo do tempo, além de estar ligado, no caso do ator político, às suas ideias e propostas. O *ethos* é, portanto, resultado de uma alquimia que reúne traços de caráter, de corporalidade e também de declarações verbais direcionadas ao público⁶⁸.

E é na tentativa de construir imagens positivas de si mesmo que o sujeito lançará mão de diferentes estratégias discursivas, utilizando uma espécie de dramaturgia que o faça arquitetar para si um personagem. Tal processo de construção só terá sentido se for voltado para o público, servindo como espelho para seus valores e crenças. É preciso considerar, ainda, que a construção do *ethos* envolve uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente que detém uma imagem de sujeito ideal em mente. Enquanto o *si* busca alcançar tal ideal

⁶⁶ Almeida Junior (2009) esclarece que, para Aristóteles, o orador dispõe de dois tipos de provas: as *atekhnai*, ou extra-retóricas, e as *entekhnai*, ou intra-retóricas. Eggs (2005), por sua vez, explica a crítica de Aristóteles aos seus predecessores por estes terem se dedicado às questões dos afetos ou aos caracteres dos juízes, às questões exteriores à arte retórica, deixando de lado o “verdadeiro corpo da persuasão”, que são os argumentos. Apesar de não negar a relevância do papel do *ethos* e do *pathos*, Aristóteles compreende que as duas provas não são *entechniques*, ou seja, não pertencem à arte retórica exceto se forem produzidas no e pelo discurso. Nesse sentido, a credibilidade do orador deveria ser o efeito de seu discurso.

⁶⁷ Abordamos a complexidade subjacente à enunciação do *corpus* da pesquisa no capítulo III.

⁶⁸ Levando em consideração o caráter multimodal do *ethos*, Baronas (2011) propõe o que chama de *ethos semiotizado*. Afinal, para sua compreensão, seria necessário considerar que a construção das imagens de si envolve dimensões não verbais.

imaginário, o *outro* se deixa seduzir (ou não) pela imagem que recebe, a depender da proximidade que esta possui com sua referência.

O linguista também nos lembra que, antes de exercer o poder é necessário conquistá-lo, e, para conquistá-lo, é preciso passar pela palavra. Em tempos de conquista de poder que, em sociedades democráticas, compreende-se como períodos eleitorais, a *palavra de promessa* se torna vigente, fazendo com que o sujeito lance sobre o público estratégias para fazê-lo aderir às suas propostas. Independentemente dos tempos vividos, a palavra política é direcionada a um alocutário heterogêneo com o objetivo de seduzi-lo e persuadi-lo, adotando para isso uma série de procedimentos discursivos, recursos e imaginários que se dirigem tanto à razão quanto à emoção do público. Nesse contexto, saber como se constrói e se manipula a opinião pública se torna fundamental ao ator político que deseja ter sucesso na empreitada de construção do *ethos*.

Charaudeau (2015) nos lembra, ainda, que a questão das identidades dos sujeitos passa por representações sociais, afinal, o sujeito falante não tem outra realidade além das que são possibilitadas pelas representações circulantes no grupo social, configuradas como “imaginários sociodiscursivos”. JB, por exemplo, projeta o *ethos* de homem patriota, baseado num imaginário nacionalista e ligado ao período da ditadura militar. Mitos, símbolos e representações que remetem ao amor à pátria são utilizados para a construção das imagens de homem defensor dos interesses da nação, como mostram nossas análises que se encontram nos capítulos XII e XIII.

2.7.2 Alguns *ethé* recorrentes no discurso político

Charaudeau (2015) propõe uma espécie de agrupamento das imagens projetadas pelos atores políticos, dividindo-as em dois grandes grupos: os *ethé de credibilidade* e os *ethé de identificação*. A partir dessas duas grandes ordens de valor, imprescindíveis ao projeto de fala do ator político, diversas figuras se aglutinam para a construção de uma identidade política. Resultado da construção de uma identidade discursiva, a credibilidade está ligada à possibilidade de verificar que aquilo que o sujeito diz equivale àquilo que ele pensa, correspondendo a uma condição de sinceridade e de transparência. Ela também se relaciona com o sujeito que mostra ter condições de pôr em prática o que promete ou anuncia. A credibilidade se apoia, portanto, num *poder fazer*. Para que se estabeleça, a imagem de credibilidade deve satisfazer pelo menos três condições: de *sinceridade* (dizer a verdade), de *performance* (aplicar o prometido) e de *eficácia* (provar que se tem meios de fazer o que

promete e que os resultados serão positivos). E, para responder a tais condições, o sujeito político deverá empregar esforços na projeção do *ethos* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*.

Construído por meio de índices comportamentais capazes de revelar capacidade de autocontrole, sangue frio frente às adversidades e aptidão para o trabalho na vida política, o *ethos* de *seriedade* pode ser projetado com a ajuda das mídias e de índices verbais como tom firme e comedido, sem grandes efeitos oratórios ou “frases de efeito” e com uma elocução continuamente serena. Não se encontrar em atividades frívolas, não brincar constantemente com diferentes situações ou ter um ar insolente em entrevistas também se mostram fundamentais ao político que deseja transmitir uma imagem de seriedade.

O *ethos* de *virtude*, por sua vez, exige sinceridade, fidelidade aos compromissos e honestidade pessoal. A imagem de honestidade remete à retidão e à sinceridade ligada ao político que diz o que pensa, não tem nada a esconder, não participa de negócios escusos e mostra que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal. Observando tal descrição, percebemos que JB tentou se amparar em tais imagens, especialmente nas eleições presidenciais de 2018, afinal, se mostrou como aquele que fala sem filtros e que estava pronto para “tirar os corruptos do poder”. Como veremos ao longo da pesquisa, questões ligadas ao combate à corrupção⁶⁹ pautaram boa parte das estratégias de campanha do político, que se mostrava à vontade ao abordar a temática, especialmente se levarmos em conta a emergência de narrativas pautadas numa decadência moral e ética do PT e de seus principais representantes, decorrentes dos efeitos da Operação Lava Jato, a partir de 2014.

Por fim, a imagem de *competência* exige conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, provando que tem os meios, o poder e a experiência necessários para obter os resultados almejados. Como veremos no capítulo IV, durante as eleições de 2018, JB direcionava perguntas do campo econômico ao seu então assessor Paulo Guedes, figura que viria a ocupar o cargo de ministro da Economia. Se ele mesmo não possuía a expertise necessária para compreender as particularidades de cada área do governo, mostrava que os maiores especialistas no assunto se ocupariam disso, o que não deixa de exibir sua *competência*, sua postura como “o melhor dos melhores”, como menciona Dunker (2018).

⁶⁹ Nas eleições de 2018, alguns eixos temáticos parecem ter servido como base para a estratégia de campanha bolsonarista, entre eles a flexibilização do acesso às armas, a segurança pública, a corrupção, a perda da moralidade cristã e da identidade familiar tradicional e o combate a “ideologias políticas nefastas”.

Quando falamos sobre *identificação*, por sua vez, percebemos que tocar o maior número possível de pessoas nem sempre será tarefa fácil, afinal, a heterogeneidade do auditório e a multiplicidade de imaginários possíveis se tornam obstáculos. Por isso, é comum que sujeitos políticos joguem com valores opostos e até contraditórios. Apesar da polivalência de imagens que podem ser projetadas, Charaudeau (2015) destaca algumas entre as mais recorrentes: o *ethos* de *potência*, de *caráter*, de *inteligência*, de *humanidade*, de *chefe* e de *solidariedade*. Uma imagem de *potência* pode ser exprimida através de uma figura de “virilidade sexual”, comum em atores políticos que constroem para si reputações de “Don Juan”, de quem vive casos extraconjugais, o que não podemos deixar de relacionar a uma representação machista da realidade. O *ethos* de *potência* também se relaciona ao ator que mostra determinação em agir (não é somente um homem de palavras, mas também de ação), àquele que é vociferador (manifestação imperiosa do corpo que advém de pulsões não controladas) e que é ativo (quase militar ou esportista). O *ethos* de *caráter*, por sua vez, está mais relacionado a uma força do espírito do que do corpo, ao sujeito que mostra capacidade de controle diante de situações perturbadoras, que possui uma força interior que não está, necessariamente, relacionada à força física.

Uma imagem de *inteligência* pode ser projetada por aquele que se mostra culto e que possui o capital cultural herdado de sua origem social e formação, provocando a admiração e o respeito daqueles que o ouvem. A construção desse *ethos* explica por que políticos escrevem livros, respondem a solicitações da mídia para participar de programas culturais, vão a exposições ou outras manifestações artísticas⁷⁰. Se JB não usa o *ethos* de inteligência como uma de suas bases discursivas, podemos dizer que pegou “carona” em estratégias semelhantes adotadas por outras figuras da extrema direita. O “guru” bolsonarista e um dos principais influenciadores da direita nas redes sociais, Olavo de Carvalho se apoiou num *ethos* acadêmico para espalhar informações fantasiosas que se passavam por teorias validadas academicamente. É o caso das acusações que fez contra Haddad, adversário político de JB em 2018, afirmando que o mesmo fez uma “apologia ao incesto” no livro publicado pelo petista “Em Defesa do

⁷⁰ Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Silveira e Rocha (2023) explicam como a esquerda focou na comunicação de massas enquanto a extrema direita priorizou um cenário de comunicação distribuída, utilizando canais do YouTube, disparo de mensagens em massa e perfis de influenciadores nas redes sociais para disseminar informações. Através de explicações didáticas sobre temas políticos, a direita se alimentou de um sentimento de revolta contra o sistema que a esquerda não conseguiu alcançar, talvez por seu tom abstrato e demasiadamente acadêmico. Produtores de conteúdo, fazendo o papel de ativistas, foram pagos atuar como *influencers* disseminando informações nas redes.

Socialismo: Por ocasião dos 150 anos do Manifesto”, lançado em 1998, baseando-se, portanto, numa pauta moral.

O *ethos* de *humanidade* é projetado através da capacidade de demonstrar sentimentos e compaixão diante daqueles que sofrem, mas também pela capacidade de mostrar seus gostos mais íntimos e fraquezas. Não nos parece possível deixar de mencionar a declaração “não sou coveiro, tá?”⁷¹, feita por JB ao responder jornalistas quando questionado sobre as mortes causadas pelo COVID-19. No auge da pandemia, o então presidente pareceu não se importar, na maior parte do tempo, em construir imagens de humanidade diante das perdas causadas pela pandemia. Como explica Fujiwara (2023), no “cercadinho”, espaço direcionado a conversas com jornalistas e ladeado por apoiadores, o então presidente projetou um *ethos* de potência populista autoritária, imagem reforçada por sua estatura considerada acima da média, por uma gestualidade enérgica e uma vocalidade autoritária, mesmo diante de perguntas sobre o combate ao vírus. Ao interromper repórteres ou ignorá-los, o político projetou um *ethos* de potência com viés negativo junto à imprensa, ao passo que, para os apoiadores, a mesma imagem resultou num caráter positivo, esteticamente agressivo, irreverente e culturalmente popular. Ainda segundo Fujiwara (2023), foram nas famosas *lives* que JB buscou pela projeção de um *ethos* de *humanidade* e de *solidariedade* diante das mazelas causadas pela pandemia, acentuando um *ethos* de competência. Importante ressaltar que as *lives* eram direcionadas majoritariamente para sua base política.

Por fim, uma imagem de *chefe* pode se manifestar por meio da figura de *guia* (supremo, pastor e profeta), de soberano e de comandante. A figura do *guia supremo* se apresenta como necessária para a permanência de um grupo social, que demonstra a necessidade de ressuscitar a existência de um ser superior que poderá guiá-lo em meio às peripécias do mundo. O *guia pastor* se apresenta através do sujeito capaz de reunir o rebanho, iluminando o caminho dos seguidores com tranquilidade e perseverança. Já o *guia profeta*⁷² costuma mencionar o futuro em seus discursos, sem deixar de se basear em mitos e símbolos do passado. A figura do *soberano* se fundamenta em discursos voltados para a democracia, para a identidade nacional, para a soberania do povo, para a celebração do país e de seu regime institucional. Por fim, a

⁷¹ Como mostra matéria veiculada pelo portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml> Acesso em: 8 fev. 2024.

⁷² Imagem utilizada por JB durante a pandemia causada pelo vírus COVID-19, quando a cloroquina é apontada pelo político como o medicamento “mágico” capaz de salvar os brasileiros (FUJIWARA, 2023).

figura do *comandante* se apresenta através do sujeito com uma imagem mais agressiva e autoritária, de discursos com tom belicista e provocações ao inimigo. Como veremos nos capítulos dedicados às análises, pitadas do *ethos* de *chefe* são utilizadas por JB ao longo do tempo, especialmente no caso da figura de *guia supremo* (salvador) e de comandante. Semelhanças à figura de *soberano* também podem ser observadas, se levarmos em consideração a recorrência de menções à identidade nacional e à celebração do país, ainda que o apelo à democracia não integre as amostras coletadas e analisadas.

Por fim, uma imagem de *solidariedade* se relaciona à capacidade de ouvir os problemas alheios e de compartilhar os mesmos dramas, dilemas e conquistas, se tornando responsável pelas necessidades dos outros (movimento que se assemelha à do *ethos* de *humanidade*). Entre as imagens projetadas por Bolsonaro, se levarmos em consideração a classificação proposta por Charaudeau (2015), temos como mais recorrentes os *ethé* de *potência* e de *chefe*. Uma tentativa de projetar imagens de honestidade também pode ser observada, o que vai ao encontro do *ethos* de *virtude*. Outras imagens, contudo, não figuram de forma recorrente no *corpus*, como é o caso dos *ethé* de *seriedade*, de *competência*, de *inteligência* e de *humanidade*, o que nos faz questionar quais outras estratégias podem ter sido utilizadas ao longo do tempo. Essa é uma das tarefas a que se propõe a pesquisa e que pretendemos desvendar durante o texto, sem deixar de lado, é claro, o apelo a imaginários patêmicos que, certamente, se mostram fundamentais ao sujeito político que deseja obter sucesso na empreitada persuasiva.

Passaremos, agora, para o capítulo dedicado às metamorfoses do discurso político e ao papel das redes sociais na gestão das imagens dos atores.

3. METAMORFOSES DO DISCURSO POLÍTICO: AS REDES SOCIAIS NA GESTÃO DAS IMAGENS DOS ATORES POLÍTICOS

Iniciaremos o capítulo abordando aspectos ligados às transformações da fala pública, pautando-nos, especialmente, em Courtine (2003, 2006) e Piovezani (2007). Apresentaremos considerações sobre o uso das redes sociais pelos atores políticos e, mais especialmente, pelo que diversos autores têm chamado de “extrema direita brasileira”, com base em Moura e Corbellini (2019) e Piovezani (2019, 2020). Seguimos para discussões teóricas sobre os gêneros de discurso no âmbito digital a partir de Maingueneau (2004, 2008, 2015, 2017, 2020), Paveau (2013, 2017), Paveau, Costa e Baronas (2021). Por fim, o ato de linguagem proposto por Charaudeau (2008) será rememorado, seguido das características do discurso digital elencadas por Recuero (2009, 2012, 2014, 2020), Emediato (2015) e Paveau (2017).

3.1 As novas eloquências do discurso político: breve histórico de transformações

Piovezani (2007) destaca as mudanças que as inovações tecnológicas têm trazido para as práticas de produção e interpretação dos discursos políticos. Para o autor, tais inovações, em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem estar contribuindo para modificações tanto na produção quanto na análise da palavra política. A pesquisa propõe, portanto, uma análise sobre as novas eloquências do discurso político, explorando o uso das redes sociais para a propagação da palavra política.

A produção do discurso no ambiente digital tem constituído nova materialidade nos estudos da AD. Afinal, os novos ambientes *on-line* têm se tornado importantes plataformas para a disseminação de discursos das mais diversas fontes e formatos. Neste ambiente, práticas discursivas são resinificadas e características marcantes do ciberespaço⁷³ são incorporadas ao discurso. Embora sejam amplas as discussões sobre o discurso político, este trabalho propõe como *corpus* a análise de discursos veiculados nas redes sociais, com a expectativa de trazer novas reflexões sobre a propagação da palavra política neste ambiente⁷⁴.

Ainda de acordo com Courtine (2003, 2006), a exibição da intimidade doméstica e psicológica do ator político emerge com a adoção de discursos num estilo dialogado e com ideias mais simples, em detrimento de seus projetos e programas. Ao contrário dos falatórios

⁷³ Ciberespaço, segundo Recuero (2006), é o espaço em que as interações sociais acontecem na internet.

⁷⁴ Consideramos as eleições presidenciais de 2014 como um marco fundamental para o uso das redes sociais nas estratégias de campanha dos candidatos.

longos e de difícil assimilação, os discursos têm sido assimilados à imagem individual do sujeito político, que aparece no vídeo em *close*, falando a cada um dos eleitores numa espécie de conversa íntima, simples e de fácil acesso. Ainda nesse contexto de transformações, a vida privada do ator político se mistura à pública, numa espécie de espetacularização em que atos individuais podem conferir ou não legitimidade para o sujeito governar. Por isso, é possível afirmar que uma fala pública mais pessoal, breve, efêmera e gerida por novas mídias tem emergido.

Courtine (2003) observou a emergência, ao longo do tempo, de um modelo constituído por falas breves em oposição ao tipo de oratória longa e monológica. Uma fala política fluida e imediata, interativa e fragmentada ganhou espaço, submetendo os conteúdos políticos às exigências das novas práticas de comunicação características dos aparelhos audiovisuais de informação. O teórico nos atenta, entretanto, para uma mudança que não acontece somente no campo do discurso. Se antes o orador tradicional encontrava espaço no “ajuntamento popular”, no ambiente público das ruas e das praças, hoje ele se faz presente por meio das tecnologias de comunicação. Surgiu, assim, um novo modelo de orador, minuciosamente observado pelo espectador por meio de telas. Seus gestos e expressões corporais são examinados em detalhes, afinal, é a câmera que o encara de perto. Não há mais a distância que separa o público do palanque.

A fala pública é, nesse contexto, examinada de forma muito mais próxima pelo olhar do observador, que examina detalhadamente o rosto do político. Não há mais a distância física que separa o eleitor do palanque onde se encontra o homem público. Pequenas falhas são, portanto, registradas, restando ao sujeito político um aumento do controle sobre si mesmo, maior domínio sobre o discurso, sobre o tom de voz e sobre o corpo. Para Courtine (2003), tal cenário de emergência das tecnologias audiovisuais de comunicação política traz uma espécie de “proximidade longínqua”, estabelecida entre o orador e aqueles que o observam.

Além das modificações apresentadas, é preciso considerar o que Piovezani (2007, 2009) chama de “espetacularização da política”⁷⁵, fenômeno que envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a dissolução e despolitização das massas, intensificação do individualismo, predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública e o advento de novas

⁷⁵ Em seus estudos, Guy Debord ([1967]/1997) trabalha a noção de espetáculo, marcada por relações sociais mediatizadas por imagens, pela aparência e pela afirmação de toda a vida humana marcada por aparências.

tecnologias. Acrescentamos a isso a emergência da internet como espaço para veiculação do discurso político.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Maingueneau (2021) destaca a interação do discurso político com o universo digital, lembrando como meios tradicionais de veiculação da fala pública têm dado espaço para novos, ocupados tanto por atores políticos quanto por indivíduos comuns.

A análise do discurso, desde as suas origens, trava uma relação muito forte com o discurso político, que é um de seus objetos privilegiados. Ainda que muitos discursivistas continuem a trabalhar sobre *corpus* marcadamente canônicos (debates parlamentares, propagandas políticas, debates televisivos etc.), o que se pode chamar atualmente de “campo político” é muito menos evidente do que há alguns decênios, em que tudo acontecia entre o mundo político e as mídias tradicionais (imprensa escrita, televisão, rádio). Na realidade, não existe mais essa divisão, tudo se encontra em interação constante com o universo digital inapreensível onde novos atores se expressam: não somente indivíduos “ordinários”, desconhecidos ou anônimos, mas atores coletivos de todas as espécies, que diluem as divisões políticas tradicionais. (MAINGUENEAU, 2021, p. 12-13).

Nesse contexto de mudanças, candidatos a disputas eleitorais rapidamente perceberam a relevância das redes sociais para a propagação da palavra política⁷⁶. Se os meios de comunicação de massa convencionais não podem ou não fornecem a visibilidade desejada às opiniões, projetos e personalidades de cada agremiação, a saída, então, é buscar se mostrar com instrumentos próprios. Para Marques (2008), a novidade trazida pela internet na propagação de discursos políticos configura-se, assim, na criação de canais aptos a expor aos usuários interessados as diferentes maneiras de perceber determinado evento político.

Como pontua Sargentini (2015), o diálogo entre candidatos e cidadãos é ampliado pelo uso das redes sociais já existentes, além de outras que ainda surgirão. Afinal, há muito se buscava, na comunicação política, uma maneira de falar com o povo sem a intermediação da mídia jornalística tradicional, o que é viabilizado através das redes, sem contar o processo de humanização do sujeito político e de individualização do eleitor. Como explica Maia (2008), é preciso considerar o estabelecimento de relações de interesse entre empresas de comunicação e grupos de poder, o que comprometeria a independência da informação. Seguindo esse raciocínio, a mídia tradicional não poderia ser considerada um “provedor neutro” de notícias; mas, sim, uma instituição passível de estabelecer relações conflituosas com outros atores.

⁷⁶ Ainda que não se trate de um fenômeno propriamente novo, consideramos de fundamental relevância apresentar algumas reflexões sobre as novas eloquências do discurso político.

Para Marques, Silva e Matos (2011), utilizar a *web* como instrumento de visibilidade à palavra, opinião e projetos dos sujeitos políticos tornou-se, nesse cenário, imprescindível para a construção de uma imagem positiva. Nesse sentido, a produção da palavra política acaba passando também pelo componente digital, e utilizar a internet como ferramenta para agregar visibilidade às ideias e às opiniões de seus candidatos tornou-se essencial aos partidos, que têm como objetivo abranger a maior parcela possível de eleitores. Percebemos, portanto, o quanto o impacto das redes sociais na gestão das imagens dos atores cresceu ao longo do tempo, fazendo com que conteúdos produzidos especialmente para o ambiente *on-line* passassem a integrar as estratégias de campanha.

3.2 A introdução das redes sociais no cenário político neoconservador brasileiro

Antes de abordarmos o uso das redes sociais por atores que se autodenominam de direita ou que defendem ideias neoconservadoras, consideramos pertinente destacar que, como veremos ao longo do capítulo e também dos próximos, diferentes autores da Ciência Política, da Sociologia e da Comunicação Social adotam designações como “nova direita”, “novíssima direita” e “extrema direita” ao se referirem a tais sujeitos. Salientamos, ainda, que variantes como “extrema direita” e “extrema esquerda” podem ser comumente associadas a representações negativas. Para Tocaia (2017), por exemplo, Marine Le Pen é um ator político representante da extrema-direita francesa cujo *ethos* é classificado pelo pesquisador como intolerante, preconceituoso e racista, designações consideradas negativas. Cavalcanti (2020), por sua vez, sinaliza que discursos proferidos por JB, por ela classificado como político da extrema direita, contribuem para instaurar, legitimar e perpetuar exclusões e violências no contexto social brasileiro. Vemos, assim, que a extrema direita costuma ser associada a aspectos negativos por diferentes estudos. De todo modo, tentamos apresentar nossas análises com o distanciamento necessário ao analista do discurso. Apresentada essa breve reflexão, seguimos para a introdução de estudos que abordam o uso das redes sociais por JB.

Consideramos as eleições presidenciais de 2014 um marco para o uso das redes nas estratégias de campanha, que passaram a utilizá-la como um dos principais pontos de propagação da palavra política, juntamente com o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

(HGPE)⁷⁷. Entretanto, Marques e Sampaio (2011) já apontavam o uso de *websites*⁷⁸ nos pleitos de 2002 e 2006 para a divulgação de propostas, *jingles*, vídeos de campanha e biografias de candidatos, o que mostra a presença da palavra política no ambiente *on-line* como um processo gradual. Já em 2010, os autores apontam novos padrões no uso das redes pelas coordenações de campanha, numa tentativa de fazer com que os atores políticos se aproximassem do eleitorado se mostrando modernos, genuínos e abertos às intervenções do público. Fato é que elementos da propaganda política tradicional, como santinhos, panfletos e *banners* foram perdendo a relevância nos últimos anos.

Num cenário de metamorfoses, representantes do discurso neoconservador, rapidamente, incorporaram a necessidade de criar e manter a militância nas redes sociais, utilizando, para isso, forte tom polêmico e patêmico⁷⁹ em suas mensagens, com o intuito de gerar adesão⁸⁰ em seus enunciados. A página oficial de JB no X (*Twitter*), por exemplo, investiu, durante as eleições presidenciais de 2018⁸¹, na publicação intensiva de fotos e vídeos e na produção de materiais específicos para o ambiente *on-line*. É o caso das *lives*, vídeos transmitidos ao vivo que cumpriam o papel de divulgar informações fundamentais para o andamento da campanha. Compreendemos que tais comunicados, realizados ao vivo, conferiam ao então candidato certo controle sobre a situação, evitando a mídia tradicional como intermediária da comunicação com o eleitorado.

As *lives* de Bolsonaro podem ser consideradas um modelo de comunicação política mais instantânea e direta, estratégia que foi seguida durante seu mandato como presidente⁸². O uso

⁷⁷ Entretanto, é preciso destacar fatores como a queda na audiência do HPGE e posterior corte no tempo de exibição do programa. Moura e Corbellini (2019) apontam que, se em 2008 a audiência atingia 22 pontos percentuais no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 2016 o número chegava a apenas 6 pontos percentuais. Já em 2018 o período de exibição na TV foi reduzido, uma vez que a campanha eleitoral também seria mais curta.

⁷⁸ A ideia seria, segundo os autores, complementar o conteúdo transmitido através do HGPE e evitar punições dos tribunais eleitorais pela divulgação de informações não permitidas na TV.

⁷⁹ Fenômeno que será abordado com maior profundidade no capítulo V da pesquisa.

⁸⁰ Expressa, em geral, através do compartilhamento das mensagens.

⁸¹ Apresentaremos, ao longo do capítulo, algumas informações sobre o cenário político brasileiro, com o intuito de melhor esclarecer como se deu a introdução de novas práticas discursivas.

⁸² Somente em 2020, Bolsonaro teria realizado 70 *lives* com o intuito de anunciar ou justificar medidas de seu governo. Já durante a campanha presidencial de 2022, o político chegou a fazer uma *live* durante a madrugada para justificar falas mal recebidas pela imprensa e por parte do eleitorado brasileiro. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fez-70-lives-em-2020-jorge-seif-e-gilson-machado->

de transmissões ao vivo nas redes sociais e no *Youtube* não foi ignorado por políticos de outras vertentes ideológicas, como é o caso de Lula que, depois de eleito presidente pela terceira vez, iniciou um projeto de comunicação que também utilizava *lives* semanais⁸³. Segundo Carreon e Baronas (2020), as *lives* orquestraram um rearranjo de práticas político-discursivas que podem, inclusive, materializar-se como novos objetos para a AD. Num contexto de metamorfoses da fala pública, os vídeos ao vivo teriam criado um efeito de proximidade com o eleitor, além da inclusão de um “efeito de verdade”, afinal, o cidadão comum estava muito mais inclinado a ler aquele discurso como verdadeiro. Para os autores, o cidadão comum acabou aderindo a uma espécie de regime de verdade, tornando-se cúmplice em uma cena de enunciação fabricada.

É preciso lembrar que, no primeiro turno, o então candidato detinha apenas oito segundos⁸⁴ de campanha no HGPE, fato que não o impediu de vencer o pleito. Como destaca Piovezani (2020), o presidencialável não falou muito com veículos da mídia tradicional durante o período eleitoral daquele ano. Ainda assim, sua performance oratória foi alvo de avaliações negativas⁸⁵, que destacavam questões como a falta de domínio da norma padrão da língua, problemas na dicção e possíveis erros de comunicação. É preciso destacar, contudo, o fato de seus apoiadores apontarem o presidencialável como aquele que fala “verdades” que outros não teriam coragem de dizer, comunicando-se de maneira simples e popular, um verdadeiro “homem do povo”.

Analisando intervenções de Bolsonaro fora das redes, ainda naquelas eleições, Piovezani (2019) identificou a produção dos efeitos de franqueza, de identificação de grupo, de veemência, de antagonismo e até de ameaça e incitação à violência. Para ele, tais efeitos fazem parte da história discursiva do político⁸⁶, incluindo certo tom agressivo estabelecido como

[participaram-mais/](#) e <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/bolsonaro-abre-live-na-madrugada-para-se-explicar-apos-fala-sobre-meninas-venezuelanas.ghtml> Acesso em: 15 jun. 2023.

⁸³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-estreia-live-semanal-como-estrategia-para-ampliar-a-comunicacao-nas-redes/> Acesso em: 15 jun. 2023.

⁸⁴ No pleito de 2018, candidatos com baixíssimo tempo de propaganda na TV apareciam bem colocados nas pesquisas eleitorais, fazendo com que tivessem a atenção da imprensa tradicional. Como explicam Moura e Corbellini (2019), o fenômeno acabou anestesiando a falta de inserções na propaganda oficial, especialmente após o atentado sofrido por Bolsonaro durante ato de campanha, em Juiz de Fora.

⁸⁵ Piovezani (2019) menciona alguns textos publicados pela imprensa que apontam possíveis problemas na comunicação do então candidato. Entre eles: LAGO, Miguel. Bolsonaro fala outra língua. Revista Piauí, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-fala-outra-lingua/> Acesso em: 13 jun. 2023.

⁸⁶ Começando por sua eleição como vereador da cidade do Rio de Janeiro, em 1989, e passando pelos vários mandatos como deputado federal, que vão de 1991 a 2019 (PIOVEZANI, 2019).

padrão oratório. As falas públicas programadas para serem exibidas na TV durante a campanha de 2018, entretanto, apresentavam um tom mais ameno do que o dirigido à sua base eleitoral. Ainda assim, é preciso destacar fatores que contribuíram para a construção da “celebridade midiática” representada pelo político, como a participação em programas televisivos, a constante presença em textos de imprensa, em publicações e memes⁸⁷ que circulavam nas redes sociais, além de seus pronunciamentos como deputado, amplamente compartilhados em aplicativos de troca de mensagens e outros meios digitais.

É o caso das mensagens publicadas em seu perfil oficial no X (*Twitter*), entre 2015 e 2016⁸⁸, durante o processo de *impeachment*⁸⁹ de DR⁹⁰. Na época, foi veiculada, na página oficial do ator, uma série de conteúdos favoráveis à destituição⁹¹ da presidenta⁹². A partir desse período, é possível observar, na página, a veiculação de publicações que parecem uma estratégia para tornar o nome de Bolsonaro consolidado para a disputa pela presidência em 2018. Vídeos publicados em suas redes sociais mostravam o então congressista sendo recebido⁹³ em aeroportos de diferentes lugares do país, ainda que a convenção partidária que confirmou a candidatura de Bolsonaro tenha ocorrido somente no dia 22 de julho de 2018. Importante

⁸⁷ Mensagens divulgadas na internet, em geral com tom jocoso ou irônico, e intensamente compartilhadas por seus usuários. Podem ser ou não acompanhadas de imagens e vídeos (TORRES, 2016).

⁸⁸ Importante salientar que o uso das mídias sociais por Bolsonaro não teve início na campanha eleitoral de 2018, tratando-se de um processo desenvolvido ao longo de anos (MOURA, CORBELLINI, 2019).

⁸⁹ O processo de *impeachment* de DR teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou denúncia contra a presidenta por crime de responsabilidade. A partir daí, uma Comissão Especial foi formada na Câmara, com o objetivo de decidir sobre a admissibilidade do processo. Acusação e defesa foram ouvidas e, em abril de 2016, a maioria dos deputados aprovou a continuidade do processo, incluindo o então congressista JB. O processo foi encaminhado para o Senado Federal culminando, em agosto de 2016, no afastamento definitivo da líder do executivo.

⁹⁰ O uso das redes sociais por DR e sua militância, em defesa de seu mandato, foi explorado durante pesquisa realizada por mim, no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa, gerando a dissertação intitulada “*Ethos*, humor e discurso: a construção das imagens projetadas de Dilma Rousseff em diferentes situações de comunicação”.

⁹¹ Importante salientar que, no meio acadêmico, não há propriamente um consenso sobre como deve ser tratado o processo de destituição da então presidenta. Ainda que utilizemos o nome *impeachment* para nos referirmos ao fato histórico em questão, consideramos pertinentes pensamentos como o de Jinkings (2016), para quem a presidenta legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em artimanhas jurídicas, um golpe administrado pelo judiciário juntamente com um Parlamento em sua maioria corrupto e a mídia corporativa a serviço de elites financeiras.

⁹² Optamos pelo uso do termo “presidenta” em detrimento de “presidente”, uma vez que a própria DR reivindica a escolha como estratégia de marcação do gênero feminino.

⁹³ Os vídeos parecem compor uma estratégia do então congressista para mostrar certa “força” e “clamor popular” pela sua candidatura.

destacar, ainda, que a Lei Eleitoral determina que atos de campanha só possam ocorrer a partir de 15 de agosto do ano eleitoral.

Já ao longo da campanha, oficialmente iniciada em agosto de 2018, a página seguiu com um número intenso de publicações em diferentes formatos, incluindo vídeos, textos, imagens e pronunciamentos oficiais. Ataques diretos a adversários políticos e partidos opositores também eram frequentes, além de materiais que denotavam o quanto o então candidato seria aclamado por parte da população. Após o atentado⁹⁴ que sofreu no dia 6 de setembro, quando estava em ato de campanha, em Juiz de Fora, as publicações permaneceram frequentes, ilustrando seu quadro de saúde e, posteriormente, trazendo textos que pareciam escritos pelo próprio candidato, possivelmente devido a suas limitações de deslocamento enquanto permanecia internado em hospitais.

Para Piovezani (2019), Bolsonaro passou a “mitar”⁹⁵ no campo político, se apresentando como principal expoente da extrema direita brasileira e de seus modos de expressão. Sua figura teria encarnado a conjunção de uma ética da moralidade pública juntamente com a salvaguarda dos comportamentos por ela esperados, assim sendo, segundo o supracitado autor, esse político teria dado voz a uma política de intransigência policial e adotou uma estética populista de fala simples, direta, enérgica e franca. Ainda segundo o autor, em 2018, foi possível observar certas diferenças entre a comunicação feita no HGPE e nas redes sociais. Na primeira delas, o discurso foi mais palatável, enquanto que, na segunda, mensagens com tom mais agressivo eram disseminadas aos seguidores.

Moura e Corbellini (2019) destacam alguns pontos que podem ter contribuído para a adesão às mensagens publicadas em suas redes. O político não estaria preocupado com questões como o enquadramento de câmeras, se deveria estar em pé ou sentado durante debates ou abotoar as mangas da camisa em nome do decoro. Ao contrário, ele falava para a câmera do celular como qualquer outra pessoa comum faria, colaborando para a introdução, nas redes, do

⁹⁴ No dia 6 de setembro de 2018, em Juiz de Fora, durante ato de campanha junto a apoiadores, Bolsonaro foi atingido por uma faca na região da barriga. Levado à Santa Casa da cidade, o então candidato passou por cirurgias e permaneceu internado por 23 dias, afastando-se de compromissos presenciais de campanha. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml> Acesso em: 6 jun. 2023.

⁹⁵ Mitar: 1) Atribuir qualidades de mito ou lenda. 2) fazer algo com muita qualidade, de maneira extraordinária ou lendária; destacar-se pela excelência na realização de algo (ex.: *saiba como mitar nas redes sociais*). Disponível em: <https://dicionario.primeram.org/mitar> Acesso em: 13 jun. 2023.

que os autores chamam de “memeficação da política”⁹⁶. Suas frases com intenso viés polêmico serviram para conferir a ele o atributo de “autenticidade”, assim como a intensa publicação de fotos e vídeos contribuíram para aumentar a sensação de proximidade entre o político e seus seguidores.

A foto a seguir foi publicada em seu perfil oficial durante a campanha de 2018, alguns dias após o atentado sofrido em Juiz de Fora. Além de se mostrar “sem filtros”, o político utiliza na legenda a frase “Deus no comando”, popularmente utilizada nas redes para se referir ao enfrentamento a desafios. Há, nesse caso, o estabelecimento de uma nova comunicação política⁹⁷, bem mais distante do “decoro” expresso através de entrevistas à imprensa tradicional e muito mais próximo da realidade vivida pelo eleitor usuário da rede. Nesse contexto, percebemos que a construção de mecanismos de identificação faz parte das metamorfoses do discurso político, que passa a valorizar a figura do “homem comum”⁹⁸, aquele que se mostra tal como é, fala o que pensa e não depende da mediação da imprensa tradicional ou de instituições legais para se comunicar.

⁹⁶ Como explica Recuero (2017), a propagação de memes pode ser considerada prática comum nas redes, incluindo daqueles que ridicularizam classes de indivíduos ou um indivíduo em particular. Tais discursos são capazes de reproduzir posicionamentos preconceituosos chegando a serem considerados violentos, apesar da roupagem humorística. Para Moreira, Lima e Batista Júnior (2021), os memes verbo-imagéticos são textos multimodais que atuam em espaços em que crenças, valores e ideologias podem ser propagadas, incluindo as de natureza excludente e supremacista. Azevedo (2022), por sua vez, mostra que Olavo de Carvalho e Carlos Bolsonaro, figuras públicas alinhadas ideologicamente à direita, participaram da divulgação de memes nas redes numa tentativa de despertar estados emocionais de medo e/ou angústia em seus seguidores. Em um dos casos analisados pelo pesquisador, o meme foi utilizado para apontar uma suposta “libertinagem sexual” defendida por Fernando Haddad, então adversário de Bolsonaro nas eleições de 2018.

⁹⁷ Ainda que a extrema direita brasileira tenha feito uso da estratégia por um período mais longo de tempo e com maior intensidade, se comparada a políticos de outros campos ideológicos, não podemos negar que figuras políticas pertencentes à esquerda também possam ter adotado estratégias semelhantes.

⁹⁸ Com base nos estudos freudianos, Adorno ([1951]/2015) aborda a concepção de “pequeno grande homem”, um dos expedientes básicos da propaganda fascista, aquele que sugere a ideia de que é apenas mais um na multidão, imaculado pela riqueza espiritual. A imagem de tal tipo de líder vai de ao encontro ao duplo desejo do cidadão que gostaria de se submeter à sua autoridade e, ao mesmo tempo, ser ele mesmo essa autoridade. Contextos sociais de incredulidade e decepção em relação às instituições costumam fomentar a ascensão de líderes com essas características.

Figura 1 – JB publica foto em hospital

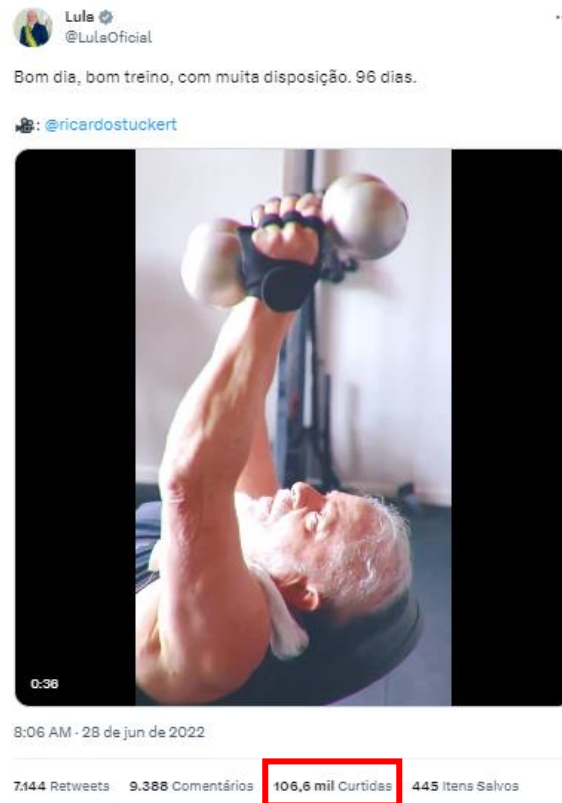


Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Faz-se necessário salientar, entretanto, que a estratégia não é utilizada exclusivamente por políticos que defendam ideais neoconservadores⁹⁹. Afinal, políticos pertencentes a outras vertentes ideológicas também utilizam recursos para gerar identificação nas redes sociais. É o caso de Lula, que aparece praticando atividade física num vídeo publicado em sua página oficial no X (Twitter), numa contagem regressiva para as eleições que o elegeram em 2022. Através da publicação, percebemos a tentativa do político de se aproximar da linguagem utilizada no ambiente *on-line*, além da projeção de imagens de homem “forte”, “viril” e “saudável”. Diferentemente, na publicação apresentada em sequência, observamos o compartilhamento da rotina do político por uma página do X (Twitter) que, em geral, publica notícias sobre celebridades, demonstrando que a comunicação política transbordou os espaços tradicionais e se estabelece através de outros meios e mídias. Salientamos, ainda, o alto número de interações em ambas as publicações.

⁹⁹ Ainda assim, percebemos que representantes da extrema direita brasileira fazem uso da estratégia por um período mais longo de tempo e com maior intensidade, se comparada a políticos de outros campos ideológicos.

Figura 2 – Lula exibe imagens do próprio treino



Fonte: Perfil de Lula no X (Twitter)

Figura 3 – Página sobre celebridades publica sobre treino de Lula



Fonte: Perfil da página “Choquei” no X (Twitter)

É inegável que atores políticos de diferentes matrizes ideológicas utilizam as redes para a gestão de suas imagens, contudo, é necessário ressaltar que, para diferentes autores, personalidades que defendem ideias neoconservadoras¹⁰⁰ se apoderaram do espaço com mais rapidez e facilidade. Segundo Rocha (2021), o polemista Olavo de Carvalho teria encontrado, na volatilidade do universo digital, o espaço perfeito para a propagação de sua concepção de mundo, favorecendo a adesão apaixonada de um número sempre crescente de seguidores. O autor cita a violência verbal, o excesso de citações não aprofundadas, as frases de efeito e o recurso a ideias-muleta que dispensam reflexões sistemáticas (gramscismo, “globalismo”, “método Paulo Freire”, Lei Rouanet, anticomunismo etc.), como fortes contribuidores da ascensão de Olavo de Carvalho ao longo do tempo.

Com uma linha de raciocínio semelhante, Rosa, Rezende e Martins (2020) citam os impactos dos discursos proferidos por Olavo de Carvalho nas narrativas produzidas pelo que chamam de novíssimas direitas no Brasil. Aqueles que consideram o polemista o maior filósofo do país propagaram, ao longo dos anos, informações equivocadas, fatos distorcidos ou mesmo mentiras, como é o caso da Ursal, União das Repúblicas Socialistas da América Latina, lembrada pelos autores como exemplo de citação feita por Olavo de Carvalho em seus textos e que ganhou repercussão nacional. Os estudiosos explicam que o termo foi citado, pela primeira vez, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 2011, em tom de brincadeira e cercado de ironia. A suposta existência da Ursal, entretanto, reaparece cinco anos depois em artigo de autoria do polemista para o jornal *Diário do Comércio*¹⁰¹, sendo retratado como fato verídico com provas cabais que evidenciariam sua implementação. Nas eleições presidenciais de 2018, o termo ganhou ainda mais projeção, quando seus seguidores repetiram, nas redes sociais, as ideias divulgadas por Olavo de Carvalho já há alguns anos. Moura e Corbellini

¹⁰⁰ Segundo Casimiro (2018), a chamada “nova direita brasileira” comporta diferentes orientações, começando pela influência monetarista da escola de Chicago, até vertentes mais fundamentalistas, como é o caso do libertarianismo. Uma postura mais contida e técnica foi substituída, paulatinamente, por um discurso mais agressivo e de tom moralista, em especial a partir dos anos 2000. Ainda segundo o autor, o fenômeno também pode ser observado em outras localidades, como é o caso dos EUA após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O autor observa, ainda, certa subordinação da nova direita brasileira a padrões ideológicos vigentes nos países centrais, em especial nos EUA. Seguindo linha de raciocínio semelhante, Rocha (2018) aponta o crescimento da nova direita antes da reeleição de DR, em 2014, mais especificamente, entre o final do primeiro governo Lula e início do segundo. A autora destaca o surgimento de fóruns de discussão *on-line*, sites, *blogs* e comunidades na *web* em que assuntos como o livre mercado e a defesa de valores cristãos eram abordados. O polemista Olavo de Carvalho é apontado como pioneiro do movimento, já que, após a publicação de livros em que criticava intelectuais e acadêmicos de esquerda, dedicou-se à veiculação de suas ideias na internet.

¹⁰¹ Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/os-inventores-do-mundo-futuro/> Acesso em: 18 jun. 2023.

(2019) também destacam o chamado efeito “Olavo de Carvalho” nas redes de Bolsonaro, já que o escritor é considerado uma das primeiras personalidades a promover o então deputado como o único candidato capaz de atuar “contra o sistema”, o que acabou colaborando para colocar o político no posto de “salvador”¹⁰².

Se as eleições de 2014 representaram a inclusão definitiva das redes nas estratégias de campanha, o pleito de 2018 incorporou o ambiente *on-line*¹⁰³ como protagonista da decisão num fenômeno inédito no país. Ainda de acordo com Moura e Corbellini (2019), as eleições que elegeram Bolsonaro deram fim às campanhas políticas com estruturas internas segmentadas, em geral divididas em “campanha de rua”, “campanha de TV/rádio” e “campanha digital”. A partir dali, haveria uma campanha somente, que deveria integrar todas as partes de modo eficaz, ou seja, fazer com que vídeos capturados por câmeras de celulares fossem levados à TV, lançados nas redes sociais e também movimentados em aplicativos de troca de mensagens instantâneas, seguindo o roteiro dos novos hábitos da população para se informar. Modelos tradicionais de campanha, como o HGPE e as pequenas inserções dos candidatos durante os intervalos no rádio e na TV seguiram sendo realizados. Contudo, é preciso considerar que, atualmente, a programação da TV e seus comerciais disputam a atenção com os telefones celulares e seus aplicativos, especialmente os de redes sociais¹⁰⁴ e de troca de mensagens¹⁰⁵. Como destacam os autores supracitados, independentemente do meio de veiculação das mensagens de campanha, é preciso ter em mente a relevância do poder de aderência dos

¹⁰² Questão melhor detalhada no capítulo IV, seção 4.6, dedicada ao estudo do discurso populista e seus traços na retórica bolsonarista.

¹⁰⁴ Em artigo publicado no jornal *El País*, Spyer, Nemer e Moura (2018) apontaram que a campanha bolsonarista de 2018, realizada nas redes sociais e no ambiente *mobile*, pode se assemelhar a eventos como a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*, se levarmos em conta os aspectos organização e coordenação. Independentemente das diferenças ideológicas, os autores destacam o grande engajamento voluntário dos eventos, o que pode ser comparado à mobilização *on-line* pela corrida presidencial. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/opinion/1540565822_010438.html Acesso em: 6 jun. 2023.

¹⁰⁵ Em 2022, a imprensa divulgou pesquisa que apontava o *WhatsApp* como o aplicativo mais utilizado pelos brasileiros: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/01/11/whatsapp-e-o-aplicativo-mais-utilizado-por-metade-dos-brasileiros-confira-a-lista.ghtml> Por meio do aplicativo é possível trocar mensagens instantâneas de forma individual ou por meio de grupos, o que acabou se tornando uma estratégia para candidatos pulverizarem informações de forma independente ao HGPE e à mídia tradicional. Como mostram Moura e Corbellini (2019), conteúdos pró-Bolsonaro chegaram, por dia, a 40 mil grupos do *WhatsAapp* no final do primeiro turno das eleições de 2018. Em 2022, os nomes de Lula e Bolsonaro, principais concorrentes do pleito, foram os mais citados entre todos os conteúdos que circularam no aplicativo, como mostra a matéria do jornal Estado de Minas: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/25/interna_politica,1362144/eleicoes-de-2022-bolsonaro-e-lula-sao-os-mais-recorrentes-no-whatsapp.shtml

discursos, sua capacidade de mobilizar medos e anseios na população e de se associar à sua visão de mundo¹⁰⁶.

Ainda que novos modelos de exposição da fala pública estejam surgindo, a influência da mídia tradicional não pode ser descartada. Afinal, como mencionam Moura e Corbellini (2019), basta lembrar que, nas eleições de 2018, o quadro “O Brasil que eu quero”, veiculado por telejornais da *TV Globo*, acabou se tornando uma espécie de mídia espontânea para Bolsonaro. Basicamente, o quadro consistia em pessoas comuns gravando mensagens curtas com seus telefones celulares, verbalizando o que desejavam para o futuro do país. A menção exaustiva¹⁰⁷ ao fim da corrupção e ao combate à violência parece ter favorecido o então candidato, que costumava abordar os temas em sua campanha. Outro ponto levantado se liga ao fato de candidatos com pouquíssimo tempo no HGPE aparecerem bem colocados nas pesquisas eleitorais de 2018. O fenômeno, juntamente com o atentado sofrido por Bolsonaro, em Juiz de Fora, fez com que a mídia tradicional conferisse a ele extensa visibilidade.

Importante pontuar que o atentado não só contribuiu para a geração de mídia espontânea nos noticiários, como também pode ser visto como o episódio-chave que consolidou as redes sociais de Bolsonaro. O ataque foi largamente compartilhado e comentado¹⁰⁸, cercado pelas mais diversas especulações, fazendo com que a discussão política fosse deslocada também para a *web*. Ainda de acordo com os estudiosos mencionados acima, o atentado também parece ter contribuído para que o presidenciável deixasse de habitar o universo *off-line*, através da presença em debates e sabatinas organizadas pela mídia tradicional, para orbitar com ainda mais força o universo das redes sociais, considerado sua zona de conforto.

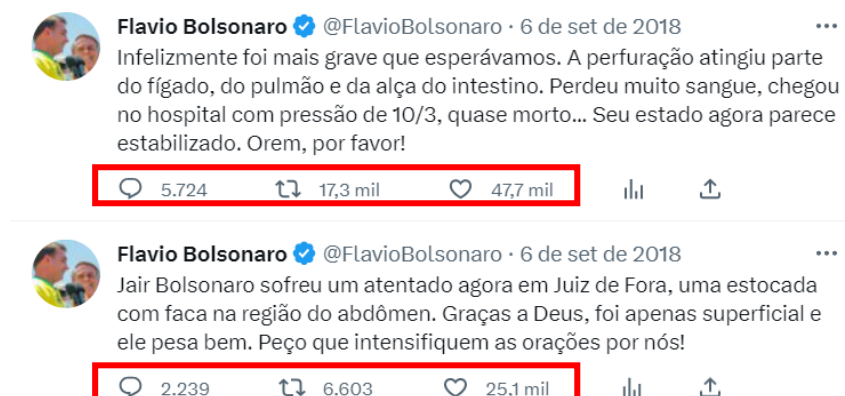
Como vemos na imagem a seguir, o episódio, que ocorreu na tarde do dia 6 de setembro, foi rapidamente compartilhado no X (*Twitter*) por Flávio Bolsonaro, filho do então candidato, com destaque para o alto número de interações nas publicações geradas por usuários da rede. Nesse caso, a rede social parece ter sido utilizada como porta-voz oficial para a veiculação de informações sobre o estado de saúde do candidato.

¹⁰⁶ Questões sobre as quais nos debruçaremos ao longo das análises realizadas no capítulo VI, tomando como base os discursos veiculados especificamente na rede social X (*Twitter*).

¹⁰⁷ Não sabemos se a constante menção aos temas se deu pela maior parte dos vídeos de fato abordar as questões ou se houve uma escolha editorial por parte da *Tv Globo*.

¹⁰⁸ Em poucas horas, o termo “O Bolsonaro” se tornou um dos assuntos mais comentados no X (*Twitter*), com 477 mil menções, “Jair” com 375 mil menções e “facada” com 290 mil menções, como mensuraram Moura e Corbellini, 2019.

Figura 4 – Flávio Bolsonaro publica informações sobre estado de saúde de JB



Fonte: Perfil de Flávio Bolsonaro no X (Twitter)

É inegável que as mídias sociais se constituíram e foram disseminadas na sociedade contemporânea de modo contundente, sendo necessário promover reflexões sobre seu *modus operandi* em diferentes esferas. Pesquisas interessadas em explorar tal vertente devem, para Miskolci (2011), atentar-se para a forma como são capazes de transformar meios anteriores de comunicação. Em seus primeiros estudos sobre o ciberespaço, Lévy (1999) já pontuava o ambiente virtual como meio propenso para a criação e expansão de um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores. Para Lemos e Levy (2010), a chamada cibercultura seria, nesse sentido, responsável por uma série de modificações de hábitos culturais, práticas de consumo, ritmos de produção e distribuição de informações, gerando novas formas de sociabilidade.

Percebemos, por exemplo, que a comunicação presente nas redes sociais, especialmente no X (Twitter), possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas conversacionais diretas entre o político e o eleitor, utilizando, para isso, ferramentas como a *menção*. Por meio dela, é possível citar outro usuário da rede em suas publicações, fazendo com que ele receba a informação de que foi mencionado em sua aba de notificações da rede social. Outras ferramentas, como a inserção de comentários ou respostas em publicações, também podem colaborar para a sensação de proximidade entre o político e o cidadão usuário da rede, gerando uma nova percepção de fácil acesso a figuras públicas. Ter um comentário ou menção respondida pelo ator político pode ocasionar uma noção de individualização da comunicação política, ainda que a intenção possa ter sido se dirigir a um destinatário coletivo¹⁰⁹ representado

¹⁰⁹ Como explicaremos logo mais, com base nos estudos de Emediato (2015).

por todos os seguidores da rede. No caso do perfil oficial de Bolsonaro no X (*Twitter*), observamos, ao longo do tempo, não somente o uso da estratégia de proximidade entre o político e seu eleitorado, como também certa inibição a trocas diretas que o desagradassem, por meio do bloqueio¹¹⁰ de usuários.

Estudos apontam outra característica interessante das redes sociais no jogo político, especialmente do X (*Twitter*): sua capacidade de se tornar espaço para a promoção de debates que dizem respeito à esfera pública. Na rede social digital X (*Twitter*), o usuário tem a possibilidade de escrever pequenas mensagens interagindo com outros participantes da rede e desenvolvendo novos padrões de comunicação. Segundo Soares et al. (2019), mesmo se levados em consideração fatores como baixa qualidade de informações trocadas e possíveis fragmentações nas discussões, o X (*Twitter*) pode ser considerado um espaço propício para a formação da chamada esfera pública, tomando-se como base o conceito habermasiano¹¹¹ para tal.

Para Bruns e Highfield (2016), ultrapassar o modelo ortodoxo de esfera pública, partindo para sistemas mais complexos e dinâmicos possibilita o reconhecimento de outras formas de comunicação pública *on-line*. Compreender a transformação estrutural em curso da esfera pública demandaria, nesse sentido, descompactar seu conceito tradicional para uma série de esferas que coexistem, cruzam-se e se sobrepõem de diferentes maneiras. Outro ponto seria compreender que os públicos ali existentes podem seguir suas próprias lógicas e normas, utilizando os recursos das plataformas de mídia social para seus próprios fins, o que pode acabar divergindo de práticas estabelecidas.

Ainda segundo os autores, entretanto, jornalistas, mídia tradicional e políticos podem se mostrar mais lentos na adoção de novos canais de discussão utilizados na internet, entre eles, o X (*Twitter*). Mas é preciso pontuar que, no Brasil, o uso de redes sociais para a gestão das

¹¹⁰ Por meio da ferramenta disponível no X (*Twitter*), o político bloqueou perfis de jornalistas, de sites de notícias e de usuários comuns, fazendo com que não pudessem mais se dirigir de forma direta a ele através de menções, comentários ou mensagens. Alguns veículos da imprensa chegaram a noticiar o número de vezes em que o político utilizou a ferramenta de bloqueio: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bolsonaro-e-a-autoridade-que-mais-bloqueia-jornalistas-no-twitter/> e <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4944433-bolsonaro-bloqueou-ao-menos-176-perfis-nas-redes-sociais-aponta-ong.html>

¹¹¹ Conforme demonstra Gomes (2007), a ideia de esfera pública passa a integrar o campo das Ciências Sociais a partir da década de 1960, quando Habermas inicia a construção de tal quadro conceitual. O conceito torna-se ferramenta de destaque para o entendimento da política contemporânea, apresentando-se como uma instância intermediária atravessada por diferentes fluxos de comunicação, com múltiplos vetores e influências de variadas procedências. Por meio da noção de esfera pública, é possível oferecer uma oportunidade conceitual para o exame de vinculações que a democracia demanda que existam entre sistema político e cidadãos.

imagens de atores políticos se mostra bastante avançada, especialmente em períodos eleitorais. Como mostra Viscardi (2020), a campanha eleitoral presidencial de 2018 teve entre seus destaques o amplo uso das redes sociais pelos candidatos. Na disputa que o elegeu presidente, JB escolheu, de forma estratégica, o uso das redes para interagir com o eleitorado e disseminar ideias, algo que tem se tornado comum nos últimos anos, não somente por ele, como por outros atores da esfera política que se utilizam do dispositivo para captação de eleitores, construção e manutenção de sua persona.

Após a apresentação de reflexões e estudos sobre o uso das redes no campo político e as metamorfoses da fala pública, introduziremos, agora, algumas características marcantes do ciberespaço e a comunicação que ali se estabelece.

3.3 Gêneros de discurso no universo digital: algumas discussões teóricas

A análise do discurso produzido no ambiente *on-line* tem sido foco de estudos propostos por Marie-Anne Paveau sobre *Analyse du Discours Numérique*. No Brasil, autores como Cristiane Dias têm desenvolvido estudos sobre a Análise do Discurso Digital. Dias (2016) propõe a necessidade de reflexões a respeito dos métodos e novas práticas de análise que se impõem diante dos discursos, fazendo que seja preciso uma espécie de retorno a certas bases teóricas, produzindo noções que possam dar conta das novas especificidades dos objetos produzidos no ambiente *on-line*. Em nossa pesquisa, pretendemos nos aprofundar nas alocações de JB, levando em consideração a influência do tecnodiscurso e suas especificidades, verificando se tais fenômenos estão a serviço da projeção de imagens e imaginários, do agenciamento da polêmica e da violência verbal. Pretendemos, por meio da pesquisa, avançar na compreensão das novas eloquências do discurso político, observando as transformações que as tecnologias digitais têm proporcionado ao processo de construção das imagens dos atores políticos, avançando também nos estudos sobre a discursividade expressa pela extrema direita no Brasil.

A análise do discurso digital, na perspectiva de Paveau (2017), consiste na descrição do funcionamento e funções languageiras nativas do ambiente *on-line*, o que requer atenção aos elementos e recursos languageiros e não languageiros dos enunciados. São consideradas nativas da internet as produções elaboradas neste espaço e que utilizam ferramentas propostas pelo digital, e não aquelas transpostas para o espaço *on-line* após a digitalização de espaços escriturais e editoriais pré-digitais ou analógicos. Ainda segundo a autora, o *corpus* teórico da AD em contexto pré-digital, baseado em concepções tradicionais das ciências da linguagem,

não seria capaz de dar conta das características linguísticas dos discursos produzidos *on-line*. Os discursos produzidos no X (*Twitter*), assim, seriam difíceis de serem analisados fora de seu ecossistema, já que o objeto de análise não é composto pelo enunciado de forma isolada, mas por todo o sistema em que é produzido.

Nessa perspectiva teórica, a noção de ambiente ganharia ainda mais relevância, já que daria conta dos aspectos compósitos (tecnolinguísticos e tecnodiscursivos) dos discursos. A técnica deixa de ser um mero “suporte” e se torna componente estrutural essencial para o discurso. Paveau (2013) aponta estudos franceses que levavam em consideração apenas o material verbal dos enunciados, de forma independente do meio em que eram publicados, o que revelaria, para ela, problemas em relação à concepção e compreensão do discurso nas redes sociais.

Paveau, Costa e Baronas (2021) consideram o que chamam de “discursos nativos da *web*” como tecnodiscursos produzidos no interior de dispositivos técnicos. Nesse caso, a dimensão técnica deveria ser considerada fator constitutivo do discurso, e não mero suporte. Ainda de acordo com tal linha de raciocínio, os tecnodiscursos seriam indissociavelmente linguageiros e técnicos, fazendo que as análises devam levar os dois pontos em consideração para não serem prejudicadas.

Para definir o tecnogênero de discurso, Paveau (2017) retoma a definição de gênero de discurso, uma das noções centrais para a AD. Consideramos pertinente situar o termo, ainda que brevemente, antes de partirmos para as reflexões propostas pela autora para o que seriam os gêneros possíveis de serem encontrados nos universos digitais. Segundo Bakhtin ([1979]/2003), é através dos enunciados concretos que a vida entra na língua e os gêneros de discurso nos são fornecidos quase da mesma forma como nos é dada a língua materna, a qual dominamos de forma livre até iniciarmos o estudo da gramática. O emprego da língua acontece em forma de enunciados, orais e escritos, que refletem as condições e as finalidades de cada campo da atividade humana, levando em consideração não somente o conteúdo (temático), mas também o estilo da linguagem (seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e sua construção composicional. Esses três elementos estão indissolivelmente conectados no todo e são determinados segundo a especificidade do campo da comunicação. Cada enunciado particular deve ser considerado individual, contudo, cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, chamados por Bakhtin ([1979]/2003) de gêneros do discurso.

Para o autor, como as possibilidades de atividade humana são inesgotáveis, a riqueza e a diversidade dos gêneros também serão infinitas. Na extrema heterogeneidade dos gêneros deve-se incluir as breves réplicas do diálogo do cotidiano, o relato do dia a dia, a carta, o repertório dos documentos oficiais, as manifestações publicísticas, as manifestações científicas, etc. Deve-se considerar, ainda, a diferença essencial entre os chamados gêneros discursivos primários (simples) e os secundários (complexos). Os secundários surgem a partir de um convívio cultural mais complexo (romances, dramas, pesquisas científicas, etc.), mais desenvolvido e organizado, incorporando e reelaborando diferentes gêneros primários. Estes últimos, por sua vez, formam-se nas condições de comunicação discursiva imediata e, ao integrar os gêneros mais complexos, transformam-se e adquirem um caráter especial, ligado à perda do vínculo imediato com a realidade concreta e com os enunciados reais alheios. Por exemplo, a réplica de um diálogo cotidiano, ao integrar a realidade apenas por meio do conjunto do romance, irá fazê-lo como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana.

Para Maingueneau (2004), por sua vez, todo discurso pertence a uma categoria, tipo ou *gênero de discurso*. Rótulos como “epopeia”, “editorial” e “*talk show*” designariam, nesse sentido, o que normalmente se entende por *gêneros de discurso*, dispositivos de comunicação que só aparecem quando determinadas condições sócio-históricas estão presentes. É o caso, por exemplo, do gênero “relatório de estágio” que, para existir, necessita de estudantes que buscam por experiência profissional, empresas, professores e todo um sistema de ensino.

Outro ponto de fundamental importância abordado por Maingueneau (2008, 2017) se relaciona à chamada “cena de enunciação”, afinal, se a comunicação transmite a mensagem através de um gênero, é a enunciação a responsável por construir a situação que dá sentido à essa mensagem. O linguista esclarece que um texto não pode ser considerado apenas um conjunto de signos inertes, mas um rastro deixado por um discurso em que há a encenação da fala. Ele propõe, então, três componentes para a cena da enunciação: i) a *cena englobante*, que corresponde, a grosso modo, ao tipo de discurso que está sendo proferido (jornalístico, religioso, político, publicitário, literário, etc.); ii) a *cena genérica*, que determina uma finalidade à atividade de fala e papéis sociais que cada co-enunciador deverá assumir, além de prescrever circunstâncias (lugar, momento...) legítimas, sua extensão etc.; iii) a *cenografia*, que não é um simples cenário, mas, ao mesmo tempo, a fonte do discurso e aquilo que o engendra, o que legitima um enunciador e que é por ele legitimada como espaço conveniente para se enunciar naquela circunstância.

Já quando o assunto são discursos produzidos no universo digital, Maingueneau (2017) distingue, inicialmente, dois níveis de cenografia: uma *verbal* e uma *digital*. Enquanto a primeira (verbal) está ligada à enunciação propriamente linguística, a segunda (digital) é capaz de comportar as dimensões *iconotextual* (ligada às imagens que se apresentam na tela), a *arquitetural* (afinal, um *site* é uma rede de páginas dispostas de determinado modo) e a *procedimental* (cada *site* é, também, uma rede de instruções). Em sua análise, entretanto, o autor parece se restringir a *blogs* ou a *sites* que republicam textos da imprensa tradicional, sem abranger materiais presentes nas redes sociais. Para Paveau (2017), os níveis de cenografia propostos pelo linguista não dariam conta dos *corpora* considerados digitais nativos, sendo mais propícios para materiais pré-digitais que foram transferidos para o universo digital. Ela também critica a avaliação de que, como nas produções fora da internet, certas formas estão mais relacionadas ao hipergênero¹¹² do que ao gênero, como é o caso do *blog*.

De fato, para Maingueneau (2020), a cenografia e o hipergênero, na internet, passam para o primeiro plano, em detrimento da noção de cena genérica. Afinal, é possível falar de hipergêneros para grandes categorias como *blogs*, *sites* de notícias e *e-commerces*. Não se trata, entretanto, de hipergêneros do mesmo tipo da entrevista ou do relatório, apesar de serem capazes de constituir categorias disponíveis para os usuários da rede, associadas a propriedades formais mínimas. O autor volta a apresentar duas dimensões para a cenografia, uma *verbal* e uma *digital*. Para a *digital*, entretanto, são mencionadas novas composições, chamadas de *reticular interna* (o *site* é uma rede de páginas) e de *reticular externa* (o *site* estabelece *links* com o exterior).

Maingueneau (2017) sugere, ainda, ser mais realista sustentar a tese de que a *web* é capaz de transformar as condições de comunicação, a maneira como consideramos o gênero e a própria noção de textualidade. Para ele, quando o assunto são os chamados “cibergêneros”, é comum haver uma distinção entre os que retomam gêneros já existentes em outras mídias (impresso, manuscrito ou vídeo) e aqueles que emergiram no ambiente *on-line* (*blogs* e fóruns). Entretanto, mesmo quando há a retomada de um gênero já existente, ele já não será mais o mesmo, havendo distinções entre o papel e a *web*.

¹¹² Um hipergênero não pode ser definido exatamente como um gênero, mas algo mais próximo a uma formatação de restrições fracas (diálogo, carta, entrevista...), que pode dar conta de gêneros diversos (MAINGUENEAU, 1998).

Sobre o assunto, antes de mais nada, Paveau apresenta a seguinte noção para gênero de discurso:

(...) um gênero de discurso é uma forma textual derivada de um conjunto de normas coletivas pré- e extra-discursivas, que permitem uma mediação que fornece aos sujeitos produtor e receptor instruções para a elaboração e a interpretação dos discursos: designação (o gênero de discurso tem um nome: a carta, o debate, o comunicado), composição (o gênero de discurso segue certo número de regras de composição que mobilizam elementos obrigatórios, como local e data, expressões de tratamento ou a assinatura, no caso da carta), desenvolvimento sintagmático (um gênero de discurso corresponde a um programa de encadeamento de sequências) e seleções paradigmáticas (um gênero de discurso propõe variantes unidas pelos mesmos quadros: cartas de amor, de ameaça, de demissão, etc.) (PAVEAU, 2017, p. 324).

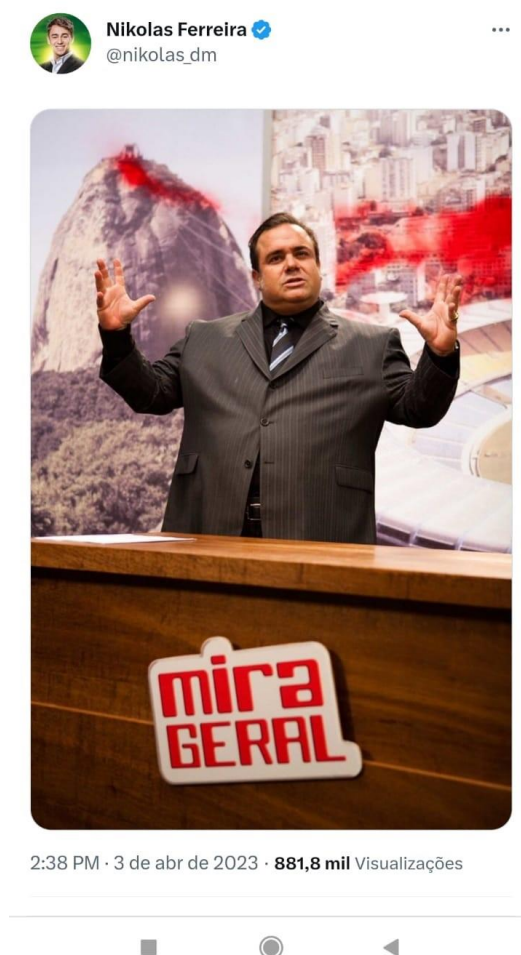
Por outro lado, ao definir o que chama de “tecnogênero de discurso”, a autora chama atenção para sua dimensão compósita, derivada do que seria uma coconstituição do languageiro e do tecnológico. Para ela, o tecnogênero pode derivar de um gênero pertencente ao repertório pré-digital, mas com a inclusão de características específicas dos ambientes digitais nativos. “O tecnogênero de discurso é, portanto, marcado por ou derivado da dimensão tecnológica do discurso, o que implica um funcionamento e propriedades particulares” (2017, p. 328).

Outro ponto relevante para a pesquisa em tela se liga à dimensão compósita dos discursos veiculados no ambiente *on-line*. Como explica Maingueneau (2015), parte crescente da comunicação é multimodal, ou seja, capaz de mobilizar, ao mesmo tempo, diversos canais. O próprio discurso oral pode ser compreendido de tal forma, já que ativa, de modo simultâneo, a produção de fluxos sonoros e de movimentos corporais associados. O fenômeno, portanto, não é novo, sendo campo de estudo de diferentes pesquisas sobre o discurso. Novas problemáticas ligadas à multimodalidade têm surgido devido ao aumento no número de enunciados “escritos” que carregam consigo elementos icônicos. O fenômeno tem, inclusive, afetado a noção de “texto” ao ponto de se falar em “iconotexto” como forma de designar produções semióticas em que fala e imagem acabam sendo indissociáveis. Os diferentes *corpora* têm se tornado, nesse sentido, cada vez menos integralmente verbais.

Ainda segundo Maingueneau (2004, 2015), seria uma banalidade dizer que a internet suscitou novas práticas verbais (fóruns, *blogs*, correio eletrônico etc.), mas ainda é necessário lembrar sua influência sobre a própria concepção de discursividade, incluindo sobre os gêneros de discurso. Conforme explica, o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos, por onde ele deverá traçar seu caminho. Nesse sentido, para interpretar determinado enunciado, é necessário relacioná-lo a outros. A publicação a seguir, por exemplo, faz

referência a um outro texto, extraído do gênero cinema, ao apresentar a imagem de um personagem do filme “Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro”. Referências diretas ou indiretas a outros discursos podem ser consideradas prática comum em redes sociais como o X (*Twitter*), seja para provocar efeito de humor, de angústia ou de indignação. No caso em tela, o autor da página¹¹³ utiliza outro gênero para atacar um adversário¹¹⁴ político, relacionando-o ao personagem do filme, um apresentador de TV reconhecido pela enfática defesa de pautas ligadas à segurança pública, mas que acaba se tornando um deputado envolvido em esquemas de corrupção.

Figura 5 – Publicação de Nikolas Ferreira



Fonte: Perfil Nikolas Ferreira no X *Twitter*

¹¹³ Exemplo de um político que defende valores alinhados a um discurso neoconservador. Análises preliminares, contudo, levam-nos à necessidade de desenvolver pesquisas futuras a fim de buscar mais recorrências.

¹¹⁴ O autor da página não se refere de forma direta a nenhuma figura, apesar dos comentários publicados por apoiadores apontarem o apresentador José Luiz Datena como alvo da publicação. Disponível em: https://twitter.com/nikolas_dm/status/1642944561587666971 Acesso em: 23 maio. 2023.

Importante lembrar que referências diretas ou indiretas a outros discursos podem ser analisadas segundo a classificação proposta por Maingueneau (1997) para *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, noções cunhadas pela linguista Jacqueline Authier-Revuz. Como explica o autor, a *heterogeneidade mostrada* pode ser observada em manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. A *heterogeneidade constitutiva*, por sua vez, não é marcada em superfície, mas pode ser inferida a partir de hipóteses sobre o interdiscurso, o que reforça a ideia de que todo discurso também é constituído por outros. A *heterogeneidade mostrada* se diferencia, ainda, nas formas *marcada* – quando é possível percebê-las de forma clara através de aspas, itálico ou discurso direto – e *não marcada* – identificada por meio de ironia, discurso indireto livre, metáforas, alusões, estilização e paródia.

Com base nos estudos apresentados, devemos considerar que as formas visuais expressas no ambiente *on-line* devem ter a atenção do pesquisador, afinal, a visualidade é um dos pontos que marca o discurso digital. Costa e Paveau (2021) refletem se as imagens¹¹⁵ seriam uma questão para a AD, afinal, elas não teriam se constituído enquanto objeto primário da linguística. Entretanto, as autoras nos lembram que alguns pesquisadores têm se debruçado sobre a questão, integrando às suas pesquisas o discurso em sua dimensão visual e apresentando métodos para encará-las. A própria Paveau define iconização do discurso como um processo de produção de sentido no qual a imagem ganha destaque, impulsionando o sentido dos enunciados num contexto de enunciação material visual nativamente digital, podendo chegar a dominar a cena enunciativa. As imagens parecem, nesse sentido, produzir efeitos de sentido mais imediatos que os componentes verbais, já que estão atreladas a um regime de visibilidade mais eficiente que o verbal.

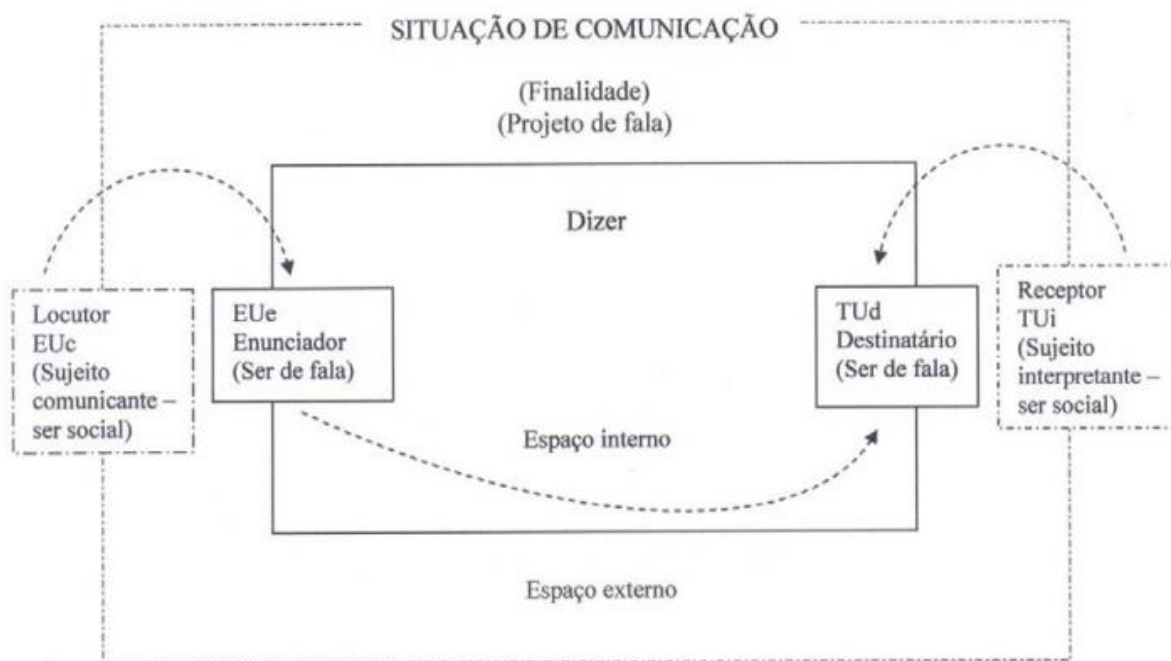
3.4 Algumas características da comunicação estabelecida no ambiente *on-line*

Em primeiro lugar, a complexidade subjacente à enunciação do *corpus* da pesquisa é uma questão que consideramos necessária elucidar, tomando como base estudos de Charaudeau

¹¹⁵ Importante destacar que o termo “imagem” pode ter diferentes significados, sendo necessário delimitar as formas em que ele é empregado na pesquisa. Conforme explica Joly (2007), um dos usos mais frequentes para o termo está relacionado a imagem midiática, representada sobretudo pela televisão e pela publicidade visual. Não podemos deixar de levar em consideração, entretanto, outras múltiplas formas de expressão da imagem, como a fotografia, a pintura, o desenho e a gravura. Quando falamos sobre “imagem de si” estamos, geralmente, nos referindo a uma identificação da representação do objeto ou sujeito. Nesse caso, é possível identificar qualidades socioculturalmente elaboradas que são conferidas a algo ou alguém. É o caso das campanhas eleitorais que se tornam um verdadeiro viveiro representativo, em que a “imagem” do político é construída segundo suas intenções de campanha, se aproximando de determinados valores. No último caso, o termo “imagem” se aproxima da noção de *ethos*, melhor abordada no capítulo III.

(1983, 2001, 2008, 2010). De acordo com o linguista, o sujeito do discurso não é “uno”, ou seja, ele se constrói levando em consideração um princípio de alteridade e pode se dividir de mais de uma maneira. A depender dos papéis que desempenha no ato de linguagem, o sujeito pode se apresentar ora como *sujeito-comunicante* (EUC), ora como *sujeito-interpretante* (TUi). O primeiro será aquele inscrito na instância de produção do discurso e correspondente ao indivíduo que direciona suas palavras a um interlocutor, constituído pelo TUi. É preciso considerar, entretanto, que o ato de linguagem combinará o *dizer* e o *fazer*. No *fazer*, temos o lugar da *instância situacional* definida pelo espaço ocupado pelos responsáveis do ato. No *dizer* temos o lugar da *instância discursiva*, em que ocorre a encenação da qual participam seres de palavra. Para Charaudeau (2001), o ato de linguagem é uma totalidade indissociável formada por um *circuito externo* (fazer) e um *circuito interno* (dizer), sendo, no primeiro, o lugar em que encontramos o *sujeito-comunicante* (EUC) e o *sujeito-interpretante* (TUi).

Quadro 1: ato de linguagem



Fonte: CHARAUDEAU, 2008. p.52.

Como mostra o esquema acima, há outros participantes que devem ser considerados quando pensamos sobre o *circuito-interno* do ato de linguagem. São eles: o *sujeito-enunciador* (EUE) e o *sujeito-destinatário* (TUD), pertencentes ao *circuito-interno*. O EUE corresponderá à imagem que EUC projeta em seu ato de fala, uma voz que se materializa por meio de representações. O TUD, por sua vez, corresponde ao interlocutor ideal que também será projetado pelo EUC. É preciso salientar, contudo, que nem sempre o TUD projetado pelo EUC

corresponderá às mesmas características do TUi, sujeito interpretante real do ato. É justamente por isso que as estratégias de persuasão do discurso estão inscritas no *circuito interno*, afinal, é necessário projetar imagens positivas para o EUe. Em contrapartida, os sujeitos reais do ato de comunicação estão manifestados no *circuito-externo*, sendo materializados através do EUc e do TUi.

Na análise proposta, compreendemos que o ator político presente nas redes sociais pode ser representado como sujeito-comunicante (EUc) que projeta, para si, imagens materializadas através do sujeito-enunciador (EUe). É preciso levar em consideração, ainda, que o *sujeito-comunicante* subjacente à construção da página oficial no X (*Twitter*) pode se compósito, ou seja, formado por uma equipe de comunicação que também publicará mensagens¹¹⁶. Esclarecidos tais pontos, apresentaremos, a seguir, alguns estudos que abordam características marcantes das trocas comunicacionais estabelecidas no ambiente *on-line*.

Como explica Emediato (2015), através de um ambiente aparentemente democrático, as redes sociais permitem a livre propagação de discursos. Para ele, as redes sociais podem ser definidas, essencialmente, como rede de discursos ou espaço que é retórico por natureza. Tomando o *Facebook* como exemplo, o supracitado autor nos mostra como a rede é capaz de abrigar um universo de discursos, comportando variada cadeia enunciativa que abriga desde orientações políticas e ideológicas até a *self*-exposição. Uma das principais finalidades do usuário seria, nesse sentido, a auto exibição ou autoexposição identitária que possibilitam a construção de narrativas autobiográficas¹¹⁷, já que é possível acessar, numa perspectiva temporal, a vida pessoal do sujeito em diferentes dimensões.

De modo semelhante, Recuero (2009, 2012, 2014) aponta como as redes sociais são formadas por representações personalizadas e individualizadas dos sujeitos, podendo ser constituídas, por exemplo, por perfis no X (*Twitter*) que carregam elementos de representação dos indivíduos no ciberespaço. Uma espécie de “representação do *self*” é formada e utilizada como espaço personalizado para transmitir certas impressões com a ajuda de pequenas pistas.

¹¹⁶ No caso de JB, um de seus filhos, Carlos Bolsonaro, declarou que interromperia o gerenciamento das redes do pai, o que demonstra o caráter possivelmente compósito do EUc. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/carlos-bolsonaro-diz-que-vai-deixar-de-administrar-redes-sociais-do-pai/> Acesso em: 15 jun. 2023.

¹¹⁷ Como explica Machado (2016), a noção de “narrativa de vida” ou “narrativa autobiográfica” vem da tradução para *récit de vie*, termo utilizado pelo sociólogo francês Daniel Bertaux para se referir ao ato de relatar trechos da própria vida, o que pode ocorrer no interior de diferentes gêneros e dispositivos.

E é nesse espaço de trocas interacionais que se pode observar uma reconfiguração de práticas discursivas, já que a linguagem utilizada se difere da escrita típica. Como explica Recuero (2012), a chamada “escrita falada” ou “oralizada” é comumente utilizada, destacando-se pelo uso de caracteres do teclado numa tentativa de simular a linguagem oral. Uma série de convenções para o uso de elementos paralinguísticos é criada com o objetivo de sanar a falta de “pistas não verbais” presente nas interações realizadas nas redes sociais. Características como entonação, expressões faciais e tom de voz são expressas por meio de tais convenções, tornando a troca comunicacional mais próxima da conversação oral.

Outro ponto relevante levantado pela autora citada acima se refere à co-presença dos participantes na conversação *on-line*, que não precisa ser instantânea. As conversações podem ocorrer de forma assíncrona, ou seja, as publicações ficam registradas e podem ser visitadas em momentos distintos, sem que os usuários estejam sincronizados ao mesmo tempo na mesma plataforma. Há, portanto, uma espécie de elasticidade temporal que possibilita a retomada de discussões anteriores.

Emediato (2015), por sua vez, destaca a presença das chamadas modalidades técnicas de interatividade, já que toda rede social busca reconstituir o dialogismo interlocutivo presente no ambiente *off-line*, aproximando-se das formas dialogais. Nesse sentido, há um estímulo à cotemporalidade no processo de enunciação para que a falta da copresença espacial possa ser suprida. No caso do *Facebook*¹¹⁸, rede social analisada pelo teórico, a *publicação*, a *curtição*, o *comentário* e o *compartilhamento* são consideradas formas essenciais, tomadas como atos de linguagem, que constituem modalidades de interatividade e de enunciação. No que se refere ao X (*Twitter*), consideramos que um movimento semelhante acontece, gerado especialmente pelas atividades de *tweetar*, *retweetar*, *curtir* e *responder*¹¹⁹.

A organização interacional ou conversacional do *Facebook* também é citada pelo autor supracitado, que chama a atenção para sua natureza dialogal, uma vez que toma a forma de um diálogo convencional de um locutor (L1) que se dirige a um segundo locutor (L2). A comunicação também pode assumir uma forma mais complexa, em que um locutor (L1) se direciona a um segundo (L2), mas tendo em vista um destinatário indireto (L3), de natureza coletiva, representado pelo “grupo de amigos” ou de seguidores da rede. De modo geral, o

¹¹⁸ Ainda que o autor aborde outra rede social, percebemos semelhanças que nos ajudam a compreender o funcionamento dos mecanismos do X (*Twitter*), como mostrado nos exemplos selecionados.

¹¹⁹ Abordaremos as principais ferramentas do X (*Twitter*) e suas características no capítulo III.

destinatário coletivo pode ser compreendido como aquele a quem se envia a mensagem, sendo, no caso inicial, o L2. Na publicação abaixo¹²⁰, realizada no X (*Twitter*), podemos observar um movimento semelhante ao descrito por Emediato (2015), afinal, apesar do presidente Lula (L1) se dirigir à Ministra Margareth Menezes (L2), sabemos que ele visa a seus seguidores e usuários da rede (L3), com o objetivo de apresentar avanços de seu governo na área cultural.

Figura 6 – Exemplo de organização interacional



Fonte: Perfil de Lula no X (*Twitter*)

Ainda de acordo com Emediato (2015), caso a publicação seja uma resposta a um comentário, é preciso considerar que ela poderá carregar uma apreciação positiva, negativa ou até um julgamento axiológico, o que também pode ocorrer no X (*Twitter*). E é por meio de um comentário que um trílogo pode ser constituído, forma essencial de interação numa rede social. Nesse caso, o comentário pode gerar uma reação de L1, que responde a L2, se dirigindo também, de modo indireto, a L3, destinatário coletivo virtual. A imagem a seguir apresenta uma resposta de L1 a um comentário de L2 (destinatário direto), mas também visando L3 (destinatário coletivo e indireto) com o intuito de provocar efeito de humor.

¹²⁰ Apesar do trabalho ter como alvo a análise de um discurso neoconservador, decidimos incluir exemplos de políticos de esquerda para ajudar a ilustrar a teoria. Afinal, algumas estratégias são comuns à expressão de qualquer posicionamento político.

Figura 7 - Exemplo de organização interacional



Fonte: Perfil de Lula no X (Twitter)

Outro ponto levantado por Emediato (2015) se liga ao fato do cidadão comum ter a possibilidade, através da rede, de assumir papéis como o de jornalista, de crítico social ou até de humorista, indo além da simples manifestação. Entretanto, a rede ainda não possui altos níveis de controle normativo, o que possibilita a exposição de opiniões numa espontaneidade semelhante à do espaço doméstico, em que a ética pessoal pode ser considerada um dos únicos limites de censura, fato que ainda podemos considerar permanente. Para o autor, as opiniões circulantes no *Facebook* e, para nós, também no X (Twitter), estão no limite entre o *doxal* – obedecem a critérios de razoabilidade – e o *adoxal* – ultrapassam o aceitável, o dizível e o razoável.

De modo semelhante, para Recuero (2020, 2016), a facilidade para a publicação e a reprodução de conteúdos e a escalabilidade ou reprodução em larga escala podem ser associadas às mídias sociais, sem contar a capacidade de alcance e permanência no espaço *on-line*, já que informações publicadas são difíceis de serem apagadas por completo, mesmo que sejam ofensivas. Importante lembrar que tais fatores ampliam consideravelmente o alcance do fenômeno da desinformação e da veiculação de informações falsas.

A desinformação é abordada por Recuero e Soares (2020) como um tipo de discurso que busca, ao mesmo tempo, visibilidade e legitimação. Nesse sentido, disputas discursivas no X (*Twitter*) podem ser compreendidas como embates pela legitimidade – alcançada a partir da reprodução e do assujeitamento aos enunciados que estão sendo veiculados, utilizando, para isso, ferramentas como o *retweet* ou a menção ao *tweet* original – e pela visibilidade – angariada pela difusão do discurso entre os sujeitos que navegam na rede. Como demonstra pesquisa realizada pelos os autores, uma declaração¹²¹ de Bolsonaro sobre a existência de uma cura para a COVID-19, realizada fora do ambiente *on-line*, influenciou diretamente as conversações realizadas no X (*Twitter*). Isso porque, num primeiro momento da pandemia causada pelo vírus, as mensagens que desmentiam informações falsas sobre a doença e seu controle eram mais centrais, fato significativamente alterado a partir da veiculação de desinformações que ganharam visibilidade após a declaração do então presidente. A pesquisa demonstra uma espécie de disputa discursiva ocasionada entre usuários do X (*Twitter*), que reproduziam informações falsas ancorados em publicações e declarações de Bolsonaro, e outros que se dedicavam a desmentir a desinformação propagada na plataforma. Diferentes pronunciamentos de Bolsonaro geraram um aumento da circulação de desinformação na rede em períodos distintos.

3.5 Ferramentas do X (*Twitter*) a serviço da comunicação política

Além das características já mencionadas da comunicação virtual, consideramos pertinente abordar algumas ferramentas comumente utilizadas por usuários da rede social X (*Twitter*). A primeira delas é o *tweet*, definido por Paveau (2017) como enunciado plurissemiótico complexo, produzido nativamente *on-line* na plataforma de microblogagem X (*Twitter*). Como a própria autora pontua, desde o surgimento da plataforma, em 2006, inúmeras mudanças¹²² foram realizadas, gerando novas possibilidades designadas por um léxico específico da plataforma, incluindo termos frequentemente neológicos e sinais. “Essas possibilidades formam uma espécie de gramática tecnolinguageira do X (*Twitter*), de natureza

¹²¹ Em março de 2020, o então presidente realizou um pronunciamento oficial na TV, em que apontou estudos sobre suposta cura para a doença. Descrição do pronunciamento: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa.ghml>

¹²² Justamente pelo constante movimento de mudança e da natureza evolutiva característica da plataforma, não nos ateremos à descrição minuciosa dos mecanismos envolvidos em seu funcionamento. Preferimos dar atenção às características fundamentais das trocas interacionais ocorridas no ciberespaço e que são passíveis de gerar impacto nos resultados da pesquisa. |

evolutiva, uma vez que novas possibilidades escriturais aparecem regularmente, enquanto outras desaparecem” (2017, p. 376).

Como menciona a autora citada acima, além de publicar mensagens, o usuário da plataforma pode responder a um *tweet* no quadro de um diálogo, numa resposta marcada pelo pseudônimo do interlocutor. Ele também pode executar a ação “*retweetar*”, ou seja, difundir uma mensagem anterior com ou sem um comentário pessoal. Segundo a própria plataforma, atualmente, a atividade conhecida como *retweet*¹²³ ocorre quando o usuário compartilha com seus seguidores uma mensagem produzida por terceiros. Além de compartilhar mensagens de outros usuários é possível, através da ação, republicar uma publicação feita anteriormente no próprio perfil.

Recuero (2020) lembra que diferentes autores, especialmente os ligados à Comunicação Social, se dedicaram à análise das práticas de republicação (*retweet*) como forma de legitimar ou deslegitimar enunciados. De fato, a validação parece ser um dos principais motivos para a execução da atividade, especialmente quando a publicação é replicada sem a introdução de nenhum comentário que apresente uma perspectiva diferente. Discursos que apresentam maior número de validação pelos grupos acabam tendo maior visibilidade¹²⁴, com impactos na conversação na rede.

A imagem abaixo é um exemplo da ação *retweetar*, realizada pelo perfil oficial do presidente Lula. Além do compartilhamento de uma mensagem publicada, originalmente, pelo perfil mantido pela primeira-dama na plataforma, é possível observar que o *retweet* de Lula foi compartilhado outras 765 vezes por usuários da rede.

¹²³ Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/how-to-retweet> Acesso em: 18 maio. 2023.

¹²⁴ Em seus estudos sobre a construção de discursos em fóruns de internet, Vicari (2022) mostra a existência de estratégias de legitimação que são convocadas por usuários ao longo dos debates. A legitimação do dizer no mundo digital pode ser adquirida, por exemplo, a partir do *ethos dito*, ou seja, do que o orador diz sobre si mesmo (noção visitada no capítulo II), o que pode incluir intervenções na primeira pessoa. O objetivo é evidenciar o domínio de conceitos e terminologias perante os demais internautas participantes do fórum, seja por meio de sua formação, experiência profissional ou pessoal.

Figura 8 – Exemplo do uso de ferramenta do X (Twitter)



Fonte: Perfil de Janja no X (Twitter)

Paveau (2017) propõe alguns pontos, ligados à comunicação estabelecida entre usuários da rede, que vão ao encontro ao ato de *retweetar* mensagens de *outrem*. Ela apresenta, por exemplo, uma definição para o processo de compartilhamento de discursos no ambiente digital: o *tecnodiscurso relatado*. A autora justifica o acréscimo do elemento “tecno” ao sintagma “discurso relatado” pelo traço de automatização gerado pelo procedimento de compartilhamento que possibilita a transferência de um discurso presente num *espaço digital nativo fonte* para um *espaço digital nativo alvo*. A adoção do termo “compartilhamento”, nesse caso, não seria suficiente para expor os mecanismos presentes na atividade, uma vez que a palavra carrega um sentido muito amplo e polissêmico. Compartilhar conteúdos produzidos numa mesma rede ou de um *site* para outro é uma das características fundamentais da web 2.0, social e participativa, definida por sua relacionalidade. Em geral, a atividade de compartilhamento é ativada por meio de tecnosignos, botões disponíveis na rede que asseguram a função de representação do ato de enunciação. As palavras do sujeito são produzidas em um tempo *t* e em um espaço *e1* e são citadas em um tempo *t + 1* em um espaço *e2*.

Ainda de acordo com Paveau (2017), a partir dos protótipos do discurso relatado estabelecidos na gramática da língua (direto, direto livre, indireto, indireto livre e narrativizado)

pode-se distinguir diversos tipos de *tecnodiscursos relatados*. A autora enumera três possibilidades, apresentando algumas de suas especificidades e comportamento no ambiente *on-line*. No caso do *tecnodiscurso relatado direto integral*, por exemplo, o compartilhamento acontece na íntegra e, portanto, parte de seus contextos, com ou sem a ampliação através de um comentário do internauta que executa a ação. No *tecnodiscurso relatado resumidor* ocorre o compartilhamento, com ou sem ampliação por comentário, não de um conteúdo, mas de seu endereço na internet. No *tecnodiscurso relatado repetidor*, por sua vez, há um compartilhamento idêntico com ou sem marcas explícitas de discurso citante ou citado, como ocorre na publicação de capturas de tela com conteúdo publicado por terceiros.

Outro ponto levantado pela autora se liga à imprevisibilidade discursiva, afinal, quando um conteúdo é compartilhado, ele pode levar consigo *links*, imagens e até comentários, nem sempre sendo possível modificar tais características. “O tecnodiscurso relatado é, então, assumido na imprevisibilidade discursiva, escapando em grande medida ao controle do enunciador” (2017, p.319).

A chamada “*thread*” (fio), ou sequência de publicações, é outra ação comum na rede. Com o objetivo de “*hackear*” o limite de caracteres imposto pelo X (*Twitter*) para cada mensagem publicada, o usuário realiza uma sequência de publicações sobre o mesmo tema, utilizando a aba resposta. Como mostra Paveau (2017), para indicar que uma mensagem mais longa que o usual virá, é comum que os usuários utilizem formas languageiras fixas, como “segue o fio”. A publicação a seguir apresenta uma sequência de mensagens que podem ser visualizadas ao clicar no botão “mostrar esta sequência”. Além de utilizar o termo “segue o fio” para sinalizar a extensão da mensagem, o usuário divide os *tweets* publicados por ele em “partes”.

Figura 9 – Exemplo de publicação que contém uma sequência



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no X (Twitter)

Ainda segundo Paveau (2017), as práticas tecnodiscursivas presentes no X (Twitter) são abertas, sendo comum que os usuários criem novas maneiras de se expressar e se comunicar. As publicações podem ser feitas utilizando formas linguísticas que também são utilizadas no ambiente *offline*, sem características tecnolinguísticas além de sua inclusão no ambiente digital. Entretanto, é preciso observar que a rede social apresenta formas tecnolinguísticas que podem ser identificadas por meio de *hashtags*¹²⁵, *links* clicáveis, símbolos, entre outros. Como explica a autora, “esses fenômenos fazem da rede um lugar de vida e de inovação discursiva particularmente fértil, e um campo de pesquisa particularmente rico para a linguística do texto, do discurso e da interação” (PAVEAU, 2013, p.17).

A autora elenca algumas características marcantes nesses discursos digitais, comumente observáveis na comunicação estabelecida no ambiente *on-line*. São elas: i) a *composição*, já que os discursos ali produzidos são constituídos por elementos linguageiros e tecnológicos, tais como *hashtags* e pseudônimos, além de mobilizarem simultaneamente texto, imagem fixa ou animada e sons; ii) a *deslinearização*, que direciona o internauta para outros discursos através, por exemplo, de *links* hipertextuais que direcionam o leitor para outras situações de enunciação; iii) a *ampliação*, ocasionada por uma enunciação que se estende para além de um único

¹²⁵ Como explica Paveau (2013), *hashtags* podem ser compreendidas como *technowords* clicáveis precedidas do sinal #. Através das *hashtags* é possível acessar uma série de mensagens que também foram publicadas utilizando o sinal, o que proporciona a organização das informações e consequente investigabilidade e rastreamento dos discursos.

discurso, como é o caso das publicações de um *blog* que podem ser ampliadas pelos comentários; iv) a *relacionalidade*, já que os discursos digitais estão todos inscritos numa relação com outros discursos; v) a *investigabilidade*, que nos permite localizar e coletar, através de ferramentas de busca e de redocumentação, discursos digitais produzidos anteriormente; vi) a *imprevisibilidade*, já que discursos digitais são parcialmente produzidos e/ou formatados por algoritmos e programas, o que os torna imprevisíveis em sua forma (é modificada caso um discurso pré-digital seja transportado para um lugar digital) e também em seu conteúdo (algumas ferramentas são capazes de redocumentar discursos nativos dispersos, criando conteúdos originais).

Para ilustrar a teoria e sua aplicabilidade no X (*Twitter*), apresentamos a publicação a seguir, extraída do perfil oficial de JB.

Figura 10 – Características do tecnodiscurso



Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

Em relação à *composição*, observa-se que o *tweet* pode ser considerado plurissemiótico, já que mobiliza texto e vídeo. Ainda que não existam *hyperlinks*¹²⁶ ou *hashtags* capazes de

¹²⁶ Constitui dimensão fundamental para a escrita hipertextual, pois contribui para a forma dos enunciados, para a elaboração de seus sentidos e dos modos de circulação. Tem a relacionalidade como traço fundamental, já que

direcionar o internauta para outras páginas, a *deslinearização* se faz presente através de botões clicáveis como “*retweets*”, que apresentarão outros discursos produzidos e que, de algum modo, se relacionam à publicação original. Através do botão, é possível acessar publicações que replicaram o *post* original de Bolsonaro na rede, em geral, com o objetivo de introduzir observações e pontos de vista ligados ao tema ou às personalidades mencionadas. O processo de *ampliação*, por sua vez, ocorre quando o internauta clica no *tweet* e se depara com uma série de comentários que ampliam a discussão sobre o tema levantado por Bolsonaro, sejam eles favoráveis ou contrários à sua posição. Na imagem abaixo, observamos alguns dos pontos de vista publicados por internautas que interagiram com a publicação através da ferramenta.

Figura 11 – Características do tecnodiscurso



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

A *relacionalidade*, por sua vez, pode ser observada através do vídeo que contém o discurso adversário, extraído de outro gênero não digital, e incluído para que seja atacado. De

é capaz de estabelecer uma ligação entre diferentes elementos. O link sempre será uma URL, cadeia de caracteres capaz de constituir o endereço de uma fonte na internet, sendo inserido em uma palavra ou em segmento mais amplo, como títulos, frases ou imagens. Dessa forma, a URL é discursivizada, ou seja, desprovida de sua forma informatizada e revestida de uma forma linguageira (PAVEAU, 2021).

modo semelhante, no texto da publicação, o discurso relatado (“o cara acusa”) aparece com o intuito de formular a crítica ao adversário, destituindo-o de credibilidade. No X (*Twitter*), é possível observar um atravessamento constitutivo de discursos¹²⁷, o que fomenta debates em níveis intra e interdiscursivos, algo que se assemelha à *relacionalidade* proposta por Paveau como característica marcante do ciberespaço. A *investigabilidade* se faz presente pela forma como o *tweet* foi coletado, através de ferramenta disponibilizada pela própria plataforma para busca de publicações, que podem ser filtradas de acordo com períodos específicos de tempo, uso de certas *hashtags*, datas, localização, palavras ou mesmo frases. Por fim, a *imprevisibilidade* pode se fazer presente de diferentes maneiras, já que o discurso digital nativo é capaz de ser transportado para outros meios e gêneros, tomando novas formas e sentidos através de múltiplas possibilidades de compartilhamento. No caso em tela, o *tweet* se tornou material para diferentes meios de comunicação tradicionais¹²⁸, o que pode ser considerado parte do processo de imprevisibilidade que permeia o campo digital.

Findadas as considerações sobre as metamorfoses da fala pública, a apropriação da comunicação digital pela extrema direita brasileira e as características e peculiaridades do discurso digital, passaremos, a seguir, para o capítulo dedicado às reflexões sobre as paixões políticas.

¹²⁷ Vamos nos aprofundar na questão no capítulo dedicado à polêmica presente no discurso político veiculado nas redes sociais.

¹²⁸ Estão entre as matérias jornalísticas divulgadas: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/16/interna_politica,1482119/vexame-para-a-politica-externa-bolsonaro-critica-lula.shtml; <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/04/vexame-para-a-politica-externa-diz-bolsonaro-sobre-lula.html> e <https://jovempan.com.br/noticias/politica/bolsonaro-critica-lula-por-fala-sobre-os-eua-e-dispara-vexame-para-a-politica-externa.html>

4. A LINGUAGEM DAS PAIXÕES POLÍTICAS: PONDERAÇÕES SOBRE QUAIS SERIAM AS BASES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR BRASILEIRO

Neste capítulo, propomos um percurso que visa refletir sobre os valores ideológicos, estratégias retóricas e imaginários políticos (re) construídos e difundidos no discurso de JB, levando-se em consideração a presença de traços do discurso populista e da linguagem fascista no *corpus* analisado. Daremos início ao capítulo propondo algumas reflexões sobre as paixões políticas e sua relação com a linguagem, tomando como base estudos de Bobbio (1995), Lessa (2009), Ansart (2019) e Piovezani (2020). As proposições de Charaudeau (2017, 2018, 2020) sobre a dimensão argumentativa do discurso patêmico também serão abordadas, assim como sua concepção sobre os imaginários sociodiscursivos e os valores comumente abordados pelos discursos da direita. Serão mencionados, ainda, estudos de Miguel (2018) e Singer (2018) sobre o que esses autores chamam de eixos-temáticos mobilizados pela extrema direita brasileira. Também buscamos mostrar como as pesquisas de Klemperer ([1947]/2009), Turpin (2010, 2012), Charaudeau (2011, 2020, 2022) e Piovezani (2020) permitiram-nos identificar, no discurso analisado, traços discursivo-retóricos de uma linguagem totalitária e fascista.

Sobre a relação entre a linguagem e a mobilização de emoções, Ansart (2019)¹²⁹ questiona como seria possível compreender as paixões políticas, capazes de provocar reações coletivas ligadas ao amor e ao ódio. Uma das chaves para tal questionamento está ligada ao discurso, afinal, é através da linguagem que são transmitidas indignações e apelos de apoio. O pesquisador também defende a necessidade de aprofundamento sobre quais meios têm sido comumente utilizados para provocar emoções políticas e guiar sentimentos pelo caminho definido por seus gestores. Para nós, o ambiente digital, em especial as redes sociais que ali se desenham, devem ser consideradas ponto fundamental de disseminação da palavra política e, como consequência, de suas paixões.

Piovezani (2020) destaca o fato de Bolsonaro falar pouco através das mídias tradicionais. Para ele, o ex-presidente fala uma “outra língua”, a das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), fugindo dos riscos dos enfrentamentos verbais com adversários e jornalistas pela conveniência das *lives* realizadas nas redes sociais. De fato, é fácil observar a

¹²⁹ Ainda que o pesquisador francês não se inscreva, propriamente, no campo da linguagem, consideramos pertinente compor este estudo com algumas de suas considerações sobre a gestão das paixões políticas. Em especial, suas reflexões sobre o poder da palavra no despertar das emoções em contextos de matriz ideológica à direita.

recorrência dos vídeos transmitidos ao vivo ao longo dos últimos anos nas páginas oficiais do candidato. Acreditamos que tal hábito cumpria o papel¹³⁰ de divulgar informações fundamentais sobre seu governo e agenda política do país, conferindo a Bolsonaro certo controle sobre a situação e evitando a mídia tradicional como intermediária.

Ainda segundo Piovezani (2020), a campanha de Bolsonaro, em 2018, foi marcada por uma distinção entre discursos mais palatáveis que circulavam pela TV, através do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), e outros com tom bem mais agressivo e, portanto, patêmico, propagados nas redes sociais. O uso intenso e difuso das redes provocaria determinados efeitos emocionais, entre eles o aumento da crença nas mensagens recebidas justamente por sua emissão fora dos moldes tradicionais, além do empoderamento participativo de produzi-las e reproduzi-las.

Retomando os estudos de Ansart (2019), percebemos a necessidade de nos atentarmos para a dimensão afetiva da política, buscando instrumentos para analisá-la. A localização dos agentes produtores de mensagens passionais seria a primeira tarefa do analista, que terá nos homens políticos, nos jornalistas de opinião ou nos intelectuais¹³¹ mais engajados um prato cheio para a observação de bens simbólicos emocionais. Citando Marx¹³², o autor aponta como grandes teóricos da vida política foram muito mais atentos à dimensão afetiva da história, destacando o fato de que os sentimentos políticos são diferentes segundo as classes sociais¹³³. Uma revolução proletária, por exemplo, só seria possível caso a classe operária alcançasse, a depender das circunstâncias, uma intensidade suficiente de paixão revolucionária.

Sobre as ideologias políticas, Ansart (2019) nos explica que, enquanto sistemas ordenados e coerentes do imaginário coletivo, elas são capazes de associar ideias e paixões, representações e afetos. Seja ela qual for, a ideologia política representa, ao mesmo tempo, um sistema de ideias e um sistema de sentimentos. Importante destacar que construir ou resgatar

¹³⁰ Conforme menciona Braga (2019), as *lives* também cumpriam a função de aproximar o eleitor do então candidato por meio da instantaneidade do conteúdo.

¹³¹ Lessa (2009) reflete sobre a enunciação de intelectuais de esquerda, trazendo apontamentos sobre o processo de marcação/destituição da identidade político-discursiva ao longo do primeiro governo Lula. Interessante observar que, segundo o autor, cada ator buscou reconfigurar o “ser esquerda” segundo suas crenças, seu posicionamento no campo político, seu pertencimento institucional e engajamento teórico-filosófico.

¹³² MARX, Karl. **Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte**. Paris: Editions Sociales, 1969. Trabalho original publicado em 1852.

¹³³ Ainda que não seja abordada, propriamente, uma distinção segundo as classes sociais, na seção 4.5 nos atentaremos para os principais eixos temáticos expressos na linguagem da direita brasileira.

uma ideologia é pensar com e contra outrem. Afinal, ao mesmo tempo em que ideólogos são porta-vozes de uma categoria ou classe, falando do lugar de defesa de um grupo, são capazes de destruir oposições e denunciar as forças rivais. Nesse contexto, o autor nos mostra como conflitos ideológicos opõem sistemas emocionais que chegam a ser inconciliáveis.

Através da ideologização do conflito, o inimigo não é mais um concorrente ávido de ganhos, mas o devoto de falsos valores cuja nocividade importa reduzir. A causa por ele defendida é inaceitável e é preciso considerar útil todo mecanismo capaz de enfraquecê-la (ANSART, 2019, p. 79).

E é através das palavras que a ideologia veicula paixões. O discurso totalitário, por exemplo, se molda a partir de estruturas agonísticas, travando embates entre forças do bem e do mal, estimulando que o inimigo seja odiado e combatido sem clemência. Segundo o autor, na lógica agonística observa-se, ao mesmo tempo, uma autovalorização e uma desvalorização do adversário, a legitimização de si mesmo e o ataque a outrem. É possível observar, portanto, um jogo entre as imagens de si e as imagens do adversário que são expressas no e pelo discurso, uma identificação e uma distinção do ator político em relação aos campos ideológicos citados. Como menciona Lessa (2009), tal esquema agonístico é portador de uma lógica dialética capaz de produzir mensagens altamente persuasivas. A alteridade se torna, portanto, instrumento que deve ser observado, em especial em discursos patêmicos e de teor polêmico¹³⁴.

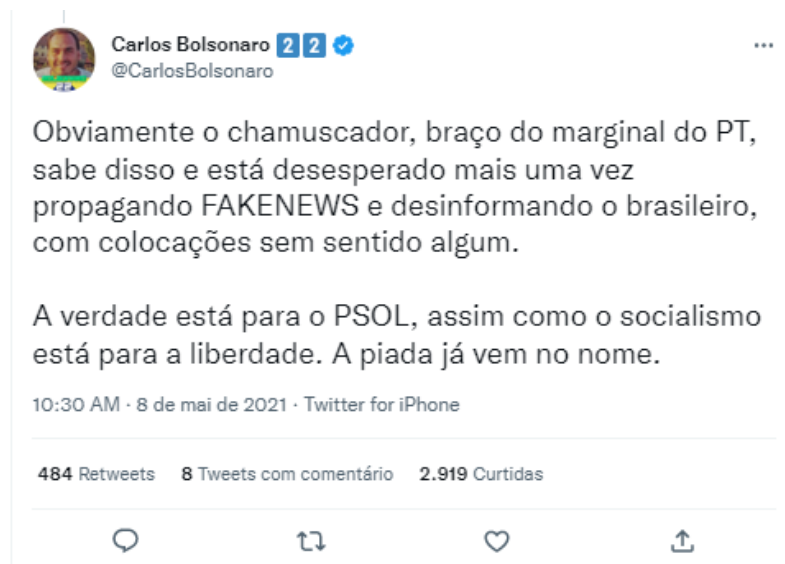
Ainda de acordo com Ansart (1978, 2019), percebemos que a mesma sentença poderá ter efeitos distintos a depender daquele que a profere, assim como o peso e as consequências emocionais de uma mensagem dependem do lugar social de onde é proferida. Isso significa que palavras isoladas podem não ter a aptidão necessária para provocarem efeitos devastadores, sejam eles encorajadores de atos violentos ou de aversão. Entretanto, certas palavras são capazes de internalizar emoções mais facilmente. Fatores como imprecisão e abstração de termos que não correspondem direta e facilmente a uma percepção clara de seu significado é outro ponto levantado pelo autor supracitado.

Nesse caso, compreendemos ser possível impregnar de valores e sentidos certos termos que não estão, necessariamente, ligados a eles em sua essência. É o caso do discurso neoconservador veiculado por políticos como JB, capaz de inserir e impregnar novos valores e cargas axiológicas não-positivas a termos que designam, de algum modo, matrizes ideológicas à esquerda. A publicação abaixo faz parte de uma sequência de *tweets* em que um dos membros

¹³⁴ Como veremos no capítulo V, dedicado ao estudo da polêmica.

da família Bolsonaro¹³⁵ visibiliza postura contrária ao voto impresso defendida por Marcelo Freixo, adversário político ideologicamente alinhado à esquerda.

Figura 12 – Exemplo de desqualificação do adversário



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no X (Twitter)

A desqualificação dos adversários, a quem são atribuídos traços caracterológicos negativos, e a refutação dos pontos de vista ali apresentados, são utilizados para impregnar de valores e imagens negativas os campos contrários aos defendidos pelo político. Através de uma locução comparativa, por exemplo, os termos “socialismo” e “liberdade” são apresentados como antônimos, o que não condiz, necessariamente, com a matriz de tal campo ideológico. Como explica Bobbio (1995), “direita” e “esquerda” são palavras que permanecem carregadas de significados emotivos que acirram os ânimos, sendo utilizadas para impregnar ações de aspectos positivos ou, ao contrário, para insultar adversários. Acrescentamos aqui uso semelhante para termos relacionados ou derivados dos dois campos ideológicos, tais como “socialismo”, “comunismo”, “liberalismo”, “fascismo” e “socialismo científico”. O filósofo italiano demonstra, ainda, como a distinção entre o ideal da liberdade e o ideal da ordem pode impregnar o primeiro de aspectos negativos. Enquanto o ideal da ordem é considerado um bem

¹³⁵ Ainda que não façam parte do escopo de publicações realizadas no perfil oficial de JB, apresentaremos ao longo deste trabalho *tweets* pertencentes a outras personalidades políticas. Tal escolha se justifica por serem figuras públicas conhecidas por trazerem visibilidade ao discurso neoconservador brasileiro nas redes sociais.

comum¹³⁶ a todas as sociedades, a limitação da liberdade ocasionada pela imposição, na esfera pública, de certos princípios igualitários, pode ser vista com maus olhos.

Em geral, qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada, que é intrinsecamente inigualitária, pois a liberdade privada dos ricos é muito mais ampla do que a liberdade privada dos pobres. A perda de liberdade golpeia naturalmente mais o rico do que o pobre, para quem a liberdade de escolher o meio de transporte, o tipo de escola, o modo de se vestir, está habitualmente impedida, não por uma imposição pública, mas pela situação econômica interna à esfera privada (BOBBIO, 1995, p. 129-130).

Retomando Ansart (2019), percebemos outras questões que merecem ser analisadas devido a seu apelo e eficácia emocional. Entre elas está a possibilidade de relacionar um conjunto ideológico a um esquema simples, o que pode ser feito através de *slogans*¹³⁷. Condensar ideias essenciais em poucas palavras implica trazer à superfície os sujeitos do drama histórico, a liberação possível, os inimigos dessa liberação e os meios para realizá-la. No caso do discurso neoconservador brasileiro, a frase “Deus, Pátria, Família e Liberdade” é capaz de condensar boa parte de sua essência discursiva. Afinal, como veremos nos capítulos dedicados às análises, a fé, o patriotismo, o retorno à moralidade cristã e o chamado libertarianismo são eixos temáticos comumente observados no *corpus* selecionado. Na imagem abaixo, podemos observar o destaque recebido pelo *slogan* no perfil oficial de JB no X (*Twitter*), mesmo após o fim do período eleitoral de 2022.

¹³⁶ O que, segundo o autor, é evidenciado pela conotação negativa do termo contrário “desordem”.

¹³⁷ Charaudeau (2010c) também reflete sobre o uso de *slogans* como estratégia argumentativa do discurso político. Para ele, a simplificação e a repetição dos discursos através do emprego de *slogans* têm como efeito a “essencialização” dos julgamentos, transformando-os em suporte de identificação. Abordaremos tal procedimento com maior precisão no capítulo destinado às análises, além de outras estratégias que também serão descritas.

Figura 13 – Perfil oficial de JB no X (Twitter)



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Consideramos importante salientar que a frase amplamente disseminada por Bolsonaro durante as eleições presidenciais de 2022 tem origem no fascismo italiano de Mussolini, que tinha como lema “Deus, Pátria e Família”. No Brasil, seus primeiros registros são do movimento integralista fundado por Plínio Salgado. Como explica Schmidt (2008), o movimento tinha um caráter nacionalista visto, a princípio, como uma caricatura do fascismo europeu que primava por tudo que fosse verdadeiramente nacional: sua gentes, seus costumes e a defesa da união dos brasileiros “num só espírito”. Ainda de acordo a historiadora, o nacionalismo exacerbado marcou toda a trajetória de Plínio Salgado e do movimento que buscou sua legitimação no discurso religioso e na proclamação de uma doutrina cuja base se refletia no lema “Deus, Pátria e Família”. Nesse cenário, a família era considerada um dos sustentáculos do imaginário integralista, movimento que seu fundador chamou de “revolução da família”. O direito de educar pertencia, portanto, à família e à religião, cabendo ao Estado respeitar essas duas instituições sacralizadas.

Acrescentar o termo “liberdade” ao lema reforça outro eixo temático fundamental para o discurso neoconservador disseminado no Brasil, ligado à ideia de livre mercado, às liberdades individuais, à propriedade privada e à facilitação do acesso às armas. A recuperação do antigo *slogan* reforça a proximidade do discurso expresso pela atual extrema direita brasileira e a linguagem fascista, questão sobre a qual nos debruçaremos na seção 4.7 deste capítulo. Interessante observar, ainda, que o *slogan* foi utilizado por Giorgia Meloni, líder da extrema direita italiana e eleita primeira-ministra em 2022. No *tweet* abaixo, Eduardo Bolsonaro utiliza a frase para parabenizar a eleição de Meloni, trazendo um caráter positivo para o *slogan*.

Entretanto, ele tenta afastar a política do lugar de representante do “fascismo da ultradireita”, imagem que a mídia tentaria conferir a ela.

Figura 14 – Eduardo Bolsonaro parabeniza Giorgia Meloni



Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no X (Twitter)

As chamadas “metáforas militares” também são lembradas por Ansart (2019), para quem expressões como “os partidos se afrontam”, “partem para a batalha” e “são vencidos” reforçam a dramatização dos acontecimentos, ajudando a intensificar possíveis reações. De fato, observamos que a linguagem bélica¹³⁸ presente no *corpus* selecionado para a pesquisa parece colaborar para a intensificação das paixões políticas, ou ainda, integrar aspectos ligados à violência verbal¹³⁹. Na publicação abaixo, realizada durante o período em que Bolsonaro fazia uma espécie de pré-campanha eleitoral, observamos o uso dos termos “soldado” e “guerra”, além da imagem do político que realiza uma saudação militar. A frase publicada foi extraída de um comício realizado em Belo Horizonte¹⁴⁰, quando o político defendia a atuação ostensiva de

¹³⁸ Abordaremos a questão com mais detalhes nos capítulos dedicados às análises.

¹³⁹ Algo de que trataremos com maior profundidade no capítulo V.

¹⁴⁰ O trecho completo está disponível na página oficial do político no *Facebook*: <https://www.facebook.com/watch/?v=918318991650421>

policiais militares nas ruas sem a realização de investigações ou punições contra a possibilidade de má conduta.

Figura 15 – Exemplo de referência a termos bélicos



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Outro ponto levantado pelo sociólogo se relaciona às chamadas autorrepresentações políticas, ou imagens de si projetadas pelo sujeito e que são passíveis de gerar efeitos no comportamento coletivo. De modo semelhante, Charaudeau (2020) nos lembra que o ator político precisa projetar para si a marca de chefe ideal, recorrendo, para isso, a diferentes estratégias discursivas que despertarão os afetos do eleitorado com o objetivo de seduzi-lo. Nesse contexto, saber como se constrói e se manipula a opinião pública se torna fundamental. Afinal, a gestão das emoções é a arte da boa política.

E é à medida que as paixões correspondem a representações sociais¹⁴¹ que sensações ou comportamentos são desencadeados, podendo ser utilizadas para atrair, seduzir ou até mesmo

¹⁴¹ Segundo Jodelet (2001), representações sociais podem ser compreendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas que impactam na concepção ou entendimento da realidade. Abordaremos estudos ligados ao termo e seu impacto no campo político logo mais, na próxima seção.

aterrorizar o auditório¹⁴². Por isso, fatores como a encenação discursiva também impactam no efeito emocional gerado no público. O ator político pode evocar narrativas dramáticas, trágicas ou até humorísticas, dependendo do resultado que deseja provocar. Além disso, como mostra Charaudeau (2020), o estado de espírito em que o auditório se encontra e seu posicionamento em relação ao universo de crenças convocado também influenciará os efeitos emocionais gerados. Por isso, a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete pode ser decisiva para a eficácia do processo de persuasão.

Na tentativa de sensibilizar o público, atores políticos se dedicam à encenação dos dramas da vida social e apelam aos sentimentos. Nesse cenário, a força dos argumentos pode depender mais do teor emocional empregado do que do rigor lógico das ideias apresentadas. Charaudeau (2020) apresenta alguns efeitos gerados pela encenação do drama político. Entre eles está a indignação, provocada pela descrição da situação degradante em que o povo se encontra. A apresentação de situações de injustiça provoca no público um efeito de indignação, além de ajudar a isentar o político da menção a soluções palpáveis e lógicas para o problema. Expor a mazela e indignar-se seria suficiente para desobrigar o político a propor saídas, fazendo com que corra menos risco de se passar por demagogo.

Outro efeito comumente provocado no campo político é o de angústia. De forma semelhante à indignação, a angústia emerge a partir da apresentação de ameaças¹⁴³ e perigos em potencial que assolam e vitimizam o povo. Narrativas dramatizantes são construídas com o objetivo de gerar medo e terror, geralmente tomando como base fórmulas simples e repetitivas. O objetivo é “essencializar” julgamentos, transformando-os em suportes de identificação.

Em seus estudos sobre a argumentação, Charaudeau (2018) nos atenta que quando nos dirigimos às massas, estamos tratando de um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista de instrução e também de acesso à informação. É preciso, portanto, simplificar o discurso, reduzindo algo complexo à sua mais simples expressão. E, para trazer tal condição de simplicidade com eficiência, o enunciador pode lançar mão de duas estratégias: a singularização e a essencialização. No caso da singularização, é preciso externar uma ideia de cada vez, fazendo com que o enunciatário foque a atenção em teses únicas, claras e isoladas. Por outro

¹⁴² Adotamos aqui a concepção de auditório proposta por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) e conservada a partir da retórica tradicional.

¹⁴³ Como veremos na seção 4.6, direcionada ao estudo do discurso populista, a exposição do mal que vitimiza o povo constitui-se estratégia argumentativa latente na narrativa neoconservadora brasileira, seja para causar indignação, medo ou angústia.

lado, a essencialização demanda que o sujeito não se questione sobre a complexidade do fenômeno tratado, o que é possível através da exposição de teses condensadas ou reunidas numa espécie de essência.

O linguista (2020) explica, ainda, que a repetição de fórmulas simples capazes de provocar angústia pode ser realizada à exaustão, utilizando-se de meios como cartazes, panfletos, rádios e telejornais. Acrescentamos aqui as redes sociais como recente e fundamental meio de difusão de narrativas dramatizantes que apelam para o medo. Ao longo do capítulo, retomaremos o uso de fórmulas simples repetidas incansavelmente como estratégia de captação, em especial ao tratarmos sobre o discurso totalitário e populista.

É preciso destacar, ainda, que discursos provocadores de angústia não se limitam à descrição dos males que assombram a sociedade. Em geral, um apelo à resistência ou à rebelião é feito, incitando o público contra os causadores do mal apresentado. Somado a isso, há a menção a sentimentos identitários capazes de unir os ouvintes, com a valorização de traços de caráter comunitários que geram identificação. O sujeito político torna-se, assim, herói do grupo, líder carismático e visionário a quem o povo deve aderir às cegas. Nutre-se o sentimento identitário do povo através da menção a raízes fundadoras¹⁴⁴, ao mesmo tempo em que se designa culpados que devem ser perseguidos até “a morte”, o que Charaudeau (2020) compara a uma espécie de representação da lei do Velho Oeste que tem, no sujeito político, seu principal representante.

Nesse contexto, Ansart (2019) nos lembra que os períodos eleitorais se apresentam como fortes catalizadores das emoções políticas, demonstrando o quanto é equivocado crer que o campo político é imune às dimensões afetivas nas democracias pluralistas. Ao contrário, as eleições são exemplos de momentos intensos em que são utilizados diferentes meios de persuasão geradores de paixões, o que pode ser realizado através da mobilização dos imaginários sociodiscursivos¹⁴⁵, tema da próxima seção.

4.2 A formação dos imaginários na perspectiva discursiva

Outro aspecto que se mostra relevante na pesquisa se refere aos imaginários sociodiscursivos. Charaudeau (2018) propõe o conceito após visitar estudos sobre as

¹⁴⁴ Ligadas ao imaginário da tradição descrito por Charaudeau (2018) e abordado na próxima seção.

¹⁴⁵ Uma das categorias de análise do *corpus*, juntamente ao *ethos*, à polêmica e à violência verbal.

representações sociais¹⁴⁶, forjadas nos campos da Psicologia Social e das Ciências Sociais para explicar a significação que diferentes grupos dão à realidade. De forma geral, é possível compreender as representações sociais como uma mistura de julgamentos e opiniões, sendo consideradas um conjunto de explicações, de crenças e de ideias que nos permitem evocar acontecimentos, pessoas ou objetos. Nesse sentido, como mostra Moscovici (2003), as representações são resultantes da interação social entre indivíduos e do modo como eles percebem a realidade.

Se seguirmos o emprego corrente ou a primeira acepção do dicionário para imaginário social, relacionaríamos o termo àquilo que se opõe à realidade ou que é inventado. Entretanto, entre os anos 60 e 70, o filósofo, economista e psicanalista francês Cornelius Castoriadis o relacionou a um universo de significações que mantém uma sociedade unida, apresentando uma nova roupagem para o termo. Décadas depois, Charaudeau (2018) propôs estudos que incorporam ao campo da AD a ideia de imaginário.

Conforme nos explica o linguista, de forma semelhante às representações sociais, os imaginários sociodiscursivos podem ser compreendidos como formas de significar a realidade por meio de enunciados languageiros semanticamente reagrupáveis. Por isso, os imaginários podem ser compreendidos como imagens que interpretam a realidade e a fazem entrar em um universo de significações, construindo, assim, um real simbólico, como diz Charaudeau (2018). Isso porque a realidade não poderia ser apreendida como tal, já que sua significação estaria ligada à relação que se mantém com ela através das experiências. A realidade teria, assim, a necessidade de ser percebida pelo indivíduo para poder significar, sendo justamente essa atividade de percepção significativa a produtora dos imaginários que darão sentido à cena. Nas palavras do autor:

Como se vê, os imaginários não são nem verdadeiros nem falsos. São uma proposta de visão sobre os fenômenos do mundo que resulta dos saberes que são construídos e circulam nas comunidades humanas, saberes que podem se excluir mutuamente ou se sobrepor. O imaginário é um modo de apreensão do mundo que resulta de um processo de representação por meio de uma atividade intersubjetiva, ao mesmo tempo afetiva e racional (CHARAUDEAU, 2022, p.26).

O autor propõe certa distinção entre “realidade” e “real” que nos ajuda a compreender o papel dos imaginários na significação do mundo. Para ele, a realidade impõe-se ao homem em seu estado bruto aguardando ser significada. O real, ao contrário, refere-se ao mundo tal

¹⁴⁶ Émile Durkheim, por exemplo, trabalhou com o conceito de representações coletivas, ligadas à maneira como o grupo enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam de algum modo.

qual é estruturado pela atividade significativa do homem, o que pode ser feito através do exercício da linguagem e suas denominações dos seres do mundo, da caracterização de suas propriedades e da descrição de suas ações. Enquanto a realidade precisa ser “formatada” para tornar-se real, este último é construído pelo discurso.

Nesse sentido, os imaginários podem ser compreendidos enquanto forma de apreensão do mundo que nasce a partir da mecânica das representações sociais, transformando a realidade em real significativa. Eles têm, portanto, a dupla função de criação de valores e de justificação das ações. Para se materializarem e cumprirem seu papel de espelho identitário, os imaginários se apresentam nos comportamentos ou ritos sociais da vida cotidiana ou em atividades coletivas como aglomerações, manifestações e cerimônias. Objetos emblemáticos que carregam em si certa simbologia também podem despertar valores identitários. Bandeiras, insígnias e *slogans* têm o poder de despertar determinados valores que funcionam como espelhos de identificação, como, por exemplo, a foice e o martelo.

Os imaginários podem ser qualificados de sócio-discursivos na medida em que se tem como hipótese que o sintoma de um imaginário é o discurso. Como explica Charaudeau (2017), o imaginário resulta da atividade de representação que constrói os universos de pensamento e de lugares de instituição de verdades, sendo que tal construção ocorre através da sedimentação de discursos argumentativos e narrativos, da proposição de uma descrição ou explicação dos fenômenos e dos comportamentos. O imaginário é, portanto, engendrado por discursos que circulam nos grupos sociais, organiza-se em sistemas de pensamentos coerentes capazes de criar valores, além de ser capaz de justificar a ação social e se depositar na memória coletiva. Importante lembrar que um mesmo imaginário pode receber valores positivos ou negativos, a depender do domínio de prática no qual se insere.

Ainda em relação a tal aspecto, torna-se importante acrescentar que a mecânica das representações sociais e, conseqüentemente, dos imaginários, gera, por meio da produção discursiva, saberes que se dividem entre saberes de conhecimento e de crença. Como explica Charaudeau (2017), é a partir deles que sistemas de pensamento são organizados, sempre através da produção de discursos e conforme princípios de coerência que dão vida a teorias e doutrinas.

4.3 Os imaginários e a constituição dos saberes

De acordo com o linguista supracitado, há dois tipos de saberes: os de conhecimento e os de crença. Os saberes de conhecimento se estruturam a partir de verdades que independem da subjetividade dos sujeitos, sendo necessárias verificações experimentadas para que um argumento seja legitimado. É aqui que se constrói o saber científico e o saber da experiência, sendo o primeiro deles baseado na ordem da razão e nos procedimentos de experimentação, de observação e de cálculo. O segundo, por sua vez, apesar de também construir explicações sobre o mundo, não possui procedimentos ou instrumentos que possam comprová-las. Qualquer indivíduo é capaz de utilizar um saber de experiência, desde que tenha experimentado a situação e possa supor que outros cheguem ao mesmo resultado caso também a vivenciem.

Já os saberes de crença podem se basear em verdades expressas por ideologias e doutrinas, pelo arcabouço moral do sujeito e também por opiniões, pautadas em explicações fundadas no julgamento do indivíduo. Nesse sentido, “a crença procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem” (CHARAUDEAU, 2017, p. 582). Assim como o saber de conhecimento, o saber de crença se subdivide em outros dois, um pautado na revelação e outro na opinião. O saber de revelação supõe a existência de um lugar de verdade exterior ao sujeito que não pode ser provado e nem verificado. Tal verdade mais ou menos transcendental exige uma adesão total do sujeito, sendo necessária, para isso, a existência de textos que a testemunhem, geralmente de caráter sagrado e que cumprem o papel de referência absoluta dos valores aos quais se deseja aderir. É aqui que se inscrevem as doutrinas, em geral baseadas numa palavra fundadora que emana de uma figura carismática (profetas, gurus ou fundadores de escolas de pensamento).

Charaudeau (2017) explica, ainda, que o saber de revelação é completamente fechado sobre uma evidência de saber, e os discursos que o sustentam se apresentam como evidências. O saber de revelação recusa críticas e, diante delas, reage por meio de exclusões, anátemas ou excomunhões. As ideologias, concebidas pelo autor enquanto sistemas de ideias e valores que emergem em todos os grupos sociais, também podem estar atreladas a esse tipo de saber, se considerarmos que elas são capazes de articular de maneira doutrinária saberes genéricos que apresentam uma explicação da atividade social. Para Charaudeau (2010b), quando o discurso se endurece e se prende a um texto de referência que pode ser considerado mais ou menos sagrado, a ideologia pode se tornar uma doutrina, assim como ocorreu com o marxismo.

Ainda no escopo dos saberes de crença, o linguista nos apresenta aqueles pautados nas opiniões. Nesse caso, não há um discurso de referência absoluto, sendo necessário admitir a existência de inúmeros julgamentos sobre o mundo. O sujeito faz suas avaliações segundo diferentes lógicas: do provável, do possível ou do verossímil. A opinião do sujeito resultará de sua apropriação dos saberes que circulam nos grupos sociais, saberes que são, portanto, pessoais e partilhados. Nesse sentido, opiniões coletivas sobre determinados grupos podem ser inscritas em tal classificação de saber.

Ainda, segundo Charaudeau (2017), é importante termos em mente que os diferentes saberes são responsáveis por alimentar os imaginários, não sendo incomum observarmos uma espécie de jogo com as diferentes categorias. Nesse sentido, um saber de crença pode se passar por um saber de conhecimento, um saber de opinião pode se revestir de um saber de revelação e assim por diante.

Outro ponto levantado refere-se à distinção entre os imaginários e os estereótipos. Para ele, a noção de estereótipo pode ser considerada restritiva, já que só pode ser identificada pela fixação de uma falsa verdade ou de uma proposição que, no mínimo, não pode ser comprovada. O imaginário, ao contrário, não pode ser considerado nem verdadeiro e nem falso. “Ele é uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros (CHARAUDEAU, 2017, p. 587). O analista, nesse caso, não tem como tarefa denunciar a veracidade ou falsidade de um imaginário, mas sim observar seu surgimento, as situações comunicativas em que se inscreve e a visão de mundo que testemunha.

4.4 Imaginários sociodiscursivos expressos nas aloções de JB

Na esfera política, a materialização dos imaginários deve ser sustentada por uma racionalização discursiva, já que discursos são produzidos por diferentes grupos que conferem sentido a essas materializações. Nesse contexto, o mais importante é que enunciados sejam apresentados de forma simples para que o público os compreenda com facilidade. Além disso, é preciso considerar os diferentes imaginários que circulam no espaço social sobre os comportamentos aos quais os atores políticos devem aderir. São imaginários relativos às imagens de si que o sujeito constrói, frequentemente instrumentalizados com o objetivo de

persuadir e marcar a memória coletiva. Portanto, *ethos*, *logos* e *pathos*¹⁴⁷ estão envolvidos na construção e projeção dos imaginários sociodiscursivos.

Assim se constroem, por meio da fala, universos de pensamento ora investidos de *pathos* (o saber como afeto), ora de *ethos* (o saber como imagem de si), ora de *logos* (o saber como argumento racional). Esses universos resultam de uma combinação de razão racional, de razão emocional e de razão imaginativa, instituindo tantas verdades que se depositam na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2022, p.26).

Ainda em relação ao campo político, Charaudeau (2018) apresenta o que chama de imaginários de verdade do discurso político, utilizados na fala pública como apoio na construção de estratégias que farão o público aderir ao discurso. São eles o imaginário da “modernidade”, o imaginário da “soberania popular” e o imaginário da “tradição”. Apresentaremos, a seguir, um breve¹⁴⁸ apanhado sobre estes imaginários.

Em geral, o imaginário da modernidade aponta para a necessidade do progresso para que o bem-estar da sociedade seja atingido. Nesse caso, o tempo presente é julgado de forma positiva, capaz de proporcionar um estado de saber superior. Tempos passados, por sua vez, são percebidos com traços de obscurantismo, sendo incentivada a criação de novos modelos de pensamento e comportamento, além da libertação do peso negativo deixado por tempos remotos. O imaginário da modernidade se opõe ao da tradição, promovendo discursos que justificam e valorizam as novidades.

O imaginário da soberania popular, por sua vez, apresenta o povo como responsável pelas decisões que refletirão em seu futuro. É a partir dessa ideia que surge o que Charaudeau (2018) chama de “mito da democracia”, sendo feitas deliberações quando diferentes pontos de vista são confrontados, resultando numa opinião majoritária que deverá prevalecer. A partir desse imaginário, três tipos de discursos correlatos podem ser constituídos: o discurso voltado para a igualdade, o discurso que fomenta a solidariedade e o discurso do direito à identidade. Neste último, questões ligadas à identidade do grupo são abordadas, levando-se em consideração as semelhanças e diferenças entre agrupamentos distintos. Nesse caso, certos grupos podem se tornar intolerantes e excludentes diante de outros que representariam ameaça, o que integra a lógica agonística no discurso político descrita por Ansart (2019), como vimos anteriormente. O objetivo é a preservação da identidade, podendo-se chegar, inclusive, à tentativa de eliminação física ou genocídio do outro.

¹⁴⁷ Três provas retóricas propostas por Aristóteles e exploradas no capítulo II.

¹⁴⁸ Daremos maior atenção aos imaginários comumente observados no *corpus* selecionado para a pesquisa.

Atuando de forma similar, o imaginário da tradição costuma ser visitado quando é preciso defender valores que, no passado, foram considerados fundadores de uma sociedade. Em geral, o imaginário da tradição sustenta discursos que retomam um mundo do passado, ativando o desejo por um tempo no qual os sujeitos teriam conhecido um estado de “pureza”, uma espécie de “retorno às fontes” ou recuperação de uma origem identitária que estaria se perdendo.

Traços desse imaginário podem ser inferidos no trecho abaixo, extraído do primeiro pronunciamento oficial de JB como Presidente da República, em 2019, durante cerimônia realizada no parlatório do Palácio do Planalto.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil (Jair Bolsonaro – 01/01/2019).

No trecho, o presidente recém-eleito se refere a enquadramentos ideológicos contrários ao seu e comumente relacionados à esquerda como o mal que precisa ser extirpado. Como vimos, o imaginário da tradição costuma ser visitado quando é necessário defender valores do passado, tranquilizando a população diante da ameaça representada por grupos progressistas. Nesse caso, segundo o enunciador, seria necessário o restabelecimento de “padrões éticos e morais”, um retorno às fontes e recuperação de origens identitárias num movimento semelhante ao descrito por Charaudeau (2020). Importante destacar que o imaginário da tradição pode ser utilizado para sustentar discursos opressores que incentivam a violência contra tudo o que representa outras formas de viver e enxergar o mundo, podendo servir, inclusive, para justificar atos de violência física contra determinados grupos.

Como explica Piovezani (2020), narrativas pautadas numa suposta decadência ética, no declínio moral e na degeneração sexual alicerçaram, ao longo do tempo, grande parte das falas de Bolsonaro e de seus seguidores. Uma origem idílica teria sido maculada por inimigos infiltrados, sendo necessário restaurar a ordem perdida através de uma “limpeza” que livrasse a nação da crescente nódoa. Nesse sentido, uma polarização simplista foi formada entre os amigos da pureza (“nós”, “amigos”, “nossa pátria”) e aqueles que espalhavam a sujeira (“marginais vermelhos”, “ganguê que tem a bandeira vermelha”, “bandidos”, “petralhada”).

Ainda sobre os imaginários de verdade propostos por Charaudeau (2020), faz-se necessário destacar que discursos proferidos no âmbito político não se limitam à classificação

apresentada pelo linguista. Ao contrário, diferentes imaginários podem ser projetados a depender das intenções daquele que fala, dos contextos sociais e situações de comunicação vigentes. É o que podemos observar na imagem abaixo, publicada no X (*Twitter*) de JB durante a campanha eleitoral de 2018.

Figura 16 – Imaginários projetados pelo discurso neoconservador



Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

A prevalência das cores verde e amarelo e o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” confere à publicação um imaginário de patriotismo¹⁴⁹, comumente visitado pelo discurso neoconservador brasileiro.

A escolha das cores também pode ser compreendida como um antagonismo ao vermelho representado pelo PT e valores mobilizados à esquerda, um recado daqueles cuja bandeira “jamais será vermelha”. A frase em destaque reforça o imaginário de pátria soberana (“Brasil

¹⁴⁹ Também podemos relacionar tais aspectos a um imaginário da ditadura militar comumente visitado pelo político e seus seguidores. Nesse caso, a ditadura é encarada como revolução positiva, um momento de glória que trouxe ordem ao país. Lembrando que, durante a ditadura, esse patriotismo foi explorado nas argumentações e propagandas políticas.

acima de tudo”), além de mobilizar um saber de crença, religioso (“Deus acima de todos”). Como lembra Ansart (2019), ao misturar o texto político ao sagrado, teocratas buscam entrelaçar, numa espécie de sistema incontestável, a ordem da obediência essencial, a ordem do respeito e a ordem simbólica. Nesse sentido, é fixada uma fidelidade fundamental, ao mesmo tempo em que é interdita a discussão ou fixados limites rígidos para ela. O culto do dogma e o medo de transgredi-lo também são exaltados. Por outro lado, a imagem do político, que reproduz com as mãos um movimento semelhante ao de uma metralhadora, o aproxima de um imaginário relacionado a um certo poder viril ligado às armas, que concorre para a projeção de um *ethos* de identificação¹⁵⁰.

Algo semelhante pode ser observado na logomarca do governo Bolsonaro, lançada ao público através das redes sociais do então presidente, nos primeiros dias de seu mandato.

Figura 17 – Logomarca da gestão presidencial de JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Em geral, as logomarcas de cada governo reúnem elementos verbais e não-verbais que, juntos, representam a identidade da administração entrante e de seu principal mandatário, o Presidente da República. Podem ser consideradas, portanto, peças fundamentais para o entendimento dos imaginários sociodiscursivos ou saber de crença ideológico, conforme designações de Charaudeau (2018), que cercam o novo governo, contribuindo para seus posicionamentos. No caso da logomarca lançada por Bolsonaro, a presença de símbolos que

¹⁵⁰ Definimos tal questão no capítulo dedicado à apresentação do referencial da argumentação.

remetem à nação acaba conferindo ao governo um imaginário ligado à ideia de patriotismo, nacionalismo e amor à pátria.

Na imagem, a bandeira nacional é retratada com um “corte” que a mostra praticamente pela metade, como se representasse uma espécie de sol nascente. A parte verde introduzida mais abaixo no quadrado pode ser compreendida como a “terra”, que produz sentidos conotativos relacionados a “novo começo”, “esperança” ou “novos tempos” que estariam surgindo. Importante destacar que, segundo Ansart (2019), outros suportes podem ser utilizados para a expressão de ideais e sentimentos políticos, incluindo a iconografia. Nesse sentido, não são apenas as palavras capazes de despertar emoções e projetar imaginários, mas também os recursos visuais. E é aqui que gestores das sensibilidades políticas investem na criação de cenários emocionais, de formas e de espaços portadores de afeto e capazes de participar da formação das atitudes coletivas. Destacamos aqui o uso intencional de símbolos visuais com o objetivo de despertar determinados fatores afetivos, como é o caso do uso da bandeira nacional feito nos últimos anos pela direita brasileira. Uma espécie de resgate a um imaginário patriota amplamente projetado durante o período da ditadura militar foi feito, o que contribuiu para tornar símbolos da nação uma referência direta ao campo ideológico de extrema direita.

Como observado nos dois últimos exemplos, diferentes imaginários podem ser produzidos e reproduzidos no campo político, a depender das intenções discursivas do sujeito. Nos capítulos VII e VIII da pesquisa, dedicados à análise do *corpus*, vamos nos aprofundar nos imaginários projetados pelo discurso neoconservador brasileiro veiculado no ambiente *on-line*, levando-se em consideração os recursos linguísticos, argumentativos e retóricos identificados. Para facilitar a análise, organizaremos o *corpus* em eixos-temáticos comumente abordados pela extrema direita no Brasil, observando formações lexicais e características discursivas recorrentes. Na próxima seção, introduziremos alguns eixos centrais tradicionalmente visitados pelo discurso da direita e já identificados nas publicações selecionadas.

4.5 Eixos temáticos expressos pela extrema direita

Conforme explica Charaudeau (2018), palavras isoladas apontam para o que dizem, mas não para o que está implícito nelas, aquilo que verdadeiramente significam. Descobrir o que está implícito nas entrelinhas das palavras demanda uma investigação sobre as condições em que foram enunciadas e sua própria enunciação. Justamente por isso apresentaremos um breve estudo sobre os eixos-temáticos sobre os quais discursos neoconservadores têm sido estabelecidos no Brasil.

Antes, porém, consideramos pertinente abordar algumas percepções de Bobbio (1995) sobre a distinção entre “direita” e “esquerda”, termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido utilizados para designar ideologias e movimentos. Apesar do pluralismo ideológico observado nos últimos tempos ou de repetidas contestações, o filósofo político defende que os termos continuam relevantes e permanecerão existindo enquanto houver conflitos políticos. Prova disso é a força que ainda detêm, na Europa, expressões como “direita parlamentar” e “esquerda parlamentar”, ou, ainda, “governo de direita” e “governo de esquerda”. No Brasil, percebemos que noticiários descrevem, de forma rotineira, políticos e agremiações como inscritas mais “à direita” ou mais “à esquerda”, ou pertencentes à “oposição” ou à “base de apoio” dos governos. Como explica o autor supracitado, é natural que relações de antagonismo entre partes distintas ideologicamente sejam representadas por uma díade ou dicotomia.

Bobbio (1995) descreve o homem de direita como aquele que se preocupa, antes de mais nada, em salvaguardar a tradição, sendo esta sua meta última, fundamental e irrenunciável, que pode ser alcançada por diferentes meios segundo a época e situação. No que ele chama de centro-direita, é possível observar doutrinas e movimentos libertários e inigualitários. É aqui que se inscrevem os partidos conservadores fiéis ao método democrático, distinguindo-se, por isso, das direitas reacionárias. Já na chamada extrema-direita estão os movimentos anti-igualitários, como o fascismo. O autor cita, ainda, o surgimento de uma “nova direita”, antes derrotada e que agora emerge ávida por revanche.

Charaudeau (2020), por sua vez, elenca alguns valores incorporados pelo discurso da direita e comumente utilizados por políticos que se enquadram em tal campo ideológico. Entre eles está o valor família, cercado pelo peso da tradição familiar e da ordem piramidal que tem em seu topo a figura do patriarca. Tal ente é geralmente visto como protetor dos demais membros do clã, colocando-se como uma espécie de rei a quem se deve submissão divina. Já o valor trabalho pode ser entendido como estabelecedor de uma hierarquia entre senhores, donos, chefes, dirigentes e, por último, executores. Em tal modelo de organização societal, a palavra daquele que ocupa o posto de chefe não poderia ser posta em causa, o que impossibilita possíveis contestações e movimentos de revolta. No valor pátria, por sua vez, observamos um corpo social formado pelos filhos da nação que têm a essência fundadora de sua identidade, a qual deve ser protegida contra a contaminação de influências externas. Qualquer ingerência estrangeira deve ser eliminada e expulsa para fora do território, compreendido como espaço identitário da nação.

Em seus estudos, o linguista também destaca o valor ordem, relacionado a uma visão de submissão do ser humano à natureza. Para aqueles que se identificam com tal campo ideológico, os vínculos entre os homens podem se assemelhar aos dos animais em seu *habitat*, dando-se por meio das relações de força. Tal pensamento também justificaria a existência de desigualdades entre os seres humanos, da dominação daqueles considerados mais fortes em detrimento dos mais fracos. Um movimento de conservação do estado das coisas também pode ser observado, decorrente da visão de submissão do homem à ordem vigente na natureza.

Se levarmos em consideração a perspectiva do autor, é possível observar a presença do valor pátria e do valor ordem no discurso neoconservador brasileiro. No primeiro caso, como já mencionado, observa-se um reforço da identidade nacional ou origem identitária que, segundo tal ponto de vista, estaria sendo ameaçada pela esquerda. Já o valor ordem pode ser identificado na abordagem dos direitos das chamadas minorias¹⁵¹. Afinal, foram amplamente noticiadas falas¹⁵² em que Bolsonaro argumenta sobre a submissão de grupos historicamente marginalizados, defendendo sua adequação aos desejos da “maioria” ou sua extinção. Em fevereiro de 2017, durante evento na Paraíba, o então deputado proferiu a seguinte mensagem:

(...) somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (Jair Bolsonaro – 02/2017).

Tais falas indicam a ideação de vínculos em que imperem a vontade e a soberania da população alinhada ideologicamente ao político, em detrimento de ações voltadas para a inclusão de populações minoritárias. Além de se enquadrar no valor ordem, percebemos que o sujeito político utiliza elementos dogmáticos da fé cristã para justificar o discurso.

A publicação abaixo, realizada em 2017 por um dos filhos do então pré-candidato à presidência, também dialoga com a teoria proposta pelo linguista francês. Afinal, por meio do *post*, pode-se inferir que a maioria da população estaria sendo coagida pela existência ou luta das minorias no Brasil.

¹⁵¹ Grupos historicamente excluídos ou marginalizados, representados por pessoas negras, mulheres, indígenas, população LGBTQIA+, quilombolas, população em situação de rua, entre outros.

¹⁵² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

Figura 18 – Valores incorporados pelos discursos da direita



Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no X (Twitter)

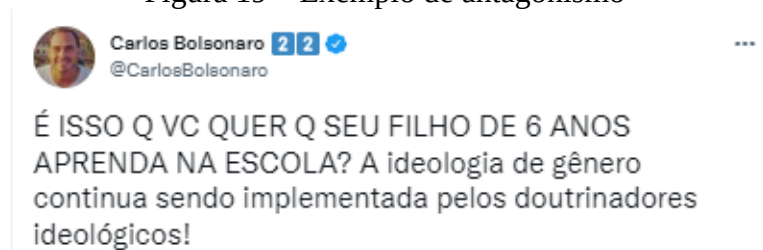
Segundo Charaudeau e Aragão (2022), valores básicos como a família, o trabalho e a pátria formam o corpo de doutrina da direita, que pode variar segundo cada país, mas que, ainda assim, será caracterizado pela tendência ao conservadorismo. Afinal, é necessário manter as tradições em torno de interesses particulares, em especial, os da família, garantindo a estabilidade social. O segregacionismo e o autoritarismo também são citados como fatores fundamentais para a doutrina da direita, havendo certo empenho na distinção entre fatores como etnias e religiões, além da necessidade de se manter a ordem moral e, como consequência, a imposição da obediência. Os autores citam, ainda, o patriarcado, responsável por orientar e educar as gerações de acordo com o mérito dos indivíduos.

Já a matriz ideológica de esquerda pode ser caracterizada por uma visão de mundo em que “o homem é que se impõe à natureza”, base para a noção de progresso e de avanço da igualdade entre as populações. Nesse sentido, para os autores supracitados, certa “ordem hierárquica” característica da direita se opõe à noção de igualdade social, a discriminação se opõe à solidariedade social, as crenças religiosas se opõem à laicidade do Estado; e, por fim, o “princípio de comando” se opõe ao “princípio de contestação” que leva o cidadão a questionar o poder político através de forças como a sindical e a revolucionária.

De modo semelhante a Charaudeau (2020), outros autores propõem valores fundamentais para certos grupos ideológicos. Miguel (2018), por exemplo, elenca três eixos principais da extrema direita brasileira que reverberam em toda a sua discursividade: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo¹⁵³. O primeiro deles se relaciona à ideia de menor Estado possível, da liberdade e superioridade do mercado e da ausência de interferências externas. Ao pregar a ausência do Estado na resolução de questões coletivas, o libertarianismo reforça a presença da família tradicional como protetora do indivíduo, ligando-se ao conservadorismo cristão e, conseqüentemente, ao fundamentalismo religioso.

Embasando-se em uma espécie de verdade revelada que anula outras possibilidades de debate, o fundamentalismo religioso enfatiza uma “agenda moral” que tem entre suas pautas a extinção do direito ao aborto, de políticas de combate à homofobia e de percepções inclusivas da entidade familiar. Ainda de acordo com Miguel (2018), tal ênfase em uma “agenda moral” se tornou um caminho viável para a direita brasileira recuperar parte do eleitorado “perdido” para políticas de combate à miséria promovidas em escala nacional pelo PT. No *tweet* abaixo, publicado em 2017, temos um exemplo do antagonismo promovido contra um imaginário ideológico que relacionava o PT e seus apoiadores a aspectos negativos e fantasiosos no campo da sexualidade e educação.

Figura 19 – Exemplo de antagonismo



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no X (Twitter)

Ao longo do período eleitoral seguinte, uma série de informações falsas sobre uma possível doutrinação nas escolas foi veiculada, relacionadas especialmente ao campo sexual. Em outubro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou a determinar a remoção da internet de vídeos em que JB criticava uma suposta distribuição de livros que fariam parte do

¹⁵³ Como explica Azevedo (2022), o uso do termo “comunismo”, no Brasil, carrega certo reducionismo, sendo associado de forma pejorativa ao marxismo, ao socialismo e a outras concepções e/ou doutrinas à esquerda, ainda que não sejam, propriamente, sinônimos.

chamado “*kit gay*”¹⁵⁴. As informações, ainda que falsas, contribuíram para a construção de uma “agenda moral” que conferiam à esquerda um imaginário ideológico negativo relacionado ao campo da sexualidade e da libertinagem, num movimento semelhante ao descrito por Miguel (2018).

O terceiro e último eixo relacionado ao ataque ao antigo anticomunismo é presente no discurso de JB de forma reciclada, revestido por uma nova roupagem ligada ao chamado “bolivarianismo” venezuelano. O PT é relacionado a uma espécie de encarnação do mal representada pelo comunismo, assim como seu eleitorado é tido como ignorante e incompetente. Ainda de acordo com Miguel (2018), críticas intensas a programas sociais que estariam tornando a população preguiçosa também são reforçadas, assim como uma exaltação do que se entende por meritocracia¹⁵⁵.

Como explica Azevedo (2022), são adotados, no Brasil, certos enquadramentos temáticos negativos para se referir à esquerda. O fenômeno, observado já há algum tempo, foi resgatado e se dedica a associar a esquerda a “grupos perversos” e a “comunistas” que têm como objetivo limitar o direito à propriedade e à liberdade, invadir territórios, perseguir famílias cristãs, entre outras práticas fantasiosas. Uma das versões mais antigas da narrativa anticomunista disseminava que tal grupo seria capaz de “comer crianças”. Através de um resgate histórico¹⁵⁶, chega-se à conclusão de que o mito advém de um passado de fome na China e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que teria dado origem a surtos de canibalismo¹⁵⁷.

Ainda segundo Azevedo (2022), num fenômeno de “repulsa ao comunismo”, a esquerda vem, há décadas, sendo rotulada como inimiga dos valores tradicionais, de costumes

¹⁵⁴ Em agosto de 2018, em entrevista ao Jornal Nacional, o então candidato chegou a apresentar a obra “Aparelho Sexual e Cia” como parte do material do projeto “Escola Sem Homofobia”, vinculado ao Ministério da Educação durante o mandato da presidenta DR. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-a-kit-gay.ghtml> Acesso em: 27 jan. de 2022

¹⁵⁵ Compreendida pela direita como vitória daqueles que possuem mais méritos, ou seja, que lutaram para conquistar algo. A narrativa da meritocracia ganhou reforço nas eleições presidenciais de 2018, quando um movimento favorável a ela e contrário a programas sociais que promoviam a igualdade ganhou repercussão nas redes sociais.

¹⁵⁶ FARIA, Luís M. Por que se dizia que os comunistas comiam crianças? Expresso, Porto. 14 nov. 2015.

¹⁵⁷ O fenômeno foi descrito pelo jornalista português Luiz M. Faria (2015), para quem a prática não foi exclusiva de localidades que viviam sob o regime comunista, mas que, ainda assim, foi utilizada e distorcida por oponentes ideológicos.

conservadores e das famílias brasileiras, num movimento em “nome de Deus e pela liberdade”. Novos contornos foram dados à narrativa, que atualmente envolve pautas ligadas às questões de gênero e/ou sexualidade. No passado e, ainda hoje, a esquerda é comumente relacionada a ações terroristas, a atos de vandalismo e à radicalização e, mais recentemente, ligada a práticas de corrupção e fraude.

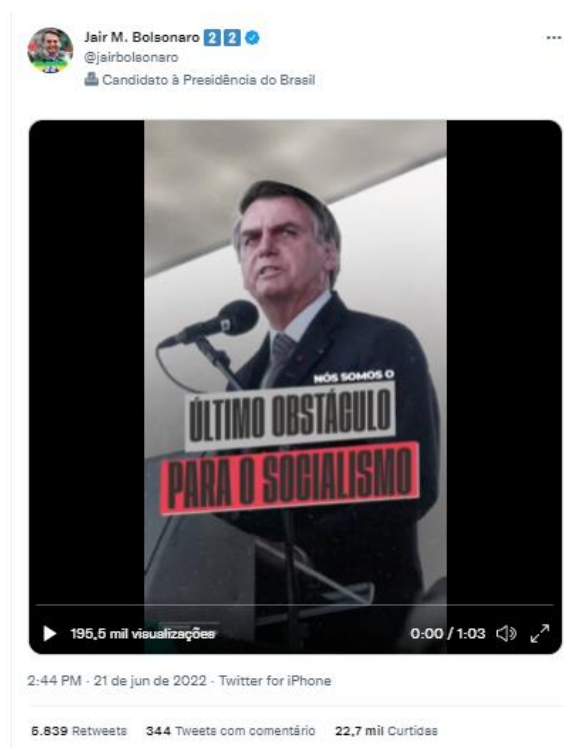
Além dos três eixos citados por Miguel (2018), é possível elencar outros temas relevantes que cercam a narrativa do discurso neoconservador brasileiro, vertentes discursivas marcantes que pretendemos analisar ao longo da pesquisa. Conforme pontua Miguel (2018), discursos gerados em torno da decadência moral do PT o colocavam, na história recente, como único responsável pelas mazelas da corrupção na política brasileira. Matérias jornalísticas, processos judiciais, denúncias e investigações policiais se retroalimentaram do primeiro ao último mandato do PT no governo federal, sem contar o recente fenômeno de publicação e compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais. Todo o fenômeno colaborou diretamente para reforçar discursos que apontavam o partido e toda a esquerda como a “encarnação da desonestidade e do mal”.

Singer (2018) também observa o fenômeno, destacando a ofensiva judiciária iniciada com o julgamento do mensalão e seguida com a Lava Jato¹⁵⁸ a partir de 2014, operação que se centrou no PT e nas figuras do presidente Lula e da então mandatária DR. A própria reeleição de Dilma foi marcada, na época, pela menor vantagem nas urnas desde o fim da ditadura militar e redemocratização. Entretanto, vale lembrar que, em 2022, a eleição de Lula ultrapassou a da ex-mandatária como a mais acirrada da história, o que nos leva a crer que as práticas discursivas adotadas pela extrema direita brasileira têm surtido efeito nas urnas. Outro ponto que merece atenção é o ataque à Praça dos Três Poderes em Brasília, com intensa depredação do patrimônio público, dias após a posse de Lula, em janeiro de 2023. Ainda que tenha vencido Bolsonaro dentro do jogo democrático, o novo mandatário enfrentou o que parece ser a materialização da violência contra valores e formas de viver alinhadas ideologicamente à esquerda. Vamos nos debruçar sobre a violência verbal presente no discurso neoconservador brasileiro no próximo capítulo.

¹⁵⁸ Segundo Nicolau (2019), um novo campo difuso de centro-direita emergiu, o “partido da Lava Jato”, espaço logo ocupado por JB. Algumas características marcantes são apontadas para esse novo campo: é composto, basicamente, por um eleitorado urbano, que foi exposto maciçamente às denúncias de corrupção, e que experimentou a decadência de serviços públicos e o aumento da violência urbana.

Compreendemos, portanto, que ao longo dos anos foram difundidos imaginários que relacionavam o PT e a esquerda ao “mal” que precisava ser enfrentado. Se o inimigo estava evidente, era necessário então criar a figura salvadora que tiraria o Brasil das garras da corrupção e de todas as mazelas já citadas. E é nesse contexto que emerge o “mito” Bolsonaroista, cercado por imaginários que remetem à ideia de nacionalismo e amor à pátria, além de um retorno à moralidade cristã e a tempos idílicos que estariam se perdendo. Em junho de 2022, período de pré-campanha, foi publicado no perfil oficial de Bolsonaro no X (*Twitter*) um vídeo em que ele se coloca como o último obstáculo contra o mal representado pelo socialismo. Além disso, ao longo do vídeo o político associa as figuras de Lula e Dilma, ligadas à esquerda e ao PT, à implementação do socialismo¹⁵⁹ no Brasil.

Figura 20 – Exemplo de antagonismo



Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

Como veremos a seguir, apresentar-se como figura salvadora se enquadra nas estratégias argumentativas comumente adotadas pelo discurso populista, descrito por Charaudeau (2020) como a reciclagem dos discursos extremistas. Para ele, o populismo é, antes de mais nada, uma questão de discurso, em geral centrado na figura do líder carismático que exacerba suas

¹⁵⁹ Possibilidade que, além de fantasiosa, é retratada de maneira negativa pelo discurso neoconservador.

características. Na próxima seção, apresentaremos algumas características fundamentais da retórica populista, com a intenção de observar se há ou não traços de tal eloquência no discurso neoconservador analisado.

4.6 Traços da retórica populista

Para Charaudeau (2011, 2020), o meio político apresenta certa dificuldade para empregar um conceito definido para o populismo, fazendo com que o termo permaneça lado a lado a certas incertezas. Afinal, de acordo com os países e culturas em que é inserido, o populismo pode abraçar diferentes formas, não sendo possível, para o linguista, defini-lo como a antecâmara do totalitarismo. Entretanto, é interessante observar que o populismo emerge, em geral, em contextos de crise, seja ela econômica, de identidade ou moral. Ainda assim, o autor pede cautela ao tratarmos de sua categorização.

Se não pode ser considerado um regime político bem delimitado, no campo do discurso, é possível encará-lo como uma estratégia a serviço da tomada de poder no jogo democrático, utilizado tanto por partidos e figuras que transitam ideologicamente à direita quanto por aqueles que ocupam a esquerda. Ainda que opostos, os dois cenários podem abrigar discursos com traços populistas, seja para desqualificar o adversário, apontar o mal a ser combatido ou provocar medo. Independentemente da corrente ideológica, o adversário sempre poderá ser acusado de populista, utilizando uma retórica tida como simplista e essencializante¹⁶⁰. Percebemos, portanto, que apesar da diversidade de campos ideológicos em que o populismo pode ser empregado ou mesmo da dificuldade em defini-lo como regime político, é possível que se descreva alguns pontos em comum nos discursos proferidos por líderes que, de algum modo, aproximam-se de tal vertente.

O linguista francês nos lembra, ainda, que os políticos não são os únicos a acusar uns aos outros para angariar votos, afinal, economistas costumam queixar-se de mandatários (as) que não falam o suficiente sobre questões econômicas, seja por ignorância, desconhecimento ou mesmo falta de coragem para propor medidas impopulares. Nesse cenário, certas figuras políticas são qualificadas como populistas por preferirem abordar temas com forte teor patêmico, como violência e segurança pública. No caso de Bolsonaro, em mais de uma ocasião

¹⁶⁰ No início do capítulo, tratamos sobre as estratégias de singularização e de essencialização propostas por Charaudeau (2018).

observamos declarações em que o político assume “não entender de economia”¹⁶¹, quando perguntado sobre questões inerentes a tal campo. As falas parecem uma espécie de autodefesa, ou, ainda, uma forma de dizer ao eleitorado que trará os maiores especialistas em cada tema para dirigirem seu governo. Durante a campanha que o elegeu, em 2018, não era incomum que Bolsonaro direcionasse a Paulo Guedes¹⁶², seu então assessor, perguntas da imprensa ligadas ao campo econômico, ou mesmo as deixasse sem respostas claras¹⁶³. Já ao abordar temas como combate à corrupção e segurança pública, o político parecia mais à vontade, focando boa parte de sua campanha em tais eixos, como veremos nos capítulos direcionados às análises do *corpus*.

Ao abordar o tema segurança, é preciso que reflitamos, novamente, sobre a gestão da emoção do medo, comumente utilizado por discursos com traços populistas. Segundo Charaudeau (2022), o medo resulta da mistura entre afeto e razão. Faz com que o sujeito reaja de forma pulsional através da mobilização de crenças e representações negativas sobre o inimigo eleito. Ao mesmo tempo em que uma reação defensiva é gerada, há uma espécie de fascínio pela causa do pavor. Um duplo movimento de rejeição e atração é constituído, algo semelhante às crianças que pedem que se conte novamente histórias de terror que, apesar de assustá-las, geram fascínio.

Para o autor, o medo se torna ainda mais intenso quando a ameaça é incerta, está escondida nas sombras aguardando o momento exato para o ataque. Compreendemos que um movimento semelhante ocorre quando o medo está ligado ao fantasma do socialismo, rememorado nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022.

Charaudeau (2022) nos explica, ainda, que o líder populista joga com o medo com o objetivo de criar frustrações e orientar a violência, que pode ser utilizada contra supostos inimigos. O linguista chama de medos “identitários” aqueles ligados à ameaça de desidentificação e de declínio social. Na França, o medo da desidentificação se firma sob a

¹⁶¹ Tais declarações foram realizadas em diferentes ocasiões, como durante a campanha eleitoral que o elegeu em 2018, e nos primeiros meses de seu mandato. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/04/12/internas_economia,749202/jair-bolsonaro-nao-sou-economista-ja-falei-que-nao-entendia-de-econ.shtml e <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/02/10/bolsonaro-diz-que-nao-entende-de-economia-nem-guedes-de-politica-casal-perfeito.htm> Acesso em: 31 jan. de 2023.

¹⁶² Ministro da Economia durante a gestão de JB.

¹⁶³ Como exemplificado em reportagem realizada pela *Revista Piauí*, durante a campanha de 2018, Bolsonaro costumava se incomodar com questionamentos ligados à economia, ou mesmo dizer que era melhor não entender nada, se comparado à ex-mandatária DR, economista por formação. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/> Acesso em: 31 jan. 2023.

pressão de uma invasão estrangeira capaz de diluir a identidade nacional ao misturar etnias e religiões, ponto de vista defendido por político de direita naquela nação. Já no Brasil, compreendemos que discursos pautados na ameaça de desidentificação apontam para os riscos que a esquerda representaria para a perda de valores tradicionais, ligados à moralidade cristã e ao valor família. A ameaça de declínio social, por sua vez, liga-se à globalização econômica que beneficiaria os mais ricos em detrimento das classes populares e médias. Um sentimento de ressentimento¹⁶⁴ em relação às elites é criado, fenômeno que não observamos de forma recorrente no *corpus* da pesquisa.

Ao utilizar o medo como meio de manipulação, o discurso populista cria narrativas dramatizantes que, para Charaudeau (2020), são constituídas sob três pilares essenciais¹⁶⁵: a denúncia do mal que vitimiza o povo, a estigmatização dos responsáveis e a promessa de reparação através da figura de um líder salvador. Também chamada de triângulo da dramaturgia política, tal estrutura narrativa está presente em diferentes vertentes políticas e ideológicas, mas é no discurso populista que encontra morada e executa a tarefa de forma exacerbada. Nas palavras do linguista:

O discurso populista se constrói, pois, sobre esses três pilares da dramaturgia política, mas centrado num líder carismático que exacerba suas características: o líder se apresenta como *salvador*, o mal toma ares de catástrofe, às vezes apocalíptico, para fazer sentir ao povo sua condição de *vítima*, os responsáveis são *satanizados em culpados*, os valores são exalados por seu efeito identitário (CHARAUDEAU, 2020, p. 107).

Tomando roupagem de catástrofe, o mal recai sobre o povo que preenche o papel da vítima, cuja condição é provocada pelo inimigo satanizado, processo semelhante ao descrito na seção 4.7 deste capítulo, em que relataremos algumas das bases do discurso fascista e totalitário.

¹⁶⁴ Para uma reflexão acerca do papel da emoção do ressentimento na política brasileira a partir de 2018, ver: MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

¹⁶⁵ Para Charaudeau e Aragão (2022), tal constituição só é possível a partir da existência de um contrato de comunicação estabelecido no âmbito político e desenvolvido a partir de quatro elementos: a *instância de poder* (seja em situação de conquista ou de exercício de poder, ela joga com a razão e com os sentimentos para captar a adesão do público em relação às suas ideias e/ou propostas); a *instância adversária* (de natureza oposta à instância de poder, utiliza os mesmos artifícios discursivos desta); a *instância cidadã* (de natureza heterogênea, tem papel duplo de delegação provisória de soberania popular por meio do voto e de vigilância, ao se instituir como contrapoder); a *instância midiática* (garante a circulação da fala pública utilizando de certos procedimentos para fins de audiência, o que a confere certa responsabilidade). O contrato do discurso político faz com que a instância política construa narrativas dramatizantes baseadas na denúncia da desordem social, na acusação da fonte do mal e da desordem social, na apresentação da solução salvadora e na criação da imagem do líder capaz de conduzir tal projeto.

Ao abordar o estado de vitimização do povo, o discurso populista insiste em pontos como o enfraquecimento da identidade nacional, a perda do civismo e a decadência moral generalizada.

Sobre a satanização do inimigo, Charaudeau (2020) explica que ela acontece por meio da figura do “bode expiatório”, em que é eleito um portador dos males sofridos pelo povo. O termo “bode expiatório” possui origem bíblica. Na antiga escritura, Isaac é substituído por um carneiro para que seu pai, Abraão, pudesse sacrificá-lo em nome de Deus. Posteriormente, após outras citações ligadas ao dever de expiação, o termo passa a ser utilizado como sinônimo do mal que precisa ser sacrificado em nome do bem maior. Ao observarmos a origem nas antigas escrituras e também a acepção corrente para o termo, percebemos que “bode expiatório” está ligado à uma figura inocente sobre a qual recai a culpa pelos males que afligem o mundo. Entretanto, no discurso neoconservador em voga, percebemos que a figura do “bode expiatório” encarnada pelo PT e suas principais figuras políticas não é colocada no mesmo posto dos inocentes. Ao contrário, tal figura recebe a função de orientar para si a violência e desencadear no povo o desejo de sua destituição, resultando na reparação do mal provocado¹⁶⁶.

O líder populista, por sua vez, encarna o papel de salvador bíblico a quem se adere de maneira cega, afinal, ele é capaz de combater o mal clamando ódio ao inimigo. Ainda segundo o linguista francês, o vínculo que se estabelece entre líder e povo deve ser mais da ordem sentimental do que ideológica. Provas de autenticidade e de sinceridade devem ser proferidas, demonstrando potência através de uma oratória constituída por “protestos”, linguagem simples e penetrante acompanhada de uma vocalidade e de um gestual amplo e forte. Uma retórica grosseira também integra a figura do político populista, que costuma apresentar frases racistas, altas cargas de ironia e trocadilhos insultuosos.

Segundo Piovezani (2020), esse tipo de retórica, marcada por depreciações a outros grupos, começa a ser identificada nos textos de Cícero do final da República Romana, quando dois eixos de oratória foram descritos. No primeiro, as falas seriam mais leves, suaves, urbanas e elegantes, proferidas pelos patrícios e direcionadas aos patrícios, considerados a elite romana. O segundo, por sua vez, apresentava falas mais ácidas, ásperas, grosseiras e veementes, emitidas por porta-vozes populares e endereçadas aos plebeus. Tal maneira de falar “ao povo” era chamada de *eloquentia popularis*, marcada por depreciações e discriminações.

¹⁶⁶ Segundo Charaudeau (2020), processo semelhante ocorreu para que se “justificasse” o genocídio cometido contra o povo judeu aos olhos do nazismo.

De modo semelhante, a partir da consolidação da noção de soberania popular, oriunda de movimentos históricos marcantes, como a Revolução Francesa e a Revolução Americana no século XVIII, assistimos ao fortalecimento de uma “oratória popular” ou “eloquência proletária”. A partir de então, falar como uma “pessoa do povo” ou como seu porta-voz tornou-se uma espécie de trunfo, ainda que preconceitos contra as camadas populares permanecessem vigentes. “(...) assim parece ter surgido um novo quadro da oratória contemporânea” (PIOVEZANI, 2020, p. 35). Como porta-voz do discurso neoconservador, Bolsonaro parece endereçar a si uma espécie de “licença para insultar”, assumindo a imagem de homem comum que fala o que pensa sem filtros e que diz verdades que outros não teriam coragem de proferir. Vamos nos aprofundar na questão no capítulo endereçado ao estudo da polêmica e da violência verbal presentes no *corpus*.

A partir dos estudos de Charaudeau (2020), percebemos que o discurso populista se fundamenta sobre três grandes imaginários: o de “vitimização”, o de “satanização” dos culpados e o do “salvador providencial”. Tais bases temáticas são radicalizadas e transformadas em estratégia argumentativa com o objetivo de persuadir o público através, especialmente, de índices patêmicos.

O populismo não é um regime político. Ele é uma estratégia de conquista ou de exercício do poder através de um discurso que retoma a cenografia do discurso político ao radicalizar seus imaginários: a denúncia da desordem social é exacerbada para uma crise da qual o povo é *vítima*; a crítica dos responsáveis se torna *demonização dos culpados*; a defesa dos valores é feita por um discurso de *exaltação paroxística*; e o líder constrói para si uma imagem de *salvador providencial* (CHARAUDEAU, ARAGÃO, 2022, p. 357).

Outro ponto levantado pelo linguista supracitado é a relação estabelecida entre o líder populista e a figura do profeta, afinal, não é incomum que o político se mostre inspirado por uma voz além da realidade terrena ou por uma figura divina da qual seria a encarnação. O líder político projeta-se como uma espécie de profeta, já que os medos precisam de um “oráculo” para serem afastados. Na publicação abaixo, podemos inferir uma projeção de imagem de quem se considera um político que foi escolhido, investido por Deus para ser eleito, estar à frente do executivo nacional. Interessante observar que, apesar do discurso messiânico, o político usa chinelos, camisa de futebol e interage com crianças, o que também confere a ele a imagem de

homem simples. Outro exemplo se deu quando a ex-primeira dama afirmou¹⁶⁷, durante evento de lançamento da campanha presidencial de 2022, que Bolsonaro seria um “escolhido de Deus”.

Figura 21 – Traços do discurso populista



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Assim como em outras vertentes retóricas, o discurso populista se funda em valores comuns que representam o que fundamentalmente une os membros de uma sociedade. Entretanto, é no discurso populista que tais valores se ligam de modo intrínseco à história e à tradição daquele país, trazendo à tona o que há de mais autêntico para a reconstrução de uma identidade perdida. É no campo simbólico que o fenômeno ocorre, tirando proveito de características identitárias e culturais próprias de cada localidade. Tais características se assemelham à linguagem totalitária ou fascista, tema da nossa próxima seção.

4.7 Algumas reflexões sobre possíveis relações entre o discurso neoconservador e a linguagem fascista

Piovezani (2020) questiona se seria um exagero tratar como fascista a oratória de Bolsonaro, analisando as características comuns entre ambas as linguagens. Para trazer luz à

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/podereleitoral/michelle-fala-em-tom-religioso-bolsonaro-e-enviado-de-deus/> Acesso em: 2 fev. 2023.

questão, ele apresenta a concepção do historiador Emilio Gentile¹⁶⁸ sobre o fascismo, para quem o movimento foi restrito ao período entre as duas guerras mundiais e conduzido sob a vontade de se expandir imperialmente. Para o especialista italiano, não se deveria aplicar o termo “fascista” para todos os contextos, já que perderíamos novidades relevantes de fenômenos recentes ligados à ascensão de líderes da extrema direita por meio do voto popular. O que observamos atualmente estaria mais próximo, nesse sentido, ao enfrentamento de riscos à democracia¹⁶⁹.

Entretanto, é preciso destacar que o trabalho não tem como objetivo promover reflexões ou apresentar concepções sobre o movimento conhecido como fascismo, apontando se o governo bolsonarista se encaixa nesta ou naquela vertente. O que nos interessa é um mergulho sobre a linguagem neoconservadora brasileira, que pode ter aspectos comuns à linguagem fascista, já que ambas se inscrevem em campos ideológicos à direita.

Retomando Ansart (2019), percebemos que é através das palavras que a ideologia veicula seus dispositivos emocionais. No caso de governos totalitários, independentemente de sua matriz ideológica, o que se observa é uma linguagem desenvolvida através de estruturas simples e agonísticas. Uma luta em que se chocam o bem e o mal deve ser estabelecida, com consequências decisivas para o presente e para o futuro. Nesse contexto, a realidade pode ser apresentada transformada, aumentada ou até deformada. O pesquisador aponta, ainda, para a existência e exaltação do líder como outra dimensão essencial das estruturas totalitárias. Tal figura é considerada a maior defensora dos valores supremos, encarnação das tradições nacionais e principal objeto do amor político.

Parte da população marginalizada se torna mais suscetível a prestar atenção naqueles que falam em seu nome, fórmula pela qual foram produzidas as crenças e o fanatismo ligados a figuras como Hitler e Mussolini. O ministro da Propaganda do Terceiro Reich¹⁷⁰, Joseph Goebbels, já mencionava a necessidade de se utilizar uma linguagem popular, falando-se ao

¹⁶⁸ GENTILI, Emilio. 100 anos do Fascismo. [Entrevista concedida a] Angelo Attanasio. BBC News Brasil, 24 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939> Acesso em: 13 set. 2022.

¹⁶⁹ Eco (2018), em contrapartida, apresenta o “fascismo eterno”, possível de ser observado quando certas características se apresentam e trazem o movimento novamente à tona, ainda que sob vestes mais inocentes.

¹⁷⁰ Momento histórico alemão em que o país foi governado por Adolf Hitler, precursor do movimento nazista, entre os anos de 1933 e 1945.

povo e como o povo é capaz de entender. Com base nos estudos¹⁷¹ do filólogo Victor Klemperer¹⁷², Ansart (2019) explica como a alteração no sentido das palavras foi utilizada pela linguagem fascista¹⁷³ como parte das estratégias de adesão. Nesse sentido, termos como “fanático” ganharam viés positivo, assumindo significados como “entrega apaixonada” e “coragem”.

No caso de Bolsonaro, observamos que, se suas asserções não mudam o sentido das palavras, ampliam exponencialmente imaginários negativos a elas endereçados, como é o caso de termos que designam campos ideológicas à esquerda, tais como “comunista”¹⁷⁴, “petista” ou “esquerdista”. É o caso da publicação abaixo, em que diferentes valores, crenças e imaginários negativos são conferidos à concepção de socialismo.

¹⁷¹ KLEMPERER, Victor. *A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2009.

¹⁷² Filólogo alemão, dedicou-se à exposição dos mecanismos do que chama de LTI, ou Linguagem do Terceiro Reich.

¹⁷³ Adotamos aqui a concepção do historiador Emilio Gentile (2019), para quem o fascismo pode ser descrito como um fenômeno histórico preciso, um movimento de massas que foi organizado militarmente, tomou o poder e transformou o regime parlamentar em um Estado totalitário.

¹⁷⁴ Entretanto, faz-se necessário pontuar que o termo já carregava, no passado, certo viés negativo que faz parte de sua história discursiva.

Figura 22 – Traços da linguagem fascista



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Como explica Klemperer (2009), a linguagem totalitária se embrenha na carne e no sangue do povo por meio da repetição de frases, palavras e expressões que são absorvidas inconsciente e mecanicamente. “É uma linguagem de fé, já que visa o fanatismo” (KLEMPERER, 2009, p. 183). No caso da linguagem fascista, Piovezani (2020) destaca que o termo “judeu” era comumente acompanhado de formas linguísticas, adjetivos e locuções adjetivas depreciativas, tais como o diminutivo “judeuzinho”, que confere a este povo um quadro de inferioridade, e “peste negra”, associando-o à doença que dizimou milhões de pessoas na Europa do século XIV.

O modelo de “grande homem comum” também é adotado na oratória fascista, o que, segundo Piovezani (2020), assemelha-se ao perfil autêntico e autoritário que emergiu na figura de Bolsonaro. Entretanto, o pesquisador pontua certa diferenciação entre o perfil do líder brasileiro e aqueles que emergiram nos regimes totalitários europeus no início do século XX. Figuras como Mussolini e Hitler se apresentavam a partir de um modelo de liderança vertical, numa autoridade fabricada a partir da violência física e simbólica, comportando-se como sujeitos pertencentes à elite. Bolsonaro, em contrapartida, se apresenta de forma horizontal

como um porta-voz mais próximo às classes populares, tendo a “coragem” de dizer “verdades” sem medo de represálias, mesmo que, com isso, fira direitos civis ou lutas sociais¹⁷⁵.

Compreendemos, a partir dos estudos mencionados, que concepções discriminatórias sobre a sociedade e o mundo ganharam visibilidade na figura de políticos como Bolsonaro, que utilizam o espaço público que ocupam para proferir ideias contrárias aos avanços das minorias. Tal comportamento segue o fluxo contrário da linguagem politicamente correta, movimento que emergiu nos últimos anos. Como explica Fiorin (2008), a presença de certas expressões num texto faz com que ele se torne racista, machista etc., o que também pode levar a crer que seu autor é preconceituoso. A linguagem politicamente correta corresponde, nesse contexto, ao aparecimento, na cena pública, de setores da sociedade que seriam marginalizados, discriminados, ridicularizados e excluídos. O objetivo de seu surgimento seria justamente combater o preconceito através da eliminação do vocabulário que associa tais setores a aspectos negativos. Para Fiorin (2008), a ideia é que, a partir de mudanças na linguagem, atitudes discriminatórias também pudessem ser eliminadas. Ainda que um movimento defensor da linguagem politicamente correta tenha ganhado relevância no Brasil dos últimos anos, não podemos dizer que o termo foi cunhado recentemente. Sua presença nos estudos da AD já data de algum tempo, como é o caso de pesquisa desenvolvida por Possenti (1995) em que são abordadas questões como as origens do movimento, seus efeitos e implicações no campo social e das linguagens.

A partir da investigação preliminar do *corpus*, observamos que, especialmente a partir da abertura do processo de *impeachment* da então presidenta DR, Bolsonaro se tornou a voz daqueles que gostariam de dizer o que pensam em público e sem filtros, mas eram inibidos pelos avanços da linguagem politicamente correta. Tal movimento defensor da chamada “liberdade de expressão” caminha lado a lado ao discurso neoconservador brasileiro, tendo figuras como Olavo de Carvalho¹⁷⁶ e o próprio Bolsonaro como mola propulsora. Na publicação abaixo, o ex-presidente evidencia seu posicionamento contrário à chamada “geração politicamente correta”.

¹⁷⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bolsonaro-acumula-frases-preconceituosas-contradiferentes-alvos-relembre.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2023.

¹⁷⁶ Cuja influência no discurso neoconservador veiculado nas redes sociais foi melhor detalhada no capítulo II.

Figura 23 – JB fala sobre a “geração politicamente correta”



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Como explica Piovezani (2020), ao contrário do tom conciliatório e negociador que marca a trajetória discursiva de seu adversário Lula, as falas de Bolsonaro são comumente caracterizadas pelo conflito e pela agressividade. Ele simula falar de modo autêntico, com franqueza e sem rodeios, atacando diretamente seus adversários. Apresenta-se como um sujeito que fala o que pensa sem medo, enfrentando o inimigo sem temer qualquer risco. E é justamente tal agressividade que promoveria a adesão de boa parte do eleitorado, catalisando discursos de ódio.

O escritor e polemista Olavo de Carvalho, por sua vez, ganhou projeção nacional ao ter conteúdos baseados em suas obras divulgados por apoiadores que compartilhavam sua visão de mundo e que se articulavam, especialmente, através das redes sociais. De acordo com Rosa, Rezende e Martins (2020), ao longo do tempo, menções à sua concepção conservadora e, por vezes, irreal da realidade se tornaram recorrentes no meio político, ao ponto de podermos considerar tal figura pública peça importante do discurso neoconservador brasileiro que propomos analisar. A publicação abaixo, realizada no perfil oficial do polemista, também

endereça críticas ao que chama de códigos politicamente corretos e linguagem neutra¹⁷⁷, comumente utilizada como estratégia de inclusão para populações minoritárias, como pessoas não binárias ou intersexo.

Figura 24 – Olavo de Carvalho fala sobre a linguagem neutra



Fonte: Perfil de Olavo de Carvalho no X (Twitter)

Para Turpin (2010), a linguagem totalitária pode ser compreendida como aquela que exclui qualquer outro tipo de pensamento, clamando pela aniquilação de toda alteridade. Ela é oposta, portanto, a movimentos como a linguagem politicamente correta e a linguagem neutra. Retomando as reflexões de Amossy, a autora lembra que a violência¹⁷⁸ pode ser considerada uma das bases de tal linguagem, já que se baseia na coerção e na repressão de todo pensamento alternativo. Contrariamente, em regimes democráticos, criam-se espaços na esfera pública, para a emergência, para a visibilidade, de um tecido de vozes, pontos de vista e, portanto, reivindicações, de diversos grupos sociais tanto conservadores quanto progressistas, marginalizados, oprimidos.

Baseando-se especialmente nos estudos de Klemperer e do linguista Jean Peytard¹⁷⁹, Turpin (2012) propõe reflexões sobre a linguagem totalitária sob a ótica da AD, apontando observações ligadas às estratégias discursivas e processos retóricos envolvidos, às formas linguísticas possíveis de serem catalogadas. A autora também aponta para a necessidade de se levar em consideração os aspectos semióticos da linguagem totalitária, fazendo com que o

¹⁷⁷ Comumente utilizada pela população LGBTQIA+ nas redes sociais, trata-se de uma linguagem não-binária que tem como objetivo promover a inclusão de determinados grupos minoritários.

¹⁷⁸ Trataremos sobre a presença da violência verbal no discurso neoconservador brasileiro no capítulo V desta pesquisa.

¹⁷⁹ Linguista francês que reuniu, em seus estudos, linguística, semiótica e didática.

analista incluía em suas análises uma concepção de interdiscurso que não se limite à linguística. O discurso totalitário deve ser compreendido, nesse sentido, de forma plurissemiótica.

Retomando os estudos de Le Bon¹⁸⁰, a autora destaca alguns fatores que possibilitam a mobilização de uma multidão, entre eles a *afirmação* e a *repetição*, a *simplificação*, a *padronização*, a *imprecisão* e o *apelo aos sentimentos*. Sobre a *afirmação* e a *repetição*, os estudiosos explicam que, a partir de uma afirmação pura e simples, repetida diversas vezes e livre de provas, é possível implantar uma ideia na mente das multidões. A repetição pode, nesse sentido, ser considerada uma estratégia para fazer com que teses sejam aceitas como verdades comprovadas.

De modo semelhante agem a *simplificação*¹⁸¹ e a *padronização*, já que quanto mais concisa for a informação, mais autoridade ela terá. Nesse sentido, desqualificar o adversário repetidamente acusando-o de corrupto pode fazer com que a ideia seja fixada na memória do eleitorado, estratégia semelhante à adotada pelo discurso neoconservador brasileiro nos últimos anos, que relacionava o PT e suas figuras políticas ao mal da corrupção que assolava o Brasil. Por fim, em relação à *imprecisão* e ao *apelo aos sentimentos*, os teóricos destacam que, ao contrário de uma retórica baseada no raciocínio lógico, tais fatores podem contribuir para mobilizar o público a partir da sensibilidade e da imaginação.

Passaremos, agora, para o estudo sobre a polêmica e a violência verbal presentes no discurso neoconservador brasileiro, que, como vimos, costuma utilizar como estratégia argumentativa elementos patêmicos geralmente ligados à desqualificação do adversário.

¹⁸⁰ LE BON, Gustave, 1841-1931. *Psicologia das Multidões*. Tradução Mariana Sérvulo da Cunha; posfácio Marcia Cristina Consolim. -2ª edição- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

¹⁸¹ Estratégia semelhante à retórica populista descrita por Charaudeau (2020) e tratada na seção 4.6 do capítulo.

5. ÍNDICES DA POLÊMICA E DA VIOLÊNCIA SUBJACENTES AO DISCURSO DE JB

Neste capítulo, abordaremos a polêmica discursiva utilizada como estratégia argumentativa nas redes sociais. Para tal, serão visitados os estudos de Maingueneau (1984, 2005), Amossy (2017), Arruda (2020) e Mazzola (2021). A violência verbal como atributo da polêmica também será abordada com base em Amossy (2017), além de estudos de Plantin (2008), Fiorin (2015) e Emediato (2016) sobre a desqualificação do adversário como atividade argumentativa. Apresentaremos, ainda, o entendimento de Emediato (2023) sobre a polêmica pública em torno de temas sociais sensíveis. A formação dos insultos será abordada com base, especialmente, em Charaudeau (2019), Seara (2020) e Butler (2021). Por fim, traremos reflexões sobre a formação dos discursos de ódio, com base em Elias (2017), Venturini e Scherer (2017), Lorenzi-Bailly e Guellouz (2019), Galinari (2020), Sadoun-Kerber (2021), Sini (2023), Turpin (2023) e Fracchiolla (2023).

5.1 A polêmica como estratégia argumentativa nas redes sociais

Como sabemos, a AD, ao longo do tempo, tem se debruçado sobre uma série de questões que permeiam a produção do discurso político. Entre elas está a polêmica que constitui as trocas verbais na esfera social, permeadas por polarizações e desacordos que se expressam no campo verbal e também na dimensão não-verbal, pelos recursos disponibilizados pelo tecnodiscurso. Com o intuito de compreender de que modo são despertadas as paixões na esfera pública e em que medida elementos patêmicos são capazes de contribuir para o processo de persuasão no discurso político, consideramos pertinente a apresentação de algumas reflexões sobre a polêmica, a violência verbal e os chamados discursos de ódio.

Podemos considerar a polêmica como parte constituinte da estratégia argumentativa no campo político; ela constitui uma modalidade argumentativa¹⁸² e não um mero discurso

¹⁸² Em seus estudos, Amossy (2008b) propõe algumas modalidades argumentativas: *demonstrativa*, *patética*, *pedagógica*, de *co-construção* e *negociada* (além da *polêmica*). Na demonstrativa, o orador tem como objetivo convencer por meio de uma demonstração racional; na patética, os efeitos passionais estarão em voga; na pedagógica, o orador ocupa um papel semelhante ao de professor; na de *co-construção*, repostas à questão central são co-construídas numa parceria entre orador e auditório; na *negociada*, ainda que exista conflito, há um esforço para que se chegue ao consenso. Tais modalidades constituem tipos de troca argumentativa que perpassam os gêneros textuais e se concretizam em um determinado registro discursivo, apresentando um tipo de tom, um estilo. Assim sendo, uma modalidade argumentativa pode mesclar diferentes registros: o patético, o humorístico, a violência verbal, entre outros.

agressivo, segundo Amossy (2017). Nesse sentido, faz-se necessária uma análise detalhada sobre o papel que a polêmica desempenha nas trocas verbais realizadas por atores políticos, desvendando de que maneiras elementos patêmicos contribuem para o processo de persuasão e consequente despertar de “paixões” na esfera política. A autora salienta que a violência verbal e o *pathos* não devem ser considerados traços principais da polêmica; contudo, quando os atores políticos têm dificuldades de obedecer, minimamente, às regras do debate racional, tendem a exacerbar o uso de violência verbal e das estratégias que visam despertar as emoções.

Para a estudiosa, a presença da polêmica na fala pública pode ser explicada tanto pela dificuldade dos atores políticos e dos cidadãos em obedecer às regras de um debate minimamente racional, quanto pela curiosidade do público em visualizar o espetáculo da violência. Haveria, portanto, certa curiosidade do público em acompanhar a violência verbal por meio do embate de opiniões contrárias, não permitindo que se chegue a um consenso. Não podemos deixar de mencionar, contudo, o papel das mídias na espetacularização dos embates nos quais sobressaem a violência e a agressividade.

No contexto brasileiro, percebemos uma tendência à espetacularização¹⁸³ da violência verbal, especialmente nos últimos anos, o que vai ao encontro da noção de “espetáculo político” proposta por Courtine (2003), que envolve tanto os atores políticos ávidos por se fazerem ver e ouvir, quanto os meios de comunicação e suas transformações tecnológicas. Para o autor, umas das consequências mais marcantes do surgimento de uma tecnologia da comunicação política foi sua capacidade de modificar a relação entre a enunciação do discurso e o espetáculo do corpo falante. É como se, depois de muito tempo mudo, o corpo do político passasse, de repente, a falar, num cenário em que técnicas audiovisuais de comunicação política promoviam uma pedagogia do gesto, do rosto e da voz. O corpo se tornou, assim, um recurso da representação política, um objeto-farol, passando-se de uma política que se centra mais no texto verbal para uma política que valoriza a aparência, geradora de emoções. O discurso político passa, então, a levar em conta outras exigências, que vão além do “falar verdadeiro”: é preciso integrar o

¹⁸³ Em seus estudos, Debord ([1967]/1997) aponta como a necessidade da produção de imagens está relacionada ao processo de acumulação de espetáculos.

“imperativo da simplicidade”, o “falar-francamente”, a língua ordinária, a banalização cotidiana das ideias políticas.

Segundo Amossy (2017), a polêmica pode ser considerada uma modalidade argumentativa baseada na *polarização*, na *dicotomização* e na *desqualificação* do outro. Brandão (1994), por sua vez, lembra-nos que a palavra grega *polemos* tem significado ligado à guerra, ao combate e à batalha, e que polemizar significa desqualificar o adversário num contexto em que duas posições antagônicas estão em confronto. Nesse sentido, a polêmica é, por sua própria natureza, algo que se oferece como espetáculo numa batalha em que a arma decisiva é a palavra, podendo manifestar-se através de marcas específicas, características da refutação, da ironia e da agressão. Empregada em discursos que fomentam a paixão, a polêmica pode implicar afrontamentos pessoais em que se coloca em jogo a própria figura do adversário por meio do emprego de qualificações axiológicas negativas. Ainda assim, ela deve ser considerada uma modalidade argumentativa:

Se aceitamos considerar a argumentação um contínuo no qual o grau de confrontação explicita respostas divergentes, relativas a uma mesma questão que varia em intensidade, a polêmica se situa, manifestamente, numa de suas extremidades. No centro, encontra-se a argumentação como troca regrada de teses antagônicas; em um dos polos, o discurso visando à persuasão que não ataca diretamente a posição contrária, e até que nem apresenta a posição do outro e finge não ter nenhuma visada de influência; e, no outro polo, o choque de teses antagônicas que dizem respeito à polêmica. Nesse sentido, a polêmica não é um gênero do discurso (ela atravessa os tipos e os gêneros de discurso), mas uma modalidade argumentativa, entre outras (AMOSSY, 2017, p. 67).

Sabemos que a polêmica, em geral, se constitui como contradiscurso focado na refutação, em que o outro aparece para ser desacreditado ou contrariado. Ela comporta diferentes traços do discurso reportado, apresentando-o sob a forma de citação, de paráfrase, de discurso indireto, de antífrase irônica, de negação, etc. Como explica Amossy (2017), a troca polêmica toma como base alguns traços marcantes, entre eles a *dicotomização*, expressa por intensa oposição de ideias e radicalização que pode levar a posições excludentes, dificultando o debate ou tornando-o impossível de ser realizado. De forma semelhante, a *polarização* provoca argumentações em campos sociais opostos, manifestando-se a partir da separação entre um “nós” e um “eles”. É aí que entra a arte da refutação, que pode chegar a combater teses adversárias de forma radical e até sem compromisso.

É preciso considerar, contudo, certas diferenças entre os fenômenos da *dicotomização* e da *polarização*. Para Amossy (2017), o primeiro exalta as discordâncias até que se chegue ao inconciliável, enquanto o segundo reagrupa posições em campos adversos num movimento

mais social do que puramente abstrato. É através da polarização que surge um “nós” diante de um “eles”, numa retórica capaz de estabelecer campos inimigos e que se aproxima de um fenômeno social, indo além de uma divisão abstrata entre teses antagônicas e inconciliáveis. Na polarização, o sujeito adere a um grupo constitutivo de uma identidade ou, ainda, apresenta as coisas de modo que outros indivíduos se mobilizem em favor da tese que reforça um dado grupo. Ela é difícil de ser solucionada, uma vez que se funda numa estrutura actancial na qual indivíduos se unem em dois grupos antagônicos.

Como modalidade argumentativa, o discurso polêmico retoma, reformula e até deforma alegações adversas, estabelecendo-se sobre operações linguageiras capazes de mobilizar um leque de procedimentos retóricos. Para alcançar a refutação, são utilizados contra-argumentos e também modos de escárnio, como a ironia e a demonstração pelo absurdo¹⁸⁴, além de estratégias que se apoiam no bom senso, demonstrando, a partir de elementos da *doxa*, como o opositor possui características irracionais. Ataques *ad hominem* e *ad personam* também são explorados, como veremos mais a frente, mas não somente isso. Há um extenso leque de possibilidades quando o objetivo é lançar o descrédito sobre o outro, como mostra Amossy (2017):

Pela refutação, a polêmica desempenha também a confrontação para destacar duas opções contraditórias, em que uma é fortemente desvalorizada em benefício da outra. Por isso, retoricamente, ela aparece como uma arte da antítese e da hipérbole. Ela manipula as oposições, exacerba-as, apresenta-as de maneira aumentada, deleitando-se no exagero. Discursivamente, podemos observar, nesse enquadre contextual, traços recorrentes: uma inscrição marcada de subjetividade na linguagem, um vocabulário fortemente axiológico, uma seleção estratégica de termos de denominação, o emprego de vocábulos depreciativos, uma manipulação tendenciosa do discurso relatado, afirmações enfáticas... (2017, p. 98-99).

Percebemos, portanto, que as oposições construídas como dicotomias tornam praticamente nulas as chances de solução e de conciliação entre as partes. Maingueneau (1983), em seus primeiros trabalhos sobre a polêmica¹⁸⁵, apresentou ponto de vista similar, afinal, segundo o estudioso, para que o fenômeno se estabeleça, é necessário um espaço discursivo constituído por dois polos em constante confronto. Um existirá em função do outro, se

¹⁸⁴ Como explica Fiorin (2015), *reductio ad absurdum* (redução ao absurdo) ou *reductio ad impossibilem* (redução ao impossível) consiste no raciocínio em que se deriva uma contradição de uma premissa, com o objetivo de mostrar que ela é falsa, tomando-se uma proposição como verdade para extrair dela conclusões absurdas. Exemplo: “Fumar não pode ser um mal, Hitler não fumava”.

¹⁸⁵ Maingueneau, Dominique. *Sémantique de la polemique*. Lausanne: L’Âge d’Homme, 1983.

delimitando mutuamente, sendo justamente por isso que, numa discussão, cada uma das partes se reapropria do discurso alheio, integrando-o, por inversão, ao seu sistema próprio. Isso significa que, ao citar o discurso do inimigo, o polemista age para fazer dele a negação de seu próprio discurso, fazendo com que a incompreensão seja condição da polêmica. Quando o espaço discursivo é encarado como uma rede de interação semântica, observamos a formação de um processo de interincompreensão. Nesse modelo, o discurso é delimitado por uma grade semântica responsável por fundar o desentendimento recíproco:

Cada discurso baseia-se, de fato, num conjunto de semas distribuídos em dois registros, de um lado, os semas “positivos”, reivindicados, de outro os semas “negativos”, rejeitados. A posição discursiva está associada a um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” dentro do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode lidar com o Outro enquanto tal, mas apenas com o simulacro que constrói (MAINGUENEAU, 1984, p. 109-110, tradução nossa¹⁸⁶).

Maingueneau (2005) chama de *discurso-agente* aquele que observamos na posição de *tradutor* e, de *discurso-paciente*, aquele que é *traduzido*. O termo “tradução”, nesse caso, se aproxima a zonas de interincompreensão recíproca existentes mesmo no interior do mesmo idioma. Nesse caso, pode-se afirmar que cada adversário entende os enunciados do outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma. Levando em consideração os estudos do linguista, Amossy (2017) mostra como a dicotomização está inscrita no modo polêmico, afinal, dois polos antagônicos se constroem através da oposição e não podem, por definição, chegar a um consenso. Nesse sistema, os interlocutores estão congelados em posições simétricas, antagônicas e insuperáveis. “Em resumo: a polêmica que trata de questões de interesse público é uma gestão verbal do conflitual, caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca por um acordo” (AMOSSY, 2017, p. 55).

Para Arruda (2020), é preciso lembrar que as inovações tecnológicas têm trazido novas roupagens aos textos no espaço *on-line*, com interações que acontecem por meios escritos, imagéticos e também sonoros, caracterizando o que os estudos da Linguística Textual chamam de hipertexto. O X (*Twitter*) se tornou palco, nos últimos anos, para figuras políticas

¹⁸⁶ Texto original: “Chaque discours repose en effet sur un ensemble de sèmes répartis sur deux registres, d'une part les sèmes «positifs», revendiqués, d'autre part les sèmes «négatifs», rejetés. A la position discursive est associée un dispositif qui la fait interpréter les énoncés de son Autre en les traduisant dans les catégories du registre négatif de son propre système. Autrement dit, ces énoncés de l'Autre ne sont «compris» qu'à l'intérieur de la clôture sémantique de l'interprète; pour constituer et préserver son identité dans l'espace discursif le discours ne peut avoir affaire à l'Autre en tant que tel, mais seulement au simulacre qu'il en construit”.

expressarem seus pontos de vista, além de formar um espaço virtual aberto para debates sociais em que diferentes sujeitos são livres para a interação, utilizando estratégias linguístico-discursivas para argumentar. Através das práticas sociocomunicativas que ali acontecem, surge a necessidade de observar o modo como os objetos de discurso são construídos pelos sujeitos nas conversações digitais.

Nesse cenário, é preciso levar em conta a natureza dialógica do discurso e suas implicações nas redes. O discurso argumentativo sempre será *dialógico*¹⁸⁷, ou seja, endereçado a outro e levando em conta sua fala, ainda que possa não ocorrer um diálogo direto¹⁸⁸. Nas redes sociais, é comum que atores políticos retomem a fala do adversário com o objetivo de desqualificá-la, ainda que não se enderecem, propriamente, ao seu autor¹⁸⁹. Nesses casos, compreendemos que a troca ocorre num nível intradiscursivo, retomando o discurso anterior com o objetivo de desqualificá-lo. E é no X (*Twitter*)¹⁹⁰ que tal modelo de entrecruzamento de discursos encontra amplo espaço de difusão, afinal, a natureza da rede permite que usuários retomem falas anteriores se dirigindo a um terceiro sujeito, representado pelos seguidores presentes na rede.

É preciso salientar, portanto, que, nem sempre, o polemista visará ao adversário; mas, sim, a um terceiro sujeito que deve ser convencido da argumentação ali defendida. Por isso, não é incomum que ela ocorra no nível interdiscursivo. Especialmente nas redes sociais, o sujeito pode proferir sua tese instaurando a polarização sem, necessariamente, citar o adversário de forma direta, fazendo com que discursos controversos se entrecruzem, formando um conjunto de confrontos verbais¹⁹¹ ou fluxo de enunciados que se atravessam ao lidar com a questão. Se as interações podem ocorrer de modo assimétrico, os enunciados não precisam,

¹⁸⁷ Na interação *dialogal*, por sua vez, ocorre a troca verbal efetiva entre dois parceiros (AMOSSY, 2017).

¹⁸⁸ Em seus estudos sobre a polêmica presente em fóruns de discussão *on-line*, Amossy (2017) destaca a existência do chamado *polylogue*, diálogos em que estão envolvidos vários locutores reais ou virtuais.

¹⁸⁹ O que pode ser feito, no X (*Twitter*), através das *menções*, por exemplo. Como explicado no primeiro capítulo, através da ferramenta *menção* o usuário pode direcionar sua mensagem a um perfil específico da rede.

¹⁹⁰ Como mencionamos no primeiro capítulo, para o ator político, a interação, nas redes sociais, permite o acesso direto aos cidadãos sem a necessidade de figuras mediadoras, formando-se um espaço propício para fins de persuasão e discussão de temas de interesse público.

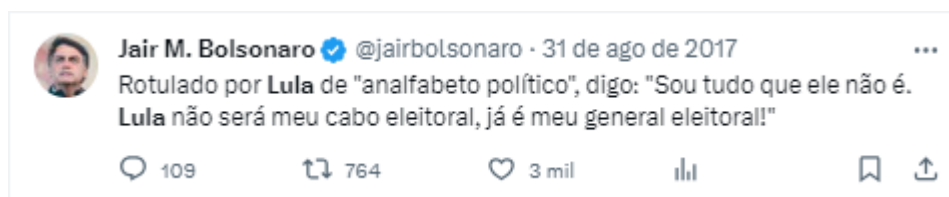
¹⁹¹ Algo semelhante ao que Fiorin (2015) chama de “antifonia”, fenômeno em que dois discursos opostos são produzidos, cada um por um ponto de vista distinto, projetando uma dada realidade.

necessariamente, reagir às intervenções anteriores, o que nos faz levar em consideração a existência de um fenômeno polifônico ou multiplicidade de vozes que se entrelaçam.

Nesse caso, discursos proferidos em diferentes ocasiões e períodos distintos podem se confrontar indiretamente, cruzando-se apenas de modo ocasional. Também por isso, para se analisar uma dada polêmica que surge na esfera pública, é preciso levar em consideração o interdiscurso: os enunciadores e seus enunciados manifestam posicionamentos político-ideológicos respondendo uns aos outros, ora concordando, ora discordando de certo ponto de vista. Por isso, como mostra Amossy (2017), todo aquele que se engaja em uma polêmica insere-se em uma rede interdiscursiva composta por um estoque de argumentos, de posicionamentos, de crenças e de avaliações relacionadas à questão em disputa, utilizando a polêmica como estratégia argumentativa em nível intradiscursivo.

Nesse sentido temos, de um lado, uma figura discursiva chamada *proponente*, compreendida como aquele que critica a exposição realizada e, de outro, um *oponente*, ou aquele que defende a exposição. A presença de um *terceiro elemento* é representada por aquele que deverá ser persuadido, incluindo a própria opinião pública. Como explica Mazzola (2021), na argumentação polêmica, devemos nos ater à presença da figura que será influenciada no jogo de discursos e contra-discursos. Nessa posição, podemos encontrar o auditório, o público, os eleitores, os espectadores, os jornalistas, ou qualquer outro conjunto de sujeitos visados pelo polemista em suas tentativas de argumentação. No caso do perfil de JB no X (*Twitter*), o que observamos é uma série de publicações em que falas conferidas aos adversários são resgatadas para serem desqualificadas, formando-se um contradiscurso que pode ser constituído numa estrutura dialógica, porém, não dialogal. No exemplo a seguir, ainda que o nome do adversário político seja citado, fica evidente que o discurso é não endereçado a Lula, mas, sim, à *instância cidadã*, ou àqueles que seguem JB na rede social.

Figura 25 – JB fala sobre Lula em seu perfil oficial no X (*Twitter*)



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Sobre as trocas realizadas no ambiente *on-line*, Emediato e Damasceno-Moraes (2019) apontam que certos fenômenos¹⁹² característicos das interações verbais face a face são difíceis de serem encontrados em situações de comunicação digital, afinal, a maior parte das interações, nesse cenário, é realizada por meio da escrita. Tais interações também não poderiam ser consideradas um “diálogo” no sentido de uma interlocução entre dois indivíduos, mas, sim, “interações em rede” que dificilmente poderiam se estabelecer como um diálogo regular fora do ambiente digital. Nesse sentido, o grau de polêmica e de violência verbal parece se agravar em cenários de interação digital, uma vez que os interlocutores não estão presentes no mesmo espaço físico e compartilham apenas o interesse de se comunicarem um com o outro, mesmo sabendo que nunca chegarão a um consenso¹⁹³.

5.2 A desqualificação do adversário: mero discurso agressivo ou estratégia retórica?

Retomando os estudos de Orkibi¹⁹⁴, Amossy (2017) aponta como a retórica da identificação atua no processo de construção da identidade de um grupo, que também pode utilizar como estratégia argumentativa a apresentação pejorativa de outros. De fato, Orkibi (2008) nos mostra que a seleção criteriosa de imagens que poderão minar o *ethos* do grupo adversário pode fazer parte da retórica da polarização. Nesse caso, manobras de difamação são utilizadas para desacreditar o adversário, geralmente ligado a atos de má-fé e a más intenções. A divisão em grupos antagônicos que fazem um do outro o símbolo do mal, são, portanto, traço definatório da polêmica verbal. É preciso levar em conta, nesse contexto, a relevância do fenômeno identitário, afinal, uma tese defendida na controvérsia está tão intrinsecamente conectada à visão de mundo, à noção de pertencimento e ao sistema de valores do sujeito, que seu afastamento dela pode significar perda de identidade.

Segundo Amossy (2017), a forma mais atenuada de dicotomização compreende o ataque à palavra do adversário e suas razões, enfraquecendo seus argumentos e apresentando-os como indignos de confiança, seja por meio da negação, da ironia, da reformulação orientada ou outro

¹⁹² As sobreposições, a organização dos turnos de fala, as intrusões e os sinais de escuta são alguns exemplos de fenômenos mencionados pelos autores.

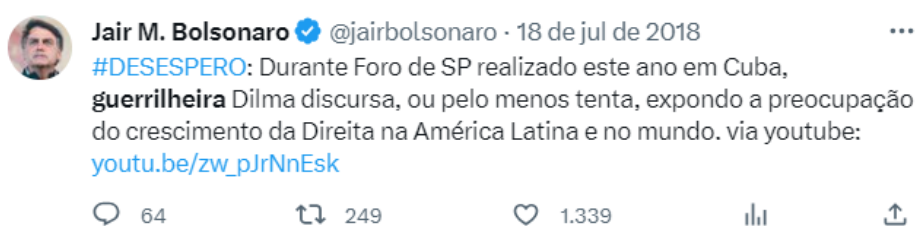
¹⁹³ Ainda segundo Emediato e Damasceno-Moraes (2019), mesmo diálogos que se estabelecem entre dois participantes costumam se destinar, nesse espaço, a um terceiro sujeito com quem também se quer falar.

¹⁹⁴ ORKIBI, Eithan. *Ethos collectif et Rhétorique de polarisation: le discours des étudiants en France pendant la guerre d'Algérie. Argumentation et analyse du discours*. 1, 2008.

método. Importante lembrar que o auditório precisa perceber o ato de retomada discriminadora do discurso adversário, ou seja, traços do dialogismo conflituoso devem ser detectados para que o fenômeno faça sentido. Isso pode ocorrer por marcas que salientam o dialogismo conflituoso no seio do contradiscurso, ou, ainda, pelo dialogismo antagônico estar presente nas lacunas das alusões. “A polêmica não pode ser percebida como tal sem que seja recuperado e reconhecido o discurso atacado no texto do atacante” (AMOSSY, 2017, 59).

É perceptível, entretanto, que a desqualificação do discurso alheio é, em geral, acompanhada pela desqualificação da pessoa do adversário ou do grupo¹⁹⁵ que ele representa e/ou do ponto de vista defendido. É comum que o polemista se atente à pessoa em detrimento do tema em questão, afinal, o descrédito lançado sobre o adversário enfraquece os argumentos que ele utiliza na disputa. Nesse contexto, o oponente pode ser atacado naquilo que é constitutivo de sua identidade social, como no caso a seguir, em que um fato marcante da história discursiva da ex-presidenta DR, que atuou como militante no período da ditadura, é utilizado como marcador axiológico negativo, o que confere a ela um *ethos* negativo. O termo “guerrilheira” assume conotação pejorativa, ligando-se a “atos terroristas” (luta armada) realizados pela esquerda na ditadura. Como vimos anteriormente, ao longo do tempo, diferentes crenças e valores negativos são associados ao imaginário da esquerda e de seus representantes. No caso abaixo, Rousseff é ligada à Cuba, país apontado pela extrema direita como um dos principais expoentes do “mal comunista” que precisa ser combatido.

Figura 26 - JB nomeia DR como “guerrilheira”



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Se, por um lado, a história biográfica da ex mandatária foi utilizada de forma positiva em campanhas eleitorais e durante o embate ao processo de *impeachment*, integrando imagens

¹⁹⁵ A desqualificação do sujeito em detrimento de seu grupo identitário pode se caracterizar como discurso de ódio, como veremos na seção 5.5.

de mulher forte e guerreira que lutou contra o regime ditatorial brasileiro¹⁹⁶, por outro, Rousseff é associada pela extrema direita e por parte da imprensa tradicional ao comunismo impositivo e demonizado, algo que faria de tudo para esconder. Retomando a publicação de JB, percebemos que a figura da adversária também é associada à falta de capacidade oratória: “Dilma discursa, ou pelo menos tenta”. Sabemos que, durante sua gestão, a ex-presidenta também foi associada, tanto pela extrema direita quanto pela mídia tradicional, à incapacidade de se articular adequadamente¹⁹⁷, num exemplo de machismo e de misoginia.

Figura 27 – Representações de DR na imprensa



Fonte: Adaptado a partir de imagens da internet

Legendas: a) Revista *Época* (ago. 2010) associa a imagem de Rousseff ao *ethos* negativo de guerrilheira, utilizando foto tirada pelo Dops.

b) Revista *IstoÉ* (abril de 2016) aponta suposta perda de controle emocional de Rousseff, repetindo o imaginário machista que liga as mulheres à histeria.

¹⁹⁶ Como mostrado em pesquisas anteriores: OLIVEIRA, J. G. O *ethos* no cenário político: uma análise do pronunciamento de defesa de DR durante o processo de *impeachment*. *RE-UNIR* - Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia. v. 9 n. 2 (2022): Dossiê “Ethos discursivo, cenas de enunciação e argumentação”. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/6973> Acesso em: 23 nov. 2023.

¹⁹⁷ O que podemos observar nas publicações da imprensa: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2017/01/31/oratoria-nao-e-mesmo-a-praia-de-dilma-rousseff.htm> e <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/editorial-do-estadao-endossa-a-constatacao-feita-pela-coluna-ha-5-anos-os-discursos-de-improviso-de-dilma-rousseff-sao-um-desfile-de-frases-inacabadas-paragrafos-incompreensivos-e-ideias-sem-sentido>

Seguindo o curso da pesquisa, observamos que o ataque ao adversário pode ocorrer por meio das falácias *ad hominem*, que, como esclarece Emediato (2016), costumam envolver acusações relacionadas à reputação do sujeito, em que a estratégia é atacar o indivíduo ao invés de suas propostas, negativando sua imagem de forma direta, agredindo-a verbalmente. O debate de ideias é deixado de lado e, em seu lugar, são feitas acusações diversas sobre a imagem do oponente, o que pode incluir certa carga de violência verbal à argumentação. É preciso levar em conta, ainda, que o ato de macular a imagem do adversário é prática comum na história do discurso político; e, nas redes sociais, não poderia ser diferente. Por outro lado, não podemos esquecer o movimento de auto exibição do “eu”, presente no desejo de atrair a atenção para os pontos fortes do sujeito que narra a própria vida, fenômeno que Seara (2021) chama de extimização de si¹⁹⁸.

Fiorin (2015)¹⁹⁹ propõe três variações dos argumentos considerados *ad hominem*: o ataque pessoal direto, o ataque pessoal indireto e o apontamento de contradições apresentadas pelo oponente. Na primeira variação, temos o clássico ataque à pessoa do adversário, atingindo seu caráter, índole e competência, além de mostrar que seus argumentos não merecem atenção ou não são dignos de crédito. Na segunda variação, por sua vez, o foco é apresentar uma característica corriqueira do adversário, como sua filiação partidária ou relações que mantém com outros atores e, a partir disso, negativar sua imagem. É o caso do oponente que tem sua imagem relacionada à corrupção devido a alianças políticas feitas anteriormente. Por fim, por meio da última variação, pode-se expor contradições entre a atual posição do oponente e ações que tenha cometido no passado. Comum no debate político, o apontamento de contradições pode gerar desconfiança quanto às verdadeiras intenções do adversário.

É comum que as estratégias argumentativas apresentadas acima sejam utilizadas para replicar outro *argumentum ad hominem* mencionado pelo adversário. Nesse caso, observa-se uma estratégia de discussão que livra o locutor de rebater os argumentos, algo comum quando se está acuado num debate e não se vê saída para responder ao oponente. Ainda de acordo com Fiorin (2015), a dialética considera o *argumentum ad hominem* uma falácia, uma vez que os

¹⁹⁸ Segundo Seara (2021), a noção de *extimité* foi proposta, inicialmente, nos estudos psicanalíticos, especialmente a partir das contribuições de Serge Tisseron, indicando a exposição da intimidade. Mesmo não sendo um fenômeno exclusivo das redes sociais, é lá que a extimização do eu se mostra de forma mais desinibida.

¹⁹⁹ O autor explica a existência dos chamados argumentos de coexistência, que relacionam um atributo com a essência ou de um ato com a pessoa, possibilitando que se explique fatos considerados sua manifestação. Além do *argumentum ad hominem*, são argumentos de coexistência: o *argumentum tu quoque*, o argumento de autoridade ou o *argumentum ad verecundiam*, o *argumentum ad ignorantiam* e os argumentos *a fortiori*.

atributos do argumentador não tornam suas proposições falsas. Apesar disso, a estratégia pode ser eficaz quando não há provas suficientes para sustentar um argumento, sendo ideal para situações em que são feitas perguntas incômodas, permitindo ao locutor questionar a pergunta ao invés de respondê-la.

Sabemos que a estratégia foi comumente utilizada por Bolsonaro, especialmente durante seu mandato presidencial, quando a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)²⁰⁰ relatou 801 ataques à imprensa realizados pelo político, seus filhos e rede de apoiadores, somente no X (Twitter). É o caso do vídeo abaixo, republicado pelo perfil oficial de Bolsonaro, em que a correspondente da *Folha de S. Paulo*, em Washington, é interrompida depois de questionar sobre o contingenciamento de verbas na educação.

Figura 28 - Vídeo publicado no perfil oficial de JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

No vídeo²⁰¹, segue o seguinte diálogo:

²⁰⁰ Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-monitoramento-de-ataques-a-jornalistas-no-brasil> Acesso em: 11 out. 2023.

²⁰¹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1129077683856527362?lang=pt> Acesso em: 11 out. 2023.

Jornalista: Presidente, o sr. falou que não tem nenhuma universidade brasileira entre as 250 melhores do mundo. É cortando verba da educação que alguma universidade brasileira vai chegar...

Bolsonaro: O corte de verbas, você tem que entender que não é maldade de ninguém, não tem dinheiro, então o contingenciamento, que é a palavra certa...

Jornalista: Contingenciamento é corte, presidente...

Bolsonaro: Aqui o especialista em orçamento, fala aí por favor (aponta para pessoa próxima).

Bolsonaro: Você é da Folha? Tá vendo? Aprendeu, a Folha de S. Paulo? Primeiro, você, da Folha de S. Paulo, tem que entrar de novo numa faculdade que presta e fazer um bom jornalismo. É isso que a Folha tem que fazer e não contratar qualquer uma ou qualquer um pra ser jornalista, pra ficar semeando a discórdia e perguntando besteira por aí e publicando coisas nojentas. É isso que vocês da Folha têm que fazer... Continua. Continua. Quer debater orçamento comigo?

O então presidente não se atém à pergunta, direcionando sua resposta à diferença entre “corte” e “contingenciamento”, expressões que, para ele, não deveriam ser usadas como sinônimo. O recurso a um ato de linguagem que expressa um tom de agressividade se dá sob a forma de refutação à jornalista, na medida em que efeitos de sentido depreciativos são a ela endereçados, tais como “tem que entrar de novo numa faculdade que presta”, “não contratar qualquer uma ou qualquer um pra ser jornalista”. Mais uma vez, a argumentação não se atém à pergunta, mas sim, à figura que questiona. A desqualificação do outro se estrutura em torno de sentidos que remetem à suposta falta de informação da jornalista, que estaria dizendo “bobagens” ao invés de fazer perguntas relevantes e inteligentes. A interação polêmica se dá, ainda, com traços de violência verbal²⁰², registrados através das interrupções da fala e do tom de ameaça contido nas expressões “Continua. Continua” e “Quer debater orçamento comigo?”, numa estratégia para fazer com que o interlocutor recue diante da figura política e desista de obter respostas para suas perguntas. Há, portanto, demonstração de força através da sobreposição de vozes e das afirmações peremptórias que impedem a jornalista de avançar na argumentação.

Como lembra Plantin (2008), a atividade argumentativa é desencadeada quando um ponto de vista é colocado em xeque com uma suspensão do assentimento e não identificação do locutor com o interlocutor. Nesse sentido, o ato de duvidar ocorre quando um interlocutor se recusa a ratificar um turno de fala, num ato reativo, obrigando o outro participante a argumentar e desenvolver um discurso de justificativa. Num modelo dialogal, a argumentação típica concentra-se no confronto entre pontos de vista, como é o caso do vídeo citado acima.

²⁰² Questão discutida na seção 5.4 do capítulo.

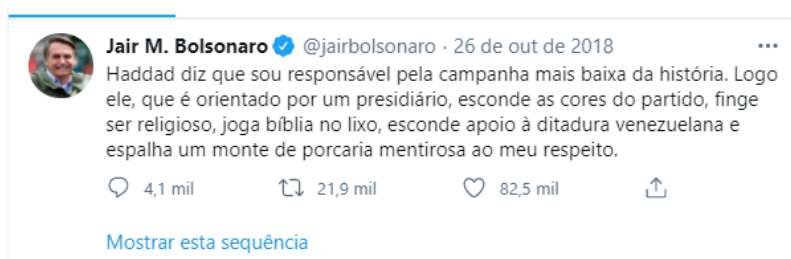
Nessa situação, todos os elementos semióticos articulados em torno da pergunta terão valor argumentativo, o que pode ser uma atividade custosa. Afinal, como explica o supracitado teórico, só adentramos a argumentação em situações em que o outro resiste à opinião que estamos expondo, tornando o processo custoso do ponto de vista cognitivo e também interpessoal.

Retomando os estudos de Fiorin (2015)²⁰³ sobre a refutação ao adversário durante o processo de argumentação, percebemos certa distinção entre o *argumentum ad hominem* e o chamado *argumentum ad personam*. O segundo caso pode ser identificado quando não se discute o argumento propriamente dito, mas torna visíveis as incoerências do inimigo em relação ao que disse. Nesse modelo, o debate de ideias é mais uma vez posto de lado em detrimento do ataque direto à pessoa do adversário, de forma grosseira e pejorativa, o que nem sempre ocorre no ataque *ad hominem*.

Seria um exemplo de *argumentum ad hominem* perguntar a alguém que defende o suicídio por que ele não se suicida ou dizer a um estrangeiro que afirma que o Brasil é um país muito desorganizado por que ele não vai embora do país. Um *argumentum ad personam* seria dizer a alguém que ele está falando do que não conhece (FIORIN, 2015, p. 173).

No *tweet* abaixo, feito por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, podemos observar, à luz da teoria apresentada acima, um exemplo de *argumentum ad personam* direcionado à Fernando Haddad, adversário político e representante do PT na corrida presidencial.

Figura 29 – Exemplo de *argumentum ad personam*



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

²⁰³ O estudioso faz suas considerações a partir dos estudos de Schopenhauer: SCHOPENHAUER, Arthur. A arte de Ter Razão, organização e ensaio de Franco Volpi e tradução de Alexandre Krug (alemão) e Eduardo Brandão (italiano). 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

No caso em tela, Bolsonaro retoma fala anterior conferida à Haddad “diz que sou responsável pela campanha mais baixa da história”, com o intuito de trazer descrédito ao argumento e lançar dúvida à tese adversária. Contudo, ao invés de apresentar fatos que desqualifiquem a afirmação, ele opta por evidenciar o quanto Haddad seria incongruente no que diz, num exemplo de *argumentum ad personam*. A interação polêmica se dá pelo recurso à veemência na reação direta, na forma de refutação, ao ponto de vista do adversário político. Além disso, Fernando Haddad não é mencionado de forma direta através de mecanismos disponíveis na rede social²⁰⁴, o que evidencia a intenção do locutor de se dirigir a um terceiro sujeito, composto pelos eleitores usuários do X (*Twitter*). A retomada do enunciado atribuído ao adversário coloca a polêmica num nível intradiscursivo, com a apresentação de um contradiscurso focada na refutação em que o outro só aparece para ser descreditado, estratégia comum nas redes, como vimos anteriormente.

Como lembram Emediato e Damasceno-Morais (2019), Bolsonaro cruza a linha sob a qual um político deveria permanecer, indo muito além de observações razoáveis sobre o mundo. Nas redes sociais, seus interagentes reagem de diferentes maneiras, havendo aqueles que endossam seus pontos de vista, retratando-o como “mito”, e outros que se alinham numa posição contrária e concorrente no interdiscurso. Nesse cenário, diferentes juízos de valor são emitidos para justificar os pontos de vista apresentados, fazendo com que sejam discutidos os significados de palavras como “ditadura”, “autoritarismo” e “democracia”. Na intenção de ressignificar certos termos, ocorre um processo de coconstrução de crenças que atesta a dimensão social do diálogo argumentativo.

5.3 A polêmica entre a razão e a emoção

De fato, o lado passional da polêmica é uma das principais razões para seus críticos apontarem a suposta “saída” do domínio da argumentação fundada no *logos*. Amossy (2017), entretanto, destaca que a paixão não é uma dimensão obrigatória do discurso polêmico, que pode acontecer sem a presença latente da emoção. Além disso, nada prova que um discurso polêmico passional fuja automaticamente da racionalidade do debate²⁰⁵. Ao se tratar de polêmicas públicas ligadas a temas sensíveis, a dança entre razão e emoção se torna ainda mais

²⁰⁴ Como é o caso da ferramenta *menção*.

²⁰⁵ Como mostra Amossy (2017) e outros autores, o ato de dissociar razão e paixão pode, inclusive, levar ao erro. Para Charaudeau (2018), o discurso político, por exemplo, não é organizado somente em função do *logos* em detrimento do *pathos*, sendo necessário que o analista observe qual elemento predomina no discurso e em quais circunstâncias.

interessante. Como explica Emediato (2023), especialmente em processos decisórios, é inegável a participação e o valor dos engajamentos emocionais. Pulsões internas dominadas por crenças cristalizadas e por emoções como o medo, a angústia, a indignação, o ressentimento e a cólera podem facilmente orientar decisões que terão impacto grupal e até nacional. Nesse sentido, a chamada racionalidade patêmica é capaz de fundamentar as ações. É preciso destacar, ainda, que a escolha por uma argumentação mais afetiva e axiológica ou mais lógica e demonstrativa está ligada, em geral, aos sujeitos e aos dispositivos de comunicação envolvidos do que, necessariamente, ao assunto tratado.

Quando se trata da análise da polêmica pública que abraça temas sensíveis, entretanto, é preciso ter cautela. Emediato (2023) chama de temas sensíveis aqueles de interesse público que possuem forte potencial agonístico, indutores da polêmica pública e dos discursos polêmicos. Ele cita algumas temáticas que comumente alimentam o debate social, apesar de haver variações dependendo da sociedade²⁰⁶: direitos LGBTQIA+; pena de morte; porte e venda de armas de fogo; “o problema ou a ‘ideologia’ de gênero”; a chamada ‘escola sem partido’; a laicidade do estado; a descriminalização do uso de entorpecentes, entre outros²⁰⁷. Sobre a laicidade dos estados, o pesquisador lembra como a temática costuma receber abordagens diferentes segundo o país. No caso da França, por exemplo, o ideal de república ligado à Revolução Francesa teria levado aquela sociedade a rejeitar não somente a monarquia, como também qualquer autoridade da religião sobre o Estado. No caso brasileiro, apesar da laicidade do Estado não ser considerada um problema de ordem maior, ainda está presente no escopo das polêmicas sociais. O crescimento de um movimento político-religioso neopentecostal²⁰⁸ a partir do governo Bolsonaro seria, para Emediato (2023), a prova de que experiências históricas são capazes de mobilizar polêmicas públicas e de inserir cargas de sensibilidade para certos temas. Se, anteriormente a esse período, a separação entre estado e

²⁰⁶ Como mostra o autor ao apresentar as formas como a França e o Brasil vivenciam questões ligadas à laicidade dos estados.

²⁰⁷ Para Baronas e Costa (2019), temas que abordam questões de gênero e de diversidade sexual têm se tornado cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Uma questão discutida majoritariamente no espaço privado até meados do século XX, tem se tornado alvo de comentários e de diversas polêmicas no espaço público, especialmente após a irrupção de movimentos sociais que discutem a temática, a revolução tecnológica, a midiatização e o avanço da internet.

²⁰⁸ Para Checchia et al. (2023), o bolsonarismo se beneficiou do crescimento de denominações protestantes neopentecostais que passaram a buscar uma participação mais direta no governo, comprometendo publicamente políticos e candidatos e os levando a púlpitos e cultos para que fossem eleitos.

religião não era um tema considerado sensível, ele passa a ser debatido com previsões de crescimento para os próximos anos.

Ainda sobre o tema, Emediato (2023) nos explica que polêmicas públicas suscitam interações polarizadas, fazendo com que atores sociais se engajem em diferentes regimes de racionalidade com posições dóxicas bem definidas. Podem ser utilizados, para isso, aspectos como a desqualificação do adversário, os ataques diretos, as acusações, a indignação, a revolta e até a violência verbal. Quando o fenômeno da dicotomização está presente, um processo de interincompreensão regrada²⁰⁹ é promovido, afinal, as interações não levam à intercompreensão heurística, que se volta para a resolução do problema social em questão. No caso das interações polêmicas sobre temas sociais sensíveis, o assunto tratado acaba se tornando apenas pano de fundo para a encenação dos sujeitos envolvidos, o que favorece a inclusão da violência verbal. O autor supracitado pontua, contudo, que nem toda polêmica pública está fadada à violência ou à dicotomização radical, podendo existir uma vontade dos sujeitos de compreender os pontos de vista uns dos outros, cumprindo certas funções em cenários democráticos.

A mobilidade empática provém da capacidade (empática) de se colocar no lugar dos outros, considerando seus pontos de vista e enriquecendo seus próprios, o que exige moderação e um agir comunicativo realmente disposto a formar consensos pragmáticos e resolver problemas da sociedade. No entanto, nem toda discussão sobre um tema sensível precisa necessariamente formar acordos. Em certos momentos, a exposição franca pelos sujeitos de sua própria racionalidade sensível é um ponto de partida para formar consensos intercomunitários, ainda que amplie a distância entre diferentes comunidades enunciativas. É nesse sentido que o desacordo também tem um funcionamento próprio e cumpre uma função no processo argumentativo e no debate democrático (EMEDIATO, 2023, p. 76).

Especificamente sobre a polêmica que constitui o discurso político, Amossy (2017) aponta que os conflitos de opinião ocupam lugar de destaque na cena pública, afinal, parte das trocas polêmicas se baseia na crítica aos argumentos do opositor. A violência verbal, por sua vez, é considerada pela autora um atributo frequente, mas não obrigatório da troca polêmica. Nesse sentido, a violência dá força à polêmica, intensificando a polarização ou a dicotomização presente no discurso; mas, nem sempre, ela tornará o ato de fala rude ou agressivo de modo que chegue ao limite da convivência pacífica. Contudo, se a violência não se faz presente como um traço definatório da polêmica, podemos afirmar que dá mais força a ela, intensificando a oposição de ideias e a polarização. Nesse contexto, consideramos pertinente um exame mais

²⁰⁹ Ao mencionar o termo, Emediato (2023) cita Maingueneau, linguista para quem, como vimos anteriormente, o discurso polêmico pode ser delimitado por uma grade semântica responsável por fundar o desentendimento recíproco.

detalhado sobre o papel que a violência verbal exerce junto à polêmica, especialmente no cenário extremamente polarizado que observamos no campo político brasileiro.

5.4 A violência verbal manifestada nas redes: algumas reflexões

É através do tom da agressividade, da utilização de afrontas e das figuras de veemência que a polêmica é costumeiramente percebida numa perspectiva de degradação. Contudo, é preciso salientar que a violência verbal só se torna polêmica quando os procedimentos discursivos são utilizados em cenários que envolvem o confronto de pontos de vista divergentes. Como explica Amossy (2017), a violência verbal não é, portanto, uma condição *sine qua non* da polêmica, mas, sim, um traço opcional²¹⁰.

Há casos em que o alvo dos ataques não é explicitado, aparecendo apenas no intertexto e tornando a palavra daquele que fala um contradiscurso bastante polêmico, ainda que sem traços de violência. Tais casos existem, como mostra Amossy (2017), e fazem com que a violência verbal não possa ser considerada um traço definidor do discurso polêmico, afinal, a dicotomização, a polarização e o descrédito lançado ao adversário podem ser identificados sem sua presença. Ainda assim, debruçar-se sobre a questão se faz necessário, afinal, suas definições linguísticas e funções permanecem insuficientemente identificadas.

Retomando estudos de Maingueneau²¹¹, Amossy (2017) apresenta as dificuldades de traduzir a violência verbal em termos linguísticos, sugerindo sua identificação a partir de bases mais intuitivas. Ainda assim, a autora apresenta parâmetros a partir dos quais seria possível observar a violência verbal:

- i) quando é exercida forte pressão ou coerção com o objetivo de inibir o outro de expor seu ponto de vista, o que pode ser expresso linguisticamente por diferentes procedimentos, entre eles: a) pela oralidade, ou seja, através de interrupções e sobreposição de vozes nas interações face a face; b) quando são feitas afirmações como modo de demonstração de força, de maneira peremptória (modalização

²¹⁰ Para exemplificar a questão, Amossy (2017) apresenta a moção “Um grande partido para um grande projeto”, de François Mitterrand, então primeiro secretário do Partido Socialista e proferida em 1978. A pesquisadora mostra que, através do contradiscurso, o locutor valoriza suas próprias posições e desqualifica outras, operando uma confrontação implícita em que ocorre a desqualificação indireta daqueles que não aderem ao “verdadeiro socialismo”, sem o apelo à veemência.

²¹¹ DOMINIQUE, Maingueneau. *Les trois dimensions du polemique*. In: GAUDIN-BORDES, Lucile; SALVAN, Genevieve. *Les registres. Enjeux stylistiques et pragmatiques*. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, 2008, pp. 109-20

enfática de asserção), fazendo com que seja roubada a atenção para uma verdade que passa a ocupar o centro da discussão e impede o outro de avançar em seus argumentos; c) quando o polemista quase não abre espaço para o auditório apresentar suas próprias respostas;

- ii) quando a fala do outro é ridicularizada ou desconsiderada em sua totalidade. Nesse caso, o contradiscurso apresenta o discurso contrário somente para desacreditá-lo ou descontextualizá-lo de seu sentido original, podendo tronar-se objeto de um *reductio ad absurdum*²¹²;
- iii) casos em que o polemista ataca a pessoa do adversário, ao invés de suas ideias e argumentos (é o caso dos ataques *ad hominem* que integram a violência);
- iv) quando o adversário é relacionado ao mal absoluto²¹³, numa polarização que se transforma em maniqueísmo. A interação é direcionada ao público, que deve ser capaz de enxergar toda a podridão a ser combatida e extirpada;
- v) quando está ligada ao *pathos*, fazendo com que sejam expressos sentimentos violentos e de agressividade que podem ser identificados por meio de marcas lexicais, sintáticas e prosódicas, nas exclamações, nas repetições enfáticas e no ritmo;
- vi) casos em que são proferidos insultos, o que pode ocorrer, por exemplo, quando são atribuídas ao adversário qualidades desqualificadoras, quando é manifestada hostilidade e inferiorização, ou, ainda, solicitadas reações de sua parte ou de terceiros;
- vii) casos em que o polemista incita a violência contra outros, o que pode ocorrer através do uso de força, armas, assassinatos, ou outros meios que vão além da agressividade verbal. A incitação à violência pode ocorrer de modo simbólico, através de expressões verbais que não caracterizam efeitos imediatos, ou de modo prático, com estímulos para a ação concreta.

Nesse contexto, gostaríamos de mencionar, ainda, o argumento *ad baculum* que, como explica Walton (2012), se relaciona a um apelo à força ou uma ameaça para que alguém aceite

²¹² Como mencionado anteriormente, *reductio ad absurdum* ou redução ao absurdo, numa lógica formal, é o raciocínio no qual uma contradição é derivada de uma premissa, permitindo chegar-se à conclusão de sua falsidade, como quando alguém afirma que nada existe. “Nesse caso, outra pessoa pode replicar: ‘Então, você nada disse acerca da existência. Ora, é evidente que você acabou de dizer alguma coisa. Se nada existe, você não disse o que disse. Portanto, é falso que nada exista’” (FIORIN, 2014, p. 66).

²¹³ Aprofundamo-nos na questão no capítulo dedicado às paixões políticas.

a conclusão de um argumento. O orador que recorre a essa falácia menciona, em geral, métodos truculentos para atingir seus objetivos, distanciando-se daqueles utilizados no diálogo racional²¹⁴. Nesse caso, a ameaça do uso da força não deixa opções exceto aceitar o que é colocado, sem a possibilidade do diálogo livre.

A observação da violência verbal na fala pública deve levar em consideração, ainda, os diferentes cenários em que emerge. Para Amossy (2017), ela está submetida à regulação dos gêneros em que surge, como os debates televisionados, os fóruns *on-line*, artigos de opinião, reuniões, entre muitos outros. No caso dos debates eleitorais, haveria uma maior regulação do que as trocas livres entre internautas, sendo a troca de farpas, para a autora, objeto de uma legislação escrita ou tácita:

Essa tensão entre o jogo regrado, a competição codificada e a violência dos ataques verbais é fundamental para o bom funcionamento da polêmica pública. Ela tem, efetivamente, necessidade de lugares institucionais em que ela possa se desenvolver, e que lhe conferem, pelo menos em parte, seu sentido em função de suas finalidades (ajudar na escolha de um presidente, permitir uma discussão cidadã não midiaticizada etc.). Porque a polêmica, não se deve confundir, não é uma fala selvagem. Ela toma corpo num espaço democrático que a autoriza e a regula ao mesmo tempo (AMOSSY, 2017, p.65).

Ainda que a questão não seja central para a pesquisa proposta, consideramos pertinente refletir se, no Brasil, o espaço democrático regula a violência dos ataques verbais recorrentes nas redes sociais, como aponta a autora. De fato, no Brasil, é comum que os debates televisionados sejam realizados com base em uma série de regras preestabelecidas e divulgadas aos telespectadores. Entendemos que tais normas servem para manter a ordem do debate, já que, do ponto de vista organizacional, é necessário escalar turnos de fala com tempo determinado para cada candidato, dividir a transmissão em blocos, posicionar os participantes adequadamente no estúdio, etc. Não é incomum, inclusive, que ocorra a interferência do jornalista responsável por conduzir o debate, caso as regras sejam descumpridas. As redes sociais também costumam manter diretrizes e normas de boa conduta, chegando a suprimir publicações ou até suspender contas de usuários caso identifique transgressões, como aconteceu com o perfil de Donald Trump, em 2021, e de JB, em algumas ocasiões²¹⁵. Ainda assim,

²¹⁴ É preciso considerar, contudo, que o apelo à força nem sempre poderá ser considerado irracional. É o caso, como menciona Walton (2012), de leis que impõem penalidades a quem dirige sob o efeito do álcool, afinal, mesmo que se constituam um recurso à força ou à ameaça de intervenção enérgica, não se pode afirmar tratar-se de algo irracional.

²¹⁵ Casos assim podem ser rememorados com as notícias <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/twitter-facebook-e-instagram-apagam-posts-de->

percebemos a recorrência de discursos de ódio e de trocas carregadas de violência verbal²¹⁶, num espaço que parece ignorar a escalabilidade das trocas de farpas, ações bem mais difíceis de ocorrerem numa conversação face a face fora do ambiente virtual.

Amossy (2017) admite que as interações realizadas na internet são apontadas, por alguns, como propensas ao livre curso da violência desenfreada, enquanto que, para outros, são consideradas instrumento de participação cidadã e de democratização. Seguindo linha de raciocínio semelhante, Charaudeau (2018) apresenta a noção de “opinião pública” como algo construído a partir de afetos que serão posteriormente racionalizados. Nesse processo, quanto mais generalizada e partilhável por um número elevado de pessoas, maior será o grau de atração da opinião pública e mais sutil será sua racionalização. Para Seara (2020), por exemplo, a obsessão compulsiva de publicação nas redes e a vertiginosa circulação de discursos, nesse ambiente, são capazes de suscitar o fenômeno da violência verbal, das interações polêmicas e conflituosas, estando também à serviço da cultura da exposição e do espetáculo. Ainda segundo a pesquisadora, através das redes sociais, os sujeitos encontraram não somente novos meios para expressar suas ideias, como também para protestar e debater num espaço interativo, questionando hierarquias. Se antes, os meios de comunicação tradicionais eram responsáveis por explicitar o que se deveria saber e conhecer, agora não é incomum que as redes inspirem os *media* sobre quais são os temas mais relevantes do momento²¹⁷ e que merecem a atenção pública.

Ainda de acordo com Seara (2020), através do ato de *comentar* nas redes sociais, por exemplo, o sujeito pode tomar partido sobre discursos anteriores e expressar seus pontos de vista, havendo a possibilidade de interação quase síncrona com os demais internautas. Quando o assunto é a opinião política dos participantes da troca, é comum que se assista a uma

[bolsonaro/#:~:text=O%20Twitter%20removeu%20dois%20dos,de%20conte%C3%BAdo%20de%20suas%20p%C3%A1ginas](#) e <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/08/twitter-tira-counta-de-trump-dor-ar.ghml> Acesso em: 25 out. 2023.

²¹⁶ Paveau (2021), por sua vez, fala em *ciberviolência discursiva* para designar as trocas verbais agressivas realizadas no ambiente digital. Ela justifica o uso do termo por seu uso recorrente em governos e organizações internacionais, como a ONU, citando, ainda, outras terminologias que carregam o mesmo prefixo, tais como: *ciberagressão*, *ciberprovocação*, *ciberdiscussão*, *ciberataque*, *ciberassédio* e *ciberbullying*, escolhendo o termo *ciberviolência verbal* para designar esse conjunto de fenômenos agressivos. A autora, contudo, reconhece que palavras compostas por *ciber* podem ser consideradas datadas sob algumas perspectivas, afinal, remetem aos primeiros estudos da internet, nos anos 1980-1990, além de carregarem certa conotação ligada à robótica e à ficção científica.

²¹⁷ É o caso dos *trending topics*, ferramenta do X (Twitter) responsável por ranquear os assuntos mais comentados do momento dentro da plataforma.

dinamização forte e serrada, através de *posts* contínuos, que defendem valores e atacam posições contrárias de forma veemente. Os comentários podem ser agressivos e insultuosos, configurando um espaço de hospedagem da violência verbal nas redes. É o que observamos na publicação abaixo de JB, que reuniu mais de cinco mil comentários. Como sinalizado na imagem apresentada em seguida, além de interagirem diretamente com a referida publicação, os internautas também receberam respostas para seus próprios comentários.

Figura 30 - Número de comentários em *post* de JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Figura 31 - Comentários exibidos em postagem de JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Como vimos a partir de Amossy (2008, 2017), ao acompanhar o discurso polêmico, a violência verbal aparece mais como auxiliar do que como um traço definatório, aparecendo como um *registro discursivo* e não como uma modalidade argumentativa. E, como registro discursivo, a violência acompanha a polêmica, mas não é responsável por estruturá-la. De modo semelhante ao *pathos*, ela intensifica a dicotomização, a polarização e o descrédito que fundamentam a troca polêmica. Sobre a violência verbal, Charaudeau (2019) nos lembra que seu surgimento data de muito tempo, afinal, ela se faz presente em diferentes contextos ao longo da história. Originalmente, a “violência” está ligada ao emprego da força física, à intensidade da ação e à potência. Faz-se necessário, entretanto, distinguir “violência física” de “violência verbal”. A primeira se relaciona a atos de comportamento gestual, causando danos a alguém devido ao emprego da força. A violência verbal, por sua vez, advém de um ato de linguagem que se manifesta pelo emprego de certas palavras, estruturas ou expressões que possuem a capacidade de ferir.

É preciso levar em consideração, ainda, que a violência verbal e o impacto que causará dependem da interpretação do receptor. Afinal, o “alvo” pode não se sentir atingido com o ataque, ao contrário da violência física que cria sua vítima a partir do ato. No caso do ataque verbal, é necessário que alguém julgue o ato, reaja, sinta-se atingido, ferido, ou, ainda, indiferente. Nas palavras de Charaudeau (2019):

O sentido do ato de agressão verbal e seu impacto dependem da interpretação do receptor. Pode acontecer de a pessoa visada por esse ato verbal não se sentir nem atingida nem ferida. Diferentemente da violência física que constituiu a vítima na própria instância do ato, a violência verbal precisa, para sua qualificação, da reação de alguém que sentirá, avaliará, julgará o ato de linguagem que lhe é dirigido (ou dirigido a outro) como ferino, ofensivo ou indiferente (CHARADEAU, 2019, p. 446).

Nesse sentido, é possível observar uma relação de alteridade na dinâmica da violência verbal. Existe um *eu* agressor e um *alvo* que pode ser ou não considerado vítima, dependendo de sua reação. Afinal, só há vítima quando um dos lados se considera como tal. Também para Bousfield e Locher (2008), a agressividade verbal só existe quando o interlocutor reconhece a intenção de ofender, o que pode ocorrer através da prática do insulto, como veremos a seguir.

Outro ponto que pode ser levantado em relação à presença da violência verbal no *corpus* da pesquisa é uma possível aproximação da definição de insulto. Se seguirmos o emprego corrente ou primeira acepção do dicionário para o termo, veremos que ele se liga ao ato de desrespeitar, atacar e ofender alguém ou sua honra. Charaudeau (2019) também nos lembra que

o termo, a partir de sua origem latina *insult* e *insultus*, compreende os sentidos de insurreição e levante. Já o verbo *insulter* assume o sentido de ataque ou ataque verbal direcionado a alguém, sendo orientado para um alvo que deve ser atacado.

Para Colin Rodea (2003), a própria natureza do insulto desafia a noção de racionalidade. Produzido, na maioria dos casos, no interior de uma situação comunicativa, o ato de insultar não somente pode violar os princípios de cooperação²¹⁸, como também provocar a ruptura e a “não comunicação”. Sancionada como ofensiva, a ação, cujas unidades lexicais podem, ou não, representar um fardo insultuoso, evocam conceitos socialmente acordados. O insulto pode ser reconhecido, ainda, como recurso do locutor cuja força ilocucionária²¹⁹ é expressa como agressão.

Como menciona Seara (2020), o ato de insultar²²⁰ assume várias funções, como a de confrontar, de refutar e de negativar a imagem do outro, o que pode ocasionar, entretanto, na projeção de um *ethos* de arrogância e de agressividade por parte do emissor. Também é preciso levar em conta que o uso recorrente de insultos nas redes sociais não se restringe à ridicularização do adversário, pois pode cumprir a função retórica de *delectare*²²¹ na medida em que tenta chamar a atenção de terceiros, o que intensificaria a coconstrução da polêmica e da agressividade verbal.

Butler (2021), por sua vez, lembra que umas das primeiras formas de injúria linguística que se aprende é ser chamado de algo. Contudo, nem todos os nomes pelos quais somos chamados são injuriantes, o que levanta questões sobre quais são as palavras que ferem e quais são as representações que ofendem, sem contar que a injúria linguística parece resultar não somente das palavras escolhidas para o ato, como também do próprio modo de endereçamento. Outro ponto relevante levantado pela filósofa se liga à relação entre a violência linguística e a

²¹⁸ Segundo Grice (1982), por meio de um “princípio de cooperação”, os participantes de um contrato conversacional devem fornecer sua contribuição à comunicação segundo a maneira solicitada, levando em conta o momento em que ela ocorre e o objetivo da comunicação. São, assim, estabelecidas máximas conversacionais, ou regras mais específicas: i) regras de qualidade (“que sua contribuição seja verdadeira”); ii) regras de quantidade (“que sua contribuição contenha tanta informação quanto a solicitada”); iii) regras de relação/relevância (“fale com discernimento/seja relevante”); iv) regras de modalidade (“seja claro”).

²¹⁹ De acordo com Austin (1962), a presença de uma “força ilocucionária” poderá determinar como a mensagem será recepcionada, a depender das relações estabelecidas, que podem ser poder, de autoridade, um pedido, etc.

²²⁰ Como veremos logo mais, na seção dedicada ao discurso de ódio, o ato de insultar também pode se caracterizar como um ato de ódio por excelência.

²²¹ Na retórica aristotélica, *delectare* está ligado ao ato de deslumbrar e agradar, movere ao ato de provocar o *pathos*.

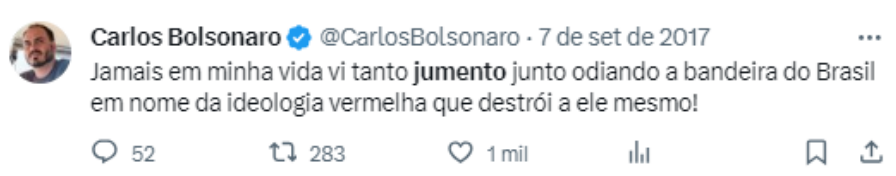
física. No caso dos discursos de ódio, que veremos na seção 5.5, afirmar que a linguagem “fere” determinados destinatários ou grupos sociais é o mesmo que combinar vocabulários linguísticos e físicos. Nesse sentido, utilizar termos como “machucar” poderia indicar que atos de fala podem ter efeitos semelhantes aos da dor física. É o caso de insultos raciais capazes de produzir efeitos que se equiparam a um “soco no estômago” dos grupos visados. A injúria linguística atuaria, assim, de forma semelhante à injúria física, ainda que somente pelo fato de não existir uma linguagem específica para o domínio da injúria linguística, o que forçaria a extração de vocabulários derivados dos ferimentos físicos.

Como já observado, boa parte do *corpus* selecionado apresenta uma intensa refutação a um discurso qualificado negativamente por Bolsonaro e seus seguidores, por meio de adjetivos tais como “comunista” e “vermelho”, que são usados para caracterizar o PT e suas principais figuras políticas. Observa-se uma polarização que se apoia em um interdiscurso constituído por imaginários sociodiscursivos que constroem sentidos negativos associados à ideia de comunismo, o que, para nós, acaba por aproximar a expressão da concepção de insulto. Tais publicações utilizam elementos visivelmente polêmicos, chegando à manifestação de violência verbal, o que confere uma forte dimensão patêmica ao discurso. Ao trazer a memória do comunismo, representado pela cor vermelha, parte dos textos que compõem o *corpus*²²² mobiliza imaginários que, conforme destacam Venturini e Scherer (2017), relaciona tal campo ideológico a uma representação do mal.

As publicações a seguir exemplificam o uso de palavras insultuosas para desqualificar o adversário, o que, para nós, pode provocar o esvaziamento da argumentação pautada no *logos*, além de reforçar imaginários que atacam e desqualificam campos ideológicos ligados à esquerda (“ideologia vermelha”). Os locutores fazem afirmações enfáticas com o uso da exclamação e utilizam vocabulário fortemente axiológico com o emprego de termos depreciativos e insultuosos (“jumento”, “mentiroso”, “desonesto”, “pilantra”, “vagabundo”). Nesse caso, a violência verbal é utilizada como um movimento semelhante ao da indignação, se referindo, no primeiro *post*, à esquerda; e, no segundo, aos professores que teriam ligado Bolsonaro ao nazismo.

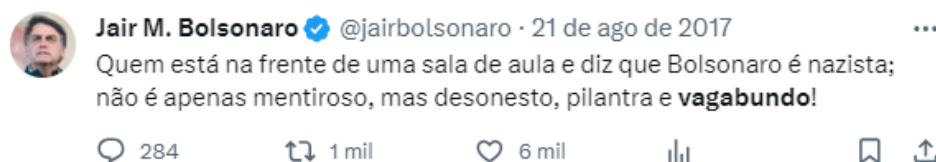
²²² O imaginário da ditadura militar é outro que se mostra frequente no *corpus* de análise, além do “patriota” (aspecto positivo) que se coloca em oposição ao “comunista” (aspecto negativo).

Figura 32 – Publicação realizada por Carlos Bolsonaro



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no X (Twitter)

Figura 33 – Publicação realizada por JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Independentemente de ser introduzida por meio de um insulto ou de formas mais sutis, é inegável que a presença da violência verbal no discurso inflama paixões. No espaço do debate, é comum que se apele aos sentimentos com o objetivo de tocar a sensibilidade do auditório. Afinal, o que está em jogo é uma questão de sedução e de persuasão. Qualquer ato de fala pode produzir efeito emocional no público ao combinar alguns fatores, incluindo a maneira pela qual a palavra é colocada em cena, que pode ser trágica, dramática, humorística, mas também violenta.

É preciso lembrar, ainda, que a violência, na internet, costuma ocorrer sob o uso pseudônimos²²³, com o objetivo de esconder a identidade original dos participantes do debate. Como explica Amossy (2017), o uso de “máscaras” facilita a não responsabilização e a fuga de sanções, algo diferente do que ocorre nas interações polêmicas tradicionais, em que ataques políticos são assumidos por atores sociais que se posicionam abertamente. Em ambientes em que os atores podem se esconder sob pseudônimos, como é o caso dos fóruns de discussão, o

que se observa é uma “despersonalização”²²⁴ que leva a uma “desresponsabilização” jurídica, ética e social²²⁵. Nesse caso, o debate não coloca atores sociais em choque, mas, sim, “avatares”. “Na carnavalização da fala política, que suscita o jogo de máscaras, o internauta concederia a si mesmo todos os direitos, a ponto de os piores excessos serem temidos” (AMOSSY, 2017, p.173-174).

Para Paveau (2021), quando associado à violência, o pseudônimo digital desempenha um papel intensificador, por acabar se tornando uma fonte enunciativa onipotente não identificada. Ela salienta, contudo, que o anonimato não existe na internet e que todo rastro digital pode ser identificado pelo endereço de IP do dispositivo utilizado, exceto em espaços como a chamada *dark web*, capazes de dificultar o acesso à origem da transmissão das mensagens e elevar os níveis de anonimato. Temmar (2013), por sua vez, fala em “apagamento enunciativo” ou “mascaramento” da fonte enunciativa quando os autores dos discursos são anônimos ou se escondem atrás de pseudônimos, fazendo com que suas falas deixem de remeter a pessoas físicas e seus locutores passem a ser qualificados como “enunciadores fictícios”.

Amossy (2017) aborda alguns trabalhos no campo das ciências sociais que se dedicaram ao estudo das chamadas *discussões inflamadas* ou *discussões inflamadas de cunho violento* no ciberespaço. Percebidas, em geral, como componente verbal desregrado, tais discussões são livres das inibições que tendem a emergir mais facilmente nas situações face a face fora do ambiente virtual, compreendendo aspectos como injúrias, insultos e linguagem ultrajante²²⁶. Entretanto, a pesquisadora nos lembra da existência de estudos que evidenciam o fenômeno como algo não restrito somente às interações eletrônicas, podendo ser encontrado também em outros espaços. De fato, é preciso levar em consideração que o ator político aqui analisado, JB, parece não se intimidar em proferir atos de fala injuriosos em contextos fora do ambiente digital, muito menos de se esconder atrás de pseudônimos²²⁷. Além disso, discursos violentos e até

²²⁴ Há de se levar em conta certo relaxamento da censura verbal no ambiente digital, identificado quando não há a presença física da vítima, que também não pode ser concretamente conhecida. Como não há contato visual ou físico com o alvo, o locutor estaria produzindo, ao mesmo tempo, um discurso direcionado e não direcionado, dirigido a um interlocutor que está, ao mesmo tempo, presente e ausente, e que, também por isso, não desperta empatia (PAVEAU, 2021).

²²⁵ É preciso lembrar, entretanto, que a violência das discussões não esvazia, necessariamente, a argumentação.

²²⁶ Como mostra Paveau (2021), tanto nos espaços *off-line* quanto nos espaços *on-line*, a noção de decência está ligada às épocas, aos espaços e às culturas vigentes.

²²⁷ O que podemos considerar, entretanto, é que alguns perfis no X (*Twitter*) ligados à figura de JB, especialmente os de seus filhos, se apresentam como fonte de ataques ainda mais veementes contra os adversários. Se JB não

fantasiosos que reverberaram nas redes por anos, agora parecem ocupar outros espaços com mais potência e liberdade. Se antes temeram o ridículo, hoje, encontram eco dentro e fora do ciberespaço. Ao que parece, as redes sociais serviram como espaço de livre manifestação para a extrema direita, até chegar ao ponto em que impropérios pudessem ser ditos nos plenários sem a necessidade do uso de máscaras.

Tais discussões sobre a violência verbal manifestada nas redes nos levam aos estudos sobre o discurso de ódio, manifestações em que o sujeito é atacado por sua pertença a determinados grupos sociais e/ou por sua identidade. Assim como nem todo discurso polêmico é dotado de violência verbal, nem todas as agressões verbais podem ser consideradas discursos de ódio. Algumas de suas singularidades nos levam a adentrar seu universo, com o objetivo de identificar sua manifestação no *corpus* da pesquisa.

5.5 Algumas reflexões sobre o chamado “discurso de ódio”

Ao percorrer o arcabouço teórico sobre a violência verbal, percebemos certos aspectos que a diferenciam de índices que possam sinalizar o que Galinari (2020) e outros têm chamado de “Discurso de Ódio”. Por isso, consideramos pertinente apresentar aqui algumas ponderações sobre a temática. Interessa-nos verificar, no *corpus* da pesquisa, como se dá a presença do discurso odioso, observando as manifestações linguísticas que o diferenciam da violência verbal decorrente da polêmica, também analisada. Colocando-nos diante da questão, deparamo-nos, num primeiro momento, com uma tentativa de olhar para o discurso de ódio dentro do campo dos estudos de linguagens para, em seguida, observarmos sua presença no cenário político brasileiro, permeado por discursos moldados a partir de estruturas dicotomizantes e agonísticas, cuja alteridade é capaz de produzir mensagens de teor patêmico²²⁸ altamente persuasivo.

fala, outros falam por ele. Especialmente após o início de seu mandato presidencial, em 2019, JB parece ter adotado discursos um pouco mais amenos do ponto de vista patêmico, se compararmos suas publicações com as de períodos anteriores. De fato, alguns políticos deixam para seus apoiadores o papel de adentrar polêmicas e realizar refutações utilizando altas doses de carga agressiva, como mostrou a análise realizada por mim, no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Na ocasião, observamos o papel desempenhado pela página humorística Dilma Bolada, no *Facebook*, durante campanha contrária ao processo de *impeachment* da então presidenta. Pesquisa disponível em: https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=307 Acesso em: 21 nov. 2023.

²²⁸ Nas redes sociais e nos aplicativos de trocas de mensagens instantâneas, o que se observa é um processo persuasivo muito mais pautado pela repetição de conteúdos patêmicos do que por esquemas de argumentação baseados na demonstração de dados, como mostra Galinari (2020).

Para nós, torna-se praticamente impossível promover reflexões sobre o discurso de ódio presente nas redes sociais sem relacioná-lo à recente ascensão da extrema direita brasileira. Afinal, como mostram os estudos aqui apresentados, as questões de classe²²⁹ estariam intimamente ligadas à explosão do discurso de ódio no Brasil, tendo as redes sociais como principal meio articulador e de exposição. Como explica Galinari (2020), nem toda manifestação de violência verbal pode ser considerada sinônimo de discurso de ódio, sendo necessário, inclusive, discerni-lo da expressão desarticulada e momentânea da raiva. O discurso de ódio só poderia ser designado se forem levadas em consideração certas condições ligadas ao contexto sociopolítico, além de um alto grau de acabamento ideológico.

De acordo com Galinari (2020), é preciso considerar que o discurso de ódio está intimamente ligado à exposição do preconceito e da discriminação, mas não em qualquer circunstância ou com qualquer objetivo. Ele está presente quando há a intenção de excluir grupos minoritários do acesso a seus direitos, numa tentativa de privá-los da cidadania plena. Um dos traços que o diferencia, portanto, de outras formas de violência, é justamente seu endereçamento a grupos historicamente excluídos ou marginalizados, representados por pessoas negras, população LGBTQIA+, quilombolas, população prisional, pessoas em situação de rua, indígenas, mulheres, entre outros. Eventuais insultos direcionados a grupos compostos por cristãos, pessoas brancas e heterossexuais não poderiam, nessa lógica, serem inscritos no campo dos discursos de ódio, afinal, ele “[...] obedece à estrutura do conflito de classes dentro das dinâmicas particulares do modo de produção do sistema em que nasce, e só pode ser medido e identificado por seus possíveis efeitos de exclusão, segregação e descrédito social” (GALINARI, 2020, p.1717). Nesse sentido, o discurso de ódio deve ser considerado sob o ponto de vista social/coletivo, afinal, afeta todo o grupo ao qual o indivíduo “alvo” pertence e compartilha características identitárias comuns.

Galinari (2020) apresenta, ainda, algumas possíveis recorrências discursivas que marcariam o discurso de ódio ou, pelo menos, traços dele, sendo a primeira delas a construção de *estereótipos negativos* aptos a desencadear retoricamente os discursos odiosos, especialmente através de mecanismos como a *objetificação*, a *exotização* e a *estigmatização*. Os estereótipos²³⁰ podem ser aqui compreendidos com base nos estudos de Amossy (1997,

²²⁹ Como mostra o sociólogo Dubet (2020), as questões de classe, nos últimos tempos, tornaram-se mais complexas e diversificadas, diferenciando-se da clássica divisão proposta por Engels e Marx no Manifesta Comunista.

²³⁰ Não é nossa intenção discorrer profundamente sobre a noção de estereótipo nos estudos de linguagens, entretanto, consideramos pertinente trazer as considerações de alguns autores sobre a temática. Como menciona

2018) sobre o tema, para quem, no sentido restrito do termo, representações ou imagens coletivas simplificadas e fixas dos seres e das coisas, em geral apresentadas com preconceito, acabam determinando nossos comportamentos. Nesse sentido, é comum associarmos a um grupo uma série de adjetivos que o caracterizaria, ainda que tais associações não correspondam inteiramente à verdade. De fato, como mostram Charaudeau (2017) e Sini (2023), é preciso ter cuidado ao conceder ao estereótipo²³¹ a possibilidade de dizer apenas coisas falsas. Se, por um lado, o estereótipo tem a função de estabelecer um elo social através de ideias comuns repetitivas que garantiriam as normas do julgamento social, por outro, ele pode ser rejeitado por deformar ou mascarar a realidade. Nesse sentido, a noção dependeria de um julgamento que, se for negativo, pode acabar camuflando partes que são verdadeiras apesar de tudo:

Se hoje o estereótipo é muitas vezes considerado como uma caracterização reduitiva inerente a um grupo de pessoas pertencentes à mesma etnia, à mesma religião, ao mesmo sexo, também pode promover a construção de uma identidade coletiva, baseada em crenças consideradas mais ou menos fatos estabelecidos. Nas ciências sociais, a representação cultural dos estereótipos está, portanto, longe de constituir uma concepção exclusivamente pejorativa. Na verdade, é através dos estereótipos, ou seja, neste caso, de uma representação coletiva fixa da sua identidade, que os grupos sociais constroem uma imagem de si próprios, um certo *ethos* (SINI, 2023, tradução nossa²³²).

Florencio (2011), falar de estereótipo pode ser o mesmo que entrar num terreno movediço, e preferimos adotar a noção de imaginários sociodiscursivos para empreendermos as análises dentro do campo da Semiologia.

²³¹ Como mostrado no capítulo três, Charaudeau (2018) prefere aderir à noção de imaginários e, a partir dela, desenvolve sua base teórica sobre os imaginários sociodiscursivos no discurso político. A intensa proliferação do termo estereótipo também é apontada por Charaudeau (2017) com certa carga de apreensão, assim como de outras expressões que cobrem um mesmo campo semântico, como as que se referem a uma espécie de “lugar-comum” das crenças e das opiniões. Retomando os estudos retóricos e adicionando novas roupagens para noções ligadas à expressão da *doxa*, Amossy (2017) destaca “lugar-comum” como tudo o que é percebido como já conhecido, já dito, familiar e compartilhado, havendo nele generalizações claramente expressas e enunciados dóxicos, mas também representações que se mostram no discurso de formas mais ou menos implícitas. No primeiro caso, temos a formação da chamada “sentença”, concebida por Aristóteles como uma afirmação que não se concentra em fatos particulares, mas em generalidades, podendo ser suficientes por si mesmas ou acompanhadas de demonstrações para que sejam comprovadas. No segundo caso, por sua vez, há a formação dos estereótipos, noção apresentada em sua relação constitutiva com o auditório e o *ethos*. A tópica, em suas dimensões retórica e pragmática, é substituída pela concepção de “lugar-comum”, compreendida como opinião compartilhada. Além da noção de “lugar-comum”, Amossy (2017) considera necessário discernir, numa perspectiva metodológica, outros conceitos correlatos à *doxa*, incluindo a ideia de “*topos* retórico” que, no sentido do *topos* Aristotélico, foi retomada por Perelman para designar um esquema comum subjacente aos enunciados, um *topos* lógico discursivo que não é dóxico em si mesmo.

²³² Texto original: “Si aujourd’hui le stéréotype est souvent considéré comme une caractérisation réductrice inhérente à un groupe de personnes appartenant à une même ethnie, une même religion, un même sexe, il peut également favoriser la construction d’une identité collective, et ce à partir de croyances considérées comme des faits plus ou moins établis (ibid.). En sciences sociales, la représentation culturelle des stéréotypes est donc loin de constituer une conception exclusivement péjorative. En effet, c’est à travers le stéréotypage, c’est-à-dire dans ce cas une représentation collective figée de leur identité, que des groupes sociaux construisent une image d’eux-mêmes, un certain *ethos*”.

Compreendido como representação coletiva fixa que participa da *doxa* ambiente, o estereótipo²³³ é o terreno em que poderão comungar os interactantes, assim como todo “lugar-comum”. Nesse cenário, como explica Amossy (2017), o processo de persuasão pode ser tanto favorecido como desfavorecido, afinal, a identificação do estereótipo no discurso pode ser suficiente para desqualificações das posições do argumentador. Isso acontece quando o alocutário detecta representações que lhe pareçam, por alguma razão, inadmissíveis. É o caso de JB, que assume os estereótipos de “homem médio” e de bom soldado, ligado a valores como a disciplina, a ordem e o temor a Deus. Se, por um lado, tais representações são capazes de gerar identificação e engajamento, por outro, podem ser consideradas “mediócras”. Como lembra Charaudeau (2018), representações projetadas pelo sujeito político são como uma faca de dois gumes que podem, ao mesmo tempo, agradar e desagradar, a depender do público que se tem pela frente.

Outro ponto relevante sobre o tema se liga ao processo de estereotipagem que leva à rejeição de determinados grupos. Como lembra Sini (2023), a construção discursiva da identidade pode ser feita através da dicotomia que opõe um “nós” inclusivo a um “eles” excludente. Também é preciso considerar que a estereotipagem, cujo objetivo é a provocação ameaçadora, desenvolve-se através da essencialização, resultando na estigmatização do outro, movimento que pode resultar em insultos e na formação do discurso odioso. Em formas mais avançadas de violência verbal, como no caso do enunciado insultuoso, o estereótipo pode se concretizar através de *ethnotypes* como, por exemplo, “árabes” ou “judeus”. Nesse caso, compreendemos que a origem étnica do sujeito se transforma numa expressão pejorativa que, no Brasil, poderia assumir formas como “baiano” ou “paraíba”²³⁴, termos utilizados para se referir ao estereótipo negativo do nordestino, ligado à preguiça, à pobreza e à baixa escolaridade, o que reflete uma postura preconceituosa do emissor. JB, por exemplo, chegou a dizer que comprar carros na Bahia é mais vantajoso “porque já vem com o freio de mão puxado” e que “a única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas”²³⁵, revelando o discurso odioso

²³³ Alguns estudos também apontam a existência dos chamados estereótipos de pensamento, ou aqueles que se ligam às representações que os indivíduos de uma comunidade compartilham em função de uma tradição cultural, podendo adquirir uma fixação verbal expressa por meio de locuções, fórmulas ou expressões próprias daquela língua. Tal fenômeno de fixação dos estereótipos de pensamento na língua é chamado de “estereótipos linguísticos” (FLORENCIO, 2011).

²³⁴ Termo já utilizado por Bolsonaro, como podemos ver na reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabe-punicao.shtml>

²³⁵ As falas podem ser rememoradas aqui: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/discurso-de-odio-contra-nordestinos-o-que-esta-por-vir-em-2022/>

direcionado à população da região. Como demonstra Freitas (2022), enunciados como esses tomaram o X (*Twitter*) especialmente após as eleições que elegeram Dilma, em 2014, e Lula, em 2022, devido ao número de votos direcionados ao PT na região Nordeste²³⁶. Tais enunciados contribuem para um projeto enunciativo de inferiorização dessa população, além de contribuir para a descredibilização dos resultados das eleições desfavoráveis à extrema direita.

Retomando Galinari (2020), observamos alguns fenômenos capazes de desencadear estereótipos. O primeiro deles, a *objetificação* ou “coisificação” do sujeito, processo de retirada da pessoa ou do grupo o seu caráter de “humanidade”, seja no sentido social, afetivo, econômico, racial, cognitivo, ideológico ou outros. O indivíduo ou grupo ao qual pertence é anulado ou reduzido a uma “coisa”, fazendo com que o discurso de ódio possa ser caracterizado através de tal procedimento discursivo. O fenômeno da *exotização*, por sua vez, ocorre através da expressão de superioridade pelo sujeito odioso, que confere ao outro adjetivações que o apresentam de forma “exótica”²³⁷. Isso pode acontecer ao se referir, por exemplo, a sujeitos imigrantes ou da mesma nação que são considerados, por alguma razão, pertencentes a classes e/ou grupos inferiores. A *estigmatização* surge quando emerge algo “diferente” da visão de mundo das classes dominantes, num processo semelhante ao da *exotização*. Nesse caso, qualidades humanas “fora do padrão” seriam responsáveis por gerar repulsa, preconceito e discriminação, entre elas, características raciais, sexuais e socioeconômicas.

Turpin (2023), por sua vez, apresenta o que chama de léxico do ódio, identificado a partir de termos com valor pejorativo usados para designar populações, com conotações degradantes que jogam com a emoção. É o caso de expressões utilizadas por JB para se referir a pessoas negras e indígenas²³⁸, em diferentes ocasiões, animalizando-as e humilhando-as. Antes de assumir a presidência, o político afirmou, após visitar uma comunidade quilombola, que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas” e que “nem para procriar ele serve mais”, “não fazem nada”. A expressão “arroba” foi novamente utilizada durante sua gestão na

²³⁶ É o que mostra a reportagem da BBC, sobre a disparada de discursos de ódio contra nordestinos após os resultados eleitorais: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63112880>

²³⁷ Para exemplificar a questão, o pesquisador retoma os estudos de Machado (2003), mostrando como brasileiros em Portugal passaram por representações “exóticas” dos povos colonizados e exotizados na chave do erotismo, da preguiça, da malandragem e da alegria. De forma semelhante, Florencio (2011) detalha as representações do Brasil e/ou do brasileiro na França, em geral associadas ao “exótico”.

²³⁸ Os casos podem ser rememorados aqui <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> e aqui <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghml>

presidência, ao se direcionar a um apoiador²³⁹. Em outra ocasião, durante transmissão ao vivo pelas redes sociais, o político afirmou que “o índio [sic]²⁴⁰ mudou, tá evol... Cada vez mais, o índio [sic] é um ser humano igual a nós”. O político inferioriza, humilha, diminui o caráter humano e aproxima tais populações a um imaginário animal (“pesava sete arrobas”; “nem para procriar ele serve mais”), inferior (“tá evoluindo”) e preguiçoso (“não fazem nada”).

Para Turpin (2023), ao apresentar-se de tal modo, o discurso de ódio se torna eminentemente estereotipado, especialmente quando faz uso de metáforas comuns a muitas línguas e associadas ao animalesco. É o caso de “cães”, “porcos”, “ratos”, “víboras”, “vermes”, “baratas”, etc., denominações cujo valor axiológico negativo aniquila o adversário como pessoa através da força enfática e da capacidade de mobilizar um *pathos* oratório. Nesses casos, o *insulto* se constitui como ato de ódio por excelência. O léxico do ódio pode ser contextualizado, ainda, em frases afirmativas com valor generalizante e enunciação impessoal, como em “os x são...”: “ladrões”, “hipócritas”, “mentirosos”. É o que observamos no caso a seguir, que apresenta uma perspectiva do discurso ultraconservador na América Latina, mais especificamente, na Argentina. No vídeo²⁴¹, o político Javier Milei, então candidato à presidência do país²⁴², apresenta a esquerda (“esquerdistas”) ²⁴³ sob um imaginário bestial que está pronto para “aniquilar” e “destruir” qualquer um que discordar de seus pontos de vista. Ele utiliza termos insultuosos para se referir à “merda” (esquerda) com a qual não se deve negociar, sob o risco de aniquilamento, enquanto imagens de Cristina Kirchner e de Alberto Fernández²⁴⁴, adversários políticos, aparecem ao fundo.

²³⁹ O caso pode ser rememorado através da reportagem: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/aos-risos-bolsonaro-diz-que-apoiador-negro-e-pesado-em-arrobas>

²⁴⁰ Atualmente, a expressão “indígena” é a considerada mais adequada para se referir aos povos nativos e originários.

²⁴¹ O vídeo na íntegra pode ser acessado aqui: https://www.instagram.com/reel/CwaCr5Qg83m/?utm_source=ig_embed&ig_rid=7573da05-2f90-470e-a6fc-e9bd15811273

²⁴² O político disputou as eleições argentinas de 2023 com o apoio expresso de JB, como mostra a matéria da CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bolsonaro-envia-video-de-apoio-a-javier-milei-nas-eleicoes-da-argentina-assista/>

²⁴³ Os termos entre aspas foram extraídos do vídeo e traduzidos para o português.

²⁴⁴ Juntos, os dois políticos formaram uma coalizão de esquerda para as eleições de 2019.

Figura 34 – O político argentino Javier Milei ataca a esquerda em vídeo



Fonte: Perfil “Geopolítica hoje” no *Instagram*

Nesse caso, a esquerda é encarada de forma global e sem nuances, como má e perigosa. Se considerarmos o exemplo acima uma expressão do ódio, podemos concluir que a lógica agonística “nós” *versus* “eles” e a dicotomização que apresenta posições excludentes inconciliáveis também está presente nos discursos odiosos. No caso em tela, além de reduzir o inimigo a nada, o político apresenta a superioridade moral e estética daqueles que lutam contra o domínio da esquerda (“somos melhores em tudo”), num modelo semelhante ao observado na linguagem fascista²⁴⁵.

²⁴⁵ Como demonstra Reich ([1933]/2001), o fascismo está, narcisisticamente, convicto da superioridade suprema de si mesmo e de seu teutonismo.

Como explica Turpin (2023), os efeitos patêmicos de falas como as do político argentino podem ser reforçados por histórias mobilizadoras e o ódio espalhado através de rumores e lendas, em geral, baseadas em conspirações e na retórica a elas ligadas, o que ajuda a mobilizar emoções. A dimensão performativa, por sua vez, se baseia na repetição e na credibilidade do orador, além do poder de convencimento do seu discurso. “Estas histórias constroem e reforçam o ódio ao mesmo tempo que o dizem. A sua repetição ajuda a banalizá-lo, a propagá-lo e a dividi-lo” (TURPIN, 2023, p. 159). De fato, como mostrado anteriormente, discursos anticomunistas foram apresentados repetidamente ao longo de décadas, (re) construindo e difundindo imaginários negativos associados à esquerda.

Figura 35 – Cartaz utilizado durante a Guerra Fria apresenta criança com medo da ameaça comunista



Fonte: Imagem da internet

Sobre o uso de termos com carga axiológica negativa, observamos como se dá o avanço da nomeação para o insulto, considerado um ato de linguagem e também um ato de ódio por excelência, que tem como objetivo agredir verbalmente. Como explica Katsiki (2008), os termos utilizados são esvaziados semanticamente em favor de um valor ilocucionário insultuoso, podendo ter efeitos violentos caso seja percebido como tal pelo destinatário. Este último pode partilhar ou não do mesmo sistema de valores do emissor, cuja ideologia se reflete na escolha dos termos utilizados.

É importante lembrar que nem sempre o discurso de ódio se dá por meio de palavras explícitas insultuosas. Afinal, para Turpin (2023), ele também pode sugerir implicitamente a estigmatização de uma população através das dobras do discurso. É o caso dos estereótipos que

não aparecem expressamente no fio do discurso, mas que, ainda assim, podem ser considerados fatores de construção ou de reativação de imaginários coletivos sobre determinado povo. É preciso revelar os caminhos semânticos intradiscursivos, interdiscursivos e intersemióticos que os evidenciem, desnudando metáforas lexicalizadas, clichês, imagens ou fotos que ancorem seus significados racistas e colonialistas, por exemplo. Como menciona Sini (2023), ao perpetuar certas representações estereotipadas, são reiterados indefinidamente os mesmos *topoi* e os mesmos lugares-comuns, transportando insidiosamente as ideologias odiosas que estiveram – e ainda estão – na origem da estigmatização em massa e, até mesmo, genocídios.

Como explicam Lara e Tocaia (2023), os discursos preconceituosos e intolerantes, normalmente ligados às manifestações odiosas, não se limitam a gêneros discursivos específicos ou a determinadas esferas sociais. Afinal, podem ser destinados a qualquer sujeito considerado “mau cumpridor” de “contratos sociais” pré-estabelecidos, como determinam ideologias ou doutrinas referentes ao branqueamento da população, ao cristianismo, aos padrões heteronormativos, à monogamia, etc. Sujeitos que, por alguma razão, fogem às regras, são considerados “diferentes” e reconhecidos como maus cidadãos. Originário do termo em inglês *hate speech*, o discurso de ódio tem como objetivo insultar, assediar, intimidar e atacar a identidade de um sujeito ou grupo social. Disseminado em diferentes mídias, incluindo a internet, o discurso de ódio se dá a partir da convivência, por vezes “forçada”, de grupos sociais diversos. Seu principal foco de ataque é composto, em geral, pelas chamadas minorias, que têm sua dignidade deslegitimada e violada por certas formas discursivas. Após a análise de capas de revistas francesas, os autores citados acima consideraram que o discurso de ódio, naquela sociedade, manipula os enunciatários leitores a partir de um quadro de valores preconceituosos, xenófobos, anti-imigração e racistas, utilizando índices linguístico-discursivos que levam à negação da alteridade, apoiando-se numa dimensão patêmica para provocar a indignação.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Turpin (2023) define o discurso de ódio como aquele ligado ao profundo sentimento de antipatia que estigmatiza com base nas origens ou na pertença a uma determinada comunidade religiosa, linguística, cultural, sexual ou histórica, podendo levar, inclusive, ao desejo de degradação ou morte. Associado ao desejo de poder, pode se tornar ação persecutória. Ao dividir enquanto busca unir-se em torno de uma mesma identidade essencializada, transforma-se num instrumento de propaganda. Como visto no capítulo dedicado às paixões políticas, certos discursos podem servir como propaganda de

guerra em regimes genocidas construídos sobre a ideologização do ódio²⁴⁶. A partir do século XX, por exemplo, foi introduzida uma dimensão adicional ao ódio, possibilitada a partir da difusão sem precedentes dos meios de comunicação. É o caso dos discursos odiosos antissemitas, como mostra a imagem²⁴⁷ a seguir:

Figura 36 – Cartaz publicado na “Grande Exposição Antimaçônica” promovida em Belgrado (Sérvia), 1941-1942, associando judeus a aspectos animalescos.



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/irn540269> Acesso em: 27 nov 2023.

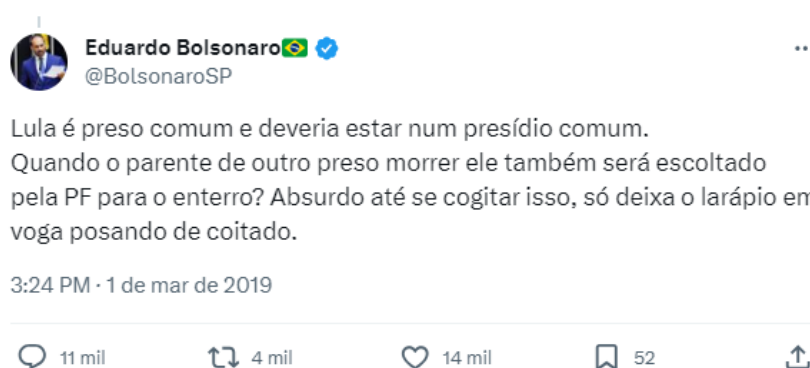
Retomando Galinari (2020), percebemos que outras operações discursivas podem nos ajudar a identificar possíveis recorrências do discurso odioso: caluniar e difamar; a figuração do mal/construção do inimigo; insultar ou instigar ao insulto; a ridicularização/deslegitimação que se traduz no deboche e no consequente rebaixamento do adversário; os negacionismos; demonstrar euforia diante da dor de um indivíduo ou de um grupo figurado como inimigo. Ainda que possa ser considerado menos óbvio que as demais expressões do discurso de ódio, o

²⁴⁶ Turpin (2023) cita como exemplo a propaganda, durante a Primeira Guerra Mundial, que demonizou o inimigo a partir de textos e ilustrações que tinham o objetivo de desumanizá-lo. A partir da ascensão do nazismo, o discurso de ódio se proliferou ainda mais, tendo o ressentimento como base e o povo judeu como “bode expiatório”.

²⁴⁷ Na imagem observamos um homem caricaturado como judeu, utilizando o tradicional quipá na cabeça, símbolo da religião, com nariz adunco, sem dentes, barba longa e olhar diabólico. Do homem, surgem cobras que dominam o globo terrestre, apresentando, em suas cabeças, um quadrado maçônico, uma estrela soviética e um cifrão americano. O cartaz demonstra a crença nazista numa conspiração plutocrato-judaico-bolchevista, que associava os judeus aos governos das forças inimigas e, como consequência, às figuras causadoras do conflito (OLIVEIRA, 2020).

último caso é identificado nas publicações a seguir, envolvendo a ida de Lula, preso à época, ao funeral do neto de sete anos. Sem diminuir o grau de insensatez das demais expressões do ódio, a demonstração de euforia diante da dor do inimigo chama a atenção justamente por sua capacidade de tornar o emissor da mensagem, aos olhos do público, menos humano. Se, por um lado, os discursos odiosos são capazes de encontrar eco em crenças degradantes ou em estereótipos falaciosos, levando à rejeição de determinados grupos e de suas identidades, também podem obter efeito contrário mesmo entre apoiadores, fazendo com que sua expressão seja ligada ao boçal.

Figura 37 – Publicação de Eduardo Bolsonaro critica ida de Lula ao funeral do neto



Fonte: Perfil de Carlos Bolsonaro no X (Twitter)

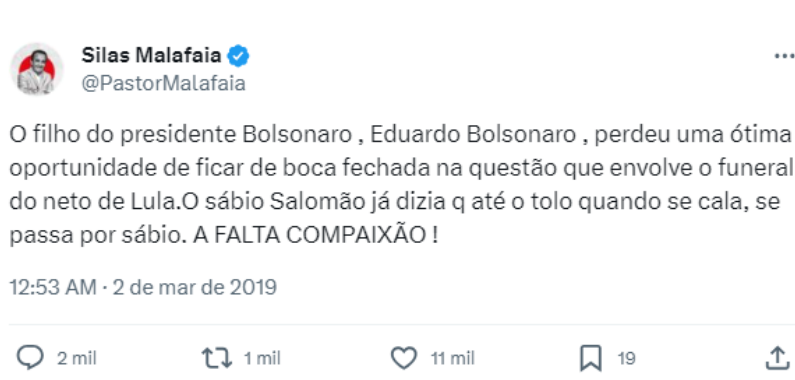
Figura 38 – Perfil de JB compartilha publicação de Fernando Haddad e publica foto de Lula no funeral do neto



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

As publicações acima, por exemplo, receberam retaliação de outros representantes da extrema direita brasileira, revelando os possíveis efeitos negativos aos emissores dos discursos odiosos, mesmo entre seus pares.

Figura 39 – Silas Malafaia faz crítica a Eduardo Bolsonaro



Fonte: Perfil de Silas Malafaia no X (Twitter)

Sobre os negacionismos que podem nos dar pistas para a observação dos discursos odiosos, Azevedo (2022) e Arruda (2021) nos mostram como foram adotados como um dos artefatos da pós-verdade, de forma crescente, desde a campanha política que elegeu JB, em 2018. Quando presidente, Bolsonaro emitiu declarações como *“Onde você viu no mundo uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil, então não houve ditadura”*; *“Não há dúvida, não é? Partido Socialista, como é que é? Da Alemanha. Partido Nacional Socialista da Alemanha”* e *“Estamos ultimando uma viagem Manaus-Boa Vista, onde convidaremos diplomatas de outros países para mostrar naquela curta viagem de uma hora e meia, que não verão em nossa floresta amazônica nada queimando ou sequer um hectare de selva devastada”*. Tais declarações corroboram negacionismos que defendem: i) a inexistência de uma ditadura militar no Brasil, em qualquer período do passado; ii) a certeza de que o nazismo foi um movimento de esquerda; iii) a falácia de que não há desmatamento na Amazônia.

Como observamos, a retórica do ódio avalia como *logos*, *ethos* e *pathos* se articulam com o objetivo de mobilizar os afetos e incentivar o receptor a agir, afinal, sob esse ponto de vista, o discurso de ódio é um discurso de incentivo. Ao atacar, coloca o outro no lugar de ser odioso, ameaçador e até perigoso, utilizando para isso os estereótipos, as diferenças essencializadas, os modos de ser e de dizer. Segundo Turpin (2023), contudo, ao jogar com as paixões, o discurso de ódio pode se passar como um discurso de indignação ou de advertência, construído com base na lógica agonística²⁴⁸ do bem versus o mal.

5.6 Elegendo o inimigo: a intolerância à identidade coletiva na formação dos discursos de ódio

Segundo Fracchiolla (2023), a intolerância, por sua vez, baseia-se na crença²⁴⁹ e diz respeito tanto à incompreensão quanto à rejeição de ideias, opiniões e comportamentos, sem contar o processo de condenação a tudo o que desagrada no outro. A questão também se liga ao conhecimento sobre os outros e do que constitui sua alteridade, já que, do ponto de vista cognitivo, conhecer permite compreender e, também, aceitar. Na formação dos discursos de ódio, a incompreensão relacionada à crença anda de mãos dadas com a ignorância e a rejeição, mas também com os estereótipos e a discriminação. A ignorância, a preguiça cognitiva, a misantropia e o trauma também podem servir como fontes para um ato de enunciação

²⁴⁸ Debruçamo-nos sobre a questão no capítulo anterior.

²⁴⁹ Exploramos as produções discursivas baseadas em saberes de crença no capítulo dedicado às paixões políticas.

intolerante. Do ponto de vista da AD, a intolerância está inserida numa perspectiva de relações de dominação, em que o julgamento e a crença expressa numa afirmação intolerante não têm outro objetivo além de afirmar e exibir um sistema de valores considerado superior a outros. Sua noção está baseada numa afirmação peremptória e na enunciação de um argumento de autoridade. No nível discursivo, as fontes de intolerância são diversas e podem ser construídas histórica e socialmente, levando a sistematizações ritualizadas, como é o caso da segregação racial resultante da colonização. A intolerância pode surgir, ainda, de desacordos argumentativos e/ou ideológicos, na polêmica, no debate político e nas manifestações de rua.

Outro ponto fundamental ligado à formação dos discursos de ódio é a identidade, ainda que a relação possa não ser tão óbvia à primeira vista. Para Meunier (2023), antes de mais nada, é preciso reiterar a ameaça existencial que o inimigo pode representar à identidade do grupo. O ódio, nesse contexto, tem uma dimensão projetiva e, consequentemente, imaginativa. Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud ([1921]/1997) analisa a submissão ao líder que também pode envolver mecanismos violentos. Os indivíduos pertencentes ao grupo elegem um ideal de “eu” através da figura do líder, alguém cujas características gostariam de introjetar em si mesmos. Através da idealização são desencadeados processos de identificação, num mecanismo regressivo infantil. Em “Totem e Tabu”, o psicanalista ([1913]/2012) fala sobre o ódio originário direcionado à figura do líder, o desejo de tomar seu lugar e a fantasia de sua extinção, fatos que acabam reforçando a coesão grupal. Tal “pai primitivo” é projetado nas figuras políticas, um líder temido, com paixão extrema pela autoridade, protetor do grupo que deseja ser governado por uma força irrestrita. Momentos de insegurança, de crise, de decepção com as instituições, de violação das expectativas e de desesperança são propícios para a fragilização do sentimento de pertencimento. A saída é reforçar os laços grupais através do ódio ao inimigo (comum), o que também pode estar relacionado ao desejo de restaurar a autoridade. O ódio contra um grupo pode ser tão unificador e levar aos mesmos tipos de vínculos emocionais quanto os afetos positivos.

Para Elias (2017), podemos considerar que os sujeitos cultivam não somente imagens de si mesmos como seres individuais, mas também imagens de si como seres pertencentes a determinados grupos designados pelo pronome “nós”. Os valores do grupo são, nesse contexto, considerados símbolos ou até encarnações daquilo que é estruturante da vida pessoal. Em cenários de crise, é comum que os membros de um grupo caiam na adoração de um ideal que está mais ligado ao amor por um modo de vida idealizado, perdido ou ameaçado de desaparecer, do que ao que realmente foi vivido. Quanto mais os membros do grupo se considerarem

superiores e altamente civilizados, maior será a necessidade de defesa de seu estatuto “superior” e mais selvagem será o comportamento.

Ainda de acordo com Elias (2017), cenários de crise também podem fazer com que os membros do grupo tenham ver seu modo de vida, gerador de orgulho, desmoronar. A partir de um sentimento de ameaça existencial, uma espécie de “dissolução do eu” se liga à “hipertrofia do nós”. Tomando como base os estudos eliasianos, Souza (2013) explica que um dos aspectos mais problemáticos para o estudioso seria o fato de que as irrupções de violência permanecem vigentes apesar da sociedade ter passado por um “processo civilizador” e ter atingido altos graus de autocontrole. Com a aparição de novos medos, ansiedades e inseguranças na cena social, há sempre a possibilidade de dissolução do que já foi alcançado, fazendo com que formas de violência e de agressividade antes suprimidas venham à tona. Novos medos, portanto, tornam as propensões descivilizadoras algo emergente e aumentam os níveis de perigo. Diante do exposto ao longo da proposta pesquisa, consideramos que “novos medos” também podem ser interpretados como uma revisitação de medos antigos, já manifestados em diferentes sociedades, como mostra a semelhança entre a linguagem fascista e a adotada pelo discurso neoconservador brasileiro²⁵⁰.

E é aí que a identidade pode deixar de ser um ponto de segurança psicológica e de reforço de sentimentos de autoestima para se tornar uma fonte de insegurança para os sujeitos. Devido ao vínculo de pertencimento a um grupo que está sendo “ameaçado” que o indivíduo também assim se sente. Como observa Meunier (2023), para que o ódio se instale, é preciso que se forme uma confluência entre um discurso (social) de idealização, um “nós” ameaçado por um inimigo e uma disponibilidade psíquica face ao processo de rejeição do diverso em si mesmo. O ideal do “nós” ocupa, então, um lugar crescente na psique dos sujeitos pertencentes ao grupo, fazendo com que eles percebem a ameaça crescente que pesaria sobre a sua identidade de grupo.

Como mostram Lorenzi-Bailly e Guellouz (2019) e Sadoun-Kerber (2021), independentemente de como se manifestam, os discursos de ódio, de violência verbal e de exclusão parecem ocupar parte considerável da internet. Mais do que espaços de comunicação e de expressão, as redes sociais se tornaram cenário de circulação de afirmações identitárias, ponto fundamental para a formação dos discursos de ódio, como vimos nas últimas páginas. As

²⁵⁰ Ver seção 5.5 e capítulo IV, seção 4.7.

redes sociais se apresentam de forma onipresente, afinal, parecemos estar expostos a elas mesmo quando não as usamos diretamente.

Alguns pesquisadores, especialmente no campo das ciências sociais, debruçam-se sobre as recentes transformações sociais e sua relação com a escalada do ódio. Ainda que, logicamente, não faça parte da proposta da pesquisa encontrar as razões para a ascensão dos discursos odiosos, consideramos pertinente apresentar algumas reflexões sobre a questão, em especial, aquelas que se mostram relevantes para o estudo proposto.

Para Venturini e Scherer (2017), por exemplo, manifestações intensas de violência verbal que caracterizam o discurso de ódio tem como característica discursiva a forte oposição cuja repetição e expansão têm promovido uma divisão entre domínios antagônicos, como é o caso dos “não vermelhos” (todos aqueles que rejeitam o PT) e os “vermelhos” (representados pelo PT e petistas). Para as autoras, a ascensão de políticas públicas²⁵¹ voltadas para a parte mais pobre da população brasileira acabou mostrando o quanto podemos ser violentos, em especial, em relação àqueles que receberam apoio governamental. Outra camada da população brasileira, embrutecida e influenciada pelo discurso da grande mídia e da ideologia religiosa cristã, teria encontrado, nos mais pobres, o inimigo responsável por todos os males. Qualquer coisa que figurasse como sustentação do governo petista deveria ser colocada em questão, acentuando-se um discurso violento, do ódio sobre o ódio às políticas de engajamento social²⁵². É o que observamos nas críticas ao Bolsa Família, programa de transferência de renda à população mais pobre, feitas ao longo de anos por representantes do discurso neoconservador. Como explica Singer (2009), o programa possibilitou uma gradual melhora nas condições de vida dos mais pobres e, logicamente, refletiu nos votos recebidos pelo PT. O subproletariado, que até então se mantinha distante de Lula, adere em massa à sua candidatura de 2006. Ao mesmo tempo, observa-se um afastamento da classe média, especialmente dos brasileiros dotados de curso superior²⁵³ que votaram no petista em 2002. Como exemplifica a publicação

²⁵¹ Período que integra os dois primeiros governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁵² Ainda assim, não se pode afirmar que o discurso de ódio no Brasil é um fenômeno recente e nem que se iniciou nos primeiros anos do governo petista, apesar de boa parte dele centralizar-se na rejeição aos movimentos de esquerda e à figura de Lula.

²⁵³ O afastamento também teria sido motivado por escândalos que ligavam o PT à corrupção, como é o caso do “mensalão”.

abaixo, o programa social foi associado à compra de votos e também à manutenção da “preguiça” de seus beneficiários:

Figura 40 – JB faz crítica ao Bolsa Família



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Cercado por imaginários preconceituosos, o Bolsa Família tem seus beneficiários ligados à usurpação dos recursos públicos, à preguiça e à geração de filhos com o único intuito de receber valores mais altos. Ainda que JB, ao longo do tempo, tenha reduzido suas críticas ao programa, chegou a afirmar durante uma *live* nas redes sociais, em 2019, que “filhos de Bolsa família” tem menor desenvolvimento intelectual. Como demonstra Piovezani (2020b), ainda que os sujeitos do povo tenham conseguido, a duras penas, conquistar algum espaço e demonstrar sua voz, ela continua sendo estigmatizada e deslegitimada por aqueles que se identificam com ideologias neoliberais, reacionárias e conservadoras. Ao nomear o programa de “Bolsa-farelo”, o então deputado associa seus beneficiários àqueles que se alimentam de sobras e migalhas, ou, ainda, a animais como bois e porcos que, em geral, são abastecidos por farelos de alimentos quando há a escassez de outros recursos.

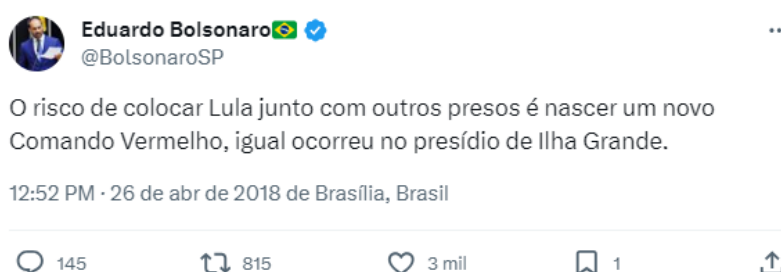
O medo que se transforma em discurso de ódio advém, para as autoras, da memória discursiva²⁵⁴ estruturada por repetições em que movimentos ideológicos à esquerda emergem como representação do mal. Nesse cenário, o presidente Lula e tudo o que a ele se relaciona configura-se como um dos principais alvos do discurso de ódio, manifestado através de diferentes tipos de discriminação que geram a rejeição ao político nordestino, operário e sem curso superior. As pesquisadoras apontam uma rede parafrástica instauradora da repetição, que pode ser resumida em: “Vermelho é comunista” > “O comunismo é do mal e é vermelho” > “O PT é vermelho, por isso é do mal” > “A mídia engloba TODOS os vermelhos, destacando que TODOS são corruptos e são do PT” > “Os vermelhos (PT) estão no poder e vão mudar tudo,

²⁵⁴ Noção adotada sob a perspectiva de Courtine (2014).

inclusive a bandeira do Brasil” > Os vermelhos (PT) são todos corruptos, perigosos e mentirosos”.

Como explica Amossy (2007), a história discursiva do sujeito se forma a partir de um conjunto de informações que possuímos sobre ele, constituídas a partir de diversas produções midiáticas. Se, para a esquerda brasileira, a história discursiva de Lula se liga ao imaginário positivo do homem nordestino que enfrentou a fome e a pobreza, do torneiro mecânico que se tornou Presidente da República, é preciso considerar a enxurrada de imaginários negativos que também circulam sobre sua figura no espaço social, como demonstram as imagens a seguir:

Figura 41 – Perfil de Eduardo Bolsonaro associa Lula à “bandidagem”



Fonte: Perfil de Eduardo Bolsonaro no X (Twitter)

Figura 42 - Revista Veja (março 2016) associa Lula a cobras, símbolo do perigo e do mal, e à figura de Medusa, monstro da mitologia grega



Fonte: Capa da revista *Veja* retirada da internet

Para Singer (2018), a luta de classes pode ser encarada como uma das chaves para a expansão dos discursos violentos, contudo, é preciso levar em conta a existência de fragmentações que tornaram o cenário mais complexo do que o previsto no *Manifesto*

*Comunista*²⁵⁵. Atualmente, entende-se que os antagonismos de classe não se restringem mais à burguesia *versus* proletariado, sendo necessário dar conta de outras inúmeras divisões. De modo semelhante, em “O tempo das paixões tristes”, Dubet (2020) aponta que cóleras e acusações antes consideradas indignas, agora parecem ter direito à “cidadania”, invadindo a internet em diferentes localidades e encontrando expressão política através dos nacionalismos e dos populismos autoritários. Sob o pretexto de se desfazer do “politicamente correto”, ganham permissão os atos de odiar, acusar e denunciar.

Tentando trazer luz ao papel das desigualdades sociais no desdobramento das paixões tristes, o sociólogo supracitado apresenta a hipótese de que é a transformação do sistema de desigualdades que explica as cóleras, os ressentimentos e as indignações dos dias atuais. Se antes as desigualdades pareciam incrustadas na estrutura social, num sistema claramente injusto, mas estável e compreensível, hoje se diversificam e se individualizam, o que muda profundamente as experiências que os sujeitos têm com elas. O neoliberalismo, nesse cenário, trouxe um novo tipo de individualismo, o que foi capaz de fraturar as identidades coletivas e as solidariedades, a civilidade e o controle de si. A sociedade francesa, por exemplo, percebe o aumento das desigualdades mesmo em períodos em que não houve acréscimo estatístico no fenômeno, fato que também relacionamos à percepção dos brasileiros sobre a economia após a intensa onda de protestos ocorrida em 2013, quando a “nova classe média” foi às ruas e a então presidenta DR viu seus índices de aprovação despencarem²⁵⁶.

Para Debord (2020), as clivagens e as desigualdades não param de se multiplicar, sendo cada indivíduo afetado, de certo modo, por elas, mesmo aqueles que não estão nem no topo e nem na base da hierarquia social. Não se trata mais de uma “ampla classe média” a que pertenceriam a maior parte dos indivíduos, mas de uma sociedade fracionada segundo uma infinidade de critérios e de dimensões, de desiguais assalariados mais ou menos bem pagos, protegidos ou precários, diplomados ou não, num bairro chique ou popular, homem ou mulher. As desigualdades são vividas como experiência singular, como um desafio individual, um questionamento do próprio valor, uma humilhação. Assim, as “grandes desigualdades” se

²⁵⁵ No tratado político, são apresentadas formas simplificadas dos antagonismos de classe.

²⁵⁶ Como mostram as reportagens: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> e https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/29/interna_politica,414796/popularidade-da-presidente-dilma-rousseff-cai-27-pontos-e-vai-a-30-diz-datafolha.shtml

tornam menos importantes e significativas, uma vez que estamos dando mais atenção às desigualdades que nos distinguem daqueles com que cruzamos nossos caminhos todos os dias.

Como vimos, aspectos como a polêmica discursiva, a violência verbal e a mobilização dos discursos de ódio estão à serviço da argumentação política. No caso da extrema direita brasileira, percebemos que o ódio não se apresenta gratuitamente, mas é endereçado com viés persuasivo capaz de mobilizar o medo, a angústia e a indignação políticas.

Passaremos, a seguir, para a apresentação das escolhas metodológicas e dos procedimentos de análise da pesquisa.

6. PROPOSTA DA PESQUISA, APRESENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresentaremos, de maneira mais detalhada, o percurso metodológico proposto para a pesquisa. Será abordada a proposta da pesquisa, as etapas das análises quanti-qualitativas, os métodos utilizados e os modos de tratamento do *corpus*. Abordaremos, também, alguns pontos sobre recentes mudanças na plataforma X (*Twitter*).

6.1 Proposta da pesquisa

Conforme detalhado na introdução da pesquisa, propomos uma análise das estratégias retóricas, valores e imaginários políticos que poderiam ser associados a um discurso neoconservador produzido no Brasil, levando-se em consideração a presença de uma dimensão polêmica e do que estudos sobre a política têm chamado de discurso de ódio no *corpus* analisado. Para tal, foi realizada uma análise quanti-qualitativa de publicações realizadas no perfil oficial de JB no X (*Twitter*), entre os anos de 2015 e 2022, a fim de analisar de que maneira eles indiciam valores políticos identificados a um discurso neoconservador. Para o debate proposto, tomaremos como base estudos desenvolvidos pela AD de linha francesa, em especial, pela Semiologia.

Com base na análise proposta, pretende-se responder às seguintes questões: quais seriam os traços de um discurso neoconservador brasileiro? Em quais eixos temáticos, recorrências lexicais, estratégias retóricas, *ethé*, valores ideológicos e imaginários sociodiscursivos ele se baseia? Quais formas linguísticas, escolhas lexicais e expressões formulaicas são utilizadas para evocar tais valores e imaginários?

Para responder às questões propostas, as análises foram divididas em duas etapas. Na primeira delas, de caráter quantitativo, objetivamos verificar as recorrências, no plano verbal, indicadoras do núcleo clássico desse discurso que estamos chamando de neoconservador. Na segunda etapa, de caráter qualitativo, foram selecionadas publicações que discorrem sobre polêmicas na esfera pública, ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB, e, em seguida, realizada a análise dos signos-sintomas mobilizadores de sistemas de valores.

Consideramos que, conforme os estudos da lexicologia política indicam, a presença de determinadas recorrências lexicais em um discurso não garante que o sujeito comunicante, necessariamente, defenda um determinado posicionamento político-ideológico. Em seus estudos, Guilhaumou (1973) explica que o enunciador pode simular o vocabulário de outro

grupo para produzir o discurso desse outro, realizando, assim, um mascaramento. O estudo de tal prática faz com que o pesquisador supramencionado questione se estaria diante, então, de um demagogo, enganador das massas.

Na segunda etapa das análises, de caráter qualitativo, foram utilizadas quatro categorias: *ethos*, imaginários sociodiscursivos, polêmica e violência verbal. Em relação ao *ethos*, nosso intuito foi identificar as imagens projetadas nas publicações selecionadas, apontando aquelas que aparecem com maior frequência e que contribuem para a identificação das estratégias argumentativas adotadas pelo discurso neoconservador. Sobre a polêmica, observamos os interdiscursos que atravessam as publicações e de que modo valores e imaginários são (re) construídos, afirmados e difundidos, levando em consideração também a presença de uma dimensão patêmica. A análise da violência verbal foi realizada nas publicações que possuíam uma dimensão polêmica, observando quais foram as manifestações linguísticas que caracterizaram a violência no ambiente *on-line*, verificando se há ou não a presença de índices que possam sinalizar o que Galinari (2020) e outros têm chamado de “Discurso de Ódio”. Sobre este último, nosso intuito era realizar uma análise descritiva dos procedimentos enunciativos que manifestam o fenômeno, contribuindo para o avanço nos estudos sobre o discurso político. O mesmo procedimento foi adotado durante a identificação dos valores, *ethé* e imaginários sociodiscursivos presentes nas publicações, com o objetivo de contribuir para a produção de dados sobre o funcionamento enunciativo dos fenômenos.

As polêmicas públicas levantadas na segunda etapa das análises giram em torno dos seguintes aspectos: o uso da linguagem bélica de caráter verbo-visual; as críticas às manifestações culturais, associadas ao obsceno e ao escatológico; a criminalização da esquerda e sua relação com os negacionismos e as teorias conspiracionistas; os ataques endereçados à imprensa e a grupos minoritários. Ainda que traços dos quatro eixos temáticos possam ser percebidos ao longo das análises, escolhemos priorizar a seleção de publicações que giravam, majoritariamente, em torno dos eixos “Em defesa da família” e “Ataque ao inimigo”, por sua força enunciativa e pela alta recorrências de palavras-chave observada na etapa quantitativa, comumente associadas aos dois eixos mencionados.

Nossa escolha pelo recorte temporal proposto justifica-se por compreender a destituição da presidenta DR do cargo²⁵⁷, momento que consideramos fundamental para o aumento da ventilação do discurso neoconservador nas redes sociais e, em especial, da popularidade do então deputado JB. Como mencionam Checchia et al. (2023), um conservadorismo radical brasileiro ganhou repercussão especialmente após o *impeachment*, com um aumento da popularidade de JB, então deputado, ligado a redes religiosas, militares e ao agronegócio, além de sua participação em polêmicas, programas humorísticos, de TV, *webtv*, rádio e *podcasts*. O recorte também compreende a campanha eleitoral de 2018, o que possibilitou a análise das discursividades políticas e bases temáticas que culminaram na eleição democrática de um representante da extrema direita. Compreendemos, ainda, o mandato presidencial de JB por considerarmos que o período abarca polêmicas públicas relevantes para a evidência dos mecanismos que compõem a retórica neoconservadora, agora detentora do poder Executivo e fora do papel de oposição (ocupado durante os quatorze anos do governo petista). Por fim, introduzimos o período que compreende a campanha eleitoral de 2022, quando o político em questão enfrentou Lula, seu principal adversário e tradicional representante da esquerda brasileira. Lembrando que, apesar da vitória de Lula, a eleição de 2022 teve a menor diferença de votos da história, pouco mais de dois milhões entre os dois candidatos no segundo turno, o que sinaliza a manutenção da relevância do discurso neoconservador e das recorrências nos planos verbal e icônico, capazes de mobilizar sistemas de valores que colaboraram para a intensa rejeição do eleitorado a uma vitória do PT.

6.2 Etapas da análise quanti-qualitativa

Para facilitar a compreensão, apresentaremos, a seguir, um detalhamento das etapas de análise:

- i) a primeira etapa, de natureza quantitativa, foi realizada a partir da possibilidade de rastreabilidade do tecnodiscurso. Através da ferramenta de busca avançada²⁵⁸, disponibilizada pela própria plataforma do X (*Twitter*), é possível selecionar filtros que delimitam as publicações mostradas segundo períodos de tempo, idiomas, uso de *hashtags*, menções, engajamento (número mínimo de curtidas,

²⁵⁷ O processo de *impeachment* de DR teve início em 2 de dezembro de 2015 e foi concluído em 31 de agosto de 2016. Para a análise proposta, o primeiro recorte de tempo observado compreendeu a data de início do processo até a conclusão da campanha eleitoral de 2022, ou seja, de 2 de dezembro de 2015 até 30 de outubro de 2022.

²⁵⁸ <https://twitter.com/search-advanced>

respostas e republicações), entre outras possibilidades. Através da filtragem, realizamos uma busca por publicações no perfil oficial de JB que continham determinadas palavras-chave ou conjunto de palavras-chave correlatas, incluindo sua presença em *hashtags*. A busca foi realizada para os três períodos de tempo mencionados acima. Após a filtragem realizada pela ferramenta, foi possível mensurar, manualmente, o número de repetições de cada palavra-chave buscada, verificando, assim, recorrências no plano verbal, do que constituiria um possível núcleo semântico clássico que poderia caracterizar os principais traços desse discurso que chamamos de neoconservador. Para facilitar a visualização dos resultados, classificamos cada palavra-chave ou conjunto de palavras-chave coletadas em grandes eixos temáticos.

- ii) na segunda etapa, de caráter qualitativo, foram selecionadas²⁵⁹, dentro do recorte temporal, 19 publicações²⁶⁰ que discorrem sobre polêmicas na esfera pública e que estão ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB, tomando como base, especialmente, os estudos da Ciência Política. Além desse núcleo clássico, aferimos, através da análise quantitativa (recorrências verbais), resultados que poderiam nos oferecer outras pistas sobre a constituição dos valores, imagens, imaginários, formações lexicais e características discursivas sobre os quais se baseia o discurso neoconservador analisado.

6.3 Métodos e modos de tratamento

O principal método adotado para a pesquisa é de natureza representacional e interpretativa e o objeto de estudo definido através de hipóteses de representações sócio-discursivas e sócio-históricas. Como explica Charaudeau (2011), em tais tipos de estudo, as hipóteses são interpretativas pela necessidade de formulá-las, pelo menos inicialmente, sobre o que são os posicionamentos sociais relacionados às práticas discursivas e os tipos de sujeitos a eles ligados. De natureza interdiscursiva, o *corpus* que constitui a análise qualitativa é formado por um conjunto do que o linguista chama de signos-sintomas, formados por palavras, fórmulas diversas reveladoras de maneiras de dizer e signos icônicos (encenações com imagens), capazes de representar sistemas de valores.

²⁵⁹ A coleta do material foi realizada por meio da ferramenta *print screen*, utilizado para a captura de tela.

²⁶⁰ A seleção foi necessária devido ao extenso número de publicações coletadas.

Destacamos que abordagens metodológicas foram conjugadas para melhor formular nossos gestos interpretativos. Estamos lidando com um *corpus* nativamente digital, o que, como explica Paveau (2017), requer atenção aos elementos e recursos linguageiros e não linguageiros apresentados, levando-se em consideração a natureza técnica do componente estrutural do tecnodiscurso e características como a capacidade de *rastreabilidade* (a partir da investigabilidade podemos localizar e coletar, através de ferramentas de busca e de redocumentação, discursos digitais produzidos anteriormente), de *relacionalidade* (já que os discursos digitais estão todos inscritos numa relação com outros discursos) e sua *composição* (podem mobilizar simultaneamente texto, imagem fixa ou animada e sons). Portanto, certas especificidades do tecnodiscurso produzido no X (*Twitter*) e elencadas no capítulo III serão levadas em consideração na análise proposta, incluindo o limite de caracteres por mensagem, a simulação da linguagem oral e o processo de iconização, verificando se tais fenômenos estão a serviço da projeção de imagens e imaginários, do agenciamento da polêmica e da violência verbal.

O modo de tratamento é quanti-qualitativo, seguindo os estudos de Gil (2002), e a coleta de dados obedeceu à uma ordem documental de recolhimento, descrição e classificação. A escolha pelo tratamento de natureza quantitativa foi possível graças à existência de ferramenta técnica, disponibilizada pela plataforma do X (*Twitter*), que possibilitou o levantamento de recorrências no plano verbal passíveis de nos permitir formular possíveis interpretativos que possam indicar o que comumente tem sido chamado de discurso neoconservador. Como mencionado, essa primeira etapa contribuiu, através do fornecimento de pistas lexicais, para a análise de natureza qualitativa realizada a seguir, em que foram observados os signos-sintomas formadores mobilizados pelos sujeitos enunciadore dos *tweets* que integram o *corpus*. Seguindo a perspectiva metodológica proposta por Charaudeau (2011), percebemos que o sentido das palavras é sempre plural, não apenas por sua polissemia, mas também por uma “polidiscursividade” adquirida segundo contextos linguísticos, paratextuais e interdiscursivos. Tais observações, contudo, são difíceis de serem medidas quantitativamente, sendo necessária, após a realização de levantamentos lexicométricos, uma descrição de natureza qualitativa que considere as redes de interdiscursividade.

Também levaremos em consideração, seguindo a proposta de Maingueneau (2017) mencionada no capítulo III, a existência de uma cenografia digital, que comporta uma dimensão *iconotextual* (ligada às imagens que se apresentam na tela), uma *arquitetural* (afinal, um *site* é

uma rede de páginas dispostas de determinado modo) e uma *procedimental* (cada *site* é, também, uma rede de instruções). Um efeito monofônico nas mensagens também será considerado, afinal, mesmo que a estrutura seja dialógica (e não dialogal), pode ser observado um entrecruzamento de discursos que formam um conjunto de confrontos verbais, num fluxo de enunciados que se atravessam.

Como explica Barros (1997), na visão bakhtiniana, o dialogismo deve ser considerado um princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Este último, por sua vez, não é individual, pois se constrói pelo menos entre dois interlocutores (seres sociais) e também porque se constitui como um “diálogo entre discursos”, ou seja, mantém relações com outros discursos. Assim, o dialogismo define o texto como um tecido de muitas vozes, de muitos textos ou discursos que se entrecruzam, se completam, respondem uns aos outros ou polemizam no interior do texto. De todo modo, é preciso distinguir a existência de um dialogismo interno ao discurso (em que se reproduzem os diálogos com outros discursos) das relações que podem se estabelecer externamente entre os textos.

Ainda de acordo com Barros (1997), é preciso considerar uma distinção entre dialogismo e polifonia. Na primeira noção, temos o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso. A segunda noção, por sua vez, é utilizada para caracterizar determinado tipo de texto em que o dialogismo se deixa ver e em que são percebidas muitas vozes, numa oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. Ainda que o diálogo seja uma condição da linguagem e do discurso, há textos polifônicos e textos monofônicos, a depender das estratégias discursivas empregadas. Nos textos polifônicos, os diálogos são aparentes, deixam-se ver; nos textos monofônicos, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único.

Outro ponto que se mostrou relevante para nós está ligado à comunicação visual presente nas análises qualitativas. Como explica Charaudeau (2013b), os processos envolvidos na construção de sentido da comunicação icônica (audiovisual, fotografia, pictórica, dentre outras) não são tão simples de serem analisados. Em contextos políticos, por exemplo, os elementos visuais podem ser utilizados para manipular imaginários. Ao se debruçar sobre os elementos visuais que compõem seu *corpus*, o analista é envolvido por questões diversas relacionadas aos efeitos produzidos e possíveis interpretações, fazendo com que a análise possa ser considerada até mais desafiadora do que a da linguagem verbal. Por isso, ao lidarmos com o icônico, é fundamental considerar os possíveis efeitos provocados, a depender dos

imaginários mobilizados a partir da recuperação de índices e do trabalho de inferência daquele que observa, considerando o contexto em que foram produzidos e expostos. “Os índices são repetidos e interpretados em função dos imaginários latentes que se encontram na memória daquele que olha” (2013b, p. 393).

Na comunicação verbal partilhamos uma língua, procedimentos de construção frástica, procedimentos de discursivização e mecanismos interacionais. Na comunicação icônica, por sua vez, os processos envolvidos na construção, transmissão e interpretação dos sentidos podem não ser tão assinaláveis. Por isso, para Charaudeau (2013b), é preciso levar em conta que a ideologia das mídias da informação é a da dramatização voltada para a capitalização do público, e que, nem sempre, haverá preocupação com os efeitos produzidos pelas mensagens visuais e sua aliança com a verdade, questão que também pode ser inferida ao discurso político aqui analisado.

De modo semelhante, Galinari (2013) considera que as tecnologias da informação e do audiovisual produziram uma espécie de “era das imagens” em que relações sociais são mediadas por imagens e suas significações, o que se aproxima da noção de espetacularização, marcada por relações mediatizadas e pela vida humana cercada pelas aparências. Nesse cenário, cabe ao analista considerar nuances como as condições de produção, os possíveis imaginários mobilizados e até as possíveis consequências comportamentais e ideológicas de sua circulação social. Lembrando que os signos linguísticos também podem ser tratados em sua dimensão visual, afinal, escolhas estilísticas das linhas e formas utilizadas na linguagem verbal, suas cores, fontes e tamanhos podem configurar estratégias icônico-discursivas que terão impacto no processo de produção de sentido. Nesse sentido, de modo semelhante aos autores supracitados, compreendemos que os elementos visuais analisados, aliados a um possível contexto, são capazes de projetar visualmente algo que também é da ordem do *logos*, do *ethos* e do *pathos*.

6.4 Mudanças recentes na plataforma X (Twitter)

Antes de iniciarmos a apresentação das análises, consideramos necessário mencionar, ainda, certas mudanças ocorridas na plataforma X (Twitter). Em 2022, a rede social foi comprada pelo bilionário Elon Musk, passando a se chamar X a partir de 2023²⁶¹. Contudo, optamos por manter as nomenclaturas utilizadas na rede social durante o período da coleta de

²⁶¹ Atualmente, quem acessa o site twitter.com pode entrar na plataforma normalmente. Acesso em: 19 mar. 2024.

dados da pesquisa, que contemplou os anos de 2015 a 2022. Como menciona Filippini (2022), não se pode ignorar a relação direta que a internet estabelece com as economias neoliberais, a desinformação e a chamada “liberdade de expressão”. Musk chegou a afirmar que fundaria sua própria rede social, buscando por uma “praça da cidade digital onde são debatidos assuntos vitais para o futuro da humanidade”²⁶², além de expressar seu desagrado quanto às diretrizes da plataforma que estariam oprimindo a liberdade de se expressar dos indivíduos e de emitir opiniões.

Não é nosso intuito dissertar sobre a compra da plataforma ou mudanças ocasionadas, visto que as alterações ocorreram após o período que contempla a coleta de dados, além de não gerar impactos sobre os possíveis resultados. Contudo, é preciso lembrar que o movimento defensor da chamada “liberdade de expressão” se cruza com o discurso neoconservador promulgado por figuras como JB, que assume a identidade do sujeito que fala o que pensa sem rodeios e de forma “autêntica”. O neoconservadorismo, somado ao posicionamento de Musk²⁶³, pode catalisar, nesse sentido, fenômenos como a retórica do ódio nesta e em outras plataformas digitais.

Tendo relatado os procedimentos e escolhas metodológicas, iniciaremos, a seguir, a apresentação das análises quantitativas.

²⁶² A publicação está disponível em: <https://twitter.com/elonmusk/status/1518677066325053441> Acesso em: 11 de março 2024.

²⁶³ Amplamente divulgada pela imprensa, Musk entrou, em 2024, numa espécie de disputa de poder com o ministro do STF, Alexandre de Moraes, chamando-o de “ditador”. O bilionário ameaçou desbloquear perfis da rede social que enfrentavam problemas judiciais pela disseminação de informações falsas. O ministro, por sua vez, determinou a inclusão de Musk no inquérito das milícias digitais, responsável pela investigação de *fake news*. No imbróglio causado pelas acusações do bilionário, iniciativas da oposição ao governo Lula tentaram impulsionar projetos de lei que garantissem a “liberdade de expressão” por meio de artifícios como a proibição da censura a publicações nas redes sociais. Os acontecimentos podem ser rememorados aqui: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/04/6834305-musk-x-moraes-entenda-a-discussao-e-repercussao.html> e aqui <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/oposicao-tenta-emplacar-projetos-anticensura-em-meio-a-briga-de-musk-e-moraes/>

7. ANÁLISE QUANTITATIVA DE RECORRÊNCIAS LEXICAIS E EXPRESSÕES FORMULAICAS NO DISCURSO ANALISADO

Passaremos, agora, para a apresentação das recorrências no plano verbal observadas no perfil oficial de JB, em cada período de tempo. Nosso objetivo é verificar algumas das formas linguísticas e expressões formulaicas presentes no discurso neoconservador, utilizando, como estudo de caso, o perfil de JB no X (*Twitter*).

7.1 Recorrências lexicais segundo o período de tempo

Para facilitar a visualização dos resultados, organizamos os dados coletados nos quadros 1 e 2. Indicamos, numa coluna específica, o que chamamos de grande eixo temático a que cada palavra-chave ou conjunto de palavras-chave comumente²⁶⁴ se associa. São eles: “Ataque ao inimigo”, “Patriotismo”, “Em defesa da família” e “Livre mercado”. Destacamos, contudo, que a classificação segundo eixos temáticos teve como intuito somente nortear o trabalho de análise²⁶⁵, possibilitar sua organização e oferecer pistas sobre a formação das bases retóricas do discurso neoconservador.

Para a seleção das palavras-chave e divisão das recorrências em grandes eixos temáticos, tomamos como base os principais valores norteadores do discurso da extrema direita, a partir, especialmente, dos estudos de Bobbio (1995), Miguel (2018) e Charaudeau (2020) apresentados no capítulo IV.

De modo semelhante às concepções de tais autores sobre a retórica mobilizada pela extrema-direita, Lacerda (2018) considera o neoconservadorismo um movimento político contrário à intervenção do Estado na redução das desigualdades e que apresenta reações ao movimento feminista e LGBTQIA+. Tal classificação contribuiu para a seleção das palavras-chave e sua divisão em grandes eixos temáticos.

Foram selecionadas para observação das recorrências, as seguintes palavras-chave: *Lei Rouanet; Lula; Dilma, Dilma Rousseff; esquerda, esquerdista, socialismo, socialista,*

²⁶⁴ Dizemos “comumente” pois, devido à extensão do *corpus*, não foi possível uma investigação independente de cada uma das publicações que continha uma ou mais de uma das palavras-chave selecionadas. Assim, optamos por classificar as palavras-chave ou conjunto de palavras-chave de acordo com o eixo temático a que geralmente estão associadas.

²⁶⁵ Uma vez que a mesma palavra-chave pode se referir a mais de um eixo temático ou, até mesmo, a nenhum deles, caso analisássemos caso a caso.

comunismo, comunista; Lava Jato; Mensalão; Corrupção; PT; Venezuela; venezuelano; venezuelana; cuba; cubano; cubana; Arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias; PM; Exército; FFAA; FA; marinha; aeronáutica; capitão; Missão; Cristo; cristão; cristãos; Jesus; Deus; Imprensa; Mídia; Globo; Mentir; mentira; mentiroso; mentirosa; mentindo; Família; Liberdade; Liberdade de expressão; Propriedade privada; Livre mercado; Doutrinação nas escolas; Escola sem partido; Kit gay; Cidadão de bem; Moral; moralidade; Aborto; Ideologia de gênero; Doutrinação ideológica; Ditadura; Patriotismo; pátria; patriota; hino; bandeira; nação.

As palavras-chave foram agrupadas segundo os eixos temáticos, como demonstrado no quadro 1. A escolha das palavras está ligada aos períodos de tempo analisados, que contemplam polêmicas públicas que poderiam indicar determinadas recorrências no campo discursivo. Cada eixo temático, portanto, contém palavras-chave que remetem a fatos relevantes da história política recente, a disputas ideológicas em pauta, às condições de produção que possibilitaram seu uso como demarcador identitário que pode ser associado a um discurso neoconservador, cujos traços buscamos evidenciar segundo os diversos estudos da Ciência Política com os quais dialogamos anteriormente.

Como explica López (2016), pesquisadores podem se deparar com certas dificuldades ao tentar identificar a formação identitária do político, sendo necessário buscar saídas metodológicas que ajudem a compreender o fenômeno de maneira mais ampla e não apenas em manifestações isoladas. Para a estudiosa, a contemplação dos eixos temáticos é uma forma de identificar os tópicos que atravessam todos os níveis de construção do discurso e, por isso, a metodologia adotada deve considerar tais unidades. De modo semelhante, as seleções lexicais²⁶⁶ devem ser observadas, afinal, elas são capazes de indicar quem é o sujeito que fala e de que modo ele estabelece sua identidade política e ideológica.

Devido às limitações da ferramenta de pesquisa, observaremos, nesta etapa, somente as palavras-chave captadas em publicações escritas dentro da própria plataforma, excetuando as

²⁶⁶ Segundo López (2016), a observação da alteridade também pode dar pistas sobre a identidade do ator. Isso porque muitos políticos adotam a estratégia de construção da identidade relacional, utilizada quando se diz quem é explicitando quem são os outros e como se relaciona com eles. Para a pesquisadora, políticos que não optaram pela identidade relacional, fixando-se em dizer quem são sem destacar seu posicionamento perante os outros tiveram menos sucesso na construção de identidades carismáticas.

recorrências que aparecem em imagens ou vídeos. Também para facilitar o processo de recolhimento dos dados, algumas palavras-chave correlatas foram buscadas em conjunto.

Vejamos os resultados obtidos segundo cada período de tempo:

Quadro 2 - Recorrências no plano verbal observadas no perfil do X (*Twitter*) de JB, por período de tempo, a partir da busca avançada do X (*Twitter*)

Palavras-chave	Recorrência durante e após o processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff (2 dez. 2015 a 15 ago. de 2018)	Recorrência durante a campanha eleitoral de 2018 (16 ago. 2018 a 28 out. 2018)	Recorrência durante o mandato presidencial (01 jan. 2019 a 15 ago. 2022)	Recorrência durante a campanha eleitoral de 2022 (16 ago. 2022 a 30 out. 2022)	Grande eixo temático a que comumente se associa
<i>Lei Rouanet</i>	03	0	07	0	Ataque ao inimigo
<i>Lula</i>	63	02	15	35	Ataque ao inimigo
<i>Dilma; Dilma Rousseff</i>	30	01	0	08	Ataque ao inimigo
<i>esquerda; esquerdista; socialismo; socialista; comunismo; comunista</i>	80	22	50	17	Ataque ao inimigo
<i>Lava Jato; Mensalão</i>	39	14	11	0	Ataque ao inimigo
<i>Corrupção</i>	47	28	50	28	Ataque ao inimigo
<i>PT</i>	64	50	49	34	Ataque ao inimigo
<i>Venezuela; venezuelano; venezuelana; cuba; cubano; cubana.</i>	33	15	63	10	Ataque ao inimigo
<i>Arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas;</i>	71	21	53	24	Em defesa da família

<i>segurança; polícia; polícias; PM.</i>					
<i>Exército; FFAA; FA; marinha; aeronáutica; capitão;</i>	51	02	50	04	Patriotismo
<i>Missão</i>	06	05	51	02	Patriotismo
<i>Cristo; cristão; cristãos; Jesus; Deus</i>	51	18	52	34	Em defesa da família
<i>Imprensa; Mídia; Globo</i>	99	32	51	17	Ataque ao inimigo
<i>Mentir; mentira; mentiroso; mentirosa; mentindo.</i>	39	07	30	10	Ataque ao inimigo
<i>Família.</i>	23	11	47	20	Em defesa da família
<i>Liberdade</i>	44	15	48	42	Livre mercado
<i>Liberdade de expressão</i>	05	01	12	03	Ataque ao inimigo; Em defesa da família
<i>Propriedade privada</i>	10	01	02	03	Livre mercado
<i>Livre mercado</i>	0	03	02	04	Livre mercado
<i>Doutrinação nas escolas</i>	01	0	0	0	Em defesa da família
<i>Escola sem partido</i>	02	0	0	0	Em defesa da família
<i>Kit gay</i>	0	0	0	0	Em defesa da família
<i>Cidadão de bem</i>	09	01	06	0	Em defesa da família
<i>Moral; moralidade</i>	03	0	10	0	Em defesa da família
<i>Aborto</i>	05	03	17	13	Em defesa da família
<i>Ideologia de gênero</i>	06	01	06	03	Em defesa da família
<i>Doutrinação ideológica</i>	13	02	01	0	Em defesa da família
<i>Ditadura</i>	17	05	12	02	Patriotismo; Ataque ao inimigo

<i>Patriotismo; pátria; patriota; hino; bandeira; nação.</i>	27	13	52	29	Patriotismo
--	----	----	----	----	-------------

Fonte: Elaborado pela autora

7.1.1 Pistas sobre a formação das bases retóricas de um discurso neoconservador

Como observado acima, algumas palavras-chave ou conjuntos de palavras-chaves tiveram seu ápice de recorrências no período de 2015 a 2018, ou seja, durante e após o *impeachment* de DR. Tal observação nos dá pistas sobre as bases lexicais sobre as quais se fundamentou o discurso neoconservador em tela. São elas: *Lula; Dilma, Dilma Rousseff; esquerda, esquerdista, socialismo, socialista, comunismo e comunista; Lava Jato e Mensalão; PT; arma, armas, armamento, armado, armada, bélico, bélica, armamentos, armamentista, armamentistas, segurança, polícia, polícias e PM; Exército, FFAA, FA, marinha, aeronáutica e capitão; imprensa; mídia e Globo; propriedade privada; doutrinação nas escolas; escola sem partido; cidadão de bem; doutrinação ideológica e ditadura.*

Sobre tal fenômeno, gostaríamos de destacar alguns pontos. O primeiro deles se refere aos conjuntos de palavras-chave *esquerda, esquerdista, socialismo, socialista, comunismo e comunista* e *“arma, armas, armamento, armado; armada, bélico, bélica, armamentos, armamentista, armamentistas, segurança, polícia, polícias e PM* que, além de obterem um total elevado de recorrências na soma de todos os recortes de tempo, também apresentaram o maior número de repetições no primeiro período analisado, ou seja, durante e após o *impeachment* de DR. Tais observações nos levam a crer que a retórica de JB utilizou, prioritariamente, tais recorrências lexicais como base fundadora de valores e ideários políticos que se alinham a um discurso neoconservador.

A palavra-chave *Lula* também teve o ápice de recorrências nos anos anteriores à eleição de JB, ou seja, durante e após o processo de *impeachment* de DR. O baixo número de referências a Lula durante a campanha de 2018, contudo, pode ser justificado por outra figura ter ocupado o posto de principal adversário: naquelas eleições, Fernando Haddad era o representante do PT no pleito, após Lula ter sido considerado inelegível pelo TSE²⁶⁷.

²⁶⁷ Durante a campanha de 2018, o TSE indeferiu o registro da candidatura de Lula que, até então, disputava a presidência. Lembrando que Lula foi preso em abril de 2018, sob a acusação de aceitar um apartamento triplex como pagamento de propina. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/ex-presidente-lula-e-solto-apos-580-dias-presos-na-policia-federal-em-curitiba.shtml> Acesso em: 25 mar. 2024.

É preciso levar em consideração, ainda, que a elevação das menções a Lula durante a campanha eleitoral de 2022 pode ser justificada pela disputa direta que os dois personagens travaram durante o pleito. Apesar de menor, se comparado com o primeiro período de tempo analisado, o número de recorrências ainda é expressivo, pois engloba apenas os três meses da campanha (agosto a outubro de 2022). Também observamos que a palavra-chave *Lula* obteve menções durante o período que compreende o mandato presidencial de JB.

A palavra-chave *PT*, por sua vez, apesar de também apresentar sua maior recorrência no primeiro período observado, obteve números expressivos em outros recortes de tempo, com a segunda maior soma de menções. Os resultados evidenciam a relevância do PT e de Lula na formação e continuidade das imagens e imaginários que ligam a esquerda a uma ameaça que precisa ser constantemente combatida, o que discutiremos na seção 7.3.

Referências diretas às palavras-chave *Dilma* e *Dilma Rousseff*, por sua vez, caíram drasticamente ao longo do tempo, fato que pode ser justificado por sua saída do poder e consequente queda da relevância da petista para o discurso neoconservador. O mecanismo de busca avançada da plataforma X (*Twitter*) não registrou qualquer recorrência das palavras-chave *Dilma* e *Dilma Rousseff* durante o mandato presidencial de JB, nos anos de 2019 a 2022.

Gostaríamos de destacar, ainda, que menções às palavras-chave *exército*, *FFAA*, *FA*, *marinha*, *aeronáutica* e *capitão*, apresentaram alta tanto no primeiro período analisado quanto ao longo do governo Bolsonaro, o que evidencia o uso de tais recorrências como estratégia para ligar a política à força do exército brasileiro e a um ideal patriota, como veremos na seção 7.6.

Por fim, as palavras-chave *Lava-Jato* e *Mensalão* também tiveram seu ápice de recorrências no primeiro recorte temporal observado, com queda nos períodos seguintes. O fenômeno pode ser justificado pela saída das pautas do centro dos debates públicos e dos principais canais de imprensa, além dos desdobramentos da imagem de Sérgio Moro²⁶⁸ durante o governo de JB.

²⁶⁸ Ex-magistrado que ganhou notoriedade por seu envolvimento na Operação Lava Jato e na prisão de Lula pelo que ficou conhecido como o caso do triplex de Guarujá. Após a eleição de JB, Moro tornou-se ministro da Justiça e Segurança Pública. Em 2021, o STF anulou as condenações definidas por Moro na Lava Jato e considerou o ex-magistrado parcial na análise do caso que levou Lula à prisão.

7.2 Número total de recorrências lexicais de 2015 a 2022

Agora, observaremos o número total de recorrências considerando a soma de todos os períodos de tempo selecionados.

Quadro 3 - Número total de recorrências no plano verbal, em todos os períodos analisados, a partir da busca avançada do X (*Twitter*).

Palavras-chave	Total de recorrências em todos os períodos de tempo	Grande eixo temático a que comumente se associa
<i>Imprensa; Mídia; Globo</i>	199	Ataque ao inimigo
<i>PT</i>	197	Ataque ao inimigo
<i>esquerda; esquerdista. socialismo; socialista; comunismo; comunista</i>	169	Ataque ao inimigo
<i>Arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias; PM.</i>	169	Em defesa da família
<i>Cristo; cristão; cristãos; Jesus; Deus</i>	155	Em defesa da família
<i>Corrupção</i>	153	Ataque ao inimigo
<i>Liberdade</i>	149	Livre mercado
<i>Venezuela; venezuelano; venezuelana; cuba; cubano; cubana</i>	121	Ataque ao inimigo
<i>Patriotismo; pátria; patriota; hino; bandeira; nação.</i>	121	Patriotismo

<i>Lula</i>	115	Ataque ao inimigo
<i>Exército; FFAA; FA; marinha; aeronáutica; capitão</i>	107	Patriotismo
<i>Família</i>	101	Em defesa da família
<i>Mentir; mentira; mentiroso; mentirosa; mentindo</i>	86	Ataque ao inimigo
<i>Lava Jato; Mensalão</i>	64	Ataque ao inimigo
<i>Missão</i>	64	Patriotismo
<i>Dilma; Dilma Rousseff</i>	39	Ataque ao inimigo
<i>Aborto</i>	38	Em defesa da família
<i>Ditadura</i>	36	Patriotismo; Ataque ao inimigo
<i>Liberdade de expressão</i>	21	Ataque ao inimigo; Em defesa da família.
<i>Propriedade privada</i>	16	Livre mercado
<i>Cidadão de bem</i>	16	Em defesa da família
<i>Ideologia de gênero</i>	16	Em defesa da família
<i>Doutrinação ideológica</i>	16	Em defesa da família
<i>Lei Rouanet</i>	10	Ataque ao inimigo
<i>Moral; moralidade</i>	10	Em defesa da família; Ataque ao inimigo
<i>Livre mercado</i>	9	Livre mercado
<i>Escola sem partido</i>	2	Em defesa da família
<i>Doutrinação nas escolas</i>	1	Em defesa da família
<i>Kit gay</i>	0	Em defesa da família

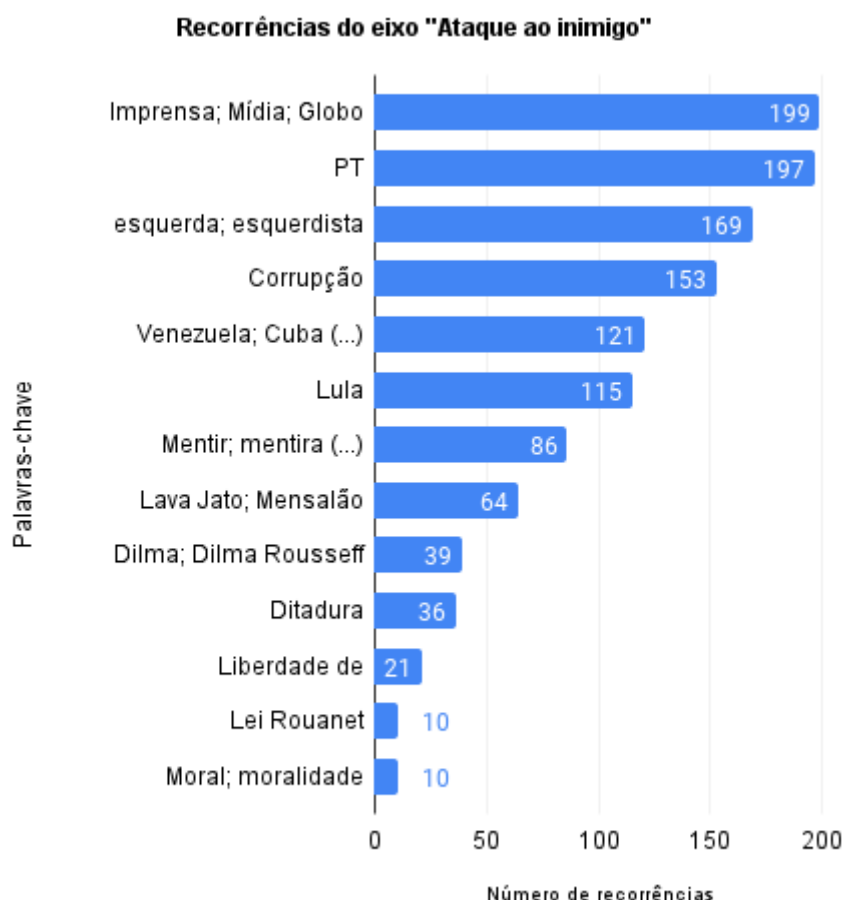
Apresentaremos, a seguir, algumas observações sobre os resultados acima, fragmentando-as segundo os quatro grandes eixos temáticos selecionados: “Ataque ao inimigo”, “Em defesa da família”, “Livre mercado e “Patriotismo”.

7.3 Eixo “Ataque ao inimigo”

Optamos por reunir os ataques à esquerda à imprensa tradicional num único eixo temático, que chamamos de “Ataque ao inimigo”. Para identificar tais recorrências, foram selecionadas as seguintes palavras-chave ou conjuntos de palavras-chave: *imprensa, mídia e Globo; PT; esquerda, esquerdista, socialismo, socialista, comunismo e comunista; corrupção; Venezuela, venezuelano, venezuelana, Cuba, cubano e cubana; Lula; mentir, mentira, mentiroso, mentirosa e mentindo; Lava Jato e Mensalão; Dilma e Dilma Rousseff; ditadura; liberdade de expressão; Lei Rouanet e moral e moralidade.*

O gráfico a seguir apresenta as recorrências das palavras-chave e conjuntos de palavras-chave no eixo “Ataque ao inimigo”.

Gráfico 1 - Recorrências verificadas no eixo “Ataque ao inimigo” através da busca avançada do X (Twitter).



Fonte: Elaborado pela autora

Como observado no gráfico 1, o conjunto de palavras-chave *imprensa, mídia e Globo* reuniu 199 recorrências (maior número total de menções); a palavra-chave *PT* reuniu, individualmente, 197 recorrências (segundo maior número); o conjunto de palavras-chave que se referem a movimentos ideológicos de esquerda (*esquerda; esquerdista; socialismo; socialista; comunismo; comunista*) reuniu 169 recorrências (terceiro maior número, empatado com as recorrências *arma, armas, armamento, armada, bélico...*); a palavra-chave *corrupção* reuniu 153 recorrências; o conjunto de palavras-chave que se refere a países supostamente relacionados a regimes ditatoriais de esquerda (*Venezuela; venezuelano; venezuelana; Cuba; cubano; cubana*) reuniu 121 recorrências; a palavra-chave *Lula* reuniu, individualmente, 115 recorrências; o conjunto de palavras-chave que se refere ao ato de mentir (*mentir; mentira; mentiroso; mentirosa; mentindo*), comumente associado aos inimigos do movimento neoconservador reuniu, ao todo, 86 recorrências; as palavras-chave *Lava Jato* e *Mensalão*

reuniram, juntas, 64 recorrências; a palavra-chave *Dilma Rousseff* reuniu, individualmente, 39 recorrências; a palavra-chave *ditadura*, comumente associada a países supostamente relacionados a regimes ditatoriais de esquerda reuniu, individualmente, 36 recorrências (que também integram o eixo temático *Patriotismo*); a palavra-chave *liberdade de expressão* reuniu, individualmente, 21 recorrências (que também se referem ao eixo temático “Em defesa da família”) e a palavra-chave *Lei Rouanet* reuniu, individualmente, 10 recorrências.

É preciso levar em consideração que as palavras-chave *ditadura*, *liberdade de expressão* e *moral e moralidade* também apresentam recorrências relevantes nos eixos temáticos *Patriotismo* e *Em defesa da família*, questão que será relatada ao longo da apresentação das observações.

Também pontuamos, novamente, que a mesma palavra-chave pode se referir a mais de um eixo temático ou, até mesmo, a nenhum deles, caso fosse realizada uma análise individual de cada uma das publicações selecionadas pela ferramenta “busca avançada”, do X (*Twitter*), utilizada pela pesquisa.

Em seus estudos sobre a ascensão do populismo de direita nos EUA e na Europa, Wodak e Krzyzanowski (2017) apontam a relevância do uso agressivo, ofensivo e, até então, não convencional das redes sociais, especialmente do X (*Twitter*). Os autores citam a eleição de Donald Trump, em 2016, como exemplo de ataque aos oponentes e à imprensa através do uso de *tweets*. Na Europa, os pesquisadores citam Norbert Hofer, político por eles considerado de extrema direita e que concorreu à presidência da Áustria, também em 2016, utilizando o *Facebook* para atrair uma comunidade de “fãs”. Ainda que o populismo, especialmente o de direita, apresente variações em suas características a depender do local em que ganha corpo, o que se observa é uma junção entre formatos discursivos tradicionais e os novos meios de ação e comportamento político. Ainda de acordo com os autores supramencionados, a exposição excessiva de figuras políticas, a provocação intencional e constante de escândalos e a dinâmica de vitimização baseada em conspirações, negações e mentiras tem levado o populismo de direita à ascensão. As redes sociais têm desempenhado papel fundamental nesse contexto, pois servem para difundir discursos excludentes e discriminatórios, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

De modo semelhante, Krzyzanowski e Ledin (2017) falam em discursos “anti-pluralistas” difundidos e normalizados no ambiente *on-line*, favorecendo a constituição de um

“nós” *versus* “eles” num processo semelhante ao que observamos, através dos nossos resultados, ter se estabelecido no Brasil. Ao analisar discursos anti-imigração na Áustria e na Suécia, os pesquisadores se depararam com palavras-chave sintomáticas de imaginários que se ligam, especialmente, à islamofobia. No caso brasileiro, o que observamos é o estabelecimento da lógica agonística em que o inimigo eleito é representado pela esquerda, pela imprensa e por grupos minoritários como a população LGBTQIA+, como veremos neste e no próximo capítulo.

7.3.1 Ataque à esquerda

Referências ao conjunto de palavras-chave que representam movimentos ideológicos de esquerda (*esquerda; esquerdista; socialismo; socialista; comunismo; comunista*) foram responsáveis pela terceira maior recorrência, tendo seu ápice no período anterior à campanha que elegeu JB, ou seja, durante e após o *impeachment* de DR. Segundo Rocha e Solano (2021), a chamada “nova direita brasileira”²⁶⁹ começou a se organizar logo após a eleição de Lula, em 2006, utilizando fóruns *on-line* para expressar seu descontentamento contra o governo e a esquerda. Sem se sentir representados pela oposição política institucional ao PT, buscaram por iguais dentro espaço digital, com destaque para lideranças como Olavo de Carvalho que defendeu, por meio de livros e artigos em jornais e revistas, a ideia de que o país havia sido tomado por uma espécie de hegemonia cultural de esquerda, cujos representantes ocuparam posições de poder em editoras de livros, em veículos de comunicação e em cursos de humanidades das principais universidades do país. O fenômeno foi ganhando relevância na internet e também fora dela, fazendo com que, durante os protestos que levaram multidões às ruas em junho de 2013, grupos ligados à tal nova direita tivessem solo fértil para crescer e perder o receio de se manifestar em público.

Couto (2021) demonstra como JB foca no enfrentamento a outros atores políticos e na agitação de sua base eleitoral mais apaixonada, criando inimigos, deslegitimando atores e instituições. Para Gallego (2019), a figura de DR foi alvo de críticas devido à uma suposta incompetência política e econômica, ao seu passado como guerrilheira e possíveis posicionamentos sobre o aborto. As críticas à ex-mandatária e a Lula estavam centradas, para a autora, em três pontos básicos: i) ambos seriam os políticos mais corruptos do país, e o PT o partido mais corrompido; ii) Dilma e seu partido seriam responsáveis por problemas

²⁶⁹ O que as autoras denominam como “nova direita brasileira” é, para nós, o mesmo movimento que originou o que chamamos de discurso neoconservador brasileiro.

enfrentados na economia; iii) uma série de xingamentos desqualificadores focaram em caricaturar as figuras.

Para Piovezani (2022), apontar adversários como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Lula, Dilma, PT, “petralhas”, Haddad, “esquerdistas”, entre outros, fazendo deles seus interlocutores diretos, produz um efeito de coragem, imprimindo a JB o *ethos* do soldado cuja franqueza e valentia o faz enfrentar seus piores e mais poderosos inimigos sem medo dos riscos.

7.3.2 Contra a corrupção

A palavra-chave *corrupção* obteve, ao todo, 153 referências. Como mencionado anteriormente, a propagação de uma série de informações sobre a decadência moral do PT contribuiu para uma espécie de demonização do partido e de suas principais figuras políticas. Como observa Piovezani (2021, 2022), ao abordar o que seria um crescimento exponencial da corrupção e da violência, JB gerou a adesão de parte do eleitorado, ainda que tenha fomentado a reprodução de discursos de violência. Boa parte das narrativas do político girou, ao longo do tempo, em torno da perda de uma origem idílica²⁷⁰, de uma pureza maculada que precisava ser reintegrada através de uma “limpeza” da sociedade. Em tal lógica agonística (bem *versus* mal; povo brasileiro *versus* corruptos), seus adversários foram apontados e destratados sob intensas doses de violência verbal²⁷¹.

7.3.3 Ataque à imprensa

O conjunto de palavras-chave *imprensa*, *mídia* e *Globo* foi responsável por 199 menções, o maior número entre os termos pesquisados na plataforma do X (*Twitter*). Optamos pela observação de tais termos por acreditarmos serem capazes de reunir grande parte das narrativas de ataque à imprensa tradicional, promovidas pelo discurso neoconservador brasileiro. Nosso intuito era verificar, a partir do número de recorrências, o grau de relevância da temática e seu uso como ponto-chave das publicações produzidas e disseminadas.

Observamos que, em boa parte das publicações observadas, o uso dos termos pesquisados é feito numa espécie de demonização da imprensa, atribuindo a ela e, em especial, à *TV Globo*, traços de um discurso adversário, descredibilizado, desprezado, responsável por

²⁷⁰ O que remete ao imaginário da tradição proposto por Charaudeau (2018).

²⁷¹ Como observado no capítulo V.

difamar e emitir informações mentirosas a respeito de JB e de seu governo. Para Lago (2022), a intenção do político, desde sua chegada à Presidência, foi se consolidar como único canal de informação de uma parcela importante da população e, para isso, seria necessário deflagrar uma verdadeira guerra à imprensa, tornando inválidas críticas e denúncias a ele desferidas. Outra estratégia empregada, segundo o pesquisador, seria a implantação de “pautas-bomba”²⁷² (decisões que gerassem polêmica na esfera pública) que não tinham como objetivo serem aprovadas, mas, sim, gerar críticas por parte da imprensa que fortalecessem o argumento de que JB era perseguido pelo setor.

Bignotto (2022), por sua vez, explica que políticos com traços populistas costumam atacar a imprensa, os partidos políticos tradicionais e o aparelho judicial, se dirigindo ao que chama de “nova política”. No caso de JB, o autor menciona um apelo à luta contra a “velha política”, a reabilitação de torturadores e a negação da história da ditadura e do caráter violento do período. Como observado no capítulo IV, é possível identificar, em falas do político, traços de uma retórica populista e até fascista, especialmente a partir da criação de narrativas dramatizantes, numa linguagem desenvolvida através de estruturas simples, essencializadas e agonísticas, em que o inimigo aparece para ser aniquilado. Para Piovezani (2022), JB reativa, em seu populismo, certas características fascistas, como a violência anunciada como fator de regeneração social, a segregação de grupos minoritários, a mobilização de mentiras e o “flerte” com a ditadura.

Ainda que não tenhamos incluído às análises a observação de recorrências sobre o aparelho judicial brasileiro, consideramos pertinente a abordagem de Bignotto (2022) sobre os ataques proferidos também a este grupo. Ao que parece, JB adotou, para se referir ao judiciário, em especial ao Superior Tribunal Federal (STF), estratégia semelhante aos ataques à esquerda e à imprensa. Durante as eleições de 2022, por exemplo, o político atacou ministro do STF chamando-o de “criminoso” e de “mentiroso”²⁷³, qualificações axiológicas negativas que contêm traços do discurso polêmico dotado de violência verbal. Na ocasião, JB contestava o uso das urnas eletrônicas nas eleições, utilizando a desqualificação das principais figuras do

²⁷² Lago (2022) cita como exemplo a tentativa de JB de nomear um dos filhos como embaixador dos Estados Unidos, em 2019. O caso pode ser revisitado aqui: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/11/bolsonaro-indicar-filho-como-embaixador-nos-eua-e-nepotismo.htm>

²⁷³ O fato foi relatado pela reportagem do *Correio Braziliense*: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5026493-bolsonaro-ataca-stf-e-desqualifica-carta-em-defesa-da-democracia.html>

judiciário para impregnar de valores e imagens negativas pontos de vistas contrários a seus interesses. Outras declarações, realizadas pelo político no X (*Twitter*), colaboraram para a propagação de negacionismos a respeito da validade e confiabilidade de um possível resultado do processo eleitoral, até então realizado, no Brasil, por meio de urnas eletrônicas. Entre as declarações publicadas²⁷⁴, estão: “mas as urnas eletrônicas não são confiáveis? Só no Brasil da esquerda!”; “O VOTO IMPRESSO é sinal de clareza para o Brasil!” e “sem o voto impresso Lula poderá se eleger na fraude das urnas eletrônicas. A quem recorrer se quase todas as instituições estão aparelhas?”. Tais afirmações mobilizam negacionismos como: i) o sistema eleitoral brasileiro é fraudulento e corrompível; ii) o resultado das eleições será fraudado, caso sejam utilizadas as urnas eletrônicas; iii) somente o voto impresso é confiável, por possibilitar auditoria dos resultados.

A partir das observações apresentadas, percebemos que o discurso neoconservador tem como uma de suas bases centrais o ataque aos inimigos, apostando na desqualificação dos adversários através da impregnação de traços caracterológicos negativos, tais como “mentiroso”. A refutação dos pontos de vista contrários aos seus também se baseia na propagação de negacionismos que, embora não sejam tema central de nossa pesquisa, demandam consideração.

Observamos, ainda, que o conjunto de palavras-chave *mentir*, *mentira*, *mentiroso*, *mentirosa* e *mentindo* é utilizado, em geral, com o objetivo de reforçar as desqualificações endereçadas à esquerda, à imprensa e a qualquer outro adversário, servindo como agente mobilizador do ataque aos inimigos.

7.3.4 Contra a “ditadura comunista”

Como mencionado, a palavra-chave *ditadura* que, numa análise preliminar, acreditávamos se encaixar de forma mais recorrente ao eixo temático “Patriotismo”, também apresentou referências correntes a regimes totalitários supostamente existentes em países como Cuba e Venezuela, caracterizando, assim, o eixo “ataque ao inimigo”.

Segundo Miguel (2018), a extrema direita realizou uma reciclagem do antigo “anticomunismo”, que passou a figurar na ameaça do “bolivarianismo” venezuelano,

²⁷⁴ Acesse as publicações por meio dos links: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/915736007085056001>
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/947079682347929600>
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1193651651711819778>

encarnada, no Brasil, pelo PT. Messenberg (2019) explica que, após Hugo Chávez declarar a Venezuela uma “República Bolivariana”, governos de esquerda da América Latina passaram a ser chamados de “bolivarianos”. Mesmo que os governos de Lula e Dilma não tenham aderido formalmente a posicionamentos análogos, foram acusados de estarem transformando o Brasil numa “Venezuela”, sendo este país associado pelo discurso neoconservador a um regime comunista. De modo semelhante, Gallego (2019) relembra a vinda de médicos cubanos para participar do programa Mais Médicos²⁷⁵ como um dos acontecimentos que ajudou a embasar uma teoria de conspiração comunista que estaria em curso.

Ainda segundo a pesquisadora supracitada, acreditava-se que uma marcha conspiradora coordenada por uma espécie de sociedade secreta estaria em curso, sendo os inimigos representados, especialmente, pelos comunistas que gostariam de implementar, no Brasil, os regimes vigentes em Cuba e na Venezuela, mas, também, pela população negra e LGBTQIA+, pelas feministas e por todos aqueles que não compartilham das mesmas crenças. Em tal contexto, são alimentadas fobias e preocupações generalizadas sob a ameaça de desmoronamento de seu mundo, com a promulgação de discursos que incitam a violência e a intolerância, intensificando as diferenças irreconciliáveis entre “nós” e “eles”.

Observamos, assim, que o discurso neoconservador é constituído a partir da predileção por uma lógica agonística que, segundo Ansart (1978, 2019), estimula o embate do “bem *versus* o mal”, numa autovalorização e legitimação de si e desvalorização do outro. A formação de uma relação antagonística também pode ser observada, afinal, como explica Mouffe (2015), manter um grupo unido demanda a existência de outras pessoas que possam receber manifestações de agressividade.

7.3.5 A “Liberdade de expressão” e o apelo à moralidade

A palavra-chave *liberdade de expressão* obteve, ao todo, 21 recorrências. Durante a coleta de dados, percebemos seu uso para defender o direito do “cidadão de bem” de se expressar em prol da moral da família tradicional, atacada e deturpada por movimentos sociais

²⁷⁵ Criado em 2013, no primeiro mandato de DR, o programa Mais Médicos tinha entre seus objetivos levar a atuação médica a regiões vulneráveis, especialmente a partir da contratação de profissionais cubanos. A iniciativa, entretanto, gerou ondas de ataque aos profissionais e ao governo de Rousseff, acusado de financiar a “ditadura cubana”. O fato pode ser rememorado através das reportagens: <https://veja.abril.com.br/politica/mais-medicos-brasil-ja-transferiu-r-28-bi-para-cuba> e <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/08/manifestacoes-contras-cubanos-sao-imenso-preconceito-diz-dilma.html>

e políticos de esquerda. Assim, optamos por encaixar a palavra-chave nos eixos “Ataque ao inimigo” e “Em defesa da Família”.

Para Mouffe (2015), o discurso político tem sido lançado para a questão moral através de uma dimensão antagônica, substituindo o conflito “esquerda *versus* direita” para “certo *versus* errado”. Segundo Miguel (2018), no Brasil, o esforço no engajamento de uma “agenda moral” emergiu como caminho para a reconquista de pelo menos uma parte da base de eleitores perdida com as políticas públicas de combate à miséria, associadas ao PT. Messenberg (2019), por sua vez, aponta que o “conservadorismo moral” é explorado pela extrema direita brasileira por meio de conteúdos homofóbicos, sexistas, racistas e xenófobos que reverberam no superdimensionamento da criminalidade e da violência.

Segundo Lacerda (2018), uma aliança neoconservadora se pautou na luta do bem contra o mal, na defesa dos valores da família e na noção de que existem cidadãos de bem e bandidos, algo que também pode ser observado através da recorrência de termos que veiculam sentidos ligados a práticas bélicas e policiais (*arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias e PM*).

Para Piovezani (2020), no caso de JB, uma postura agressiva nos embates, declarações polêmicas, insultos e discursos discriminatórios contra minorias acabaram por gerar um “bônus eleitoral”, tornando-se *marketing* político. A imagem de homem autêntico, que fala o que pensa e sem papas na língua foi constituída pelo político, que reproduzia clichês que circulavam no senso-comum, tais como “o povo é favorável à tortura”, “bandido deve ser punido” e “o Congresso não serve para nada”²⁷⁶.

Observamos, assim, que o discurso neoconservador brasileiro demandou para si o direito a uma “liberdade de expressão”, para que pudesse abordar livremente sua agenda moral sem ser, necessariamente, enquadrado em atos de racismo, misoginia e homofobia. Como mencionado, falar abertamente sobre tais temas, sem medo das consequências e de ser

²⁷⁶ Em 1999, JB afirmou ser favorável à tortura, assim como o povo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I&t=22s&ab_channel=Poder360 Acesso: em 6 jun. 2024. O incentivo às punições, por sua vez, foi mencionado em diferentes ocasiões, como em 2019, quando afirmou que “os caras vão morrer na rua igual barata, pô”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/os-caras-vao-morrer-na-rua-igual-barata-po-diz-bolsonaro-sobre-criminosos-23855554> Acesso em: 6 jun. 2024. Sobre o fechamento do Congresso, o político afirmou, em 1999, que se fosse eleito presidente, “daria golpe no mesmo dia. [...] o congresso hoje não serve para nada”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> Acesso em 6 jun. 2024.

associado ao ataque às diversidades e aos direitos humanos se tornou uma espécie de “virtude” que somente os corajosos defensores dos valores da família tradicional poderiam ter. As falas, contudo, costumam se enquadrar no chamado discurso de ódio, como veremos ao longo das análises qualitativas.

7.4 Eixo “Em defesa da família”

No eixo temático “Em defesa da família” foram colhidos resultados para as seguintes palavras-chave: *arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias; PM; Cristo; cristão; cristãos; Jesus; Deus; família; aborto; liberdade de expressão; cidadão de bem; ideologia de gênero; doutrinação ideológica; moral; moralidade; escola sem partido; doutrinação nas escolas e Kit Gay.*

Destacamos, novamente, que a mesma palavra ou conjunto de palavras-chave pode mobilizar, mesmo que de forma um pouco menos direta, mais de um eixo temático. É o caso, como mencionado, do termo *liberdade de expressão*, utilizado correntemente para defender o direito do “cidadão de bem” de se expressar como lhe convém, em defesa da moral e dos costumes da família tradicional brasileira, o que teria sido deturpado pela esquerda nos últimos anos. Dessa forma, além de se relacionar com o eixo “Em defesa da família”, a palavra-chave comumente se associa ao ataque aos adversários destruidores da moral, o que também a leva a mobilizar o eixo “Ataque ao inimigo”.

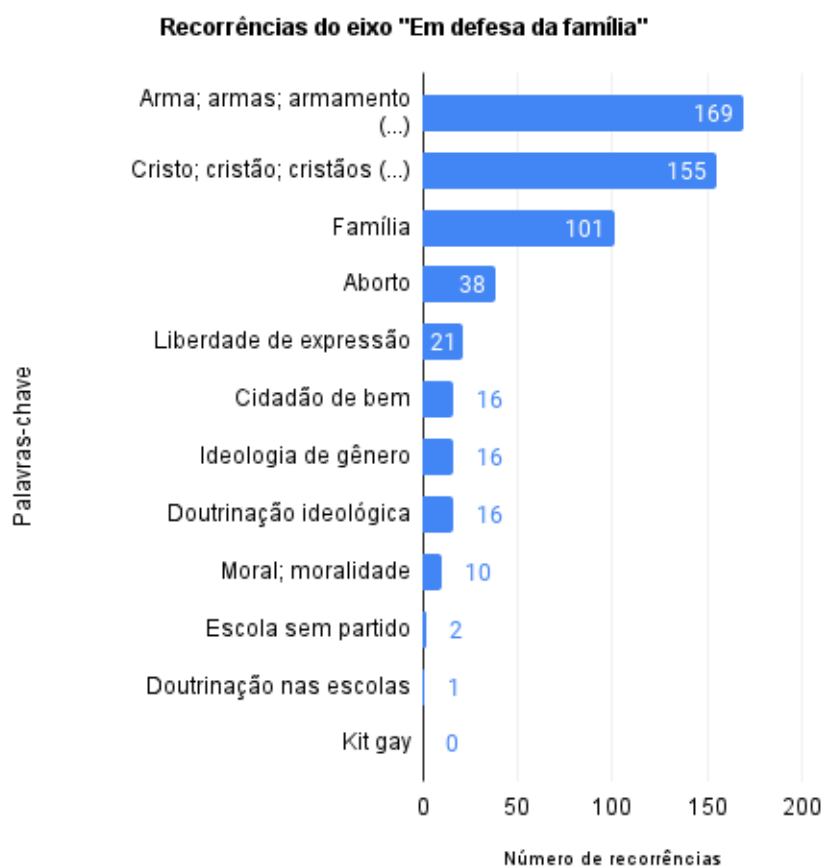
De modo semelhante, as palavras-chave *moral* e *moralidade* apresentaram recorrências que também as ligavam ao sustentáculo “Ataque ao inimigo”, pois foram mobilizadas com o objetivo de atacar adversários (“com mais de 10 inquéritos no STF, Renan tem *moral* para querer alguém?”²⁷⁷; “(...) falta-lhe coragem *moral* e sobra-lhe imprópria militância política”)²⁷⁸.

O gráfico a seguir apresenta o número total de recorrências das palavras-chave e conjuntos de palavras-chave no eixo “Em defesa da família”.

²⁷⁷ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1392629616691527684> Acesso em: 5 abril 2024.

²⁷⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1380499632644579330> Acesso em: 5 abril 2024.

Gráfico 2 - Recorrências verificadas no eixo “Em defesa da família” através da busca avançada do X (Twitter).



Fonte: Elaborado pela autora

Como observado no gráfico 2, o conjunto de palavras-chave que se refere a questões ligadas à segurança pública (*arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias e PM*) reuniu 169 recorrências (terceiro maior número, empatado com as recorrências *esquerda; esquerdista; socialismo...*); o conjunto de palavras-chave ligadas à questão religiosa (*Cristo; cristão; cristãos; Jesus; Deus*) reuniu 155 recorrências; a palavra-chave *família* reuniu, individualmente, 101 recorrências; a palavra-chave *aborto* reuniu, individualmente, 38 recorrências; a palavra-chave *liberdade de expressão* reuniu 21 recorrências (que também correspondem ao eixo “Ataque ao inimigo”); as palavras-chave *cidadão de bem*, *ideologia de gênero* e *doutrinação ideológica* reuniram 16 recorrências cada uma; as palavras-chave *moral* e *moralidade* obtiveram 10 recorrências (que também se referem ao eixo “Ataque ao inimigo”); a palavra-chave *escola sem partido* obteve 2 recorrências; a palavra-chave *doutrinação nas escolas* obteve 1 recorrência e a palavra-chave *kit gay* não obteve recorrências.

Como mostra Lacerda (2018), uma dinâmica de reação aos movimentos feministas e LGBTQIA+ acionou, no Brasil, um alerta de defesa às famílias e aos valores cristãos. A defesa da família, no neoconservadorismo brasileiro, também se relaciona a um idealismo punitivo, exposto por meio de pautas como: i) a redução da maioria penal para que as famílias vivam com mais segurança; ii) a necessidade de leis antidrogas mais rigorosas pelo bem das famílias; iii) “bandido bom é bandido morto”, afirmação relacionada ao senso comum e à difusão de um saber de opinião relativa; iv) o direito de possuir armas de fogo para defesa da própria família. Assim, a autora compreende que o neoliberalismo, a punição e a família se entrelaçam, valores esses que são considerados como uma melhor solução para a pobreza e a criminalidade.

Lembrando que, como explica Miguel (2021), o discurso da extrema direita brasileira compreende a “família” somente em seu arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação da figura do patriarca. Tal acepção do termo colaborou para a cristalização, no debate público, da chamada “ideologia de gênero”, que abordaremos a seguir.

7.4.1 Contra a “ideologia de gênero”

Segundo Miguel (2021), o termo “gênero” ganhou curso a partir dos anos de 1970 como indicativo das diferenças no dimorfismo biológico da espécie humana e também nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. São amplas as discussões em torno da noção nas teorias feministas e *queer*²⁷⁹, contudo, como destaca o pesquisador, seria mais ou menos consensual a compreensão de que, se realmente existe uma “ideologia de gênero”, o natural é que ela pregasse a vigência dos estereótipos que associam o sexo biológico ao conjunto de comportamentos e papéis sociais comumente desempenhados pelos sujeitos. Ainda que “ideologia” remeta à ideia de “naturalização do social”, grupos conservadores adotaram a expressão para se referir à existência de um combate aos papéis sociais de gênero estereotipados.

De acordo com Lacerda (2018), de modo semelhante ao movimento neoconservador americano²⁸⁰, JB e outros políticos que se auto denominam sendo de direita se baseiam numa

²⁷⁹ Desenvolvida especialmente a partir dos estudos de Judith Butler, a chamada teoria *queer* apresenta novas propostas para a compreensão do sexo e do gênero, distintas da clássica divisão binária.

²⁸⁰ No capítulo final, levantamos algumas questões sobre as semelhanças e diferenças entre o discurso neoconservador brasileiro e o observado em outras partes do mundo.

espécie de dinâmica de reação a pautas de grupos minoritários²⁸¹. Conquistas do grupo LGBTQIA+, encabeçadas pelos poderes Executivo e Judiciário, provocaram, para Lacerda (2018), um “contra-ataque” neoconservador voltado, prioritariamente, para as questões de gênero. Como mostra o gráfico 2, as palavras-chave *ideologia de gênero* e *doutrinação ideológica* obtiveram, cada uma, 16 menções. Num primeiro olhar, o número pode ser considerado baixo, caso comparado aos resultados de outras recorrências do mesmo eixo temático. Contudo, como mostra Lacerda (2018), o combate à chamada “ideologia de gênero” envolve questões que podem ter aparecido através de outras palavras-chave.

A defesa da família tradicional, dos papéis “normativos” de homens e de mulheres na família, a luta contra o aborto, o combate a orientações sexuais que não sejam heterossexuais e cisgênero e a defesa dos valores religiosos cristãos são apontados como questões envolvidas na chamada “ideologia de gênero”. Em nossa pesquisa, observamos que o conjunto de palavras-chave *Cristo, cristão, cristãos, Jesus e Deus* obteve 155 menções, a palavra-chave *família* obteve 101 menções, a palavra-chave *aborto* apareceu um total de 38 vezes e o conjunto de palavras-chave *moral e moralidade*, foi repetido 10 vezes.

De modo semelhante, Messenberg (2019) aponta elementos discursivos que se relacionariam com maior frequência à ideia-chave de “família tradicional”. Entre eles, estão as oposições ao casamento homoafetivo, à “ideologia de gênero” nas escolas, à expansão do feminismo e ao aborto. Percebemos, portanto, que as recorrências observadas no eixo “Em defesa da família” se relacionam e se voltam para questões muito semelhantes.

Para Piovezani (2020), foi na passagem do quinto para o sexto mandato de JB como deputado federal e, em especial, a partir deste último, que a figura começou a adquirir protagonismo, com base em sua oposição a projetos de criminalização da homofobia e na distribuição de materiais anti-homofóbicos nas escolas. Para o pesquisador, a perseguição de JB à comunidade LGBTQIA+, divulgada de forma ampla pela mídia, fez com que ele saísse do papel de deputado quase anônimo para o posto de celebridade do universo político.

A seguir, abordaremos a recorrência da palavra-chave *aborto*, pauta que também integrou o “debate moral” mobilizado pelo neoconservadorismo brasileiro, especialmente por

²⁸¹ Fatos como o julgamento pela constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo, realizado pelo Superior Tribunal Federal, em 2011, são apontados como catalizadores da reação neoconservadora. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1#:~:text=Em%20maio%20de%202011%2C%20o,homoafetiva%20como%20um%20n%C3%BAcleo%20familiar.>

intermédio de outras figuras políticas que tiveram destaque durante o mandato presidencial de JB.

7.4.2 Contra o aborto

Como vimos, também são apontadas como catalizadoras de um movimento reacionário neoconservador o levantamento da pauta pela descriminalização do aborto²⁸². Para Lacerda (2018), reações intensas a meras tentativas do Poder Executivo de iniciar discussões pela descriminalização do aborto puderam ser observadas ao longo do tempo. Como mencionado, a menção a *aborto* é feita 38 vezes, mas a questão também se relaciona a outras palavras-chave e conjunto de palavras-chave, como *família, moral e moralidade* e *Cristo, cristão, cristãos, Jesus e Deus*.

Como explica Miguel (2021), no escopo do que o autor classifica como extrema direita, o feminismo aparece como doutrina imposta e contrária à índole brasileira que, juntamente ao movimento negro e LGBTQIA+ empregaria estratégias de subversão da ordem vigente. O pesquisador cita a atuação de Olavo de Carvalho nas redes sociais como propulsora à tese do chamado “marxismo cultural”, numa fusão entre o anticomunismo tradicional e um “pânico moral” causado pela dissolução dos papéis convencionais de gênero. O “pânico moral” seria, desse modo, um fundamento indispensável para o vínculo entre as lideranças da extrema direita e sua base eleitoral, fazendo com que JB, sem o antifeminismo e a homofobia, perdesse seu “diferencial” e visse seu capital político ser reduzido.

Compreendemos, portanto, que as menções ao termo *aborto*, além de ajudarem o político a mobilizar o valor “família” (compreendida em seus termos tradicionais e heteronormativos), operam como demarcadoras da luta anticomunista que é, também, antifeminista e heteronormativa. Novamente, uma lógica agonística é estabelecida, em que, de um lado, estão os que lutam “em defesa da vida” e, de outro, mulheres feministas às quais são atribuídos *ethé* negativos.

Não há como deixar de mencionar a atuação de Damare Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, como catalizadora dos discursos em

²⁸² Declarações proferidas pelo Ministro da Saúde do segundo mandato de Lula, José Gomes Temporão, favorável à descriminalização do aborto, são apontadas por Lacerda (2018) como um marco iniciador dos movimentos contrários à pauta. As declarações podem ser rememoradas aqui: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1503337-5598,00-MINISTRO+DA+SAUDE+DEFENDE+LEGALIZACAO+DO+ABORTO.html>

torno da “agenda moral” mencionada. Em entrevista concedida à rádio *Jovem Pan*²⁸³, a então ministra afirmou que nunca iria “se curvar diante das iniciativas para legalizar o aborto no Brasil” citando o que chama de “apologia ao aborto” e de “direito que resulta em morte”. No vídeo, Damares aparece com uma blusa que carrega os dizeres “todos contra a pedofilia”, o que pode inferir ao espectador que o posicionamento contrário ao aborto também se associa à luta contra a pedofilia. Novamente, numa lógica agonística, temos, de um lado, os defensores da família, da vida e das crianças e, de outro, movimentos ideológicos e sociais que representam ameaça ao bem-estar social.

7.4.3 A favor dos valores cristãos

Como observado, o conjunto de palavras-chave que remete diretamente à fé cristã (Cristo, cristão, cristãos, Jesus e Deus) obteve 155 recorrências, o que infere a relevância da temática para o discurso neoconservador. Além de relacionarmos as menções a um movimento contrário aos avanços dos movimentos feminista e LGBTQIA+, o “resgate da fé cristã” envolve, para Messenberg (2019), a entrega dos destinos individuais e coletivos “nas mãos de Deus”, a pulverização de Salmos e Provérbios bíblicos e de uma “cristofobia” atribuída à esquerda.

De acordo com Miguel (2018), o fundamentalismo religioso se tornou uma força política no Brasil a partir de 1990, quando igrejas neopentecostais investiram na eleição de seus pastores. Ele define o fundamentalismo enquanto percepção de que há uma verdade revelada capaz de anular o debate, cujos membros são ativos na luta contra o aborto, contra políticas de combate à homofobia e compreensões inclusivas da entidade familiar.

Observamos, durante a coleta de dados, que JB utiliza elementos dogmáticos da fé cristã para justificar atos e falas. Como explica Melo (2024), o político se mostra próximo ao público evangélico ao citar textos bíblicos, num apelo ao âmbito espiritual. Ele recorre ao discurso religioso como forma de atribuir legitimidade e validação aos enunciados que publica, incorporando uma “verdade” que seria, simultaneamente, da ordem doutrinal e factual, ainda que negacionismos estivessem sendo sustentados.

²⁸³ A entrevista pode ser assistida aqui: https://www.youtube.com/watch?v=gIJHmJHNM3o&ab_channel=JovemPanNews

7.4.4 Linguagem bélica

No eixo “Em defesa da família” observamos alta recorrência de palavras-chave ligadas a uma linguagem bélica, especialmente no período em que JB ainda era deputado, com o total de 169 menções em todos os recortes de tempo. São elas: *arma*; *armas*; *armamento*; *armado*; *armada*; *bélico*; *bélica*; *armamentos*; *armamentista*; *armamentistas*; *segurança*; *polícia*; *polícias* e *PM*. Optamos por categorizar tal conjunto de palavras-chave neste eixo, uma vez que verificamos sua recorrência em publicações que defendiam a aplicação da segurança pública em defesa da família tradicional, do “cidadão de bem” e da garantia de sua propriedade privada. Observamos, ainda, que a exaltação do bélico e dos aparatos do Estado ligados à segurança pública são capazes de mobilizar imagens de força, poder, ação e potência, mas também de repressão e de agressividade.

Para Teles (2018), criou-se, de um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro e, de outro, o inimigo, representando pelo vândalo, pelo drogado, pelo arruaceiro ou qualquer outro indivíduo que esteja fora do que é autorizado pela ordem. A violência é legitimada através do medo e da percepção de forças que estariam acima das leis, sendo necessário agir com rigor para curar, eliminar ou anular tal desordem. Formas de ação autoritárias são descritas pelo pesquisador, incluindo o militarismo cuja potência é capaz de reunir o discurso da guerra e as estratégias de combate ao inimigo.

Para Piovezani (2020), temas como o estatuto do desarmamento, a defesa da pena de morte, da diminuição da maioridade penal e o combate aos direitos humanos renderam projeção midiática a JB. No caso da pena de morte, uma argumentação que contrasta o mal e o bem extremos, relacionando-os a uma pequena e uma grande parcela da população é mobilizada. Nessa perspectiva, o que se observaria no Brasil seria uma “vagabundagem”, uma “sem-vergonhice” e a “marginalidade”.

Galdeano (2014), por sua vez, aponta uma relação entre o ativismo religioso e a ação militarizada das instituições de segurança, observado por meio de um discurso militar no meio evangélico, que convida fiéis a se portarem como “soldados” no “exército de Deus” e no “resgate” de seus parentes e vizinhos envolvidos em atividades criminosas. É estabelecido um paralelo entre a “guerra de combate ao crime” e a “guerra entre Deus e o Diabo”. Sob tal perspectiva, se o “inimigo” é o diabo, ele estaria encarnado em populações como traficantes, usuários de crack e pessoas em situação de rua.

7.4.5 “Escola sem partido”, “doutrinação nas escolas” e “*kit gay*”: para onde foram?

A chamada “doutrinação ideológica nas escolas” é um braço do ataque à esquerda no campo educacional. Contudo, as baixas recorrências ou nulidade das palavras-chave *Escola sem partido*, *doutrinação nas escolas* e *kit gay* em nossa análise do perfil de JB, no X (*Twitter*), indicam que sua mobilização pode ter sido realizada através de outros meios e canais utilizados pelo discurso neoconservador. Como mostra Azevedo (2022), o enredo difundido como “*kit gay*”, por exemplo, obteve expressivo número de compartilhamentos²⁸⁴ em perfis e páginas do *Facebook*, em 2018.

Segundo Miguel (2016, 2021), uma ofensiva de desinformação nas redes sociais desempenhou papel central na vitória de JB, tendo como eixos centrais a corrupção associada aos líderes do PT e o risco iminente de destruição dos valores morais. O movimento chamado “Escola sem partido” surgiu por volta de 2004, tendo como objetivo denunciar a existência de uma “doutrinação nas escolas”, de cunho comunista. Ainda de acordo com o cientista político, o fenômeno foi alimentado por uma leitura fantasiosa da obra de Gramsci²⁸⁵, que abordou a necessidade de expandir a luta pela transformação social, nas sociedades capitalistas ocidentais, para diferentes espaços da sociedade civil. O filósofo passou a ser apresentado como alguém que teria criado um “plano infalível” para o triunfo do comunismo, por meio de uma manipulação das mentes. O termo “lavagem cerebral” foi invocado com frequência para se referir a uma doutrinação marxista de inspiração gramsciana em curso. Com o tempo, o fenômeno “escola sem partido” se reuniu à oposição à chamada “ideologia de gênero”, ganhando força com a introdução de um discurso de ressonância popular mais imediata. Segundo Miguel (2016), a defesa de uma “educação neutra” passa a adotar a noção de primazia da família sobre a escola, chegando a criticar o ensino de questões como a teoria da evolução das espécies.

7.5 Eixo “Livre mercado”

Foram classificadas segundo o eixo “Livre mercado” as seguintes palavras-chave: *propriedade privada*, *liberdade* e *livre mercado*.

²⁸⁴ Através do mapeamento de impressões quantitativas, levantadas a partir de informações de agências de checagem de notícias, Azevedo (2022) mostra que *fake news* sobre “o *kit gay* para crianças de seis anos distribuídos nas escolas” obteve 63 mil compartilhamentos no *Facebook*, quando avaliados perfis e páginas específicas, sem contar outras redes ou plataformas de difícil mensuração, como o *WhatsApp*.

²⁸⁵ O filósofo trata a questão na obra “Cadernos do cárcere, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política”, de 1932.

A palavra-chave *propriedade privada* reuniu, individualmente, 16 recorrências; a palavra-chave *liberdade* reuniu 149 recorrências e a palavra-chave *livre mercado* reuniu 9 recorrências.

Gostaríamos de destacar que, em nossa observação, a palavra-chave *liberdade* foi comumente associada à liberdade econômica e de mercado, referindo-se à doutrina econômica neoliberalista, mas, também, à uma espécie de libertação da “hegemonia” da esquerda e de seus valores. São exemplos do emprego do termo no perfil do X (*Twitter*) de JB: “é hora de unirmos forças para proteger a *liberdade* e a dignidade do povo brasileiro e evitar que a quadrilha que assaltou e quase destruiu o país volte ao poder”²⁸⁶; “Não tenhas medo, porque eu estou contigo’ Isaías 41:10. A força de vontade dos que querem destruir a *liberdade* em nosso país é grande, mas jamais será maior do que a determinação e a coragem daqueles que estão dispostos a protegê-la de todo o mal!”²⁸⁷. No último caso, temos o exemplo de uma conjunção entre o discurso religioso (citação de passagem bíblica) como forma de validação da luta incessante contra a esquerda, fazendo com que a figura do demônio seja a ela inferida, estabelecendo-se, assim, uma oposição a Deus e aos que defendem seus valores.

O gráfico a seguir apresenta as recorrências das palavras-chave e conjuntos de palavras-chave no eixo “Livre mercado”.

Gráfico 3 – Recorrências verificadas no eixo “Livre mercado” através da busca avançada do X (*Twitter*).



²⁸⁶ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1577386442015363072> Acesso em: 5 abril 2024.

²⁸⁷ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1577386442015363072> Acesso em: 5 abril 2024.

Fonte: Elaborado pela autora

7.5.1 Liberdade!

Optamos por classificar a palavra-chave *liberdade* no eixo “Livre mercado” por sua relação com as práticas econômicas de Estado mínimo que, segundo Lacerda (2018), são reconhecidas por relacionar o bem-estar humano à liberdade dos indivíduos para empreender e ao livre mercado, cabendo ao Estado uma intervenção mínima garantidora do aparato de defesa militar e policial.

Para Miguel (2018), a extrema direita brasileira tem o libertarianismo como um de seus eixos temáticos, ligado ao dogma da santidade dos contratos “livremente” estabelecidos, reduzindo todos os direitos ao de propriedade com a rejeição aos laços de solidariedade social. A “liberdade” se estabelece, assim, como valor central numa radicalização de teses já presentes em vertentes mais antigas da tradição liberal: i) a oposição entre liberdade e igualdade; ii) a igualdade como ameaça à liberdade. Tais formulações se estabelecem, portanto, numa dicotomia entre liberdade e igualdade e na distinção entre a esquerda, que apela pela igualdade, e a direita, protetora da liberdade²⁸⁸.

No libertarianismo original, há uma convicção de que uma autonomia individual deve ser sempre respeitada, o que implicaria em questões como o consumo de drogas, os direitos reprodutivos e a liberdade sexual. Mas como explica Miguel (2018), tais posicionamentos tendem a aparecer mais em textos dogmáticos do que na ação política de seus simpatizantes. Afinal, seus principais defensores são cristãos fundamentalistas cujo discurso se baseia no reforço da família tradicional como uma forma de compensar a distância do Estado na proteção social. Para o cientista político, no Brasil, o ultraliberalismo se une ao conservadorismo cristão, fato que pode ser inferido a partir da alta recorrência do termo *liberdade* (149 recorrências) nas publicações coletadas para análise e também da palavra-chave *família* (101 recorrências) e do conjunto de palavras-chave *Cristo*; *cristão*; *cristãos*; *Jesus*; *Deus* (155 recorrências).

Retomando Lacerda (2018), percebemos que a redução da proteção social aos cidadãos, causada por políticas de redução do Estado, costuma ser contrabalanceada pelo aumento das políticas de segurança e de sentimentos vingativos. De fato, durante a coleta de dados,

²⁸⁸ Miguel (2018) nos alerta, contudo, para a compreensão enraizada na sociedade brasileira de que algumas obrigações são coletivas, como o direito à saúde e educação. Segundo pesquisa de Ortellado e Solano, 95% dos participantes das manifestações pró *impeachment* de DR acreditavam que educação e saúde deveriam ser públicas e gratuitas, apesar dos grupos que convocaram os atos tivessem uma orientação ideológica liberal e privatizante.

observamos o emprego da palavra-chave não apenas em referência às políticas econômicas, à família e à moral cristã, mas também em relação à defesa da “liberdade dos cidadãos de bem”, ligada à ordem e à proteção contra a “bandidagem”, representada tanto pela esquerda corrupta que quer “tornar o Brasil uma nova Venezuela” quanto pelas populações marginalizadas vítimas e reprodutoras da violência urbana. Como vimos anteriormente, a alta recorrência de termos bélicos (*arma; armas; armamento; armado; armada; bélico; bélica; armamentos; armamentista; armamentistas; segurança; polícia; polícias; PM*) e de referências à “ditadura comunista” (*Venezuela; venezuelano; venezuelana; cuba; cubano; cubana*) é indicativo da relação estabelecida entre os diferentes eixos temáticos do discurso neoconservador, numa conjunção entre os valores políticos propagados e os imaginários mobilizados.

7.5.2 Pela defesa da propriedade privada

Como lembra Piovezani (2020), JB aborda questões como a “legítima defesa da vida”, a “legítima defesa do patrimônio” e a necessidade de respostas ao MST, adversário responsabilizado por invadir “a propriedade de quem trabalha” e levar “o terror ao campo” sendo, na dramaturgia política, considerado um ente associado ao mal. Segundo Gallego (2019), sindicatos e movimentos sociais são identificados pela extrema direita como os “braços armados” do PT que legitimam a “bandidagem” com ações de violência. Ainda que a palavra-chave *propriedade privada* tenha apresentado apenas 16 recorrências em todos os períodos, consideramos sua presença como demarcadora dos ideais mobilizados pelo discurso neoconservador.

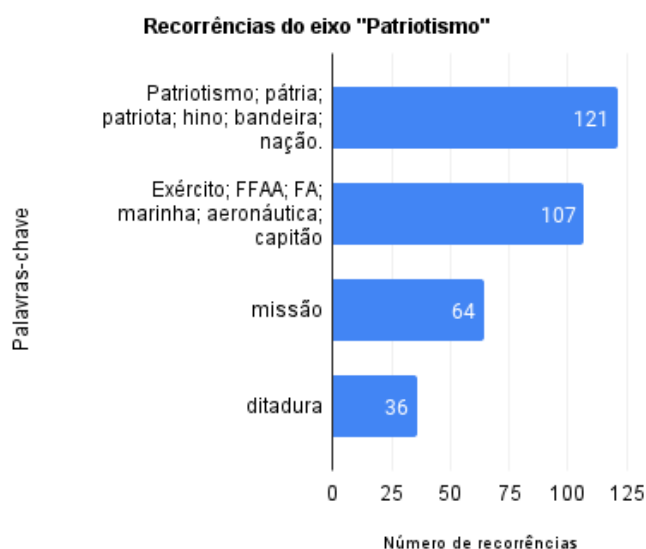
7.6 Eixo “Patriotismo”

Por fim, mobilizando o eixo “Patriotismo” estão as palavras-chave: *patriotismo; pátria; patriota; hino; bandeira; nação; Exército; FFAA; FA; marinha; aeronáutica; capitão; missão e ditadura*.

Optamos por classificar a palavra-chave *missão* em tal eixo por sua capacidade de mobilizar a imagem do soldado que encara suas tarefas e atividades como uma missão a ser cumprida, aproximando-se, assim, da imagem positiva do trabalho realizado pelas forças armadas. E, como mencionado anteriormente, a palavra-chave *ditadura* também se refere ao eixo temático “Ataque ao inimigo”, sendo comumente associada a supostos regimes ditatoriais de esquerda.

O conjunto formado pelas palavras-chave *patriotismo*, *pátria*, *patriota*, *hino*, *bandeira* e *nação* reuniu 121 recorrências; o conjunto formado pelas palavras-chave *Exército*, *FFAA*, *FA*, *marinha*, *aeronáutica* e *capitão* obteve 107 recorrências; a palavra-chave *missão* reuniu 64 recorrências e a palavra-chave *ditadura* reuniu 36 recorrências (que também se referem ao eixo “Ataque ao inimigo”).

Gráfico 4 – Recorrências verificadas no eixo “Patriotismo” através da busca avançada do X (Twitter).



Fonte: Elaborado pela autora

Como observado no gráfico acima, o conjunto de palavras-chave patriotismo, pátria, patriota, hino, bandeira e nação foi responsável por 121 recorrências. Segundo Charaudeau e Aragão (2022), o valor pátria é um dos pontos fundamentais na formação da doutrina da direita, o que pode variar segundo cada país. No Brasil, o que observamos é uma junção ao “valor” Exército, mobilizado como forma de reforçar o imaginário de soberania nacional e de amor à pátria, num fomento ao sentimento identitário do povo e de suas raízes fundadoras, movimento concomitante, como explica Charaudeau (2020), à declaração de culpados pela perda dos valores tradicionais.

Messenberg (2019) aponta um vínculo do “patriotismo” à ideia de anticomunismo, numa guerra permanente aos inimigos da nação. A adoração às forças armadas e a símbolos nacionais, em especial à bandeira e ao hino, também é relacionada aos representantes de uma retórica nacionalista. Para Freixo e Pinheiro-Machado (2019), uma visão de mundo ultraconservadora, defensora dos “valores tradicionais” e baseada numa retórica “patriota” ganhou força em várias partes do mundo, nos últimos anos. No caso brasileiro, a figura de JB,

calçada na lógica do “contra tudo que está aí”, serviu para personificar tal enquadramento ideológico.

7.6.1 O “valor” Exército

O conjunto de palavras-chave *Exército*, *FFAA*, *FA*, *marinha*, *aeronáutica* e *capitão* obteve 107 recorrências, o que sinaliza sua relevância para a pesquisa. Como explica Zaverucha (2008), a militarização pode ser compreendida como um processo de adoção dos modelos, conceitos, doutrinas e procedimentos em atividades civis, sendo considerada crescente quando os valores do Exército se aproximam dos valores da sociedade.

Sob tal perspectiva, consideramos que a recorrência de palavras-chave ligadas às Forças Armadas mostra que o discurso neoconservador brasileiro (re) afirma a instituição como forma de mobilizar para si um imaginário de eficácia, garantidor da lei e da ordem. O “valor” Exército atua, assim, como fiador da legitimidade do *ethos* de um político não corruptível, potente e ilibado, capaz de garantir a segurança nacional. O próprio JB costuma se autodenominar “capitão”, numa referência ao posto ocupado durante o período em que serviu ao Exército.

7.6.2 O saudosismo à ditadura militar

A palavra-chave *ditadura*, além de apresentar referências correntes a supostos regimes totalitários de esquerda, colabora para o resgate de um imaginário positivo da ditadura militar brasileira, altamente expandido numa parcela da população. Percebemos, através da observação dos dados coletados, que seu emprego remete, em geral, à ordem, ao autoritarismo, ao militarismo, ao “valor” remetido ao Exército brasileiro, a um ideal de autossuficiência, à proteção das fronteiras e à xenofobia.

O saudosismo à ditadura militar costuma se ligar, ainda, à guerra anticomunista. Como explica Lacerda (2018), um militarismo anticomunista foi expresso durante a Guerra Fria para que os Estados Unidos pudessem expressar poder internacionalmente. No Brasil, editoras evangélicas foram fonte de influência ao publicar conteúdos inspirados na direita cristã norte-americana. Na década de 1960, influências estadunidenses associaram o comunismo a forças satânicas, numa luta do bem contra o mal. Segundo Chesnut (1997), no Brasil, as Assembleias de Deus²⁸⁹ desempenharam papel fundamental no apoio à ditadura militar, alertando seus fiéis

²⁸⁹ Segundo Lacerda (2018), a Assembleia de Deus é a maior e mais antiga denominação pentecostal presente no Brasil, cuja força política precisa ser considerada.

sobre a besta comunista, visto que governantes associados à esquerda, no contexto da Guerra Fria, estariam impedindo a pregação gospel em suas localidades. Percebemos, portanto, que o resgate do imaginário da ditadura militar colabora para a mobilização da luta anticomunista.

7.6.3 A “missão” de salvar o Brasil

A palavra-chave *missão* é outro aspecto interessante de ser observado, uma vez que sua maior recorrência ocorreu durante o mandato presidencial de JB. Acreditamos que isso se deve ao fato de o “capitão” utilizar o termo com frequência como forma de se referir à própria maneira de governar, numa associação à questão militar (“missão militar”) e religiosa (“missão religiosa”).

A palavra “missão” possui aspecto positivo no imaginário cristão, católico e evangélico. Como explica Melo (2024), o emprego do termo pode apontar para um ato mais abrangente do que a execução de um ofício político. Para o pesquisador, de modo geral, o uso da palavra “missão” por JB também se relaciona a um aspecto espiritual, o que, juntamente à referência à execução de um ofício político, contribuiu para a construção do *ethos* de líder. No caso de publicações que também carregam referências a passagens bíblicas, o emprego do termo, para Melo (2024), reforça sua conotação de cumprimento de uma “missão espiritual”, relacionando-se a um saber de revelação que, para Charaudeau (2017), imprime uma verdade transcendental que exige a adesão total dos sujeitos.

7.7 Considerações finais sobre os resultados

Como vimos, recorrências no plano verbal são capazes de nos fornecer sintomas sobre as estratégias argumentativas adotadas por JB, das principais estratégias retóricas, valores e imaginários políticos (re) mobilizados ao longo dos anos. De modo geral, destacamos que as alocações analisadas têm entre suas bases centrais o ataque aos inimigos, a refutação dos discursos pluralistas e a perda de uma origem idílica cuja pureza maculada precisava ser reintegrada através de uma “limpeza” da sociedade. Assim, uma lógica agonística é estabelecida, com o ataque aos adversários numa reciclagem do antigo “anticomunismo”, que passou a figurar na ameaça do “bolivarianismo” venezuelano, encarnada, no Brasil, pelo PT. Fobias são alimentadas sob a ameaça de desmoronamento do mundo, com a promulgação de discursos que incitam a violência e a intolerância, intensificando as diferenças irreconciliáveis entre “nós” e “eles”.

A força enunciativa do que chamamos de ataque à imprensa também chama a atenção. Como vimos, são atribuídos a jornalistas e a veículos de imprensa traços de um discurso adversário, descredibilizado, desprezado, responsável por difamar e emitir informações mentirosas a respeito de JB. O político parece focar no enfrentamento a outros atores políticos na criação de inimigos e na deslegitimação das instituições para mobilizar, para si, a imagem de salvador. A recorrência de palavras-chave ligadas aos inimigos políticos produz, ainda, um efeito de coragem ao enunciador, mobilizando um *ethos* de homem corajoso cuja franqueza o faz enfrentar seus piores inimigos sem medo.

Outro ponto relevante se liga às referências correntes a supostos regimes totalitários de esquerda, num resgate a um imaginário positivo da ditadura militar brasileira. Há, ainda, a mobilização de valores ligados à ordem, ao autoritarismo, ao militarismo, à força do Exército brasileiro, a um ideal de autossuficiência, à proteção das fronteiras e à xenofobia. Recorrências ligadas à defesa da “liberdade dos cidadãos de bem” também devem ser observadas, pois mobilizam o valor ordem e a necessidade de proteção contra a “bandidagem”. Numa mobilização do medo e da indignação, os inimigos da nação são representados tanto pela esquerda corrupta que quer “tornar o Brasil uma nova Venezuela” quanto pelas populações marginalizadas vítimas e reprodutoras da violência urbana.

O chamado “conservadorismo moral” é explorado por JB por meio de conteúdos homofóbicos, sexistas, racistas e xenófobos, além de um superdimensionamento da criminalidade e da violência. A alta recorrência de termos bélicos indica a força do eixo “em defesa da família” que, somado ao “valor” Exército, mobiliza o imaginário de soberania nacional e de amor à pátria. A força retórica de questões como a defesa da família heteronormativa e a luta contra o aborto é observada através da verificação das recorrências, que se somam às menções a elementos da fé cristã e à pulverização de uma espécie de “crisofobia” atribuída à esquerda. Entendemos que o discurso religioso é utilizado como forma de validação da luta incessante contra a esquerda, fazendo com que a figura do demônio seja a ela inferida, estabelecendo-se, assim, uma oposição a Deus e aos que defendem seus valores.

Observamos, ainda, que a defesa da família, nos *tweets* analisados, relaciona-se a um idealismo punitivo explorado através dos termos bélicos. Constantes referências a palavras-chave ligadas às Forças Armadas atuam na mobilização de um imaginário de eficácia, garantidor da lei e da ordem. Nesse cenário, o Exército se torna uma espécie de “fiador” da

legitimidade do *ethos* de um político não corruptível, potente e ilibado, capaz de garantir a segurança nacional.

Destacamos, ainda, a presença de traços de uma retórica populista e até fascista, perceptível através de recorrências ligadas a narrativas dramatizantes, numa linguagem desenvolvida através de estruturas simples, essencializadas e agonísticas, em que o inimigo aparece para desacreditado, desqualificado e aniquilado.

Findado nosso percurso pelas recorrências no plano verbal passaremos, a seguir, para o capítulo dedicado às análises qualitativas.

8. ANÁLISE QUALITATIVA: ESTRATÉGIAS RETÓRICAS, VALORES IDEOLÓGICOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS INDICADORES DE UM DISCURSO NEOCONSERVADOR.

Como explicitado no capítulo VI, para a segunda etapa da pesquisa, de caráter qualitativo, selecionamos publicações que discorrem sobre polêmicas na esfera pública e que estão relacionadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB. Para a análise descritiva dos procedimentos enunciativos, será observada a formação do *ethos*, dos imaginários sociodiscursivos, polêmica, violência verbal e de um possível traço associado ao que os teóricos Galinari (2020) e Moïse e Hugonnier (2019) têm chamado de discurso de ódio. Também como mencionado no capítulo VI, as polêmicas públicas levantadas giram em torno dos seguintes aspectos: as críticas às manifestações culturais, associadas ao obsceno e ao escatológico; o uso da linguagem bélica de caráter verbo-visual; a criminalização da esquerda e sua relação com os negacionismos e as teorias conspiracionistas; os ataques endereçados à imprensa e a grupos minoritários.

Para a seleção das publicações, tomamos como base os estudos de Emediato (2023) sobre a polêmica pública ligada a temas sociais sensíveis. Como vimos no capítulo V, são considerados temas sensíveis aqueles que, além de suscitarem interesse público, possuem forte potencial agonístico, são indutores da polêmica pública e dos discursos polêmicos. É comum que polêmicas públicas desencadeiem interações polarizadas, com posições dóxicas bem distintas e a introdução de aspectos como a indignação, a violência verbal e as desqualificações dos adversários. A partir da dicotomização, um processo de interincompreensão regrada é constituído, afinal, como mostra Maingueneau (1983, 2005), a polêmica necessita de um espaço constituído por dois polos, uma tabela restrita de categorias semânticas repartidas em pares de oposição, fazendo com que discursos em confronto existam em função um do outro. Cada uma das partes se apropriará do discurso alheio com o objetivo de integrá-lo, por inversão, ao seu próprio sistema.

A partir das análises quantitativas, observamos a recorrência de palavras-chave ligadas ao ataque à esquerda e à imprensa, à ênfase numa agenda moral (que serve como braço para a culpabilização dos adversários pela perda dos valores que, no passado, foram considerados fundadores da sociedade) e a uma retórica patriota pautada, especialmente, no que chamamos de “valor” Exército. Através da observação das recorrências lexicais, formadoras do comportamento retórico de JB no X (*Twitter*), percebemos que esse político, representante de

um discurso neoconservador, pareceu utilizar a polêmica pública sobre temas sociais sensíveis, o que contribui para a construção de mensagens com alto teor patêmico e agonístico, cujos conteúdos parecem substituir o clássico conflito “esquerda *versus* direita” para “certo *versus* errado” (produtor de um efeito de indignação).

Passaremos, a seguir, para as análises de publicações que discorrem sobre polêmicas na esfera pública, ligadas, em geral, a temas sociais sensíveis. Ao todo, foram selecionadas 19 publicações (entre elas, algumas que contém sequências, ou seja, mais de um *tweet* pertencente à publicação original).

8.1 Valores e imaginários em torno do eixo “Em defesa da família”

Como mencionado, foram selecionadas publicações sobre polêmicas na esfera pública que estão relacionadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB. Ainda que traços dos quatro eixos temáticos possam ser percebidos ao longo das análises, escolhemos priorizar a seleção de publicações que giravam, majoritariamente, em torno dos eixos “Em defesa da família” e “Ataque ao inimigo”, por sua força enunciativa capaz de fornecer pistas mais contundentes sobre o comportamento enunciativo de JB. Também levamos em consideração a alta recorrências de palavras-chave na etapa quantitativa, comumente associadas aos dois eixos mencionados.

Ainda assim, destacamos que signos-sintomas que podem ser associados aos eixos “Patriotismo” e “Livre mercado” também foram detectados, mostrando-nos que o discurso neoconservador aqui analisado associa diferentes campos temáticos em seu processo persuasivo.

Começaremos pela análise de publicações cujas polêmicas públicas giram em torno do eixo “Em defesa da Família”, mais especificamente, pela questão armamentista.

8.1.2 A questão armamentista e a linguagem bélica

Charaudeau (2018) menciona a eficácia de discursos simples capazes de reunir as massas em torno de símbolos que provocam a adesão pulsional. No caso do discurso neoconservador, além de um retorno ao “paraíso perdido” mobilizado através do imaginário da tradição descrito pelo linguista, a linguagem bélica, de caráter verbo-visual, é utilizada numa retórica patêmica legitimadora de um sistema patriarcal. Com base em Freud ([1921]/1997) e Mouffe (2015), percebemos que JB assume o *ethos* de “homem viril”, a figura do líder autoritário cujos comportamentos são admirados por parte da população. Segundo a teoria

freudiana visitada, a agressividade encontra escoadouro na hostilidade àquilo que é diferente dos padrões vigentes, o que se materializa tanto na linguagem bélica de caráter verbo-visual, adotada por JB, quanto na mobilização de uma lógica agonística em sua retórica.

Falamos em linguagem bélica de caráter verbo-visual; pois, além da presença na substância linguística, a questão armamentista é exposta nas mensagens analisadas através de outros signos-sintomas que remetem ao imaginário de poder das armas. Podendo ser compreendidas como objetos fálicos e de exposição da virilidade masculina, do subjugo e da dominação, as imagens das armas no *corpus* servem para atribuir tais *ethé* a JB.

A publicação a seguir, apesar de não se relacionar a uma polêmica pública específica, apresenta signos icônicos que (re) afirmam tais imagens e imaginários: a arma de brinquedo nas mãos do político, as imagens de destruição no jogo que se passa na tela e o que parece ser uma pistola exposta na parede.

Figura 43 – Linguagem bélica de caráter verbo-visual no perfil do X (Twitter) de JB



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

O vídeo do então presidente “brincando de matar” vai ao encontro das publicações a seguir, em que polêmicas públicas se moldaram em torno da linguagem bélica num campo plurissemiótico.

Figura 44 – JB fala sobre o episódio em que segurou um tripé como se fosse uma metralhadora



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Numa sequência de publicações, JB responde, no plano dialogal, ao *tweet* da cantora Zélia Duncan²⁹⁰ sobre episódio ocorrido em 2018, na capital do Acre, Rio Branco, quando o político utilizou um tripé num gestual que simulava uma metralhadora²⁹¹ e disse “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr no Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá”²⁹².

Importante destacar que JB escolheu a publicação de Duncan, dentre tantas outras, na tentativa de desassociar suas falas de qualquer ato violento cometido por apoiadores. A cantora carrega o ícone da bandeira LGBTQIA+ no espaço direcionado ao nome do usuário da rede social, o que aponta para a relevância de sua sexualidade não heteronormativa na constituição

²⁹⁰ Pelo que identificamos, trata-se de uma captura de tela (*print screen*) da publicação feita pela cantora, e não de um compartilhamento/*retweet* (ferramenta mencionada no capítulo III).

²⁹¹ A cena pode ser assistida aqui: https://www.youtube.com/watch?v=TAtz7E-XuCW&ab_channel=UOL

²⁹² Como vimos, frases com intenso viés polêmico serviram para conferir a ele o atributo de “autenticidade”.

de seu *self* digital²⁹³. Em outro *post*, pertencente à mesma sequência de publicações, o político exhibe foto da cantora com um violão nas mãos (logicamente, instrumento de trabalho de Duncan), e questiona “isso seria um AK-47?”. Ao que parece, sua tentativa é inferir uma lógica comparativa entre os dois objetos em cena, levando a instância cidadã, composta pelos usuários da rede social, a acreditar que, do mesmo modo que um tripé não poderia ser comparado a uma metralhadora, o violão não pode ser associado a um fuzil.

Figura 45 – JB publica foto de Zélia Duncan



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Ao afirmar que seu gesto no Acre “foi sim em sentido figurado”, JB realiza um contradiscurso no que parece ser uma tentativa de se defender das críticas que circulavam no espaço discursivo e que associavam sua retórica belicista a episódios violentos ocorridos no período pré-eleitoral²⁹⁴. Segundo Amossy (2017), a incitação à violência pode ocorrer de modo

²⁹³ Como vimos no capítulo III, é comum que usuários da rede utilizem pequenas pistas para transmitir impressões e constituir representações do *self* (de si mesmos).

²⁹⁴ A polêmica envolvendo o gesto com o tripé ocorreu em 2018, mas voltou à tona em julho de 2022, quando um guarda municipal foi morto por um apoiador de JB. O caso pode ser rememorado aqui: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/10/guarda-municipal-e-morto-a-tiros-na-propria-festa-de-aniversario-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Após o crime, falas de JB foram associadas a atos violentos cometidos por apoiadores, como retrata a matéria veiculada pela BBC News Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62098719>

simbólico, através do uso de expressões verbais que não caracterizam efeitos imediatos, ou de modo prático, com estímulos para a ação concreta. Interessante observar que o político escolhe justamente a publicação de uma artista LGBTQIA+, que já manifestou apoio público a Lula, para associar a esquerda a atos violentos (esta, sim, projetada como agressiva, como veremos neste capítulo).

É preciso levar em consideração, ainda, que publicações como essa também podem ser associadas, de certo modo, ao eixo “Patriotismo” (especialmente pela ideia de ser necessário defender a nação contra os inimigos) e ao eixo “Livre mercado” (pela associação das armas à defesa da propriedade privada). Entretanto, escolhemos introduzir tais publicações ao eixo “Em defesa da Família” por considerarmos que ali está sua maior força argumentativa.

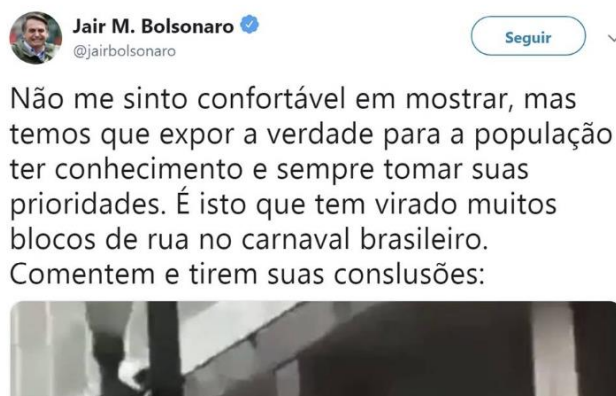
Seguindo o percurso de publicações que se ligam, majoritariamente, ao eixo “Em defesa da família”, passaremos, a seguir, à apresentação das análises que se mostraram mais próximas à defesa dos valores cristãos, tema cujas palavras-chave obtiveram alta recorrência segundo a análise quantitativa.

8.1.3 “O que é golden shower?”

Como vimos no capítulo VII, a mobilização de uma agenda moral faz parte das estratégias do discurso neoconservador brasileiro. Observaremos, agora, quais estratégias discursivas podem ter sido mobilizadas nesse processo.

Apenas alguns meses depois chegar à presidência, JB publicou a sequência a seguir. Na primeira publicação, o então mandatário comenta um vídeo em que participantes de um bloco de carnaval realizam práticas sexuais, imprimindo ao discurso um movimento de indignação. No dia seguinte, o político interpela os usuários da rede sobre o “*golden shower*”, termo utilizado para designar determinada prática sexual.

Figura 46 – JB publica vídeo com crítica ao carnaval



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Figura 47 – JB questiona usuários do X (Twitter) sobre prática sexual



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

As publicações ganharam repercussão dentro e fora da plataforma, chegando aos veículos de imprensa²⁹⁵. Algumas horas depois de publicado, o vídeo recebeu um alerta sobre conteúdo sensível, numa restrição da plataforma. Dias depois, JB retirou do ar os *tweets* sem dar mais explicações. Segundo Santos (2019), as publicações podem ser encaradas como uma reação do político a um carnaval bastante politizado, numa tentativa de desestabilizar as críticas ao seu governo através da polarização do debate político: de um lado, os “cidadãos de bem” e seu representante responsável por “relevar a verdade” escondida da população pela “mídia hipócrita” e, de outro, os “monstros morais” a favor de “homossexuais promíscuos”. Para nós,

²⁹⁵ As falas do então mandatário receberam um caráter de notícia, sendo veiculadas em diversas matérias de jornais nacionais e internacionais. Entre elas, estão: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/bolsonaro-posta-video-com-pornografia-e-conteudo-tem-acesso-restringido.ghml> e <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/06/posts-de-bolsonaro-com-pornografia-e-golden-shower-repercutem-na-imprensa-internacional.ghml>

o sujeito comunicante encena um sujeito enunciador que adota o papel de conselheiro, daquele a quem cabe a árdua “missão” de expor a “verdade” e, assim, resgatar os valores patriarcais e heteronormativos que estariam sendo perdidos pela sociedade.

Como lembra Santos (2019), os protagonistas do vídeo publicaram o que chamaram de “Manifesto *Golden Shower*”²⁹⁶, afirmando que o ato sexual praticado nas imagens se tratava de um manifesto político-artístico contra a colonização dos corpos e desejos dissidentes, contra o que chamaram de “sistema sexo-produtivo do cis-heterossexismo, masculino e branco” que não os representa. Independentemente das intenções, consideramos que o ato serviu de munição para a (re) construção de imaginários negativos ligados ao grupo LGBTQIA+ e à esquerda brasileira, mobilizados, nesse caso, a partir do escatológico e do obsceno.

8.1.4 Discursos que reforçam valores tradicionais

Como menciona Miguel (2019), a aparente popularidade das concepções regressistas tem chamado a atenção, especialmente por desafiarem o que pareciam ser consensos assentados ou em processo de consolidação no que diz respeito à autonomia individual das mulheres, à diversidade dos afetos e arranjos familiares. Entretanto, o que observamos é a emergência de discursos que reforçam valores tradicionais e apresentam a família patriarcal como de origem divina e a única forma natural possível. O mesmo se aplica para projetos ligados à diminuição da desigualdade e da vulnerabilidade de determinados grupos. O que vemos é uma exaltação da desigualdade encarada sob a ótica da “meritocracia”, com políticas públicas de combate à pobreza sendo apresentadas como um prêmio à preguiça.

Ainda de acordo com o cientista político, o apelo que sistemas rígidos de crença fornecem está ligado à insegurança causada por diferentes crises, pela precarização e desmonte de sistemas de bem-estar social. Mesmo que seja paradoxal, o que os sujeitos compreendem é que as fronteiras entre o certo e o errado devem permanecer intactas apesar do desemprego, da vulnerabilidade e das privações, numa espécie de compensação subjetiva renovada pelos fundamentalismos morais. Posições econômicas ultraliberais raramente são fiéis ao seu compromisso original de expansão das liberdades individuais. O que se observa em

²⁹⁶ O texto foi publicado, inicialmente, pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/foi-ato-politico-nao-fervo-de-carnaval-diz-dupla-do-golden-shower-criticado-por-bolsonaro.shtml> Acesso em: 15 abril 2024.

movimentos ao redor do mundo²⁹⁷ é uma fusão entre o fundamentalismo cristão e o fundamentalismo de mercado, fazendo com que criacionismo²⁹⁸, condenação ao aborto, políticas armamentistas e exaltação da meritocracia e do Estado mínimo passem a fazer parte do mesmo pacote. Entretanto, é preciso considerar que a ausência ou “auto demissão” do Estado de funções sociais já assumidas, como a assistência à educação, à saúde e à segurança pública abre um vácuo que precisa ser preenchido. Nesse contexto, emerge o reforço à família tradicional, que passa a ser responsável pela garantia do bem-estar dos sujeitos, no que Miguel (2019) chama de reprivatização do cuidado.

8.1.5 A recontextualização retórica de signos e a manipulação pelo medo

Outro ponto relevante se liga à recontextualização retórica de signos que dizem respeito à vivência da sexualidade humana e à concepção de gênero, estratégia utilizada no discurso analisado para propagar negacionismos como: i) a esquerda vivencia uma sexualidade perversa, escatológica e obscena; ii) a esquerda é pedófila; iii) a esquerda está ensinando suas práticas sexuais depravadas a nossas crianças inocentes. Os negacionismos são, assim, confundidos com um discurso de indignação provocador do medo e da angústia. Tais estratégias são mobilizadas através de polêmicas públicas como as apresentadas nos últimos *tweets* analisados e na falácia difundida como “*kit gay*”.

Segundo Charaudeau (2022), a produção de efeitos de manipulação pelo medo pode ser efetivada através de estratégias discursivas que alimentam rumores e conspirações, ou ainda, pela identificação de um bode expiatório. Como vimos no capítulo IV, no discurso neoconservador, a figura do bode expiatório se distancia de suas origens bíblicas ligadas à expiação dos inocentes. Os inimigos recebem a função de orientar para si a violência e desencadear no povo o desejo pela aniquilação e consequente reparação do mal provocado. No caso em tela, a população LGBTQIA+ é veiculada como o inimigo que ameaça os valores familiares tradicionais. Se na França, segundo Charaudeau (2022), os medos “identitários” se estabelecem na ameaça da invasão estrangeira e consequente diluição da identidade nacional, no Brasil, especificamente nos *tweets* analisados, o que observamos é a constituição de posicionamentos que apontam para a perda da moralidade cristã e consequente declínio social.

²⁹⁷ Miguel (2019) cita como exemplo o movimento estadunidense *Tea Party*, responsável por reunir questões como o libertarianismo, populismo e conservadorismo.

²⁹⁸ Crença de que todas as formas de vida foram criadas por uma entidade divina, contrapondo-se à teoria da evolução de Charles Darwin.

Como vimos ao longo da tese, o discurso neoconservador brasileiro não se estabelece através do ressentimento em relação às elites, fenômeno que o linguista aponta na França.

8.2 Valores e imaginários em torno do eixo “Ataque ao inimigo”

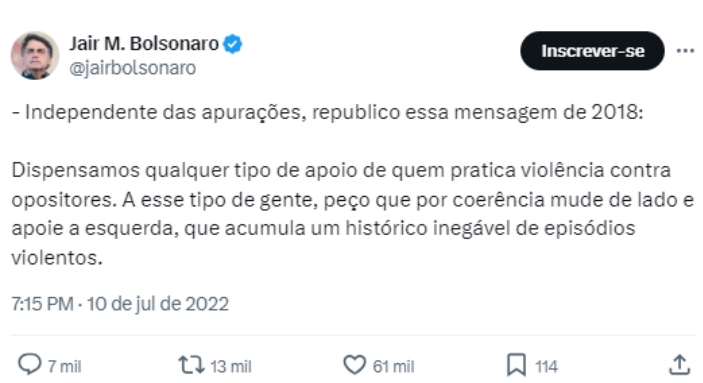
A partir dos estudos realizados ao longo de toda a tese, observamos que os *tweets* analisados expressam índices que podem ser associados a um discurso de ódio, tal como definido por Galinari (2020). Vimos, ainda, que nos *tweets* sobre a polêmica pública “*Golden shower*” a população LGBTQIA+ foi estrategicamente posicionada no centro das ameaças à família cristã e heteronormativa, cujos valores se mostraram parte essencial da constituição do grupo posicionado ideologicamente à direita e, arriscamo-nos a dizer, de boa parte dos brasileiros que, de algum modo, identificam-se com tal eixo discursivo. Apontar as bases da formação identitária brasileira não é nosso objetivo, contudo, parece-nos relevante levar em consideração que, como explica Lima (2010), o imaginário judaico-cristão se baseia em valores predominantemente androcêntricos que embasam discurso religioso. Assim, estabelece-se a lógica de que valores que foram ditados pelo próprio Deus não podem ser contrariados, encerrando-se o debate.

Também como vimos, JB lançou mão da polêmica pública e de uma dimensão iconotextual como forma de proporcionar engajamento nas redes sociais e consequente visibilidade, imprimindo, assim, efeitos de verdade ao que diz. Além da população LGBTQIA+, a esquerda brasileira foi posicionada no papel de inimigo a ser combatido, numa (re) mobilização e (re) significação do antigo discurso anticomunista.

8.2.1 “Apoie a esquerda, que acumula um histórico inegável de episódios violentos”

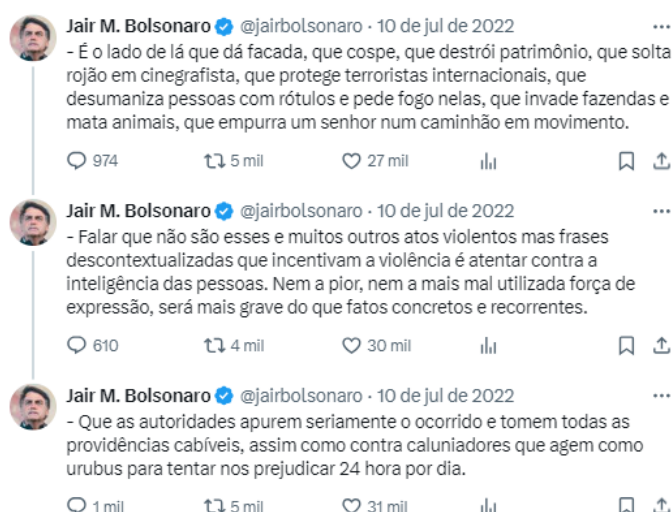
A próxima sequência de *posts* retoma a polêmica pública abordada na seção 8.1.2, ligada à possibilidade de episódios violentos cometidos por apoiadores de JB. É possível observar, a partir das publicações que seguem e de outras mencionadas ao longo da pesquisa, a produção de efeitos que visam criminalizar a esquerda.

Figura 48 – Sequência de posts em que são produzidos efeitos de sentido que criminalizam a esquerda



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Figura 49 – Sequência de posts em que são produzidos efeitos de sentido que criminalizam a esquerda



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Como explica Charaudeau (2022), por meio da estratégia da “negação”, o sujeito político pode suprimir a própria responsabilidade em determinadas ações. No caso em tela, o que observamos é uma tentativa de converter o acusado em perseguido, adotando o *ethos* de vítima num procedimento que, segundo o linguista francês, isenta o político de dar justificativas para seus atos (a tentativa pode ser inferida a partir de enunciados como “agem como urubus para tentar nos prejudicar 24 horas por dia”).

Sabemos, a partir dos estudos de Amossy (2017), que o discurso polêmico retoma, reformula e até deforma alegações adversas. Na sequência acima, percebemos uma refutação ao interdiscurso que relaciona o enunciador a atos violentos, utilizando como contra-argumento a associação do campo ideológico adversário ao imaginário agressivo. São levantados elementos de uma memória discursiva que se compõe de imaginários sociodiscursivos que associam a esquerda a atos violentos. Segundo Azevedo (2020), ações terroristas²⁹⁹, atos de vandalismo, a radicalização e, mais recentemente, a corrupção são comumente associados aos sujeitos pertencentes a tal campo ideológico. Ao afirmar que “é o lado de lá que dá facada, que cospe, que destrói patrimônio, que solta rojão em cinegrafista, que protege terroristas internacionais (...)” e que “nem a mais mal utilizada força de expressão será mais grave do que fatos concretos e recorrentes”, o enunciador retoma episódios diversos que associaram a esquerda a atos violentos, independentemente do que diz ser ou não real. O episódio da facada³⁰⁰, por exemplo, é citado pelo político como ato praticado pela esquerda, ainda que as investigações tenham concluído que o autor não continha qualquer ligação com inimigos políticos de JB e que tenha sido considerado inimputável. Como explica Alonso (2019), a adesão a discursos como esse é de natureza emotiva e qualquer informação contrária dificilmente será faturada como verdadeira (ainda que o seja). Ao contrário, por vezes é encarada como mais uma tentativa de deslegitimação provocada pelo inimigo.

Percebemos, a partir das publicações acima e de outras, especialmente as abordadas no capítulo V, que as condições de produção incitam a injúria e a discriminação contra o grupo que partilha uma identidade política e ideológica. O interdiscurso que funda tais publicações produz efeitos que visam excluir e criminalizar o outro, fazendo com que seja possível identificar efeitos retóricos de exclusão de forma sistemática e aflorada. Nas publicações acima, a polêmica se insere numa estrutura dicotomizante e dialógica, com traços de violência verbal expressos através do emprego dos termos insultuosos “caluniadores” e “urubus”. Um “jogo”

²⁹⁹ A suposta relação entre o PT e o sequestro do empresário brasileiro Abílio Diniz, em 1989, é um dos exemplos de associação da esquerda à guerrilha. A associação nunca foi comprovada, contudo, materiais da campanha de Lula foram apresentados à imprensa como estando de posse dos envolvidos no sequestro, que declararam buscar recurso financeiro, através do sequestro, para financiar a guerrilha em El Salvador. O caso pode ser rememorado através das reportagens: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/02/19/abilio-diniz-foi-vitima-de-sequestro-que-chocou-o-brasil-em-1989-relembre.htm> e <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/19/sequestro-de-abilio-diniz-em-1989-as-vesperas-da-eleicao-presidencial-agitou-a-disputa-lula-x-collor.ghtml>

³⁰⁰ O caso foi rememorado no capítulo III da tese e as informações sobre a conclusão das investigações divulgadas pela imprensa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/06/cinco-anos-da-facada-em-bolsonaro-pres-a-delio-vive-impasse-sobre-internacao-psiquiatrica.ghtml> Acesso em: 14 maio 2024.

entre verdades e mentiras é estabelecido, no qual o enunciador assume o papel de desmentir o discurso alheio.

Outro ponto se liga ao emprego do *argumentum ad personam* que, como descreve Fiorin (2015), está presente quando não se discute o argumento propriamente dito, mas são apresentadas incoerências do adversário em relação ao que diz. Se considerarmos que, no caso em tela, o enunciador formula um contra-argumento com base na acusação da esquerda de que ele seria responsável pelo incentivo à violência física, percebemos o estabelecimento de tal falácia. O ataque grosseiro através da formação de insultos também pode ser observado (“urubus”), com o adversário sendo enquadrado de modo pejorativo.

Também podemos inferir da publicação o uso do *argumentum tu quoque* (em latim, “você também”) que, também como mostra Fiorin (2015), pode ser considerado uma variação do *argumentum ad hominem*. Em tal tipo de argumentação, o objetivo é desqualificar o adversário por considerá-lo hipócrita, mostrando que sua posição é incoerente e que suas práticas não sustentam aquilo que diz. Basicamente, o enunciador descridibiliza o adversário acusando-o de também praticar aquilo que condena. Ainda que JB não assuma sua reponsabilidade em relação à violência física cometida por seus apoiadores, afirma que “nem a pior, nem a mais mal utilizada força de expressão, será mais grave do que fatos concretos e recorrentes”, atribuindo a seus adversários atos ainda piores do que é acusado.

8.2.2 A criminalização da esquerda e a constituição do discurso de ódio

Abordaremos, a seguir, pesquisas que refletem sobre o discurso de ódio com o intuito de analisar o que poderiam ser considerados índices desse discurso. Assim, por meio deste estudo de caso, nossa pesquisa buscou contribuir para lançar luzes sobre a configuração retórico-discursiva de tal tipo de discurso.

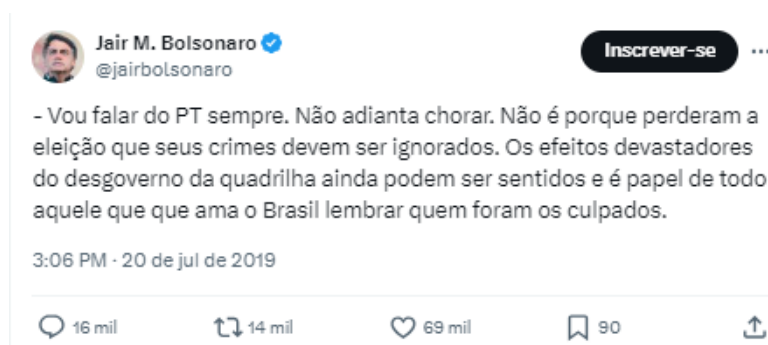
Galinari (2020) classifica como atos de linguagem característicos do discurso de ódio a humilhação, a ridicularização, o constrangimento, a calúnia, a ameaça e a injúria proferidos contra determinado agrupamento. Partindo de seus estudos, consideramos pertinente a designação do discurso odioso nas publicações levantadas ao longo da tese, em especial, se considerarmos a esquerda um grupo que partilha uma identidade política e ideológica (re) afirmada, repetidamente, enquanto figuração do mal, sobre a qual são delegados insultos e também a instigação ao insulto, a designação de atos injuriosos, a violência verbal em interações polêmicas (especialmente através do emprego de qualificações axiológicas negativas), a

ridicularização, a criminalização, a caracterização com traços difamantes, a deslegitimação e os negacionismos.

Seguindo raciocínio semelhante, Moïse e Hugonnier (2019) compreendem que o discurso odioso diz respeito ao ódio étnico, racial, religioso e de gênero, mas também homofóbico (como nas publicações apresentadas nas primeiras seções). Ele pode se apresentar, ainda, na ameaça à ordem democrática, nos negacionismos, na apologia aos crimes de guerra, à violência e ao terrorismo. Ainda que, nas publicações em tela, JB imprima à esquerda a representação de atos violentos, criminalizando os sujeitos que expressam sua afinidade com tal grupo político-ideológico, vimos que a história discursiva do ator político se liga às questões armamentistas e a um idealismo punitivo, especialmente através da reprodução plurissemiótica de clichês como “o povo é favorável à tortura” e “bandido deve ser punido”, como bem descreveu Piovezani (2020).

Na publicação a seguir, observaremos que o discurso polêmico carrega traços que Galinari (2020) identifica como pertencente a um discurso de ódio endereçado à esquerda, (re) afirmada enquanto figuração do mal.

Figura 50 – Exemplo de discurso de ódio endereçado à esquerda



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

No *post*, o discurso polêmico se estabelece no confronto entre duas posições contrárias que, como mostra Amossy (2017), apresentam-se de forma exacerbada, aumentada e exagerada. A violência verbal, por sua vez, faz-se presente como atributo da polêmica através do emprego do termo insultuoso “quadrilha”, comumente utilizado no meio jurídico para tipificar ação que

infringe o Código Penal Brasileiro³⁰¹. A presença dos termos “quadrilha” e “crimes” mostram que as escolhas lexicais do enunciador têm como objetivo atribuir ao PT representações negativas ligadas à corrupção e ao roubo organizado. A publicação configura, assim, um espaço de hospedagem do discurso de ódio nas redes sociais, mobilizado por meio do discurso polêmico com traços patêmicos.

Como explicam Moïse e Hugonnier (2019), o *pathos* (elemento tradicional da retórica) e o uso das emoções serve tanto para que o polemista convença a audiência com seus argumentos, quanto para que desperte certa compaixão por ele. Tal estratégia pode ser inferida aos casos em tela, se considerarmos que o enunciador, através do discurso polêmico e de caráter patêmico, tenta persuadir o público sobre sua inocência em relação às ações violentas cometidas por apoiadores, chamando aqueles que o acusam de “caluniadores”. No segundo caso, o enunciador parece utilizar o discurso polêmico para se abster, implicitamente, da própria responsabilidade em relação às questões que afligem o país. Ainda que ocupe o cargo máximo do Poder Executivo, o político afirma ser “papel de todo aquele que ama o Brasil lembrar quem foram os culpados”. Como vimos no capítulo II, as emoções são descritas por Charaudeau (2007) como de ordem intencional e não puramente irracionais e redutíveis às pulsões. Portanto, o discurso que carrega consigo traços patêmicos possui certas doses de intencionalidade e não pode ser encarado como desprovido de *logos*.

8.2.3 Pela “liberdade de expressão”: o ataque à imprensa, às minorias e às populações marginalizadas

Como vimos, falas de caráter patêmico colaboraram para a formação de um “atributo de autenticidade” relacionado ao discurso neoconservador. Miguel (2019) lembra que a noção de liberdade de expressão tem suas origens no liberalismo, tornando-se, posteriormente, um dos valores fundamentais da esquerda. O principal limite aceito à liberdade de expressão é justamente o discurso de ódio provedor da violência, algo bem diferente de comentários “inocentes” que causam desconforto. No caso de JB, o que observamos é que a chamada “liberdade de expressão” estaria a serviço da defesa dos valores familiares e patriotas, utilizada para denunciar os inimigos da nação representados, em geral, pela esquerda e por populações minoritárias e marginalizadas como a LGBTQIA+, pessoas negras e pardas, mulheres,

³⁰¹ Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/413/edicao-1/associacao-criminosa#:~:text=288%20do%20C%C3%B3digo%20Penal%2C%20com,de%20%E2%80%9Cquadrilha%20ou%20bando%E2%80%9D>. Acesso: em 17 maio 2024.

indígenas, quilombolas, população privada de liberdade, população em situação de rua e também pela imprensa.

8.2.4 A violência verbal e os ataques endereçados à imprensa

Fracchiolla et al. (2018) abordam a violência verbal levando em conta a existência de uma reação do interagente à produção linguística multimodal do seu interlocutor. A reação, contudo, nem sempre será um indicador da intencionalidade do primeiro interagente, ainda que seja um marcador do início da tensão conflituosa. É o que observamos no exemplo apresentado no capítulo V, seção 5.2, em que JB responde a uma repórter da *Folha de S. Paulo* quando perguntado sobre o contingenciamento de verbas para a educação. Como mostra Fujiwara (2023), são diversos os exemplos de resposta veemente do político à instância midiática, especialmente durante a pandemia causada pelo vírus Covid-19. De modo semelhante, em junho de 2021³⁰², durante conversa com jornalistas no interior de São Paulo, o então mandatário projeta um *ethos* autoritário através da sobreposição de voz sobre sua interlocutora, que também o interrompe para introduzir novas perguntas. Ao ser questionado sobre o uso de máscaras pela repórter da *TV Vanguarda*, afiliada da *Globo*, o político retira o próprio aparato de proteção e diz ser “o alvo de canalhas do Brasil”. Assim como no caso da entrevista à *Folha de S. Paulo*, a interação polêmica se dá com traços de violência verbal registrados pela sobreposição de voz e pelo uso de afirmações peremptórias, tais como “você tá feliz agora? Essa Globo é uma merda de imprensa. Vocês são uma porcaria de imprensa”, “deixa eu falar”, “a rede Globo não presta”, “cale a boca”, “vocês são canalhas”. vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira”. O emprego de termos depreciativos e insultuosos para se dirigir à repórter e à *TV Globo* também é observado (“canalhas”; “são uma porcaria”, “merda de imprensa”), o que agrava o tom patêmico e violento do discurso.

³⁰² A interação polêmica com traços de violência verbal pode ser assistida aqui: <https://x.com/UOLNoticias/status/1407051874432438276>.

Figura 51 – Notícia veiculada no perfil do UOL mostra JB insultando repórter



Fonte: Perfil do *Uol Notícias* X (Twitter)

No caso acima, JB finaliza a interação afirmando que “se você não assiste à Globo, você não tem informação, se assiste está desinformado. Você tinha que ter vergonha na cara se [SIC] prestar um serviço porco que é esse que você faz na rede Globo”. Vemos, assim, que sua argumentação se direciona à desqualificação da figura que o questiona, caracterizando um ataque *ad hominem*.

Como vimos no capítulo V, Amossy (2017) apresenta alguns traços capazes de traduzir a violência verbal em termos linguísticos, como as sobreposições de vozes, as interrupções (“cale a boca”, “deixa eu falar”) e a ridicularização da fala do outro, o que JB faz no diálogo com a repórter da afiliada da *TV Globo* ao respondê-la “eu chego como eu quiser, onde eu quiser, tá certo? Eu cuido da minha vida. Se você não quiser usar máscara, você não usa”. Outras características descritas por Amossy (2017) são observadas, como a presença de repetições enfáticas que marcam a interação polêmica com traços de violência verbal, manifestação de hostilidade e inferiorização e a aproximação do adversário ao mal absoluto (“vocês destroem a família brasileira”), traços linguísticos que também se aproximam do discurso de ódio.

Como mostra Fujiwara (2023), são muitos os exemplos de polêmicas públicas provocadas por JB ao endereçar ataques a repórteres, ainda que sejam mais comuns em interações face a face como entrevistas e coletivas de imprensa. Através das interações polêmicas dotadas de violência verbal, o político reforça na imprensa um *ethos* de potência que, segundo a pesquisadora, possui um viés negativo e uma vocalidade autoritária. Para parte de seus eleitores, entretanto, a mesma imagem assume um caráter populista positivo, irreverente e culturalmente popular, ainda que esteticamente agressivo. Nas publicações abaixo, o político reitera a associação da imprensa à desinformação, assumindo, assim, o *ethos* de vítima da circulação de notícias falsas.

Figura 52 – JB diz que quem lê jornal está desinformado



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Figura 53 – JB acusa a imprensa de querer derrubar seu governo



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Publicações como essas podem ser associadas ao discurso de ódio endereçado à imprensa, pois recorrem, de modo reiterado, a atos de linguagem que envolvem a humilhação, a ridicularização e os insultos dirigidos a determinado grupo que é caracterizado como figuração do mal. Retomando Moïse e Hugonnier (2019), percebemos o discurso de ódio direto como aquele que apresenta fenômenos discursivos conjuntos de exclusão-negação-aniquilação, atos de condenação e ênfase patêmica ligada, em especial, à violência verbal que, a partir dos casos narrados ligados à imprensa, parece ser mais comum em interações face a face. O discurso de ódio, contudo, também pode ocorrer em formas discursivas indiretas que não carregam traços de violência verbal, assim como na fala “quem lê jornal/assiste a Globo está desinformado”, repetida em diferentes ocasiões.

Em publicações como as mencionadas acima, o político lança à imprensa traços do discurso adversário descredibilizado, endereçando aos repórteres e veículos de comunicação atos de fala mentirosos sobre sua atuação política (“querem derrubar o governo, com chantagens, desinformações e vazamentos”). Como vimos no capítulo VII, para Lagos (2022), a desqualificação da imprensa faz parte da estratégia de se consolidar como único canal de comunicação de parte de seu eleitorado, ainda que uma retórica conspiracionista característica do discurso odioso precise ser empregada.

8.2.5 “Daqueles governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão”

Apesar de não ter sua origem no X (*Twitter*), a última polêmica pública levantada provocou repercussões na conta oficial de JB que nos dão pistas sobre o comportamento do discurso neoconservador. Em julho de 2019, numa conversa informal com um de seus ministros antes de se reunir com jornalistas, o então presidente disse que “daqueles governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão”³⁰³, aparentemente sem saber que estava sendo gravado. A fala gerou intensa repercussão³⁰⁴ entre políticos, imprensa e usuários das redes sociais, mas o que chama a atenção é o comportamento de JB após as críticas sofridas. Dois dias após a fala polêmica, foi realizada a seguinte publicação em sua rede social:

Figura 54 – Sequência de *tweets* em que JB se defende de acusações



Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

³⁰³ O caso pode ser rememorado aqui <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-diz-bolsonaro.ghtml>.

³⁰⁴ Como mostra a reportagem: <https://www.poder360.com.br/governo/governadores-do-nordeste-repudiam-fala-de-bolsonaro-dw/>

Figura 55 – JB endereça ataques à imprensa



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Apesar da gravação, JB nega que tenha se referido aos políticos nordestinos como “de paraíba”. Ao contrário, o então mandatário usa a rede social para mirar novos alvos, representados pelo capitão que o chamou de “antipatriótico” e pela imprensa³⁰⁵. Na sequência de *tweets*, o termo “melancia” é empregado para caracterizar negativamente seu crítico, uma vez que a expressão se refere aos oficiais que seriam “verdes” por fora (remetendo à cor do uniforme do Exército) e “vermelhos” por dentro (cor comumente associada à esquerda). Em outras publicações, ainda que não cite diretamente a repercussão que a imprensa deu a sua fala, o político ataca a mídia numa tentativa de tirar o foco de si e das implicações de seus preconceitos. Ainda que sem marcas de violência verbal, as críticas podem ser associadas ao discurso de ódio à imprensa, afinal, é endereçado aos veículos de comunicação o ato de distorcer palavras, agir de má fé, contaminar informação e gerar desinformação numa associação à esquerda nefasta (“morrem de saudades do PT”). Novamente, através das acusações, JB confere a si mesmo o *ethos* de vítima de uma perseguição.

³⁰⁵ Os ataques de JB foram relatados pelas reportagens: <https://exame.com/brasil/no-twitter-bolsonaro-chama-general-que-o-criticou-de-melancia/> e <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/07/20/bolsonaro-diz-no-twitter-que-midia-distorce-suas-palavras-e-age-de-ma-fe.htm>

Como vimos no capítulo V, o emprego de termos como “paraíba” indica a mobilização do estereótipo por meio de *ethnotypes* que, segundo Sini (2023), transforma a origem étnica do sujeito em expressão pejorativa. Tal movimento resulta na estigmatização do grupo identitário ao qual pertence, resultando em insultos e na formação do discurso de ódio.

Segundo Charaudeau (2022), quando alguém afirma não ser antissemita enquanto ataca judeus ou não ser antimuçulmano ao lançar-se contra imigrantes árabes está praticando a denegação, encarada, nesse caso, como um tabu que o sujeito não ousa enfrentar. Sujeitos podem expor pensamentos e desejos até então reprimidos e, ainda assim, continuar negando sua existência. Afinal, um dos caminhos para o sujeito que denega tomar consciência de seus atos é sofrer críticas às suas palavras. Nas publicações acima e também nas que seguem, o que vemos é a negação do preconceito e da formação do discurso de ódio, mesmo que o emissor sofra reações de diferentes setores da sociedade.

Figura 56 – JB publica vídeo com apoiadores



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Figura 57 – JB se manifesta sobre discurso de ódio



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

Na primeira publicação, o emissor lança mão da ironia (“muito racismo e homofobia juntos...”) para dizer que não tem comportamentos racistas e homofóbicos, o que é reforçado pela veiculação do vídeo³⁰⁶ em que abraça pessoas negras que, por sua vez, demonstram alegria num encontro caloroso. Sorrindo, o político se dirige a um dos homens que aparece no vídeo chamando-o de “negão” e recebe sorrisos como resposta. Outro ponto que chama a atenção é a veiculação da frase “chega do politicamente correto”, provavelmente com o intuito de reforçar a “permissão” que o emissor confere a si mesmo para se referir da forma como quiser a sujeitos pertencentes a grupos minoritários, ainda que utilize termos que expressem, direta ou indiretamente, preconceitos e estereótipos negativos. Através de relatos autobiográficos, Hozana (2023) explica que a expressão “negão” é comumente associada ao medo característico dos estereótipos direcionados a homens negros, ligados à força bruta e ao “perigo” oferecido por seu tamanho. Como vimos no capítulo IV, o movimento chamado de “politicamente correto”, amplamente criticado por figuras marcantes do discurso neoconservador como JB e Olavo de Carvalho, surge para combater o preconceito através da eliminação de vocabulários que associam grupos minoritários a aspectos negativos.

³⁰⁶ O vídeo está disponível em <https://x.com/jairbolsonaro/status/985180663157534720>. Acesso em 28 de maio de 2024.

Outro ponto a ser considerado é a aproximação de termos como “negão” ao fenômeno da *exotização* característico do discurso de ódio. Segundo Galinari (2020), o enunciador pode expressar sua “superioridade” através de adjetivações que apresentam o outro de forma exótica. Para Santos (2022), na cultura ocidental, pessoas negras são associadas ora a um sentimento de fascínio exótico, ora a uma sensação de medo e horror, ao estranho, assustador e até demoníaco, imaginários que justificaram e naturalizaram um lugar de servidão e de inferioridade.

O último *tweet* apresentado, por sua vez, se refere a um pedido do Supremo Tribunal Federal (STF) para que JB se manifestasse sobre acusações de incitação à violência. Para Galinari, a ridicularização que se traduz no deboche (“manifesto que sou contra”) é uma das operações discursivas que dão pistas para a identificação do discurso de ódio. No caso acima, o deboche é utilizado como mecanismo de rebaixamento de seus adversários.

8.3 Valores e imaginários em torno de outros eixos temáticos

Como explicado anteriormente, priorizamos a seleção de publicações sobre polêmicas públicas em torno dos eixos temáticos “Em defesa da família” e “Ataque ao inimigo” por sua força enunciativa, em geral ligada a narrativas dramatizantes e a estruturas agonísticas que poderiam nos fornecer pistas mais contundentes sobre o comportamento enunciativo de JB. Também levamos em consideração a alta recorrência de palavras-chave na etapa quantitativa, comumente associadas aos dois eixos mencionados. Entretanto, como vimos através das publicações apresentadas até então, imagens e imaginários ligados aos eixos “Patriotismo” e “Livre mercado” também foram detectados, mostrando-nos que o discurso neoconservador aqui analisado associa diferentes campos temáticos com o intuito de persuadir.

Antes de adentrarmos as próximas reflexões, contudo, gostaríamos de destacar a recorrência³⁰⁷ da associação da figura de JB a um imaginário nacionalista e, conseqüentemente, ao eixo “Patriotismo”. Como explica Ansart (2019), a ideologia política, além de representar um sistema de ideias, configura um sistema de sentimentos, um modo de expressar e de canalizar afetos e formas de controle. Um gozo complexo mobiliza, ao mesmo tempo, os prazeres da identificação e da agressividade. O ideólogo se coloca no lugar de porta-voz responsável pela causa, objeto de reconhecimento e de afeição, ao mesmo tempo em que denuncia o mal a ser combatido, num prazer renovado cada vez que o faz. É aqui que podemos observar a figura do líder carismático ou herói, descrito pelo autor como o signo do

³⁰⁷ Observada nas análises quantitativas e também nas qualitativas apresentadas até então.

reagrupamento e da esperança, responsável pela mobilização dos desejos de libertação e de fantasias, o elo simbólico da unidade nacional, características mobilizadas a partir de publicações como a que segue:

Figura 58 – JB divulga imagem que o associa ao “valor” Exército



Fonte: Perfil de JB no X (Twitter)

A imagem publicada pelo político sintetiza bem alguns signo-sintomas que, ao longo da tese, mostraram-se fundamentais na constituição de um discurso neoconservador brasileiro: o tanque de guerra (instrumento militar utilizado em situações de confronto), símbolos nacionais (como a bandeira e a cor verde), a águia (símbolo da soberania americana), a arma nas mãos do político representado iconicamente. Tais signos-sintomas, que podem ser associados mais diretamente ao eixo “Patriotismo”, (re) produzem e (re) afirmam um imaginário patriota e de pátria soberana, resgatado por JB e seus apoiadores através do uso reiterado de símbolos nacionais e nacionalistas, mesclado, como já vimos em outras publicações, ao “valor” Exército que, no caso em tela, colabora para a mobilização de imagens de força e poderio militar.

Consideramos pertinente observar, ainda, que a associação de JB às armas colabora, em especial, para a projeção de *ethé* de potência e de chefe, partindo da classificação proposta por Charaudeau (2018) e descrita no capítulo II. Como vimos, o *ethos* de potência é expresso através de certa “virilidade sexual” que, por sua vez, pode ser associada à representação fálica³⁰⁸

³⁰⁸ Com base nos estudos lacanianos, Costa (2014) explica que o falo tem papel preponderante como representante do desejo, tendo sido supervalorizado em referências fálicas da antiguidade e uma ligação com a sexualidade e a virilidade estabelecida.

das armas. Há de se levar em consideração, ainda, que a associação às armas se liga a um discurso de caráter autoritário ou, ainda, à necessidade de defesa da propriedade privada (ligada ao eixo temático “Livre Mercado”) e à libertação do “mal” que assola o país.

O *ethos* de chefe, por sua vez, se manifesta na última publicação e também em outras através de sua relação com a identidade nacional e soberania do povo, na figura do guia supremo (salvador) e comandante. Compreendemos, assim, que os *ethé* projetados por JB geram identificação e mobilizam um *pathos* agressivo que reverbera em parte da população, sendo, portanto, altamente persuasivos. Perguntamo-nos se tais projeções de imagens e de valores também caracterizam políticos de extrema direita de outras partes do mundo. Ainda que não possamos responder à questão ao certo, observamos que o discurso neoconservador de alguns políticos brasileiros, como JB, molda-se com base em imagens e imaginários bem delimitados e recorrentes do ponto de vista discursivo e semiótico, constituindo-se, assim, enquanto valores ideológicos ligados à direita brasileira.

8.4. Manipulação, contraverdades e negacionismos

Nas últimas seções, vimos que a associação às armas contribuiu para que JB projetasse *ethé* como os de potência e de chefe, mobilizando uma ideia de autodefesa necessária para que os “cidadãos de bem” se libertassem do “mal” representado pelos inimigos da nação. Vimos o uso de signos-sintomas na projeção de um imaginário positivo comumente associado à instituição Exército, a projeção de um imaginário que associou a população LGBTQIA+ à perversão e à libertinagem e a dicotomização (bem *versus* mal) expressa através de uma dimensão iconotextual. Vimos, ainda, o que chamamos de criminalização da esquerda, a violência verbal endereçada à imprensa e também a negação, pelo enunciador analisado, do preconceito e da formação de discursos de ódio.

Nesta seção, propomos uma reflexão sobre outros aspectos comumente associados a um discurso de extrema-direita ou neoconservador. Ao longo de toda a pesquisa e também das análises, acabamos por nos deparar com diferentes procedimentos discursivos utilizados a favor do discurso manipulatório, incluindo o uso de mensagens plurissemióticas na mobilização dos discursos de ódio e o que Charaudeau (2022) classifica como contraverdades e também de discursos negacionistas capazes de suscitar polêmicas públicas. Diante da relevância que tais pontos ganharam, indo um pouco além das categorias de análise propostas inicialmente, consideramos pertinente introduzirmos algumas reflexões finais que incluem tais aspectos.

8.4.1 Estratégias discursivas a favor da manipulação

Charaudeau (2022) explica que os procedimentos discursivos mais utilizados no discurso manipulatório são o exagero e a generalização que, no discurso de JB, podem ser identificados a partir de inferências como “a esquerda é perversa” e “a esquerda incentiva a sexualização das crianças”. Outra estratégia seria a propaganda tática, utilizada, no caso dos negacionismos, quando uma falsa informação é lançada como verdadeira ou, ainda, quando o enunciador denuncia como falsa uma sentença que circula na sociedade. Nas publicações analisadas nas seções anteriores, percebemos que o enunciador, através da mobilização do interdiscurso, busca refutar a imagem de político agressivo que, comumente, é a ele atribuída, e também imprime à esquerda atos criminosos, contribuindo para a constituição de representações negativas dos sujeitos caracterizados sob tal campo ideológico.

Com o intuito de gerar um efeito de “mistificação”, o manipulador utiliza de meios discursivos para parecer crível, joga com simulacros e efeitos emocionais utilizando grandes encenações. De acordo com Charaudeau (2022), o manipulador não revela sua intenção, mas dá indícios de sinceridade. Ele pode adotar o papel de conselheiro (como vimos no caso “*golden shower*” expresso na seção 8.1.3), ou, ainda, de guia, aquele que se sente legitimado para propagar o paraíso ou a desgraça, alienando por sua força de doutrinação. Independentemente dos papéis estabelecidos, trata-se, em geral, de um conjunto de discursos de efeito manipulatório que chega ao público de maneira fragmentada e dispersa, fazendo com que a verificação de sua validade seja difícil de ser estabelecida.

É preciso salientar, ainda, que o enunciador precisa deter meios de comunicação ou, nas palavras de Charaudeau (2022), “dispositivos de inculcação” para inocular informações repetidamente e alcançar, assim, o efeito de verdade almejado. Retomando Galinari (2020), percebemos que é a partir da repetição, figura clássica ressaltada pelas retóricas antigas, que um conteúdo caluniador e difamatório adquire efeito de real, questão levantada a partir das publicações a seguir.

8.4.2 O uso de mensagens plurissemióticas na mobilização dos discursos de ódio

Como vimos, traços do discurso de ódio podem ser identificados a partir dos negacionismos, em especial, quando o adversário é difamado e caluniado repetidamente e através de formas concisas. Nesse processo, observamos a recontextualização retórica de signos verbais e não verbais a partir da criação de um amálgama de informações oriundas de diversas fontes enunciativas, com o intuito de criar efeitos de real.

Reunimos as publicações a seguir para demonstrar como se dá a apropriação de formas plurissemióticas, advindas de diferentes fontes, para a (re) mobilização das representações que associam a esquerda ao inimigo comum.

Figura 59 – Representações da esquerda mobilizadas pelo discurso neoconservador



Fonte: Capturas de tela de publicações do perfil oficial de JB no X (Twitter)

Legendas: a) Publicação “demoniza” DR e outras figuras do PT

b) Reconfiguração de signo visual utilizado pela esquerda

c) Imagem de Lula animalizado e associado a prática de crimes

Novamente, observamos tanto a “demonização” quanto a “criminalização” da esquerda e de suas principais figuras políticas, o que indica a recorrência do discurso de ódio no movimento neoconservador brasileiro. Para a mobilização de aspectos caluniosos e injuriosos, característicos da retórica do ódio, são publicados vídeos, fotos e imagens editadas virtualmente que não foram, necessariamente, formulados para a rede social X (Twitter), mas que são por ela apropriadas e difundidas.

Para não nos delongarmos por demais no texto e evitar a repetição de aspectos já abordados, optamos por reunir os três exemplos e não realizar uma análise criteriosa de todos os aspectos apresentados em cada um deles. Ainda que não integrem determinada polêmica pública, as publicações se associam à criminalização da esquerda por meio de mensagens plurissemióticas, ponto que tem se mostrado fundamental ao discurso neoconservador e sua retórica do ódio.

No exemplo “a” o enunciador veicula um vídeo, sem revelar a fonte, que associa o PT a diferentes escândalos de corrupção divulgados pela imprensa ao longo dos anos, à veiculação de mentiras e de notícias falsas, endereçando ao adversário atos injuriosos. Através de aspectos ligados à edição (música, cortes e cores), o vídeo mobiliza um discurso de indignação provocador do medo e da angústia. A apresentação de reportagens de veículos de imprensa e de depoimentos reais, por sua vez, imprime um efeito de real às informações relatadas. Outro ponto que chama atenção é o uso do sinal dois-pontos (:), que costuma preceder explicações, citações ou enumerações. No caso em tela, a pontuação parece ser utilizada para apresentar uma definição explicativa do PT, contribuindo para a atribuição de aspectos injuriosos ao partido e seus representantes (“PT: uma máquina de corrupção e mentiras!”).

No exemplo “b”, observamos a veiculação de uma imagem também editada virtualmente e advinda de outra rede social, o *Instagram*, contendo a frase “esse é o resultado da doutrinação que a esquerda insiste em dizer que não existe nas escolas!”. Apesar da *rastreabilidade* característica das informações veiculadas nas redes sociais, não foi possível identificar a fonte original da foto manipulada ou seu exato contexto de produção³⁰⁹. Entretanto, parece que estamos diante da apropriação de um registro de protesto contrário à extrema direita e sua ligação com o patriotismo. Há, nesse sentido, uma recontextualização retórica dos signos veiculados com o intuito de mobilizar indignação.

Por fim, no exemplo “c”, observamos a publicação de uma imagem editada virtualmente para que a lógica agonística “nós *versus* eles” ou “amigos do Brasil *versus* inimigos do Brasil” ficasse ainda mais latente. Através de ferramentas de edição, é veiculada a imagem de Lula atrás das grades, o que o assemelha a um aspecto animalesco, a uma “fera” que precisa ser

³⁰⁹ Ainda que não possamos afirmar categoricamente, acreditamos que a foto está relacionada à mobilização estudantil e ocupação das escolas ocorrida no Brasil em 2016, mesmo ano da publicação feita por JB. Se confirmada a relação, temos mais um exemplo de “tentativa de denúncia”, por parte do enunciador, da suposta “doutrinação nas escolas” de caráter comunista que estaria em curso no Brasil.

contida. Percebemos, assim, que todas as publicações utilizam aspectos plurissemióticos, advindos ou não de outras fontes enunciativas, para a mobilização de um discurso de indignação, de medo da ameaça comunista e também do discurso de ódio.

Importante ressaltar, ainda, que através de recursos retóricos como os mencionados na seção, JB projeta para si, indiretamente, o *ethos* de homem incorruptível, ético e ilibado, imagem que pode ser estendida a outros representantes do discurso neoconservador brasileiro, se levarmos em consideração as representações de corrupção e outras práticas criminosas que a extrema direita imputa à esquerda, sejam elas verdadeiras ou baseadas no que Charaudeau (2022) chama de contraverdades.

8.4.3 As contraverdades e os negacionismos

Charaudeau (2022) classifica como contraverdade o que figuras de verdade e de negação produzem e que acabam se passando como verdades, ainda que de fato não o sejam. Do ponto de vista discursivo, nem todas são da mesma ordem, havendo aquelas que precedem de uma *negação* dos fatos e outras de uma *invenção* dos fatos. Discursos negacionistas são, para o linguista, advindos da negação sistemática de fatos comprovados ou demonstrados. É o caso da publicação a seguir, em que o enunciador nega a existência, em qualquer período do passado, de uma ditadura militar no Brasil. Ainda que a negação no discurso não precise se manifestar, necessariamente, por uma marca de negação linguística, podendo se expressar sob a forma afirmativa, vemos que o enunciador utiliza o advérbio de negação “nunca” em sua publicação. O uso das aspas para demarcar “ditadura militar” parece um recurso para imprimir certo efeito irônico à expressão, o que também reforça a negação de sua existência.

O vídeo³¹⁰ compartilhado na publicação, advindo de outra fonte enunciativa, serve para imprimir efeito de real ao que o enunciador afirma, ponto reforçado pela expressão “entenda”, seguida de dois pontos (:), demonstrando ao usuário da rede a existência de uma explicação lógica e plausível para o negacionismo apresentado. Vemos, ainda, que o enunciador imprime subjetividade ao discurso através do uso da exclamação, que também serve para tornar seu posicionamento ainda mais enfático.

³¹⁰ O vídeo apresenta o que parece ser uma entrevista com o historiador Marco Antonio Villa, o que colabora para a formação do efeito de real em tal negacionismo. Na legenda, o dono do canal afirma que o Brasil foi, na verdade, “salvo” de uma ditadura comunista. O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CVis4jDCvzQ&feature=youtu.be> Acesso em 22 maio 2024

Figura 60 – Negacionismo sobre a ditadura militar veiculado no X (*Twitter*)



Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

Como explica Charaudeau (2022), para que se lide com os negacionismos, é necessário que as contraverdades sejam acompanhadas de explicações que contestam a existência dos fatos que estão sendo negados. No caso acima, a introdução do vídeo, ou seja, de informação oriunda de outra fonte enunciativa, serve a tal propósito, fazendo com que um conhecimento comprovado seja desafiado e um contradiscurso estabelecido. Questões que demandam um saber científico são convertidas em saber de crença em torno do bem e do mal, o que, na visão do linguista supracitado, está no campo de atuação discursiva de políticos como JB e Donald Trump.

Através da postagem do *link* por JB, o usuário da rede é convidado a se direcionar a outro canal de comunicação, o YouTube, para assistir ao vídeo publicado pelo que parece ser um cidadão comum, o que corrobora a visão de Charaudeau (2022) sobre a relação entre os negacionismos e a complexidade das redes sociais. Para o linguista, o desenvolvimento tecnológico, aliado às redes sociais e sua capacidade de propagar discursos tornando-os “viralizantes”³¹¹, faz com que não saibamos com clareza quem são os patrocinadores, os organizadores ou os responsáveis pelas informações veiculadas. O vídeo³¹² citado na

³¹¹ Para os usuários das redes, o conteúdo que atinge expressivo número de pessoas é chamado de “viral”, numa analogia à facilidade de propagação dos vírus que acometem a saúde humana.

³¹² Optamos por não analisar o vídeo como um todo devido a sua extensão. Entretanto, parece-nos evidente a apropriação da extrema direita da fala do historiador, fazendo com que ela seja manipulada segundo as intenções daqueles que a veiculam. Ao que parece, trata-se de uma entrevista concedida à Univesp TV (Universidade Virtual do Estado de São Paulo).

publicação de JB obteve, até o momento³¹³, mais de 819 mil visualizações no YouTube, o que demonstra a capacidade de alastramento e ramificação (veiculação em diferentes fontes e formatos) dos discursos negacionistas. Lembrando que, como pontua Paveau (2017), os tecnodiscursos têm como característica a *relacionalidade*, ou seja, sua inscrição numa relação com outras fontes de discurso, a *composição*, ligada à mobilização simultânea de texto, imagem fixa ou animada e sons e a *deslinearização*, ou capacidade de direcionar o usuário para outros discursos e/ou situações de enunciação, especialmente através de *links* hipertextuais. No caso em tela, observamos que tais características do discurso digital estão a serviço da projeção dos negacionismos.

8.4.4 A relação entre os negacionismos e as conspirações

Outro ponto que merece ser levantado é a relação entre os discursos negacionistas e as conspirações que suscitam polêmicas públicas. Como vimos, Turpin (2023) associa os traços patêmicos de discursos como os que associam a esquerda ao mal absoluto às histórias mobilizadoras de rumores, lendas e conspirações, numa mobilização das emoções. Também como vimos, figuras como Olavo de Carvalho repercutiram a ideia de que o país havia sido tomado por uma espécie de hegemonia cultural de esquerda, chamada de “marxismo cultural”. Segundo Miguel (2021), o que observamos é numa fusão entre a ressignificação do antigo anticomunismo e um “pânico moral” causado por avanços em pautas ligadas à sexualidade e ao feminismo.

Retomando Charaudeau (2022), vemos que o negacionismo não se contenta com afirmações patêmicas mobilizadoras do medo e da indignação, utilizando como estratégia de convencimento a busca por provas e explicações mais ou menos argumentadas e, portanto, pautadas no *logos*. O linguista relembra a acusação feita por Donald Trump, a quem atribui a classificação de “grande especialista em contraverdades inventadas”, de que a certidão de nascimento de Barack Obama provando seu nascimento em solo americano era falsa. Ele relembra, ainda, a transmissão de mensagens conspiratórias, como a que ligava os conselheiros de Hilary Clinton a uma rede de pedófilos montada numa pizzaria, também nos Estados Unidos. Para o pesquisador, a campanha eleitoral de JB, em 2018, utilizou a mesma estratégia para acusar seus adversários de serem agentes comunistas ligados à pedofilia e à predação sexual.

³¹³ Acesso em: 23 de maio de 2024.

Para nós, discursos pautados em conspirações e rumores como a existência do “*kit gay*” e da ameaça de uma ditadura comunista servem como propulsores para a formação dos discursos de ódio endereçados à esquerda e a grupos minoritários. De acordo com Charaudeau (2022), não é incomum que os defensores de tais discursos acusem aqueles que sustentam narrativas historicamente e cientificamente fundadas de serem eles os verdadeiros negacionistas que espalham mentiras. Tal característica peculiar do discurso conspiracionista pode ser observada na publicação acima, em que JB afirma “mentiram para você jovem!”, aproveitando-se de material veiculado em outras fontes para embasar seu argumento.

A publicação abaixo também utiliza mensagem pluri-semiótica advinda de fonte externa para trazer legitimidade à argumentação apresentada pelo enunciador. No post, JB menciona o chamado “Foro de São Paulo”, constituído na década de 1990, com o objetivo de integrar os países da América Latina e chegar a consensos sobre as ações da esquerda nessas localidades. Participam da organização o PT, o Partido Comunista de Cuba, o Partido Socialista Unido de Venezuela e o Movimento ao Socialismo da Bolívia, entre outros³¹⁴.

Figura 61 – JB publica informações sobre o Foro de São Paulo



³¹⁴ Em 2023, a *CNN Brasil* veiculou reportagem sobre a constituição do chamado Foro de São Paulo. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-entidade-de-partidos-de-esquerda-da-america-latina/> Acesso em 23 maio de 2024.

Fonte: Perfil de JB no X (*Twitter*)

Através da legenda da publicação, JB assume, como em outros momentos, o papel de alertar a população (“pesquisem e se informem”) para o iminente e articulado domínio comunista. Através do discurso polêmico com traços patêmicos, o político associa a esquerda, novamente, ao “perigo que destrói o Brasil há décadas”, inferindo a possibilidade conspiratória de uma ditadura comunista que “pode acabar com nossa liberdade brevemente”. É imputado à esquerda o ato de “roubar seu dinheiro para a manutenção do poder de alinhados [SIC] políticos”, mobilizando, mais uma vez, a criminalização dos sujeitos que se alinham com tal campo ideológico.

O Foro de São Paulo recebe a nomeação “facção”, comumente utilizada na designação de associações criminosas, além de ser explicitamente apresentado como “maior inimigo do Brasil”. Ainda que o Foro de São Paulo não seja, declaradamente, de caráter comunista, a imagem publicada contém o mapa da América Latina permeado pela cor vermelha, pela foice e pelo martelo, signos que caracterizam o sistema ideológico. Novamente, uma publicação de caráter plurissemiótico, que contém informações advindas de outra fonte enunciativa (a imagem veiculada parece ter sido retirada de uma página da rede social *Instagram*), serve à mobilização de contraverdades, da polêmica discursiva e do discurso de ódio endereçado à esquerda. O uso do sinal gráfico dois-pontos (:) após a legenda, somado ao imperativo “pesquisem e se informem” serve para levar o usuário a prestar atenção na imagem veiculada. O enunciador, ao mesmo tempo que solicita aos seguidores que se informem sobre o tema, oferece ele mesmo a fonte das informações, independentemente de sua veracidade. Como vimos, aproveitar-se de material veiculado por outros serve para embasar argumentos e trazer legitimidade ao discurso.

Segundo Messenberg (2019), o Foro de São Paulo assume, especialmente nos discursos de figuras como Olavo de Carvalho e JB, a hipérbole retórica da “personificação do mal” numa espécie de delírio de perseguição. Para a socióloga, apesar de manter vínculos com dados factuais, a narrativa, assim como outras veiculadas pelo espectro político que ela chama de extrema direita, estabelece uma verdadeira transformação qualitativa da realidade. Nesse processo, é mobilizado um hiato entre o substrato histórico dos fatos e a leitura mítica estabelecida com base na crença de que está em marcha uma conspiração, liderada por uma sociedade secreta e cujos contornos não precisam ser muito bem esclarecidos. Percebemos,

assim, que o discurso neoconservador analisado visa persuadir os interlocutores a partir do agenciamento de saberes de crença, sejam eles pautados em doutrinas, ideologias, opiniões ou até em conspirações.

Charaudeau, por sua vez, explica que o discurso com traços populistas costuma se alimentar de tendências conspiracionistas, facilitadas por meio da veiculação de um amálgama de informações. Para o linguista, os amálgamas funcionam por meio da aproximação entre fatos, causas e consequências, conectados com o intuito de fornecer uma explicação global. Assim, simples coincidências ou correlações se tornam relações de causa e efeito, tais como: “o crescimento da imigração gera desemprego, violência e, conseqüentemente, insegurança”. Através do amálgama, diferentes questões como a pandemia, o analfabetismo, a globalização e o comunismo são colocadas no mesmo plano, tornando-se fonte de desinformação nas redes sociais por misturar diferentes temáticas e relacioná-las. Para o linguista, tal procedimento discursivo gera uma espécie de amplificação nas mentes daqueles que alimentam medos, xenofobias e ódio das alteridades.

8.4.5 Da negação à invenção dos fatos

Vimos, com base na última publicação apresentada, que os negacionismos costumam utilizar a *negação* sistemática dos fatos como estratégia de mobilização dos discursos de ódio. Assim, são constituídas contraverdades como “a ditadura não existiu” e “o que houve foi a salvação do Brasil pelos militares, que impediram uma ditadura comunista”. Além de mobilizar a retórica do ódio por meio de imaginários negativos associados à esquerda, tais discursos colaboram para a constituição do *ethos* de salvador de JB, aquele a quem restou a missão de alertar a população sobre os males que estão por vir. Tal posicionamento é constituído por meio de discursos que, como mostra Charaudeau (2022), demandam uma “verdade-convicção”, um princípio moral de dizer o que é necessário e que se apresenta como evidência. Discursos que se baseiam numa verdade-convicção não se importam com as consequências de suas afirmações, afinal, é preciso abordar certos aspectos independentemente se alguém será ferido pelas palavras (“falarei a verdade doa a quem doer”).

Charaudeau (2022) fala, ainda, em “verdade doutrinal”, noção que integra o chamado “saber de revelação”³¹⁵ e se relaciona à verdade absoluta encontrada na “fonte” de todas as

³¹⁵ Como vimos no capítulo IV, o saber de revelação reage às críticas por meio de exclusões, anátemas ou excomunhões.

coisas, num estado de pureza absoluta semelhante ao jardim do Éden. É na busca por tal origem perdida que o sujeito encontra a esperança de retorno por meio da intervenção divina. Tal tipo de verdade necessita de um porta-voz mais ou menos carismático para ser revelada, uma espécie de profeta, evangelista ou guru. Para o linguista, assim como nos “saberes de revelação”, certas doutrinas propõem explicações que dão origem a verdades absolutas, introduzidas por mestres fundadores de um pensamento, como Marx e o marxismo, Lacan e o lacanismo, Freud e o freudismo. Discursos em “-ismo” que definem sistemas de pensamento fechados e que recusam críticas são enquadrados em tal escopo, o que nos leva a pensar sobre o chamado “bolsonarismo”, movimento que, segundo Rocha (2021), é caracterizado pela negação da realidade e pelo desprezo pela ciência.

Para Rocha (2021), a extrema direita brasileira, de forma articulada, veiculou materiais baseados em teorias conspiratórias num evidente processo de desinformação. O intuito seria produzir o que o historiador chama de caos cognitivo, fundamental para a expansão de tal movimento político-ideológico. Nesse processo, a eliminação do inimigo interno, representado pela esquerda, é defendida sem constrangimentos tanto pelo que o pesquisador chama de “figuras folclóricas” quanto por “pessoas inteligentes, honestas e que, apesar disso, foram abduzidas por um sistema de crenças no qual a eliminação do perigo vermelho parece justificar todo e qualquer ato autoritário” (2021, p. 260). A valorização da figura do torturador³¹⁶ é consentida, afinal, ele “sujou as mãos” para evitar a tomada do poder pelos comunistas que, certamente, teriam atitudes muito piores. De fato, como mostrado no capítulo anterior, discursos anticomunistas foram apresentados repetidamente ao longo de décadas, (re) construindo e difundindo imaginários negativos associados à esquerda.

Retomando as estratégias de mobilização da retórica do ódio, observamos que as contraverdades também podem ser veiculadas por meio da *invenção* dos fatos³¹⁷, como descreve Charaudeau (2022). Os exemplos envolvendo Donald Trump, Barack Obama e Hilary Clinton citados acima estão, na perspectiva do pesquisador, ligados à estratégia da invenção. Diante do fluxo incomensurável de informações que jorram pelas redes sociais, a tarefa de

³¹⁶ Em abril de 2016, durante votação na Câmara dos Deputados que determinou o seguimento do processo de *impeachment* contra a DF, Bolsonaro exaltou o coronel Ustra, numa fala carregada de um tom polêmico, patêmico e violento, além de trazer a afirmativa “pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos”. Ustra foi chefe do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar, além de apontado como responsável pela tortura, perseguição e morte de opositores ao regime.

³¹⁷ Lembrando que, do ponto de vista discursivo, mais de uma estratégia pode ser mobilizada pelo mesmo emissor, seja ela ligada à *negação* ou à *invenção* dos fatos.

distinguir o que é negação e o que é invenção pode se tornar mais complicada. Após o fim do mandato de JB como presidente, a organização jornalística *Aos Fatos*³¹⁸ publicou um relatório³¹⁹ de checagem de suas falas. De acordo com os dados levantados, o mandatário deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas, ou seja, contraverdades baseadas em invenções ou negações. O elevado número de mensagens falsas circulantes fez com que veículos da imprensa tradicional também passassem a publicar sobre a invalidade de informações, como é o caso do *G1* e *O Globo*, sites de notícias que criaram páginas chamadas “Fato ou Fake”³²⁰ para alertar a população sobre a circulação de mensagens falsas.

Pelo que observamos até então, as alocações por nós analisadas nos *tweets* costumam se apropriar de fatos históricos comprovados para a manipulação da verdade. Nesse caso, a pós-verdade é utilizada como estratégia para a formação de saberes de crença e para a (re) mobilização de imagens e imaginários negativos ligados aos adversários. Como explica Charaudeau (2022), se levarmos em consideração que o discurso fundador da ideologia de direita diz que “a natureza se impõe ao homem” e “a natureza é predatória e desigual”, discursos negacionistas³²¹ como aqueles que recusam a existência do aquecimento global, negando que mudanças climáticas possam estar relacionadas à atividade humana, correspondem a tal matriz ideológica. A Rede de Pesquisa Solidária³²² divulgou que, em 2020, os profissionais que mais

³¹⁸ A organização se diz dedicada à investigação de campanhas de desinformação e checagem de fatos. Disponível em <https://www.aosfatos.org/quem-somos/>. Acesso em 23 maio 2024.

³¹⁹ Disponível em <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em 23 maio de 2024.

³²⁰ As páginas podem ser acessadas aqui <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/> e aqui <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/>.

³²¹ Não é possível deixar de mencionar o movimento negacionista “antivacina”, cujos adeptos costumam veicular informações falsas como “as vacinas causam autismo”, ou ainda, “as vacinas podem causar morte súbita dos bebês”, invocando até mesmo testemunhos para imprimir efeito de verdade ao discurso. Tal movimento foi corroborado por falas de JB ao longo da pandemia causada pelo vírus COVID-19. Em 2020, o então presidente chegou a afirmar: “se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a 3ª fase ainda, que está na experimental?” Como explica Fujiwara (2023), JB, por meio de suas falas, legitimou o discurso antivacina, de caráter negacionista, além de incentivar o descumprimento de medidas de proteção individual, além de insistir em recomendar tratamentos que não continham eficácia comprovada.

³²² A informação está disponível no relatório: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/09/boletimpps-34-20set2021-1.pdf>. Os dados também foram veiculados pela revista *Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lideres-religiosos-foram-os-profissionais-que-mais-morreram-de-covid-19-em-2020/#:~:text=Entre%20as%20%20ocupa%C3%A7%C3%B5es%20listadas,de%20%C3%B3bitos%20causados%20pela%20pandemia>. Acesso em: 23 jul. 2024.

morreram em decorrência do vírus Covid-19 foram os líderes religiosos, que obtiveram taxa de óbito quase duas vezes maior que os profissionais da segurança e da saúde. Os dados não ligam diretamente o número de mortes de religiosos aos negacionismos mobilizados durante a pandemia, contudo, como vimos, o discurso neoconservador tem como base as questões morais ligadas ao movimento político-religioso neopentecostal, mesmo que nem todos os seus adeptos tenham consciência disso.

A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre a retórica do ódio endereçada à imprensa e a outros grupos minoritários. Partiremos da apropriação, realizada pelo discurso neoconservador, da chamada “liberdade de expressão” como forma de justificar o emprego de marcas discursivas violentas.

8.5 Considerações finais sobre os resultados

Para não soarmos repetitivos, gostaríamos de pontuar apenas alguns tópicos fundamentais de nossas análises. A dicotomização, demonstrada por Amossy (2017) como uma das marcas do discurso polêmico, é expressa através da dimensão iconotextual. Assim, diferentes signos-sintomas são mobilizados em torno da população LGBTQIA+, da esquerda brasileira e da imprensa, apontando para a manipulação pelo medo. A recontextualização retórica de signos que dizem respeito à vivência da sexualidade humana e à concepção de gênero também devem ser destacados, pois parecem integrar as estratégias utilizadas por JB para propagar negacionismos.

Observamos, ainda, que JB utilizou a polêmica pública como mola propulsora do engajamento em suas redes sociais e como forma de dar efeito de verdade àquilo que diz. Ele lança mão do *ethos* de salvador, daquele a quem resta a “missão” de mostrar à população a decadência moral e a obscenidade que assola o país. A projeção de uma imagem de superioridade estética e moral do emissor também pode ser notada, aproximando o discurso neoconservador em tela aos traços da linguagem fascista.

Através de signo-sintomas que remetem ao ofício de soldado, o político mobiliza para si o imaginário positivo comumente projetado à instituição Exército, além de projetar o *ethos* de patriota ligado a um imaginário nacionalista. A associação às armas, por sua vez, colabora para a projeção de *ethé* de potência e de chefe, à necessidade de autodefesa e de libertação do “mal”. A recorrência de um *pathos* agressivo nos mostra a força persuasiva dos imaginários ligados às armas e à necessidade de declarar guerra aos inimigos eleitos.

A formação dos discursos de ódio também deve ser destacada, comumente endereçados à população LGBTQIA+, à esquerda e à imprensa. No caso da esquerda, observamos um grupo que partilha uma identidade política e ideológica (re) afirmada, repetidamente, enquanto figuração do mal, sobre a qual são delegados insultos e também a instigação ao insulto, a designação de atos injuriosos, a violência verbal em interações polêmicas (especialmente através do emprego de qualificações axiológicas negativas), a ridicularização, a criminalização, a caracterização com traços difamantes, a deslegitimação e os negacionismos. Como vimos, escolhas lexicais do enunciador atribuem ao PT representações negativas ligadas à corrupção e ao roubo organizado, numa criminalização da esquerda.

Outro ponto relevante se liga à propagação dos discursos negacionistas e das conspirações que suscitam polêmicas públicas. Narrativas pautadas em conspirações e rumores serviram, ao longo do tempo, como propulsores para a formação dos discursos de ódio endereçados à esquerda e a grupos minoritários. Nesse processo, mensagens plurissemióticas advindas de outras fontes enunciativas foram utilizadas para trazer legitimidade à argumentação, causando um efeito de verdade.

Também chama a atenção a negação do preconceito e da formação do discurso de ódio pelo enunciador. Numa tentativa de converter o acusado em perseguido, JB adota o *ethos* de vítima numa tentativa de se isentar de justificativas para seus atos.

Observamos, portanto, que os *tweets* de JB analisados revelaram marcas associadas a um discurso neoconservador o qual apresenta entre seus principais traços: o ataque aos inimigos, a refutação dos discursos pluralistas e a perda de uma origem idílica, aspectos comumente apresentados através de uma lógica agonística. A reciclagem do antigo “anticomunismo” intensificou as diferenças irreconciliáveis entre “nós” e “eles” e jornalistas e veículos de imprensa foram apresentados com traços de um discurso adversário descredibilizado. Também como vimos, traços do chamado discurso de ódio puderam ser identificados a partir de recursos como os negacionismos, especialmente quando o adversário foi difamado e caluniado repetidamente e através de formas concisas. Observamos, ainda, a recontextualização retórica de signos verbais e não verbais a partir da criação de um amálgama de informações oriundas de diversas fontes enunciativas (mensagens plurissemióticas), com o intuito de criar efeitos de real.

9. ÚLTIMAS REFLEXÕES

Por meio da pesquisa, realizamos uma análise das estratégias retóricas, valores e imaginários políticos mobilizados a partir de um estudo de caso de alocações do ex-presidente do Brasil, JB, buscando observar traços do que os estudos da Ciência Política e de outros domínios têm definido como discurso neoconservador. Como demonstrado nos capítulos anteriores, as análises foram divididas em duas etapas. Na primeira, quantitativa, observamos as recorrências, no plano verbal, encontradas no perfil oficial de JB nos períodos de tempo selecionados. Nosso intuito foi verificar algumas das formas linguísticas e expressões formulaicas presentes no discurso de JB que indicassem índices de posicionamentos político-ideológicos comumente associados a um discurso neoconservador nesta conjuntura. Na segunda etapa, de caráter qualitativo, analisamos 19 publicações³²³ sobre polêmicas na esfera pública ligadas aos eixos temáticos mais recorrentes no discurso de JB, tomando como base, especialmente, os estudos da Ciência Política e os resultados apresentados nas análises quantitativas.

De natureza interdiscursiva, o *corpus* que constitui a análise qualitativa foi formado por um conjunto do que Charaudeau (2011) chama de signos-sintomas, formados por palavras, fórmulas diversas reveladoras de maneiras de dizer e signos icônicos (encenações com imagens), capazes de representar sistemas de valores. O principal método adotado para a pesquisa é de natureza representacional e interpretativa e o objeto de estudo definido através de hipóteses de representações sócio-discursivas e sócio-históricas. Entretanto, como explicitado ao longo da pesquisa, abordagens metodológicas foram conjugadas para melhor formular nossos gestos interpretativos.

Diante do *corpus* proposto, consideramos pertinente realizar, em nosso percurso teórico, um intenso diálogo com outras áreas de conhecimento. Nosso objetivo foi caucionar nossos possíveis interpretativos. Iniciamos nosso percurso abordando aspectos da argumentação e das categorias linguístico-discursivas que foram base para a interpretação dos elementos presentes nas publicações. Realizamos uma breve contextualização da AD, da relação do discurso político com a ideologia, pautando-nos, especialmente, em Bakhtin ([1929]/2006), Courtine (2006, [1981]/2009), Piovezani (2009) e Charaudeau (2015). Também abordamos a Teoria Semiolingüística (TS) de Patrick Charaudeau e sua relevância no tratamento de nosso *corpus*.

³²³ Lembrando que algumas dessas publicações que contém sequências, ou seja, mais de um *tweet* pertencente à publicação original.

Introduzimos os estudos de Mouffe (2015) sobre a política, o político e o poder e também questões sobre a lógica antagonística do discurso neoconservador. Sobre a argumentação, abordamos pesquisas de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]/2002), Plantin (2008, 2016, 2018), Amossy e Koren (2016), Charaudeau (2007, 2015), Emediato (2015), Amossy (2020), e Maingueneau (2020). Por fim, abordamos a constituição do *ethos* político com base em Maingueneau (2005), Eggs (2005), Amossy (2005, 2020), Lessa (2009) e Charaudeau (2015). Tais referenciais visitados nos ajudaram a elucidar a questão de pesquisa.

Em seguida, abordamos as metamorfoses do discurso político pautando-nos, especialmente, em Courtine (2003, 2006), Piovezani (2007) e também o uso das redes sociais pelos atores políticos com base em Piovezani (2019, 2020) e Moura e Corbellini (2019). Aspectos gerais do tecnodiscurso foram levantados seguindo a trilha de Maingueneau (2004, 2008, 2015, 2017, 2020), Recuero (2009, 2012, 2014, 2020), Emediato (2015), Paveau (2013, 2017), Paveau, Costa e Baronas (2021), cujas pesquisas colaboraram para a elucidação da questão de pesquisa.

No capítulo seguinte, debruçamo-nos sobre as paixões políticas e sua relação com a linguagem, baseando-nos, especialmente, em Bobbio (1995), Lessa (2009), Ansart (2019) e Piovezani (2020). As proposições de Charaudeau (2017, 2018, 2020) sobre a dimensão argumentativa do discurso patêmico também foram levantadas, a noção de imaginário sociodiscursivo e os valores comumente abordados pelos discursos da direita. Estudos de Miguel (2018) e Singer (2018) sobre os eixos-temáticos mobilizados pela extrema direita brasileira também foram levantados, assim como possíveis traços da retórica populista e da linguagem totalitária e fascista presentes nas publicações de JB, com base, sobretudo, nas pesquisas de Klemperer ([1947]/2009), Turpin (2010, 2012), Charaudeau (2011, 2020, 2022) e Piovezani (2020).

A polêmica discursiva utilizada como estratégia argumentativa nas redes sociais foi abordada com base em Maingueneau (1984, 2005), Amossy (2017), Arruda (2020) e Mazzola (2021). A violência verbal como atributo da polêmica também foi abordada a partir de Amossy (2017) e a desqualificação do adversário com base em Plantin (2008), Fiorin (2015) e Emediato (2016). A polêmica pública em torno de temas sociais sensíveis foi abordada com base nas pesquisas de Emediato (2023) e a formação dos insultos a partir de Charaudeau (2019), Seara (2020) e Butler (2021). A formação dos discursos de ódio foi levantada com base em Elias

(2017), Venturini e Scherer (2017), Lorenzi-Bailly e Guellouz (2019), Galinari (2020), Sini (2023), Turpin (2023), Fracchiolla (2023), e Sadoun-Kerber (2021).

Após a apresentação das questões metodológicas, iniciamos nosso percurso pelas análises quantitativas. Como mencionamos na apresentação dos resultados, os *tweets* de JB analisados revelaram marcas associadas a um discurso neoconservador o qual apresenta os seguintes traços: a demonização dos inimigos, a refutação dos discursos pluralistas e a perda de uma origem idílica, aspectos comumente apresentados através de uma lógica agonística. Questões como a reciclagem do antigo “anticomunismo” intensificaram as diferenças irreconciliáveis entre “nós” e “eles”. Jornalistas e veículos de imprensa foram apresentados com traços de um discurso adversário descredibilizado.

Através das recorrências no plano verbal observamos a formação de um efeito de coragem endereçado ao enunciador, de um *ethos* de homem corajoso. A mobilização de valores ligados à ordem, ao autoritarismo, ao militarismo e à força do Exército brasileiro também contribuíram para a formação de imagens positivas de JB, além de mobilizarem um imaginário de soberania nacional e de amor à pátria. Constantes referências a palavras-chave ligadas às Forças Armadas também atuaram na mobilização de um imaginário de eficácia e de garantia da ordem. Assim, a instituição Exército se tornou uma espécie de “fiadora” da legitimidade do *ethos* do político em questão, contribuindo para a mobilização de imagens de homem não corruptível, potente e capaz de garantir a segurança nacional.

Também como vimos, questões ligadas à defesa da moral da família heteronormativa e à luta contra o aborto se somaram às menções a elementos da fé cristã. Possíveis traços de uma retórica populista e até fascista também foram observados, especialmente através de recorrências ligadas a narrativas dramatizantes, cujas estruturas simples, essencializadas e agonísticas contribuíram para que os inimigos fossem desacreditados e desqualificados.

Através das análises qualitativas, por sua vez, observamos que JB utilizou a polêmica pública para ampliar o engajamento em suas redes sociais, conferindo um efeito de verdade àquilo que diz. Um *ethos* de “salvador” foi mobilizado, do homem responsável pela árdua tarefa de mostrar à população a decadência moral e a obscenidade que estariam assolando o país. A associação às armas contribuiu para a mobilização de *ethé* de potência e de chefe e da suposta necessidade de autodefesa e de libertação do “mal” representado pelos inimigos da nação. Signo-sintomas que remetiam ao ofício de soldado contribuíram para a projeção de um

imaginário positivo comumente associado à instituição Exército e também para a mobilização de um *ethos* de homem patriota. Observamos, ainda, que uma polêmica interdiscursiva em relação ao discurso LGBTQIA+ e também feminista estava no pano de fundo de publicações que associavam o político às ideias armamentistas.

Figuras ligadas ao escatológico e ao obsceno contribuíram para a projeção de um imaginário que associou a população LGBTQIA+ à perversão e à libertinagem, sendo este grupo caracterizado com traços difamantes e encenado como a figuração do mal, levando-nos a considerar a formação do discurso de ódio. A dicotomização, uma das marcas do discurso polêmico, foi expressa também através da dimensão iconotextual, afinal, signos-sintomas de caráter negativo foram projetados em torno da população LGBTQIA+, da esquerda brasileira e da imprensa.

Também como vimos, a esquerda foi identificada como um grupo que partilha uma identidade política e ideológica (re) afirmada, repetidamente, enquanto figuração do mal, sobre a qual foram delegados insultos e também a instigação ao insulto, a designação de atos injuriosos, a violência verbal em interações polêmicas (especialmente através do emprego de qualificações axiológicas negativas), a ridicularização, a criminalização, a caracterização com traços difamantes, a deslegitimação e os negacionismos. Sobre essa última, observamos publicações que lançavam traços de um discurso adversário descredibilizado, endereçando a repórteres e a veículos de comunicação atos de fala mentirosos sobre a atuação política de JB.

Destacamos, ainda, a propagação dos discursos negacionistas e das conspirações que suscitaram polêmicas públicas. Narrativas dramatizantes veiculadas através de mensagens plurissemióticas de diferentes fontes contribuíram para a formação de traços dos discursos de ódio endereçados, especialmente, à esquerda e a grupos minoritários. Ainda assim, observamos a negação do enunciador em relação a possíveis acusações de preconceito e de responsabilidade em relação a atos de ódio cometido por apoiadores, contribuindo para a projeção de um *ethos* de vítima de uma perseguição.

Também gostaríamos, antes que subam os créditos finais, de levantar pequenos questionamentos e possibilidades de novos estudos sobre o discurso neoconservador brasileiro analisado face a outros do mundo. De fato, até mesmo por nossas escolhas teóricas, acabamos nos deparando, ao longo do texto, com pequenas incursões sobre os discursos produzidos por atores da extrema direita em locais da Europa, América Latina e nos EUA. Ainda que não seja

nossa intenção retomar leituras nos perguntamos se, no Brasil, políticos que se enquadram sob tal viés político e ideológico apresentam características discursivas muito semelhantes ou se há diferenças fundamentais no caso brasileiro. Como vimos, o “valor” Exército foi mobilizado como forma de projetar, para si, imagens e imaginários de um político ilibado, potente, eficaz e não corruptível, servindo como fiador da legitimidade do *ethos* do político analisado. Também no Brasil, percebemos que representações do inimigo foram estabelecidas em torno de uma agenda moral e da perda dos valores identitários que poderiam causar, da corrupção e da ameaça comunista representada pela esquerda. Tais características poderiam ser observadas também em outras partes do mundo? Os ataques à imprensa, os negacionismos, as teorias conspiratórias, a disseminação da desinformação são comuns a todo discurso que se enquadra no espectro da extrema direita? Além disso, o que faz com que diferentes povos e lugares, com baixos e altos níveis educacionais, considerem tais discursos tão persuasivos? Certamente, há pontos em comum que os tornam tão eficazes em nossos tempos, cabendo também a nós, analistas do discurso, lançar novos olhares e indagações para os rumos que toma a fala pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. A Teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo, editora Unesp, 2015.

ALMEIDA JUNIOR, Licínio Nascimento. **Conjecturas para uma Retórica do Design [Gráfico]**. Rio de Janeiro: PUCRIO, 2009. Tese (Doutorado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13975/13975_1.PDF . Acesso em: 27 fev. 2024.

ALONSO, A. “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”. [Entrevista concedida a] Gil Alessi. **El País**, 6 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html Acesso em: 13 de maio de 2024.

AMORIM, M. F. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. Campinas, 2009. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas.

AMOSSY, R. La force des evidences partagés. ÉLA. Revue de didactologie des langues-cultures, n. 107, 1997, p. 265-277.

_____. **Imagens de Si no Discurso: a construção do *ethos***. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Modalités argumentatives et registres discursifs: l'ecas du polemique. In: GAUDIN-BORDES, Lucile; SALVAN, Geneviève (eds.) **Les registres**. Enjeux pragmatiques et vissés stylistiques. Col. Au Coeur des textes. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008, pp. 93-108.

_____. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G. ; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs). **Análises do discurso hoje**, Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b.

_____. Apontamentos sobre o texto de Amossy, R.; Koren, R. Argumentação e discurso político. In: Emediato, W. (Org.) **Análises do discurso político**. Belo Horizonte, NAD, UFMG, 2016.

_____. (Org.). **Apologia da polêmica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

_____. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R.; KOREN, R. Argumentação e discurso político. In. Emediato, W. (Org.) **Análises do discurso político**. Belo Horizonte, NAD, UFMG, 2016.

ANGENOT, Marc (2008), **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique, Paris, Mille et une nuits.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução de Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARISTÓTELES. **A Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Famhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARRUDA, Maria Luiza. Processos referenciais na construção de *tweets* polêmicos. **Revista Ao Pé da Letra**, v. 22 n. 2 p. 112 – 125, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/pedaletra/article/view/245635>. Acesso em: 17 out. 2023.

ARRUDA, Robson Lima de. O negacionismo como artefato da pós-verdade: Bolsonaro, a pandemia e a educação. **O Boletim de Conjuntura**, v. 5, n. 15, p. 80-94. 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259/238> Acesso em: 21 nov. 2023.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

AZEVEDO, Andrey Ricardo. **Subjetividade e novos media em tempos de pós-verdade: um olhar analítico-discursivo em torno de (des)construções narrativas na contemporaneidade**. Belo Horizonte, 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BARBEAU, G. B; MOÏSE, C. Transformation des dynamiques minoritaires, paradigmes sociolinguistiques et émotions, In: **Minorisations linguistiques et sociétés / Linguistic Minorities and Society**. Disponível em: <https://hal.science/hal-02465585/document> Acesso: em 28 maio de 2024.

BARONAS, R. L. Blogs de comentários políticos: algumas notas sobre ethos semiotizado. In: **Ensaio em Análise do Discurso: questões analítico-teóricas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011, p. 47-62.

BARONAS, R. L.; COSTA, J. L. De Maingueneau a Amossy: notas de leitura em torno da noção de polêmica. **Polifonia**, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 49–67, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8219>. Acesso em: 17 out. 2023.

BARONAS, R. L.; COSTA, J. L.; PONSONI, S. Eleições presidenciais brasileiras de 2018 – o retorno de um alhures intolerante ao poder: leituras discursivas. In: **Discurso & Sociedad**, Vol. 13(3), 2019. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Leiser%20et%20al%20I.pdf> Acesso em: 31 mar. 2023.

BARONAS, R. L.; PONSONI, S. Bolsonaro e Trump: (des)semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v. 14, n. 28, p. 24-35, 2018. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/735/518> Acesso em: 31 mar 2023.

BARRETO, Raquel Goulart. ANÁLISE DE DISCURSO: CONVERSA COM ENI ORLANDI. **Revista Teias**, [S. l.], v. 7, n. 13-12, p. 7 pgs., 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24623>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BARRETO, R. G. P.; LIMA, A. F. de; LIMA, S. C. F. de. Diferentes montações e performances de drag queens e pessoas gênero-dissidentes: mimese de um ideal feminino ou revolução de gênero? **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 133–146, 2021. DOI: 10.5433/1679-0383.2021v42n1p133. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/40038>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: Brait, B (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 27-38.

BERTI, E. **As razões de Aristóteles**. 2ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

BIGNOTTO, N. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo. In: BIGNOTTO, N. et al **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda** – Razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1995.

BOYD, D.; GOLDER, S.; LOTAN G. Tweet, tweet, retweet: conversational aspects of retweeting on Twitter. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES (HICSS), 43., 2010, Kauai. **Annals**. Honolulu: University of Hawaii, 2010. p. 1-10. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/5428313> Acesso em: 19 maio. 2023.

BRAGA, Letícia de Castro. **Redes sociais como novo palco para o espetáculo na política: uma análise da construção de personagens políticos no Facebook antes e durante a campanha presidencial de 2018**. Juiz de Fora, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Juiz de Fora.

BRUNS, Axel; HIGHFIELD, Tim. Is Habermas on Twitter? *Social Media and the Public Sphere*. In: BRUNS, Axel; ENLI, Gunn; SKOGERO, Eli; LARSSON, Anders Olof; CHRISTENSEN, Christian (Org.) **The Routledge Companion to Social Media and Politics**. New York: Routledge, 2016, (p.56-73). Disponível em: <http://snurb.info/files/2016/Is%20Habermas%20on%20Twitter.pdf> . Acesso em: 26 de ago. de 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

CAVALCANTI, M.; FERREIRA, R. A Construção discursiva dos direitos humanos e suas tensões: o caso da extrema direita no Brasil. **Trabalhos em linguística aplicada** – Unicamp, Campinas, v. 59, n. 2, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: **O ódio como política**. A Reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018. (p.41-45).

CYMROT, D. **A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do brasil violento e de exceção In: **O ódio como política**. A Reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018. (p.65-72).

CARREON, R. de O.; BARONAS, R. L. Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 541–561, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1731. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1731>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARREON, R. O.; Presidência acima de tudo, economia acima de todos? Notas sobre o discurso presidencial de banalização das mortes por Covid-19. **Revista Linguasagem**. v. 35, n. 1 (2020). Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/798> Acesso em: 31 mar. 2023.

CHA, M.et al.. Measuring user influence on twitter: The million follower fallacy. In: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA, 40., 2010, Washington. **Anais**. Washington: Association for the Advancement of Artificial Intelligence (AAAI), p. 10-17, 2010

CHARAUDEAU. P. Une théorie des sujets du langage. Langage et Société. Paris: **Maison des sciences de l’homme**, n° 28. p. 37-51, juin 1984.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. **Revue Langages** n° 117, Larousse, Paris, mars, 1995. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiolinguistique-du,64.html> Acesso em: 19 jan. 2024.

_____. A quoi sert d’analyse le discours politique? In: **Análise do discurso político**, IULA-UPF, Barcelona, 2002. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/A-quoi-sert-d-analyse-le-discours.html#:~:text=Cela%20revient%20en%20fin%20de,hommes%20doivent%20accomplir%20des%20actes>. Acesso em: 4 jan. 2023.

_____. Uma teoria os sujeitos da linguagem. In: MACHADO, IDA LUCIA; MARI, Hugo; MELLO, Renato de. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte : NADFALE-UFMG, 2003. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html> Acesso em: 20 fev. 2024.

_____. *Pathos* e discurso político. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emilia (Org.). **As Emoções no Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, v.1, p. 240-251.

_____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In Grenissa Stafuzza e Luciane de Paula (org.) **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**, Edufu, Uberlândia, 2010a.

_____. O sujeito voltou. Entrevista a Vicente Cardoso Júnior. **Boletim da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, ano 36, n. 1.697, 31 maio 2010b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1697/6.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

_____. O discurso propagandista: uma tipologia. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato, **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78, 2010c. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 09 mar. 2023.

_____. Réflexions pour l'analyse du discours populiste. In: **Mots. Les langages du politique**, n. 97, 2011, p. 101-116.

_____. Dize-me qual é teu *corpus*, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários** do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro 2011., 2011. Disponível em <https://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html> Acesso em 2 jan. 2023.

_____. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas Ciências Humanas e Sociais In: Machado, Ida; Coura-Sobrinho, Jerônimo & Mendes, Emília (orgs.), **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. Belo Horizonte, NETII FALE/UFMG, 2013, p. 17-51. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/IMG/pdf/-10.pdf> Acesso em: 22 de fev. 2024.

_____. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emília (coord.). **Imagem e discurso**. 1ª ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013b, p. 385-405.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/0> Acesso em: 8 de nov. 2023.

_____. **Discurso político**; tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Reflexões para a análise da violência verbal. **Revista Desenredo**, v. 15, n. 3, 12 set. 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/9916> Acesso em: 25 out. 2023.

_____. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **A manipulação da verdade**. Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P.; ARAGÃO, S. M. Do discurso político ao discurso populista. O populismo é de direita ou de esquerda? **Calidoscópio**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 351–363, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/24129>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. CCB

CHABROL C. (2004). Le tiers du discours dans l'espace idéologique. In: CHARAUDEAU, P.; MONTES, R. editors, *La voix cachée du tiers. Des non-dits du discours*. L'Harmattan.

CHECCHIA, L. C.; ALBUQUERQUE, R.; BAIRON, S.; ALEXIN, R.; A literatura originária do bolsonarismo como narrativa contra a diversidade brasileira. In: SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R. BUSARELLO, F. (org.). **Afeto e autoritarismo**. Taubaté, SP: Letras Selvagens. 2023. p. 59-74.

COLIN RODEA, M. 2003. **El insulto**: estudio pragmático-textual y representación lexicográfica. Barcelona. Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona, 536 p.

COUTINE, Jean-Jacques. *Analyse Du discours politique*. Languages, n. 62, juin, 1981.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: Gregolin, M.R. et al. (orgs). **Discurso político e mídia**: a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003.

_____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz. 160 p. 2006.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014.

COUTO, C. G. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.), **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Autêntica. 2021. p. 19-28.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONDIS, Donis A. **A sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 51-83.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

DUNKER, Christian. Herbert Marcuse. Falando nisso. YouTube, 18 de novembro de 2023. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=AqahbqgrDvo&ab_channel=ChristianDunker. Acesso em: 4 jan. 2024.

DUNKER, Christian. O que é gozo para Lacan? YouTube, 1 de março de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N9sJYyFakso&ab_channel=ChristianDunker. Acesso em: 7 fev. 2024.

DUNKER, Christian. A psicanálise e o discurso de Jair Bolsonaro. YouTube, 5 de agosto de 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=7T3sHqUjHtU&t=351s&ab_channel=ChristianDunker
Acesso em: 8 fev. 2024.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018. 63p.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto. 2005. p. 29-56.

ELIAS, Norbert. Les Allemands. Lutttes de pouvoir et développement de l'habitus aux XIXe et XXe siècles — livre précédé de Barbarie et « dé-civilisation » par Roger Chartier — traduction de l'anglais par Marc Joly et de l'allemand par Marc de Launay, mai 2017.

EMEDIATO, W. **Discurso e web**: as múltiplas faces do Facebook. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 14, n. 2, 2015. Disponível em:
<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1262>. Acesso em: 18 maio. 2023.

_____. Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: princípios teórico-analíticos e estudos de casos. In: EMEDIATO, Wander (Org.) **Interações polêmicas e violências verbal em temas sociais sensíveis**, Campinas: Pontes, 2023.

_____. DAMASCENO-MORAIS, Rubens. L'analyse dialogique de l'argumentation: les deux dimensions du dialogue. **Studii de lingvistică**, Oradea, v. 9, n. 1, p. 111-132, 2019. Disponível em: <http://studiidelingvistica.uoradea.ro/arhiva-fr-9-1-2019.html>. Acesso em: 5 abr. 2023.

_____. Os lugares do *logos* na argumentação. In: FREEIRA, L. A. (org.). **Inteligência retórica, o logos**. São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em:
<https://philpapers.org/archive/FERTM-3.pdf#page=10> Acesso em: 30 jan. 2024.

FREUD, Sigmund. (2012) **Obras completas**, São Paulo: Companhia das Letras. (1912-13) "Totem e tabu", v.11, p.14-244.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu**. Rio de Janeiro: Imago; 1997.

_____. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago; 1997.

FRACCHIOLLA, B. Intolérance. In: BAILLE, N. L.; MOISE, C. Discours de haine et de radicalisation. Lyon: **ENS Éditions**, p.155-163. 2023. Disponível em:
<https://books.openedition.org/enseditions/43970> Acesso em: 14 nov. 2023.

FRACCHIOLLA, B.; MOÏSE, C.; ROMAIN, C.; AUGER, N. Violences verbales. Analyses, enjeux et perspectives. Introduction. Béatrice Fracchiolla, Claudine Moïse, Christina Romain et Nathalie Auger Violences verbales. **Analyses, enjeux et perspectives**. Presses Universitaire de Rennes, p.9-16, 2013. Disponível em <https://hal.science/hal-01845990/document> Acesso em 27 maio 2024.

FUJIWARA, P. S. **PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**: a representação sociodiscursiva e as estratégias enunciativas no discurso político. Dissertação (Dissertação em

Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte, 2023.

FURLAN, V. Uma Análise Psicopolítica do Fascismo Brasileiro. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 39–53, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/174794>. Acesso em: 8 maio. 2024.

GALINARI, M. M. Identificando os “discursos de ódio”: um olhar retórico-discursivo.

Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 1697-1746, 2020.

Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16695>.

Acesso em: 6 nov. 2023.

_____. Hipóteses para uma análise discursiva das imagens. In: MENDES, Emília (coord.).

Imagem e discurso. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 355-369.

GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. Entrevista com Eni Orlandi. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 247–268, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1778. Disponível em:

<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 21 fev. 2024.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HONORATO, Cayo; KUNSCH, Graziela. Antes que isso também seja proibido – Editorial do Dossiê Censura e Política Culturais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 11, n. 1, p. 9-18, 2019

FARIA, Luís M. Por que se dizia que os comunistas comiam crianças? **Expresso, Porto**. 14 nov. 2015. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2015-11-14-Porque-se-dizia-que-os-comunistas-comiam-criancas--1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FILIPPINI, D. S. O futuro é *Fake*: Elon Musk e a compra da *Twitter*. **Anais eletrônicos do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, UFPB, 2022. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0612202211002962a5f17dc7783.pdf>

Acesso em: 11 de mar. 2024.

COSTA, P. S. *Lei Rouanet*: disputas e moralidades em torno do financiamento à cultura no Brasil. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.1, n.1, p. 1-5, ago. 2008. Disponível em:

<https://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/532> Acesso em: 6 set. 2022.

_____. Argumentação e discurso. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. Port. 53–70 / Eng. 54, 2014. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/17352>. Acesso em: 26 out. 2023.

_____. **Argumentação**. São Paulo, Contexto, 2015.

FLORENCIO, R.A.T. **O ano do Brasil na França**: um estudo da construção linguístico-discursiva do estereótipo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/DAJR-8NAQU5/1/1301d.pdf>. Acesso em 9 de nov. de 2023.

FREITAS, S. S. Uma análise bakhtiniana sobre o discurso de ódio contra nordestinos em postagens nas redes sociais após o primeiro turno das Eleições 2022. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 149–162, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-9350. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9350>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GALDEANO, Ana Paula. “Salmo 127, versículo 1: Ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo”. **Religião & Sociedade**, vol. 34, n. 1, pp. 38-60, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/sNXfMnnDWv4tspmm4LkTJ6K/> Acesso em: 1 abr. 2024

GALLEGO, E. S. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e Ensino do Português**. Tradução de Rodolfo Ilari. Coimbra: Livraria Almedina, 1973. p. 277-367.

GENTILI, Emilio. 100 anos do Fascismo. [Entrevista concedida a] Angelo Attanasio. **BBC News Brasil**, 24 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939> Acesso em: 13 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95–121, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722> Acesso em: abril 2024.

GUILHAUMOU, Jacques. L'idéologie du Père Duchesne: les forces adjuvantes (14 juillet – 6 septembre 1793). In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (Orgs.). **Langage et ideologies: le discours comme objet de l'Histoire**. Paris: Les editions ouvrières, 1973.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, vol. IV, Campinas: [s.n.], 1982.

GOMES, Laurentino. Laurentino Gomes: “Infelizmente, a história da escravidão é contada por pessoas brancas”. [Entrevista concedida a] Guilherme Henrique e Naiara Galarraga Gortázar. **El País**, 20 de novembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574203693_074968.html?ssm=PT_CC Acesso em: 22 de fev. 2024.

GOFFMAN, E. On Face-Work. An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction. In: **Ders. Interaction Ritual**. New York: Doubleday. 1967, 5-45.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Perelman e a racionalidade argumentativa**. 1ª edição. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Teorias da Argumentação**. 1ª edição. Coimbra: Grácio Editor, 2012.

HOZANA, Vinícius. “UM NEGÃO DESSE TAMANHO”: cacos e currículos cotidianos na trajetória de um professor negro de geografia. **Revista Tamoios**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 168–184, 2023. DOI: 10.12957/tamoios.2023.76524. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/76524>. Acesso em: 28 maio. 2024.

ILARI, Rodolfo. Campo semântico. In: FRADE, I. C. A. da S.; VAL COSTA, M. da G.; BREGUNCI de CASTRO, M. das G. **Glossário Ceale: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores**. Disponível em <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/campo-semantico> Acesso em 2 jun. 2024.

JINKINGS, I.; O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

KATSIKI, Stavroula. Appartenance et xénophobie: apprendre à décrire et à interpréter les discours de haine. In : G. ZARATE, D. LEVY ET C. KRAMSCH. **Précis du plurilinguisme et du pluriculturalisme**. Éditions des archives contemporaines, Paris, 2008, p. 205-208.

KLEMPERER, Victor. **A linguagem do terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2009.

KRZYZANOWSKI, L.; LEDIN, P. Uncivility on the web. Populism in/and the borderline discourses of exclusion. In: **Journal of Language and Politics** 16/4, p. 566-581, 2017. Disponível em <https://benjamins.com/catalog/jlp.17028.krz> Acesso em 6 jun. 2024.

LACERDA, M. B. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/12476> Acesso em: 26 mar. 2024.

LAGO, M. Como explicar a resiliência de Bolsonaro? In: BIGNOTTO, N. et al **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LARA, G. M. P; TOCAIA, L. M. O discurso do ódio contra migrantes e refugiados em capas da revista francesa Valeurs actuelles. In: EMEDIATO, Wander (Org) **Interações polêmicas e violências verbal em temas sociais sensíveis**, Campinas: Pontes, 2023.

LEMO, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São paulo: paulus, 2010.

LESSA, Cláudio Humberto. **Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens**. Belo Horizonte, 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, R. L. O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. Fazendo Gênero 9 **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010. Disponível em https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277853385_ARQUIVO_comunicoraltrabcompletoGenero.pdf Acesso em 13 maio 2024.

LIMA, S. M. V.; PEREIRA, A. R. G. Cantigas de roda como instrumento metodológico na educação infantil. In: PEREIRA, A. R. G. (org.) **Nas tramas da educação**: construindo saberes. Itapiranga: Schreiben, 2023, p. 9-25.

López, M. C. S. La construcción identitaria por medio del uso de redes léxico semânticas en el discurso de toma de posesión presidencial en México. *Discurso & Sociedad*, Vol. 10(3), 2016, 404-440. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5734944> Acesso em 5 jun. 2024.

LORENZI-BAILLY, N. GUELLOUZ, M. Homophobie et discours de haine dissimulée sur Twitter: celui qui voulait une poupée pour Noël. In: *Discours de haine dissimulée, discours alternatifs et contre-discours*: Presentation. **Semen**, n. 47, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/12344#quotation> Acesso em: 14 nov. 2023.

LUBENOW, Jorge Adriano. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Jornal Trans/Form/Ação**, v. 35, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/xX3qzLRtTwwTvfJwmYwq5Kj/?lang=pt>. Acesso em: 25 ou. 2023.

MACHADO, I. J. R. **Cárcere público**: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 329 f. Tese – (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MACHADO, I. L. **Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Portugal: Grácio Editor, 2016. 160p.

MACHADO, I. L.; MENDES, E. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 7–20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33381>. Acesso em: 19 ene. 2024.

MAIA, Rousiley. (Coord). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Sémantique de la polemique*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP, Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

_____. Scénographie de la lettre publique. In: SIESS, Jurgén (org.). **La lettre entre réel et fiction**. Paris: SEDES. 1998.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, 238 p.

_____. **Gênese dos Discursos.** Tradução de Sírío Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p. ISBN 85-8814-131-0. 2005.

_____. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL.** Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: https://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf Acesso em: 21 de fev. 2024.

_____. *Ethos*, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 68-92.

_____. **Discurso e análise do discurso.** São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web? **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. **Variações sobre o ethos.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

_____. Prefácio. Das razões para ler Ressignificação em contexto digital. In: **Ressignificação em contexto digital.** São Carlos: EdUFSCar, 2021.

MARQUES, F.P.J.A. (2008). **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso brasileiro.** Salvador. 498 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura contemporâneas) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

MARQUES, F. P. J. A.; SILVA, F. W. O.; MATOS, N. R. Estratégias de comunicação política *online*: uma análise do perfil de José Serra no *Twitter*. In: **35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2011, Fortaleza

MAZIÈRE, F. (2010). **L'analyse du discours.** Paris: PUF.

MAZZOLA, R. Elementos da argumentação polêmica no debate político televisionado: confrontos em torno de temas de interesse público. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 21, n. 2, p. 181 - 204, 7 out. 2021.

MELO, J. A. S. **O discurso religioso na construção do ethos discursivo do ex-presidente Bolsonaro no X (Twitter).** Recife, 2024. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco.

MESSEMBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MEUNIER, Emmanuel. Identité. In: **Discours de haine et de radicalisation**: Les notions clés [en ligne]. Lyon: ENS Éditions, 2023 (généré le 20 février 2024). Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/43965> Acesso em: 20 fev. 2024.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. (Prefácio). In: **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-L1.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro / From “Marxist indoctrination” to “gender ideology”: Escola Sem Partido (non-partisan school) and gag laws in Brazilian congress. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25163. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 4 abr. 2024.

_____. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGGO, E. S. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

_____. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 37–59, 2019. DOI: 10.9771/pcr.v11i1.26804. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/26804>. Acesso em: 28 maio. 2024.

_____. O mito da ‘ideologia de gênero’ no discurso da extrema-direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 62, pp. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/> Acesso em 03 abril 2024.

MOÏSE, C.; HUGONNIER, C. Discours homophobe. Le témoignage comme discours alternatif. In: *Discours homophobe*. Le témoignage comme discours alternatif. Semen, n. 47, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/12795#:~:text=En%20effet%2C%20les%20t%C3%A9moignages%20des,'adversaire%20n'est%20orchestr%C3%A9e>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MOREIRA, A. P.; LIMA, A. M. P.; BATISTA JÚNIOR, J. R. L.. Memes Nego – o discurso racista (des)velado na composição multimodal. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–24, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1888. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1888>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

Nicolau, Jairo. Prefácio. In: **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

OLIVEIRA, T. T. Antissemitismo em imagens: uma análise dos cartazes antissemitas da "Grande Exposição Antimaçônica" através de uma perspectiva arendtiana. **Anais** Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597803162_ARQUIVO_9dd7ac144bcfe63b3a555d19230ab5cc.pdf Acesso em: 27 nov. 2023.

ORKIBI, Eithan. *Ethos collectif et Rhétorique de polarisation: le discours des étudiants en France pendant la guerre d'Algérie*. **Argumentation et analyse du discours**. 1, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/438> Acesso em 10 ago. 2023.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999, 100 p.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **P Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores. 2015.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45408>. Acesso em: 21 fev. 2024.

ORTELLADO, Pablo e SOLANO, Esther. **Nova direita nas ruas?:** uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, p. 169-180, 2016. Tradução. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu11.-ORTELLADOPabloSOLANO.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

PAVEAU, Marie-Anne. Technologie discursive [Dictionnaire]. **Technologies discursives [Carnet de recherche]**, 2013. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=277>, Acesso em: 8 de fev. 2022.

_____. *L'Analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann. 2017. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Organizador/a da tradução: Julia Lourenço e Roberto L. Baronas, Campinas: Pontes, 2021.

_____. Le gif, outil d'iconisation d u discours sur Twitter. **Forum lingüístic.**, Florianópolis, v.18, número especial, p. 5843 - 5864, jun.2021.

PAVEAU, M.A.COSTA, J. L.; BARONAS, R.L. **Ressignificação em Contexto Digital**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes, 1990, 68 p.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIOVEZANI, C. F. **Metamorfoses do discurso político contemporâneo**: por uma nova perspectiva de análise. *Revista da ABRALIN*, v. 6, n.1, p. 25-42, jan/jun. 2007. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52714/32415> >. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 500. 367p.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emílio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

PIOVEZANI, Carlos. **A voz do povo**: uma longa história de discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020b.

_____. Discursos da extrema-direita no Brasil: uma análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 85–100, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/37174>. Acesso em: 31 mar. 2023.

_____. A retórica homofóbica. **Revista Cult**, 11 de agosto de 2021. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/a-retorica-homofobica/> Acesso em 22 abr. 2024.

_____. Falar às massas, calar o povo. Usos da linguagem fascista no Brasil contemporâneo. *In: Populismo(s) e suas linguagens*. XXII Colóquio de Outono (selected papers). Marques, M. A., Sousa, S. G., Teixeira, J., Varela, M. C., Ramos, R., Seara, I. & Aguiar, M. (orgs). Universidade do Minho: CEHUM-Humus. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, R. FREIXO, A. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PLANTIN, Christian. **Argumentação**: história, teoria, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Argumentação Retórica e Política. *In: EMEDIATO, Wander (Org.). Análises do Discurso Político*. Belo Horizonte: NAD/FALE, 2016.

_____. “Não se trata de convencer, mas de conviver”: a era pós-persuasão. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 15, n. 1, p. 244-269, 15 jul. 2018.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, p. 125-142, jul. dez. 1995. Disponível em :<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016> Acesso em: 6 set. 2022.

QUADROS, M.P. R. **Conservadorismo à brasileira**: sociedades e elites políticas na contemporaneidade. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REBOUL, O. [1998]. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. A conversação como apropriação na comunicação mediada pelo computador. In: Dulcilia Schroeder Buitoni, Roberto Chiachiri. (Org.). **Comunicação, Cultura de Rede e Jornalismo**. 1ed. São Paulo: Almedina, 2012, v. 1, p. 259-274.

_____. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 114-124, maio-ago. 2014.

_____. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKngbPRMJxbypBVRLYN3YTB/?lang=pt> Acesso em: 16 maio. 2023.

_____. Discurso mediado por computador nas redes sociais. In: ARAÚJO, J.; LEFFA, V. (org.). **Redes Sociais e Ensino de Línguas: O que temos a aprender?** São Paulo: Parábola, 2016. p. 17-32, v. 1.

_____. Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na internet. In A. Primo (Org.), **Interações em rede** (pp. 51-70). Porto Alegre: Sulina. 2017.

RECUERO, R.; SOARES, F. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2127. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127>. Acesso em: 16 maio. 2023.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROCHA, C.; SOLANO, E. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona (Orgs.), **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política** (p. 10-19). Autêntica. 2021.

ROSA, P. O.; REZENDE, R. A.; MARTINS, V. M. V. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. In: **Revista NEP, Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba**, v.4, n.2, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/63832/37139> Acesso em: 8 set. 2022.

SADOUN-KERBER, K. Les avatars de l'autorité sur Twitter: l'exemple des usagers face à l'allocation de Nouvel an du Président Macron. In: *Argumentation & Analyse du discours*. n. 26 Autorité et Web 2.0: approches discursives. 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/5034> Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, A. *Golden shower* e imoralidades carnavalescas: disputas por sentidos e polarização nas redes. In: *Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data*. Org.: POLIVANOV, B.; et al. São Paulo: Intercom, 2019.

SANTOS, G. A. Selvagens, exóticos e demoníacos: idéias e imagens sobre a gente de cor preta. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, v.24, p.275-289, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xk93jjHwqTxRgv7RPmyc4PN/> Acesso em: 28 maio 2024.

SARGENTINI, Vanice. Discurso político e redes sociais. In: **Revista da ABRALIN**, v.14, n.2, p. 215-232, jul./dez. 2015

_____. Populismo na política brasileira: desobedecer para melhor obedecer. In: **Populismo(s) e suas linguagens**. XXII Colóquio de Outono (selected papers). Marques, M. A., Sousa, S. G., Teixeira, J., Varela, M. C., Ramos, R., Seara, I. & Aguiar, M. (orgs). Universidade do Minho: CEHUM-Humus. 2022.

SCHIFFRIN, D. Approaches to discourse. In: SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCHMIDT, P. Plínio Salgado: **O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação**. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

SEARA, I. R. 2020. Violência verbal nos discursos político e mediático contemporâneos: da dicotomização ao insulto. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 1507-1518, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/17497> Acesso em: 1º nov. 2023.

SEARA, I. R. 2021. Ligações vertiginosas: violência verbal em ‘comentários’ nas redes sociais. **Calidoscópio**. v. 19, n. 3 p. 385-397. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12760> Acesso em: 28 fev. 2024.

SINI, L. Stéréotype. In: BAILLE, N. L.; MOISE, C. Discours de haine et de radicalisation. Lyon: ENS Éditions, p.105-112. 2023. Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/43905> Acesso em: 13 nov. 2023.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/#> Acesso em: 27 nov. 2023.

_____. **O Lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Felipe B.; VIEGAS, Paula; SUDBRACK, Shana; RECUERO, Raquel; HÜTNNER, Luiz Ricardo. Desinformação e esfera pública no *Twitter*: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 21, n. 3, p. 2-14, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2019.213.01> Acesso em: 25 ago. 2021.

SOUZA, C. B. **Processos descivilizadores: Norbert Elias e o problema da violência no mundo civilizado**. João Pessoa, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: Solano, E. (org.). **O Ódio como Política**. A reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

TEMMAR Malika, 2013. Qui parle dans les blogs? IN: C. Barats (org.). Manuel d'analyse du web. Paris: A. Colin, p. 93-97.

TOCAIA, Luciano Magnoni. O discurso intolerante e preconceituoso da extrema-direita na França: primeiras reflexões. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.193-209, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57802/2/O%20discurso%20intolerante%20e%20preconceituoso%20da%20extrema-direita%20na%20fran%C3%A7a%20primeiras%20reflex%C3%B5es.pdf> Acesso em: 23 jul. 2024.

TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 60-61, Set. 2016. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 Jun. 2023. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300018>.

TURPIN, B. Haine (discours de). In: BAILLE, N. L.; MOISE, C. **Discours de haine et de radicalisation**. Lyon: ENS Éditions, p.155-163. 2023. Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/43955> Acesso em: 13 nov. 2023

TURPIN, Béatrice. Victor Klemperer et le langage totalitaire d'hier à aujourd'hui. **Hermès, La Revue**, n. 3, p. 63-67, 2010.

_____. Le langage totalitaire au prisme de l'analyse de discours. In: **Actes du colloque Miroir** (Université de Belo Horizonte - Université de Besançon), 2012, Synergies Monde, n° 10, GERFLINT, 2013, coordonné par Serge Borg, Ida Lucia Machado, Marilu Soria, p. 231-248. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02403470/document> Acesso em: 15 set. 2022.

VENTURINI, M. C.; SCHERER, A. E. O discurso do/sobre ódio no contexto brasileiro: nosso compromisso político com o dizer. **Fragmentum**, [S. l.], n. 50, p. 163–178, 2018. DOI: 10.5902/2179219431541. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/31541>. Acesso em: 6 nov. 2023.

VICARI, Stefano. Linguística popular, socioterminologia, autoridade: o caso dos fóruns de energia renovável. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 82-104. dez. 2022. UNESP. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/about> Acesso em: 29 de fev. 2023

VEIGA, R.; PENIDO, F. O obsceno contra e pela democracia: *kit gay, golden shower*, e outras imagens. In: **A Barca**. Revista do programa de pós-graduação em cinema e audiovisual da UFF, ano 1, n° 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/abarca/issue/view/2855/870> Acesso em: 15 abril 2023.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: **O ódio como política**. A Reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018. (p.91-96).

VISCARDI, Janaisa Martins. *Fake news*, verdade e mentira, sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 1134 - 1157, ago. 2020. Fap UNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/HWYM3LcW7yVtMY9ZbK8CWzs/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 26 de ago. de 2021.

WODAK, R.; KRZYŻANOWSKI, M. Right-wing populism in Europe & USA. Contesting politics & discourse beyond ‘Orbanism’ and ‘Trumpism’. In: **Journal of Language and Politics** 16/4, p. 471-484, 2017. Disponível em <https://benjamins.com/catalog/jlp.16.4> Acesso em 6 jun. 2024.

ZAVERUCHA, Jorge. Brazilian Army performing the role of police: the emblematic case of Morro da Previdência. In: **Centro de Estudios e Investigaciones Militares**. Armed Forces and society: new challenges and environments. Santiago, 2008. pp. 57-68. Disponível em: https://www.cesim.cl/pdf/Libros_pdf/CESIM_LIBRO_4.pdf Acesso em: 2 abril 2024.

ZEN, Rafael Luiz. A supressão do outro no episódio do *Queermuseu*: A liberdade de expressão sob coerção e o que pode o ativismo queer. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 130–154, 2018. DOI: 10.5965/2175234610212018130. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/12286>. Acesso em: 15 abr. 2024.